



**ANAIS DO I CONGRESSO  
MINEIRO DE PSICOLOGIA,  
GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL**

CONSELHO  
REGIONAL DE  
PSICOLOGIA  
MINAS GERAIS

Conselho Regional de Psicologia - Minas Gerais  
Comissão de Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual

**Organizadora(es)**  
Dalcira Ferrão  
Lucas Henrique de Carvalho  
Thiago Coacci

# **ANAIS DO I CONGRESSO MINEIRO DE PSICOLOGIA, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL**

Belo Horizonte



CONSELHO  
REGIONAL DE  
PSICOLOGIA  
MINAS GERAIS

2019

© 2019, Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais  
É permitida a reprodução desta publicação, desde que sem alterações e citada a fonte.

Capa: Brasil84

Revisão ortográfica e gramatical: Brasil84

Projeto e edição gráfica: Brasil84

Formato Ebook: PDF

Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais

Rua Timbiras, 1.532, 6º andar, Lourdes

CEP: 30.140-061 – Belo Horizonte/MG

Telefone: (31) 2138-6767

[www.crpmg.org.br](http://www.crpmg.org.br) / [crp04@crp04.org.br](mailto:crp04@crp04.org.br)

306.7

A532

Anais do I congresso de psicologia, gênero e diversidade sexual [recurso eletrônico] / organizadores Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG), Comissão de Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual -- Dados eletrônicos. – Belo Horizonte : CRP 04, 2019.

Recurso digital

Trabalhos apresentados no “I Congresso Mineiro de Psicologia, Gênero e Diversidade”, realizado nos dias 14 a 16 de setembro de 2017, na cidade de Belo Horizonte.

Formato: ePDF

Requisitos do sistema: Leitor de PDF

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-98515-19-9

1. Diversidade sexual. 2. Relações de gênero. I. Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG). II. Comissão de Psicologia Gênero e Diversidade Sexual.

CDD 306.7

Ficha catalográfica elaborada pelo Centro de Documentação  
e Informação Halley Bessa/CRP-MG

Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais  
Comissão de Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual

**ORGANIZADORA(ES) DOS ANAIS**

Dalcira Ferrão  
Lucas Henrique de Carvalho  
Thiago Coacci

**COMISSÃO CIENTÍFICA DO EVENTO**

Eixo Direitos Humanos  
Marcia Mansur Saadallah  
Rafaela Vasconcelos Freitas

Eixo Saúde  
Cristiane S. de Souza Nogueira  
Filippe Mello

Eixo Educação  
Andrea Moreira Lima  
Claudia Natividade

**COMISSÃO ORGANIZADORA DO EVENTO**

Breno Stefano Martins Figueredo  
Dalcira Ferrão  
Lucas Henrique de Carvalho  
Paula Duarte  
Rodolfo Leal Silva  
Rodrigo Broilo  
Samuel Henrique da Silva  
Thiago Coacci

**XV Plenário do Conselho Regional de Psicologia –  
Minas Gerais (Gestão 2016-2019)**

**DIRETORIA**

Dalcira Ferrão

*Conselheira Diretora Presidenta*

Stela Maris Bretas Souza

*Conselheira Diretora Vice-Presidenta*

Felipe Viegas Tameirão

*Conselheiro Diretor Tesoureiro*

Délcio Fernando Pereira

*Conselheira Diretor Secretário*

**CONSELHEIRAS(OS)**

Aparecida Maria de Souza Cruvinel

Claudia Natividade

Dalcira Ferrão

Délcio Fernando Pereira

Eliane de Souza Pimenta

Eriane Sueley de Souza Pimenta

Érica Andrade Rocha

Ernane Maciel

Felipe Viegas Tameirão

Filippe de Mello

Flávia Gotelip

Leila Aparecida Silveira

Letícia Gonçalves

Madalena Luiz Tolentino

Marcelo Arinos

Márcia Mansur Saadallah

Mariana Tavares

Marília Fraga

Odila Maria Fernandes Braga

Reinaldo Júnior

Paula Khoury

Rita Almeida

Robson de Souza

Roseli de Melo

Solange Coelho

Stela Maris Bretas Souza

Vilene Eulálio

Tulio Picinini

Waldomiro Salles

Yghor Gomes

# APRESENTAÇÃO

Embora os debates sobre gênero e sexualidade não sejam novos na psicologia, nem mesmo na psicologia mineira, esses vem ganhando uma nova força e visibilidade nos últimos anos a partir da criação, em 2015, do Grupo de Trabalhos em Diversidade Sexual do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais e que hoje se transformou na Comissão de Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual.

Sua criação fortaleceu a inserção do CRP-MG nos debates acadêmicos e políticos sobre gênero e sexualidade no estado de Minas e até mesmo em âmbito nacional, principalmente a partir da articulação no sistema conselhos. Além disso, a Comissão se tornou não apenas um espaço de debates qualificados, mas uma verdadeira interface do Conselho com as faculdades ao acolher alunas e alunos que buscavam aprofundar seus conhecimentos, ao responder demandas de palestras e informações atualizadas. Interface também com o Estado e a Sociedade, ao ser constantemente interpelado para atuar e se posicionar em questões de violações de direitos das pessoas LGBTI.

A realização do I Congresso Mineiro de Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual consolidou essa trajetória e projetou ainda mais longe a Comissão e seu trabalho. O Congresso, que foi realizado nos dias 14 a 16 de setembro de 2017, reuniu em Belo Horizonte alguns dos principais nomes dos estudos de gênero e sexualidade e do ativismo LGBTI no Brasil. Foram três dias intensos de debates, com a participação de mais de 200 pessoas inscritas e 60 trabalhos recebidos para apresentação em nossos três eixos temáticos: Direitos Humanos, Educação e Saúde. A presente publicação reúne alguns desses trabalhos apresentados.

Boa leitura!

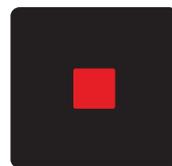
## COMUNICAÇÕES ORAIS - TRABALHOS COMPLETOS

<b>Eixo I - DIREITOS HUMANOS .....</b>	<b>10</b>
Transgeneridade, reconhecimento jurídico e reconhecimento de si .....	11
A (não) inserção das travestis no mercado de trabalho e as políticas públicas vigentes: uma revisão bibliográfica.....	23
Aspectos psicossociais da construção da(s) masculinidade(s) de homens autores de violência de gênero .....	35
O crescimento das mulheres encarceradas: um estudo a partir da perspectiva feminista .....	47
Influência patriarcal e heteronormativa na construção e expressão da identidade homossexual.....	59
Poliamor: relações de gênero e as dinâmicas da sexualidade em uma sociedade predominantemente monogâmica e heterossexual .....	69
<b>EIXO II - EDUCAÇÃO .....</b>	<b>83</b>
Efeitos de sentido na mídia de informação: homofobia e machismo no futebol profissional brasileiro.....	84
Educação do corpo feminino na imprensa periódica mineira .....	89
Sexualidade, deficiência intelectual e inclusão: o olhar da psicologia e suas contribuições .....	110
Orientação profissional e a (im)possibilidade de inserção de travestis e transexuais no mercado de trabalho formal .....	122
Os usos do conceito de gênero nas disputas políticas: o caso dos planos de educação.....	133
História da sexualidade – stop motion .....	145
<b>EIXO III - SAÚDE .....</b>	<b>157</b>
Problematizações acerca da relação da psicologia clínica e o processo transexualizador no Brasil: a despatologização do gênero .....	158
Identidade de gênero e diversidade sexual.....	167
Percepção dos transexuais a respeito do atendimento recebido nos serviços de saúde em Sete Lagoas.....	179

## POSTERES - RESUMOS

Atuação Do Psicólogo Nas Políticas Públicas Voltadas Às Mulheres Vítimas De Estupro Intrafamiliar.....	192
Gênero e Sexualidade: Uma Perspectiva Do Feminismo Sob a Óptica Do Coletivo Ana Montenegro. ....	195
O Conceito De Homossexualidade e a Importância Dos Direitos Humanos .....	197
Os Impactos Psicossociais Da (Não) Discussão De Gênero No Âmbito Escolar: Uma Revisão Bibliográfica.....	199
Percepções De Profissionais De Saúde Acerca De Transexuais e Travestis Na Estratégia de Saúde Da Família.....	200
Políticas Públicas Para Pessoas Em Situação De Rua: A Invisibilidade De LGBT's .....	202
Projeto Sereia: Oficinas Sobre Corpo, Gênero e Diversidade - Relato De Experiências.....	203
Psicologia, Cinema, Gênero e Diversidade Sexual: Relato De Experiência Do “Cine Diversidade” No CRP-MG .....	205
Relato De Um Grupo Psicoeducacional Com Adolescentes: Quebra De Tabus Sobre a Sexualidade .....	207
Sexualidade e Educação: Uma Reflexão Da Implantação Dos Parâmetros Curriculares Nacionais Para a Orientação Sexual .....	209





# EIXO I

# DIREITOS HUMANOS



# TRANSGENERIDADE, RECONHECIMENTO JURÍDICO E RECONHECIMENTO DE SI<sup>1</sup>

Ludmilla Santos de Barros Camilloto<sup>2</sup>

Margareth Diniz<sup>3</sup>

## RESUMO

O debate sobre a transgeneridade torna-se cada vez mais relevante, social e juridicamente, a partir da luta por reconhecimento das demandas dos sujeitos transgêneros. A interlocução entre o Direito e a Psicologia é fundamental para a análise da relação tensionada entre o reconhecimento jurídico e o reconhecimento de si pela pessoa transgênera. Diante da omissão legislativa, e sobretudo por meio do Poder Judiciário, o Direito<sup>4</sup> tem se posicionado a respeito da temática nos julgamentos em pauta nas cortes superiores brasileiras. Este ensaio pretende refletir sobre como efetivar o reconhecimento jurídico dos sujeitos transgêneros, abordando, ainda, o papel da Psicologia na promoção dos direitos humanos, a necessidade da despatologização das transidentidades e a importância de um atendimento integral à saúde da população transgênera. A partir do questionamento das imposições da heteronormatividade e crítica ao binarismo de gênero, a conclusão deste trabalho é pela defesa do “direito de ser”, sustentada pela desconstrução das categorias de gênero oficiais no ordenamento jurídico, tendo como principal referencial teórico a Teoria *Queer* de Judith Butler. Este trabalho busca evidenciar a importância da discussão interdisciplinar que contribua para uma melhor compreensão do fenômeno da transgeneridade, apontando para a necessidade premente do reconhecimento jurídico e de ampliação das políticas públicas voltadas às pessoas transgêneras.

## PALAVRAS-CHAVE:

Transgeneridade. Reconhecimento. Interdisciplinaridade.

1 Este ensaio foi construído a partir da pesquisa em andamento para a dissertação de Mestrado, ainda não conclusiva. A pesquisa contempla entrevistas com pessoas transgêneras a fim de dar voz aos próprios interessados acerca de como se veriam reconhecidos como sujeitos de direitos. Sendo assim, as hipóteses aqui apresentadas ainda estão abertas para validação ou refutação no decorrer da pesquisa.

2 Psicóloga, graduada em Direito e Mestranda em Direito (Novos Direitos, Novos Sujeitos) na Universidade Federal de Ouro Preto/ Bolsista UFOP e membro do Programa de Pesquisa/Extensão Caleidoscópio. Email: ludmillabcamilloto@gmail.com

3 Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais, Psicanalista, Professora do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto. Coordenadora do Programa de Pesquisa/Extensão Caleidoscópio. Email: dinizmargareth@gmail.com

4 Neste trabalho, todas as vezes que se utilizar o termo “Direito”, faz-se referência ao Direito Ocidental, na forma como o concebemos no Brasil. Vale reforçar que diante da omissão do Poder Legislativo em ofertar soluções às demandas LGBT+ em geral, em que pese a existência de Projetos de Lei nesse sentido (como o PL 5002/2013 – Lei João W. Nery), tem cabido ao Poder Judiciário o papel contramajoritário de reconhecer direitos e garantias fundamentais a estes sujeitos de direito (BAHIA, VECCHIATTI; 2013).



## 1. A RELAÇÃO TENSIONADA ENTRE O RECONHECIMENTO JURÍDICO E O RECONHECIMENTO DE SI PELO SUJEITO TRANSGÊNERO

Um olhar a partir da interseção entre o Direito e a Psicologia<sup>5</sup> é de fundamental importância para a análise do fenômeno da transgeneridade<sup>6</sup> e da relação tensionada entre o reconhecimento jurídico e o reconhecimento de si pelo sujeito transgênero.

As visões e posicionamentos dos campos jurídico e psíquico encontram-se em constante e inarredável tensão, considerando-se que o estatuto de sujeito psíquico impõe qualquer possibilidade de categorização e enquadramento do sujeito a ser realizada pelo Direito como forma de conferir direitos e imputar obrigações. Fica estabelecido um paradoxo entre o universal e o particular/singular, entre a igualdade e a diferença, entre o cidadão e o sujeito psíquico, dentre outras dicotomias aparentes. Em uma política de reconhecimento, há que se balizar valores universais - assentados na ideia de igualdade - e os elementos diferenciadores, preservando a autenticidade de cada sujeito, de modo que na busca pela autorrealização devem haver igualdade e diferença simultaneamente.

A respeito da polissemia do conceito de sujeito e da relação tensionada entre os conceitos, tem-se que o sujeito de direito coincide com a pessoa em que os direitos se localizam e para quem serão destinadas as garantias e direitos fundamentais. Desta maneira, o sujeito se torna um sujeito de direito perante uma norma que o delinea e especifica. Sobre o sujeito psíquico, a ideia de construção do sujeito encontrada na Teoria *Queer*<sup>7</sup> apresentada por Judith Butler e ancorada fortemente na Psicanálise, é a de que na sua relação com o Outro, atravessado pela linguagem, é que ele se forja como sujeito<sup>8</sup>. Sua subjetividade, entretanto, nunca está concluída, sendo o sujeito

5 A opção de abordagem do tema em uma perspectiva interdisciplinar do Direito e da Psicologia se dá pela formação acadêmica da primeira autora, além da crença na absoluta necessidade de um diálogo entre estes dois campos epistemológicos para um entendimento mais adequado do fenômeno da transgeneridade e seu reconhecimento jurídico.

6 Neste trabalho, opta-se por utilizar o termo Transgênero como “um termo ‘guarda-chuva’, que reúne debaixo de si todas as identidades gênero-divergentes, ou seja, identidades que, de alguma forma e em algum grau, descumprem, violam, ferem e/ou afrontam o dispositivo binário de gênero” (LANZ, 2015, p. 24). Por Transgeneridade entende-se o fenômeno sociológico de transgressão do dispositivo binário de gênero ou o fenômeno pelo qual uma pessoa se identifica com o gênero diferente do atribuído em seu nascimento em função de seu sexo biológico. Desta maneira, o termo transgênero será utilizado neste trabalho para se referir não somente às pessoas transexuais e travestis, que são as identidades gênero-dissidentes mais conhecidas, mas também aos intersexuais, pessoas não binárias, crossdressers, dragqueens e andróginos, sendo essa lista exemplificativa e não exaustiva das inúmeras possibilidades identitárias. Contrariamente, cisgênero seria aquela pessoa que se identifica com o gênero a ela atribuído no seu nascimento. Por Identidade de Gênero, entende-se o senso íntimo de perceber-se e sentir-se como uma pessoa de determinado gênero.

7 A Teoria Queer surge no final dos anos 80, sobretudo nos Estados Unidos e tem Judith Butler como uma das precursoras e maiores expoentes. O nome dado à teoria parte da resignificação do termo queer que era utilizado de forma pejorativa para insultar pessoas homossexuais. Segundo Salih (2015, p. 19) “a expressão queer constitui uma apropriação radical de um termo que tinha sido usado anteriormente para ofender e insultar, e seu radicalismo reside, pelo menos em parte, na sua resistência à definição – por assim dizer – fácil”. Poderia ser traduzido por estranho, excêntrico e caracterizado por sua instabilidade e fluidez. A teoria pretende utilizar o termo como uma prática de vida que questiona a normatividade socialmente imposta.

8 Segundo Margareth Diniz (2006, p. 02) “um sujeito se constitui como tal no interior do campo do Outro, a partir de uma série de operações estruturantes às quais a Psicanálise dá o nome de Complexo de Édipo e Estágio do Espelho”.



compreendido como um constante devir, um sujeito-em-processo, que se constrói e se destrói o tempo todo e que, portanto, escapa aos enquadramentos e categorizações herméticas e definitivas.

Não se pode mais adiar a reflexão e as soluções para este fenômeno a fim de se conferir direitos e garantias fundamentais aos sujeitos transgêneros que tem sido categoricamente marginalizados e invisibilizados, considerados como não-pessoa destinada a ocupar os não-lugares sociais. O debate que trabalhe na tensão entre o reconhecimento jurídico a ser dispensado pelo Direito e o reconhecimento de si a partir da subjetividade do sujeito transgênero é essencial para que as pessoas transgêneras se vejam reconhecidas e contempladas na norma; para evitar que, mesmo diante de uma legislação específica a regular a transgeneridade, as pessoas ainda continuem a ser consideradas como doentes, reforçando estereótipos que dificultam o reconhecimento social ou que a legislação se mostre insuficiente por não alcançar todas as possibilidades identitárias.

A relevância da reflexão encontra respaldo ainda nos efeitos nefastos oriundos da marginalização desses sujeitos, que culmina na triste realidade do elevado índice de suicídios e homicídios por transfobia: do adoecimento psíquico pelos entraves sociais e dificuldades de ser aceito e reconhecido como se é; da saída possível por meio da prostituição, diante do arrefecimento do mercado de trabalho a essas pessoas; da evasão escolar precoce e tantas outras questões de saúde pública que relegam tais sujeitos a lugares de ocultamento.

É evidente que a realidade social é mais complexa do que a norma pode alcançar, e o Direito chega ao século XXI com um grande problema para resolver: a lei atribui direitos e garantias em consonância com as duas categorias de gênero oficiais (homem e mulher). Entretanto, comete a violência de enquadrar forçosamente, em uma dessas duas caixas, aquelas pessoas que escapam ao dispositivo binário de gênero em sua autoidentificação.

A complexidade do tema impõe importantes questões, ainda sem respostas definitivas. Como transitam os corpos dos sujeitos transgêneros para além dos discursos binários próprios da heteronormatividade e de acordo com a sua subjetividade? Como reconhecer seus direitos como novos sujeitos de direitos? No eventual enquadramento dessa categoria de sujeitos pelo Direito, o que sobra<sup>9</sup> e qual a tratativa a ser dispensada a esses sujeitos? É possível a realização, no plano fático, da desconstrução das categorias oficiais de gênero? Para além da conceituação jurídica, é possível afirmar o direito de ser quem se é, de acordo com sua subjetividade e autoidentifica-

---

9 Para Judith Butler, na Teoria Queer, o que sobra do enquadramento é considerado como “seres abjetos”. “O abjeto designa aqui, precisamente, aquelas zonas “inóspitas” e “inabitáveis” da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do “inabitável” é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito.” (BUTLER, 2000, p.153)



ção? Quais as consequências dessa autoafirmação? Questões inesgotáveis e dinâmicas, tais quais as infinitas possibilidades e modalidades de ser sujeito.

Da mesma maneira, o estudo do tema é tangenciado por uma série de questões correlatas que precisam ser enfrentadas, como a necessidade da despatologização das transidentidades; o tratamento dispensado ao tema pelos tribunais superiores; o acesso ao Sistema Público de Saúde pela população transgênera a não ser pela via da psicopatologia; e a importância de um atendimento integral à saúde, à legislação comparada existente, dentre outras.

É imprescindível que, em qualquer abordagem que se faça sobre este tema, seja ultrapassada a discussão sobre a origem ou causa da condição transgênera, a fim de não reforçar o discurso da diferença em relação à identidade de gênero considerada “normal” ou “adequada”. Toda vez que se busca averiguar a origem da transgeneridade (como também da homossexualidade), faz-se um reforço da naturalização da heterossexualidade e cisgeneridade, fortalecendo as imposições heteronormativas. A problematização, ao contrário, deve se dar sobre os mecanismos que produzem alguns sujeitos aceitáveis e outros abjetos.

## 2. POR UM PENSAMENTO INSURGENTE

A história da transgeneridade no Brasil é marcada pela ocultação sistemática, especialmente no período da Ditadura Militar, quando houve maior recrudescimento do preconceito, invisibilização das pessoas transgêneras e institucionalização da violência. Após a redemocratização, as demandas afetas às questões transgêneras vão conquistando alguma visibilidade no espaço público, embora ainda incipiente, para finalmente chegarem aos tribunais superiores do país. Como exemplo da luta por reconhecimento jurídico, tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) o Recurso Extraordinário (RE) nº 845.779, que trata da possibilidade de pessoas transexuais<sup>10</sup> utilizarem banheiros públicos em conformidade com sua identidade de gênero<sup>11</sup>.

10 Neste trabalho, quando se fizer referência aos REs em julgamento no STF ou ao REsp em trâmite no STJ, utilizar-se-á o mesmo termo usado pelas cortes, qual seja, “transexual”, embora saiba que a transexualidade é apenas uma das identidades gênero-divergentes a serem tuteladas, no amplo espectro da transgeneridade.

11 No caso em análise, uma mulher transexual ajuizou ação de indenização por danos morais em face de um Shopping Center, alegando ter sido impedida pelos funcionários de utilizar o banheiro feminino. Segundo a autora, o impedimento ocorreu por meio de uma abordagem excessiva e vexatória, causando grande constrangimento e humilhação pública, e levando-a a fazer suas necessidades fisiológicas na roupa em função do extremo nervosismo. Em primeira instância, o Shopping Center foi condenado ao pagamento de indenização e, recorrendo, a sua apelação foi acolhida pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que entendeu ter havido mero dissabor, reformando a sentença. Tal acórdão tornou-se objeto do RE endereçado ao STF. Nos dizeres do ministro Barroso, “a subsistência do acórdão recorrido – que traz interpretação flagrantemente contrária aos dispositivos supracitados –, seria uma regressão a todas as conquistas efetivadas por esta egrégia Corte, no sentido de proteger os direitos fundamentais e humanos das minorias sociais. E, não bastasse, a manutenção da decisão recorrida abriria um arriscado precedente jurisprudencial, autorizando o Poder Judiciário a ignorar uma gama de direitos fundamentais assegurados pela ordem constitucional pátria, pilares básicos do Estado Social e Democrático de Direito”. (BRASIL, 2014). O STF reconheceu a existência de Repercussão Geral da questão constitucional suscitada, acreditando que saber se uma pessoa pode ou não ser tratada em conformidade com o gênero ao qual se identifica, é uma questão constitucional e não meramente de responsabilidade civil.



Também encontra-se em discussão no STF o RE nº 670.422, com repercussão geral reconhecida, no qual se discute a possibilidade de alteração de gênero no assento de registro civil de pessoa transexual, mesmo sem a realização de procedimento cirúrgico de redesignação sexual. Sobre este mesmo assunto, por meio do Recurso Especial (REsp) nº 1.626.739/RS<sup>12</sup>, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou integralmente procedente a pretensão de uma mulher transexual, autorizando a retificação do seu registro civil para que fosse averbado, além do prenome indicado, o sexo/gênero feminino, mesmo sem a realização prévia de cirurgia de redesignação sexual.

Em que pese a existência de muitos posicionamentos progressistas e decisões judiciais no sentido de reconhecer o direito de ser tratado em conformidade com sua identidade de gênero, percebe-se que, geralmente, ainda se parte da patologização da transgeneridade e da manutenção do sistema binário de gênero, visto que dispõem apenas sobre o transexual que deseja passar pelo processo transexualizador e ocupar, deste modo, o outro polo do binarismo (homem para mulher e mulher para homem); e que defendem a exigência de laudo diagnóstico para atestar a condição psicopatológica.

O que se pretende enfatizar neste ensaio, é a necessidade da despatologização das transidentidades e da autonomia do sujeito em auto afirmar-se de acordo com a sua identificação, independente da validação pelo saber médico ou psicológico. A autoafirmação defendida não elide a fundamental importância do acompanhamento psicológico durante o percurso de uma pessoa transgênera para o melhor entendimento e elaboração de sua condição e suporte durante a travessia, mas não a título de chancela que o autoriza a ser quem é, a ingressar no Sistema Único de Saúde ou a pleitear direitos como a retificação civil.

Os manuais médicos e psiquiátricos – Classificação Internacional de Doenças (CID 10, no código F64) e Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM V, como Disforia de Gênero) incorporam o gênero como uma categoria diagnóstica. Sabe-se do alcance e poder dos saberes médicos, que são fundamentais para incorporar novas maneiras de se encarar a sexualidade humana, sendo absolutamente necessário, desta maneira, que os manuais sejam revistos para a retirada da classificação diagnóstica, independente do nome que se dê a ela. Isto porque, apesar da revisão realizada no DSM-IV em 2013, dando origem à sua quinta edição, o caráter patológico permanece, tendo em vista que apenas houve alteração da nomencla-

---

<sup>12</sup> Em 09/05/2017, o STJ decidiu pelo direito de pessoas transexuais alterarem prenome e sexo no registro civil, em conformidade com a identidade psicossocial, não estando condicionado esse direito à realização prévia de cirurgia de transgenitalização; reformando, assim, a decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que negou a alteração do sexo e autorizou apenas um novo prenome à autora, que se identificava como mulher.



tura de “transtorno de identidade de gênero” para “disforia de gênero”, com maior detalhamento dos critérios diagnósticos. Embora essa mudança seja um avanço no sentido da despatologização, ela se mostra tímida e insuficiente.

O fato de as transidentidades serem consideradas como patologias de ordem psíquica, prejudica o direito de acesso à saúde integral. O cidadão transgênero acessa ao SUS pela via da psicopatologia, preterindo a atenção integral à sua saúde como qualquer outro cidadão. De outro lado, aqueles que defendem a patologização, baseiam-se, sobretudo, no argumento de que dessa maneira as pessoas transgêneras podem acessar o serviço de saúde, ou seja, é preciso estar vinculada a um CID para conseguir acesso.

Marco Aurélio Máximo Prado, em entrevista ao Conselho Federal de Psicologia (CFP), rebate esse argumento aduzindo que “essa ideia de que é importante ter um diagnóstico, porque isso permite às pessoas ter acesso à saúde, é uma ideia falsa, porque há muitas possibilidades de acesso à saúde que não passam por nenhum diagnóstico de patologia, como a gravidez, por exemplo”.<sup>13</sup> Além do mais, fazendo-se uso desse argumento, apenas as pessoas consideradas “verdadeiros transexuais”, nos moldes da classificação médica e da análise clínica, poderiam receber o tratamento, ficando de fora as outras tantas transidentidades.

Desta maneira, filia-se ao entendimento do CFP e outros movimentos, como a campanha internacional *Stop Trans Pathologization*<sup>14</sup>, a defesa da despatologização das identidades sexuais. Em 2014, o CFP iniciou campanha em apoio à luta pela despatologização das Identidades Trans, convidando ao debate sobre o fazer psicológico no processo de transexualização, à luz dos Direitos Humanos. Lançou nota técnica sobre o processo transexualizador e outras formas de assistência às pessoas transgêneras pelos psicólogos.

Nesses debates, a autarquia vem fomentando a discussão sobre o papel ético, político e profissional da categoria na luta pela despatologização, trazendo à luz as dificuldades enfrentadas, como a formação insuficiente dos profissionais nas universidades para lidarem com as temáticas de diversidade de gênero e sexualidade, por

13 Entrevista disponível em <http://site.cfp.org.br/tag/transsexuais/>. Posicionamento do Conselho Federal de Psicologia, bem como a campanha “Despatologização das identidades Trans e Travestis” disponível em <http://site.cfp.org.br/cfp-lanca-video-sobre-a-relacao-da-psicologia-com-a-luta-pela-despatologizacao-das-identidades-trans-e-travestis/>

14 A Campanha Internacional Stop Trans Pathologization é uma plataforma ativista internacional, criada com o objetivo de incentivar a realização de ações pela despatologização trans em diferentes partes do mundo. Dentre os objetivos principais da Campanha STP, estão a retirada da classificação dos processos de transição entre gêneros como transtorno mental nos catálogos diagnósticos (o DSM, da Associação Psiquiátrica Estadunidense, e o CID, da Organização Mundial de Saúde), o reconhecimento legal de gênero sem requisitos médicos e a proteção contra a transfobia. Vide mais informações em <http://stp2012.info/old/pt>



exemplo. Questiona a vinculação do fazer psicológico à Psiquiatria no fornecimento de laudos diagnósticos, recomendando que a atuação do psicólogo deve se pautar em uma postura de auxílio emocional e psíquico, fugindo de termos e procedimentos que remetem à patologização.

Para o questionamento do *status quo* e o efetivo reconhecimento jurídico das pessoas transgêneras como legítimos sujeitos de direito, há que se adotar um pensamento insurgente, que se proponha a interrogar e realizar crítica radical ao *establishment*, conforme defendem Judith Butler e Boaventura de Souza Santos, cada um no seu campo de saber.

A teoria *Queer* interroga o essencialismo do gênero em relação ao sexo, ou seja, a suposta decorrência natural do gênero diante do sexo biológico observado. Judith Butler discorre sobre a reiteração do discurso que produz um efeito naturalizado, mas que se trata de uma ilusão de substância, não havendo, portanto, um determinismo biológico. Sobre a interpelação médica realizada no momento do nascimento do bebê, ou contemporaneamente, no momento da ultrassonografia que revela o sexo biológico, Butler revela que esta

transforma uma criança, de um ser ‘neutro’ em um ‘ele’ ou em uma ‘ela’: nessa nomeação, a garota torna-se uma garota, ela é trazida para o domínio da linguagem e do parentesco através da interpelação do gênero. Mas esse tornar-se garota da garota não termina ali; pelo contrário, essa interpelação fundante é reiterada por várias autoridades, e ao longo de vários intervalos de tempo, para reforçar ou contestar esse efeito materializado. A nomeação é, ao mesmo tempo, o estabelecimento de uma fronteira e também uma inculcação repetida de uma norma (BUTLER, 2000).

Lanz (2015, p.155) esclarece que “muitos indivíduos, ainda em criança, não se submetem de forma passiva, tranquila, confortável, natural e espontânea a esse ‘processo compulsório’ de capacitação sociopolítico-cultural que os obriga a viver como homem ou mulher”. Ato contínuo, as pessoas que se distanciam da norma vigente, se recusando ao enquadramento de gênero recebido ao nascer, são consideradas automaticamente como anormais, com algum transtorno mental, ou perversos, sendo abjetadas pela sociedade. Butler (2000) fala dos seres abjetos como sendo aqueles que falharam em ser reconhecidos como sujeitos diante da matriz heterossexual excludente, pela qual os sujeitos são formados.

A respeito de quanto vale a vida de uma pessoa transgênera considerada não-gente, sem garantia alguma de direitos específicos, sujeita a todo tipo de violência e à morte por transfobia, Butler provoca e convoca ao questionamento da hegemonia simbólica frente ao domínio excluído e abjeto, propondo



uma rearticulação radical daquilo que pode ser legitimamente considerado como corpos que pesam, como formas de viver que contam como 'vida', como vidas que vale a pena proteger, como vidas que vale a pena salvar, como vidas que vale a pena prantear (BUTLER, 2000).

A premissa da heteronormatividade conduz, de forma inexorável, a sociedade a acreditar na total coerência e linearidade entre sexo biológico, gênero e desejo. Nessa lógica, um bebê que nasce com pênis, deve ser considerado menino/homem/masculino e sentir atração/desejo por uma mulher, portanto, com orientação heterossexual. Da mesma maneira, um bebê que nasce com vagina está destinado a ser considerado menina/mulher/feminina e sentir-se atraída sexualmente por homens. A partir dessa nomeação (ou interpelação), a criança é conduzida e forjada segundo a cartilha específica de cada gênero, com papéis, formas de conduta, vestuário e interesses típicos de cada gênero.

Letícia Lanz se ancora em Judith Butler e Michel Foucault para propor a desconstrução do discurso oficial de gênero e esclarecer que a pessoa transgênera não nasceu no corpo errado ou é inadequada, mas inadequada, a seu ver, seria a sociedade ao imputar uma categoria de gênero baseando-se tão somente na genitália do bebê. Também inadequados seriam os estereótipos de gênero compulsoriamente vinculados ao sexo genital. Acreditar que a pessoa “nasceu no corpo errado”, segundo a autora, apenas reforça o caráter patológico que se pretende extirpar na luta pela despatologização.

Ainda a respeito da necessidade de se pensar em mudanças de sistema e de adotar uma postura questionadora diante do *status quo*, Santos (2011, p.06) sugere que, diante das promessas não cumpridas da modernidade (liberdade, igualdade e fraternidade), ou pode-se “reconciliar com a sociedade em que vivemos e celebrar o que existe meramente como existe”, com exclusão social e desigualdade, ou deve-se submeter a uma crítica radical, “repensando radicalmente as concepções dominantes do direito”. Ele opta pela segunda alternativa, propondo um pensamento jurídico insurgente e de oposição, de caráter emancipatório.

Sobre a tensão estabelecida entre o sujeito de direito e o sujeito psíquico, diante da necessidade de enquadramentos e categorizações para se conferir direitos e da implosão que o sujeito psíquico opera com tais categorias, Bahia (2014) alerta para o fato de que o Direito trabalha com a dicotomia homem/mulher para fazer classificações e atribuir direitos atinentes a determinado sexo, e percebe a sua incapacidade para lidar com pessoas cujas identidades escapam à regra. Revela a incapacidade do Direito em expressar a diversidade de orientações sexuais e identidades de gê-



nero uma vez que este funciona a partir de esquemas binários. Sugere, então, uma “reconstrução do sistema desde os fundamentos” tendo em vista que “criar novas diferenças também não resolve o problema porque sempre se é excludente de outras formas” (BAHIA, 2017). Nesta reconstrução, se funda o efetivo reconhecimento jurídico.

### 3. (IN)CONCLUSÕES

Como possibilidade de resposta à questão inicial, defende-se o “direito de ser”, em conformidade com a subjetividade dos sujeitos e baseado em sua autonomia e liberdade de autoafirmação. No entanto, é necessário pensar na viabilidade desse direito no plano fático, na operacionalização desse direito. Trata-se, assim, da defesa do direito de cada um ser como é, e o do livre exercício da personalidade humana, como consentâneos máximos do direito à liberdade, na luta por uma sociedade plural e democrática.

Em observação à dificuldade apresentada, de se incluir toda a diversidade de pessoas no atual ordenamento jurídico, questiona-se: é necessária a utilização das duas categorias de gênero oficiais para estabelecer direitos e obrigações? Podemos prescindir delas, revisitando o ordenamento jurídico atual? Seria razoável criar uma terceira categoria de gênero? Ou essa criação seria mais uma maneira de estigmatizar e hierarquizar as pessoas? Como fazer para que o Direito inclua as pessoas transgêneras sem cometer violências físicas (como a cirurgia compulsória realizada em bebês intersexuais para enquadramento em uma das categorias) ou psicológicas (experimentada diariamente pelas pessoas transgêneras ao serem tratadas em discordância com a sua identidade de gênero)?

A defesa do “direito de ser” estaria, então, atrelada à desconstrução das categorias de gênero oficiais (homem e mulher) utilizadas no ordenamento jurídico para reconhecimento de direitos e imputação de obrigações aos sujeitos, de forma a contemplar aquelas pessoas que não se encontram abrangidas no sistema binário de gênero. Frente à infinidade de possibilidades de ser sujeito, considerando-se o amplo guarda-chuva da transgeneridade que alberga diversas identidades gênero-divergentes, e de autoidentificações distintas daquelas que foram designadas no nascimento, a sugestão que se apresenta é que o Direito se posicione contrariamente ao binarismo de gênero e em defesa da diversidade. Não há possibilidade de defesa da diversidade dentro de caixas estanques e binárias de gênero, e a criação de uma terceira categoria de gênero acabaria por conferir um lugar de menor valia social.



Desta feita, partindo da concepção do gênero como construto social e da natureza arbitrária do seu sistema binário, propõe-se a desconstrução das categorias oficiais gênero que têm sido utilizadas como forma de hierarquização e segregação de pessoas e normatização de condutas, com todas as injustiças resultantes da classificação dos seres humanos segundo sua genitália. O binarismo impõe desigualdades e concede privilégios somente aos que nele se enquadram.

Esta alternativa contempla a performatividade de gênero apresentada na Teoria *Queer* e tenta conciliar a subjetividade do sujeito não aprisionável em uma categoria rígida e a viabilidade de seu “direito de ser” no plano fático, podendo ser operacionalizado juridicamente por meio de outros tipos de categorias ou critérios que não reforcem a exclusão ou patologia das pessoas gênero-divergentes. A título de exemplo, poderia ser concedido o direito à licença maternidade às pessoas que engravidassem ou aos adotantes ou aos cuidadores da criança; o casamento civil e a adoção poderiam ser realizados por pessoas, independente de identidade de gênero ou orientação sexual, e assim por diante. Desta maneira, acredita-se que a adoção de uma terceira categoria de gênero, ou terceiro sexo, reforçaria ainda mais os rótulos socialmente degradados e estigmatizados e a hierarquização de seres humanos.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *DSM-5: manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. Tradução de Maria Inês Corrêa Nascimento et al. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BAHIA, Alexandre; VECCHIATTI, Paulo R. Iotti. ADI N. 4.277 - Constitucionalidade e relevância da decisão sobre união homoafetiva: o STF como instituição contramajoritária no reconhecimento de uma concepção plural de família. *Revista Direito GV*, v. 9, n. 1, p. 65-92, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v9n1/a04v9n1.pdf>.

BAHIA, Alexandre Melo Franco de Moraes. Igualdade: 3 dimensões, 3 desafios. In: CLÈVE, Clèmerson M.; FREIRE, Alexandre (orgs.). *Direitos fundamentais e jurisdição constitucional: análise, crítica e contribuições*. São Paulo: *Revista dos Tribunais*, 2014, p. 73-98.

BAHIA, Alexandre Melo Franco de Moraes. Sobre a (in)capacidade do direito de lidar com a gramática da diversidade de gênero. *Revista Jurídica da Presidência*. Brasília, v. 18, n. 116, Out. 2016./Jan. 2017, p. 481-506.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do Gênero: a politização das identidades abjetas. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 20(2): 256, maio-agosto/2012

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário n. 845.779. Relator: Roberto Barroso. 13. nov. 2014. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=7971144>> Acesso em: 15 dezembro 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário n. 670.422. Relator: Dias Toffoli. 11. nov. 2014. Disponível em : <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=7302788>. Acesso em 10 maio 2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 1.626.739. Relator: Luis Felipe Salomão. 09. mai. 2017. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/arquivos/2017/5/art20170510-03.pdf>. Acesso em 10 maio 2017

BUNCHAFT, Maria Eugenia. Transexualidade no STJ: desafios para a despatologização à luz do debate Butler-Fraser. *Revista Novos Estudos Jurídicos – Eletrônica*, v. 21, n.1, p. 343-376, jan-abr 2016. Disponível em: <http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/8770>



BUTLER, Judith. *Corpos que pesam*. In: LOURO, Guacira Lopes. *O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade*. 2a ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. Disponível em: [http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/867\\_1567\\_louroguacira Llopescorpoeducado.pdf](http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/867_1567_louroguacira%20Lopescorpoeducado.pdf).

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. 12.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução nº 1.955, de 12 de agosto de 2010. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.652/02. Diário Oficial da União, Brasília, 3 set, Seção 1, p.109-110, 2010. Disponível em: <[http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2010/1955\\_2010.htm](http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2010/1955_2010.htm)>. Acesso em: 21 dezembro 2016.

DINIZ, Margareth. *Gênero, subjetividade e relação com o saber*. 2006. Disponível: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/M/Margareth\\_Diniz\\_33.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/M/Margareth_Diniz_33.pdf)>. Acesso em: 15 dezembro 2016.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003.

LANZ, Leticia. *O Corpo da Roupa: uma introdução aos Estudos Transgêneros*. 1.ed. Curitiba: Editora Transgente, 2015.

NERY, João W. *Viagem Solitária: memórias de um transexual 30 anos depois*. São Paulo: Leya, 2011.

ROBLES, Rebeca; FRESÁN, Ana; VEGA-RAMÍREZ, Hamid et al. Removing transgender identity from the classification of mental disorders: a Mexican field study for ICD-11. *Lancet Psychiatry*, 2016, 3, p. 850-859.

SALIH, S. *Judith Butler e a teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para uma revolução democrática da justiça*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

WYLLYS, Jean; KOKAY, Erika. Projeto de Lei nº 5002, de 2013. Dispõe sobre o direito à identidade de gênero e altera o art. 58 da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973. Brasília: Câmara dos Deputados, 20 fev. 2013.



# A (NÃO) INSERÇÃO DAS TRAVESTIS NO MERCADO DE TRABALHO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS VIGENTES: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Hannah Katarine<sup>15</sup>

Wallin Rocha<sup>16</sup>

Andréa Moreira Lima<sup>17</sup>

## RESUMO

O presente artigo tem como principal objetivo analisar o mercado de trabalho para travestis e investigar as principais políticas públicas vigentes para esse grupo social. A partir do levantamento bibliográfico, foi possível apresentar uma discussão crítica sobre o conceito de Travesti e descrever o mercado de trabalho formal e informal. Além disso, investigou-se as políticas públicas de inclusão, sistematizando contribuições teórico-políticas de enfrentamento ao preconceito e à discriminação. No decorrer do trabalho são analisadas, a partir de contribuições da Psicologia Social e áreas afins, diferentes realidades do mercado de trabalho, das leis vigentes, das políticas públicas e dos contextos de inclusão e exclusão produzidos na relação entre indivíduos e sociedade.

## PALAVRAS-CHAVE:

Travestis. Mercado de trabalho. Políticas Públicas. Psicologia Social. Preconceito.

## INTRODUÇÃO

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais – Antra, define as travestis como pessoas em “[...] construção do gênero feminino, oposta ao sexo biológico, seguindo uma construção física de caráter permanente, que se identifica na vida social, familiar, cultural e interpessoal, através dessa identidade” (ANTRA, 2012, p.10). Essa não adequação às normas de gênero socialmente impostas tem feito com que as travestis sejam excluídas do meio social (CARVALHO, 2014). Tal exclusão social ocorre, também, no mercado de trabalho (RONDAS e MACHADO, 2015). Segundo Silva *et al* (2016), por exemplo, entre a população LGBT, as travestis e as pessoas transexuais são as que mais enfrentam dificuldades de aceitabilidade e empregabilidade no mundo do trabalho e da ocupação, restando para estas pessoas apenas o trabalho informal e a indústria do sexo.

15 Psicóloga pelo Centro Universitário UNA.

16 Psicólogo pelo Centro Universitário UNA.

17 Psicóloga. Doutora em Psicologia Social (UFMG) e Professora do Centro Universitário UNA.



Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar a dinâmica da (não) inserção de travestis no mercado do trabalho e as políticas públicas vigentes, a partir das contribuições de pesquisas já realizadas no campo da Psicologia Social e de estudos interdisciplinares. Investigou-se, também, políticas públicas, programas e projetos voltados para a população LGBT com foco na descrição das políticas existentes, que buscam a inserção de travestis no mercado de trabalho, e demais políticas que geram a garantia de direitos humanos.

Para tal, utilizou-se da metodologia de revisão bibliográfica da narrativa de literatura, apropriada para descrever e discutir o desenvolvimento e o “estado da arte” de um determinado tema sob um ponto de vista teórico e/ou contextual; no caso em questão, a discussão será realizada sob o referencial da Psicologia Social. A revisão narrativa não prioriza a adoção de critérios sistemáticos para a seleção do conteúdo a ser analisado. Assim, os autores têm maior autonomia para interpretar os dados existentes de acordo com o referencial teórico escolhido e com a sua análise crítica pessoal (ROTHER, 2007).

## **A (NÃO) INSERÇÃO DAS TRAVESTIS NO MERCADO DE TRABALHO**

O mercado de trabalho está dividido em mercado formal e mercado informal. O setor formal é caracterizado pelos trabalhadores com carteira assinada, aqueles que têm os seus direitos trabalhistas garantidos. O setor informal, por sua vez, é composto, em sua maioria, por pessoas com baixa escolaridade e alta vulnerabilidade social. Este é o setor dos trabalhadores sem carteira assinada, que geralmente não têm seus direitos garantidos por algum sindicato ou órgão (HIRATA; MACHADO, 2007).

As travestis são oprimidas desde o momento que iniciam seus processos de transsexualização. Muitas vezes, tal fato ocorre ainda na adolescência e, com isso, as travestis passam por situações de transfobia na escola – o que, frequentemente, gera evasão escolar –, na família, na sociedade e, posteriormente, no mercado de trabalho (AMARAL, 2013).

Ao abordar as diferenças sofridas pelo mercado de trabalho nas últimas décadas, Pochmann (2002) afirma que, desde o início dos anos 1980, tem havido uma redução do assalariamento com registro e um aumento do desemprego e de ocupações não organizadas – um movimento oposto às décadas anteriores, de 1940 e 1970, no qual deu-se a inserção de diversas indústrias no país e, com isso, a expansão da contratação de mão-de-obra e da produtividade. Em direção seme-



lhante, ao expor a desvalorização do mercado de trabalho para as minorias, Braz (2012) afirma que:

As oportunidades de trabalho para o homossexual no país estão, em grosso modo, no mesmo patamar da mulher casada (com ou sem filhos), do idoso, aposentado, deficiente físico e menor sem serviço militar. Ser negro, gay ou lésbica enfrenta duplo preconceito, ou seja, pelo comportamento homoerótico e pela cor da pele. E a realidade é que, tecnicamente, pouco se sabe sobre a questão. O setor oficial não tem nenhum estudo a respeito ou cogita realizá-lo, não obstante o Ministério do Trabalho já tenha detectado de forma sensível a presença da variável homossexualidade nas relações de emprego. Também nas entidades representativas dos trabalhadores, o problema é deliberadamente omitido (BRAZ, 2012).

Abrahão (2014) descreve que em nossa sociedade existe um padrão escolhido como o normal, belo ou bom. Esse padrão é atribuído ao homem, branco, heterossexual, religioso, sem deficiência etc. Assim, o autor destaca que as pessoas que detêm esses atributos possuem benefícios empregatícios e lideram as organizações. As pessoas que não estão dentro desse perfil, por sua vez, enfrentam preconceitos e discriminação. Em direção semelhante, Bento (2008) aponta que a inclusão de travestis no mercado de trabalho formal é mínima. A autora acredita que o Estado é o principal agressor das travestis, por causa da ausência de políticas públicas e da ação violenta da polícia.

Devido à ausência de políticas públicas de geração de emprego e renda para esse público, para conseguirem ser aceitas ou se inserirem no mercado, as travestis recorrem às áreas da beleza e da estética, pois, geralmente, são áreas com maior presença de pessoas relacionadas à diversidade sexual e de gênero (VASCONCELLOS, 2014). São comuns, também, ofertas de empregos para travestis nas áreas relacionadas ao ramo da alimentação, serviços gerais, limpeza e panificação, para o exercício das seguintes funções: cozinheira, auxiliar de cozinha, faxineira, empregada doméstica, diarista e auxiliar de padeiro (SILVA, 2012).

Rondas e Machado (2015) apontam outra forma das travestis conseguirem a inserção no mercado de trabalho: através de influências e indicações de amigos, de antigos patrões ou em empreendimentos de amigas que também são travestis. Esses autores reiteram, ainda, que é raridade a travestis conseguirem um trabalho formal por iniciativa própria. Além disso, descrevem que grande parte das travestis já se prostituíram, ou ainda estão na prostituição, apontando a carência de alternativas no mercado de trabalho como o motivo para o alto índice de entrada na indústria do sexo, o que faz com que a prostituição seja m “destino” e não uma escolha. Em contrapartida, Kulick (2008) frisa que o destino da prostituição nem sempre está associado ao sofrimento constante, mas é motivado também pelo acesso simultâneo ao dinheiro e ao prazer.



Oliveira (2014) ressalta que um dos fatores que impedem a inserção das travestis no mercado de trabalho formal é a não aceitação social da sua aparência física, o que denuncia o preconceito e a permanência de práticas de discriminação enraizadas na sociedade<sup>18</sup>. Entendendo que o Estado deveria ser o principal garantidor de igualdade e justiça a todos, promovendo a concretização dos direitos sociais, torna-se relevante investigar as políticas públicas vigentes que combatem preconceitos e discriminações enfrentadas pelas travestis no mercado de trabalho.

### **Políticas de geração de emprego e de inclusão para travestis**

O trabalho é concebido na sociedade como medida de valor que intercede na ordem individual e coletiva, contribuindo para a manutenção da identidade social que é construída na interação com a cultura (GOMES, 2009). Percebe-se, portanto, a necessidade de políticas públicas voltadas para travestis, políticas de caráter permanente, que buscam acessibilidade à capacitação, escolaridade, reinserção social e ao mercado de trabalho<sup>19</sup>.

O artigo 6 do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, um tratado internacional adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em vigor desde 1976, reconhece o trabalho, como um direito de todos, e proíbe a discriminação de acesso ao emprego devido à orientação sexual (ONU, 1966). Ao serem signatários desse pacto, “os Estados têm, portanto, a obrigação de garantir que o direito ao trabalho seja exercido sem discriminação de qualquer tipo” (PILLAY, 2013, p.47). Uma das principais formas para garantia desses direitos é a efetivação de políticas públicas, programas e projetos sociais que possam amparar as travestis<sup>20</sup>.

No Brasil, as primeiras ações políticas para as pessoas LGBT foram criadas durante o mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), entre 1995-2002. O Programa Nacional de Direitos Humanos I (PNDH I), em 1996, programa baseado na resolução da Conferência Mundial de Direitos Humanos, em 1993. Em 2001, criou-se o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), como cumprimento da

18 O preconceito é um pré-julgamento, um sentimento ou resposta antecipada a coisas ou pessoas, portanto, algo que não baseia em experiências reais. A discriminação, por sua vez, se manifesta em experiências reais, são comportamentos provocados e/ou motivados por preconceitos (PRADO; MACHADO, 2008).

19 Vale destacar uma experiência exitosa realizada pela sociedade civil organizada quanto à criação de ações que buscam a reinserção de travestis no mercado de trabalho: um site criado no ano de 2013, denominado “Trans empregos”, voltado especificamente para pessoas transgêneros, que realiza o cadastro dessas pessoas e oferece vários tipos de vagas para estágios e empregos em diversas localidades do país. O site faz um apelo para que as empresas realizem a justiça social e contratem pessoas independentemente do seu gênero (VASCONCELLOS, 2014).

20 Um programa social é um conjunto organizado de ações, possui cronogramas e orçamentos diversos que permitem o alcance de metas políticas desejáveis; pode ser de caráter temporário. Um projeto social é um instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, abrange um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto final que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo. Quando essas operações são realizadas pelo Estado, de modo contínuo ou permanente, são denominadas de políticas públicas. Ou seja, toda política pública é composta por programas e projetos, mas nem todos os programas e projetos são ações políticas do Estado (CUNHA, 2006).



orientação da Conferência de Durban<sup>21</sup>. O CNCD era composto por representatividades LGBT. Em 2002, foi publicado novamente o PNDH II, no último ano de mandato do então presidente FHC. Com a publicação do PNDH II ocorrem avanços para o grupo LGBT, uma vez que o texto do primeiro programa mencionava apenas os homossexuais, a partir do segundo programa outros objetivos são expostos como, por exemplo, a necessidade da criação de programas governamentais de promoção de direitos e cidadania para a população LGBT de forma mais ampla.

No mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), entre os anos de 2003 e 2011, houve grandes avanços políticos, sociais e legais conquistados pela população LGBT, um exemplo foi a criação do “Brasil Sem Homofobia” (BSH) – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e de Promoção da Cidadania Homossexual). Tal programa teve como objetivo apoiar projetos de fortalecimento das instituições públicas e não governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e/ou no combate à homofobia; capacitar profissionais e representantes dos movimentos homossexuais que atuam na defesa de direitos humanos; disseminar informações sobre direitos de promoção da autoestima homossexual, além de incentivar as denúncias de violações dos direitos humanos do segmento LGBT (LIMA, 2017).

No governo Lula, período de maior avanço para os direitos LGBTs, outras ações se destacam: em 2008, aconteceu a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, com o tema “Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT)”; em 2009, o lançamento do “Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais” (PNDCDH-LGBT); e, também em 2009, a publicação do decreto que cria o “Programa Nacional de Direitos Humanos 3” (PNDH-3) (MELLO; AVELAR; MAROJA, 2012). A partir desse momento, surgiram outros importantes projetos e programas que, apesar da pouca efetividade, aparecem como novas formas de reflexão, discursão e visibilidade política da população LGBT.

Em maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a união estável para casais do mesmo sexo. Contudo, em 2012, após a 2<sup>o</sup> Conferência LGBT, não houve a publicação de uma nova versão do PNDCDH-LGBT. Em 2013, foram criados o Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra Lésbicas,

---

21 Em Durban na África do Sul, em 2001, ocorreu a I Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, entre os dias 31 de agosto e 8 de setembro daquele ano. 173 países, 4 mil organizações não governamentais (ONGs) e um total de mais de 16 mil participantes discutiram temas urgentes e polêmicos. O Brasil estava presente, com 42 delegados e cinco assessores técnicos. Ao fim da Conferência, foram elaboradas uma Declaração e uma Plataforma de Ação, a fim de direcionar esforços e concretizar as intenções da reunião (LIMA, 2017).



Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Sistema Nacional LGBT) e o Comitê Nacional de Políticas Públicas LGBT, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. O Comitê LGBT só é instaurado em julho de 2014. No ano de 2015, dá-se a criação da Comissão Interministerial de Enfrentamento à Violência Contra LGBT, o que passa a permitir a inclusão dos itens “orientação sexual”, “nome social” e “identidade de gênero” nos boletins de ocorrência de todo o Brasil, além de garantir condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais nas instituições de ensino (ARAGUSUKU; LOPES, 2014).

Em Minas Gerais, no âmbito da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania/SEDPAC, existe a Coordenadoria Especial de Políticas de Diversidade Sexual/CODS, com a finalidade de realizar atendimentos e prestar orientação a esse público (ALMG, 2017). Também em âmbito estadual, em Minas Gerais, destaca-se a Lei 13.088, de 11 de janeiro de 1999, que “proíbe a exigência e a divulgação de requisitos discriminatórios para participação em concurso ou processo de seleção de pessoal” (MINAS GERAIS, 1999) e a Lei 14.170, de 15 de janeiro de 2002, que “determina a imposição de sanções à pessoa jurídica por ato discriminatório praticado contra pessoa em virtude de sua orientação sexual” (MINAS GERAIS, 2002). Além disso, o Decreto Estadual 47.148, de 27 de janeiro de 2017, que “Dispõe sobre a adoção e utilização do nome social por parte de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública estadual” e, assim, garante que todos os funcionários da administração pública estadual, que sejam travestis e transexuais, possam utilizar o nome social e terem sua identidade de gênero reconhecida (MINAS GERAIS, 2017).

Na capital desse estado, Belo Horizonte, pode se destacar a implementação da pioneira Lei municipal 8.283/01, que legisla contra a discriminação por orientação sexual, criando o “Dia contra a Discriminação por Orientação Sexual”, 28 de julho; a Lei 8.176/01, que penaliza estabelecimentos que discriminem pessoas em virtude da orientação sexual; a Lei 8.719/03, que “dispõe sobre proteção e defesa dos direitos das minorias”, entre as quais o público LGBT; e a Lei 9.011/05, que atribui à Coordenadoria Municipal de Direitos Humanos (CMDH) o desenvolvimento de políticas de direitos LGBT. Em 2007, foi criado o Centro de Referência pelos Direitos Humanos e Cidadania LGBT (CRLGBT) no âmbito da CMDH, por meio de um convênio com a Programa Brasil sem Homofobia (LIMA, 2017).

Apesar das políticas públicas, programas e projetos sociais para as pessoas LGBT possuírem avanços significativos, elas têm alcançado apenas parcialmente os seus objetivos (LIMA, 2017). Na prática cotidiana, elas não têm sido suficientes para uma inserção significativa das travestis no mercado de trabalho. Quando a inserção acon-



tece, contraditoriamente, muitas vezes, é de forma excludente, pois a maioria das travestis estão inseridas no mercado de trabalho informal, e quando desejam trabalhar no mercado de trabalho formal, enfrentam várias formas de preconceito e discriminação, sejam implícitas ou explícitas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As travestis são excluídas desde o momento que inicia sua transexualização, algo que ocorre, em muitos momentos, na adolescência, gerando evasão escolar devido ao preconceito e à discriminação. A transfobia é outro problema enfrentado pelas travestis desde suas primeiras vivências, na família, na escola, na sociedade e, posteriormente, no mercado de trabalho.

Dentre os vários âmbitos de exclusão sofrida pelas travestis, a presente pesquisa teve como foco o mercado de trabalho. Ao longo desse estudo, foi possível identificar a diferença de trabalho formal e informal. O trabalho formal é caracterizado por garantias trabalhistas: as pessoas que estão inseridas nesse sistema possuem carteira assinada, pagam seus impostos e têm certa segurança referente ao futuro. Portanto, ficou claro que as travestis são excluídas de forma exacerbada no mercado de trabalho formal.

Os estudos científicos demonstram que as travestis são excluídas de tal mercado devido a vários motivos, dentre os quais: o preconceito das empresas em decorrência da imagem corporal; a preocupação das empresas com prejuízo financeiro, devido ao preconceito da sociedade; e a divisão desigual no trabalho no que se refere ao quesito gênero, pois existe uma desvalorização da identidade das travestis no mercado de trabalho formal.

O mercado de trabalho informal, por sua vez, é caracterizado por trabalhadores que buscam uma jornada flexível de trabalho e controle de seu próprio negócio, e, principalmente, por aqueles que não conseguiram uma boa inserção no mercado de trabalho formal. Nesse mercado, os trabalhadores não têm carteira assinada e não têm assegurados a maioria dos direitos trabalhistas. A maioria das pessoas que estão inseridas nesse mercado possui baixa escolaridade e alta vulnerabilidade. Foi no mercado de trabalho informal que a pesquisa identificou uma maior inserção das travestis. Os dados científicos apontam que a maioria das travestis está inserida em salões de beleza, área de estética e área de serviços gerais, pois geralmente são áreas com maior presença de pessoas relacionadas à diversidade sexual e de gênero.



Outro dado coletado e analisado foi o fato de que existe um número significativo de travestis que se prostituem. Alguns autores como Rondas e Machado (2015) apontam a prostituição como imposição da sociedade; outros autores como Kulick (2008) e Silva (2010), descrevem a prostituição como escolha, caracterizando-a como um lugar de sociabilização, que proporciona o compartilhamento de vivências e a transformação do gênero e do corpo. Somente no estudo de cada caso e de cada contexto é possível compreender a linha tênue entre a escolha e a vulnerabilidade social. Independentemente, a literatura é unânime ao apontar o preconceito e a discriminação vivenciados por esse grupo social.

Conclui-se que existe uma inserção das travestis no mercado de trabalho, porém essa inserção acontece de forma excludente; a maioria delas está inserida no mercado de trabalho informal, e quando desejam trabalhar no mercado de trabalho formal, enfrentam várias formas de preconceito e discriminação, sejam veladas ou não.

Diante desse contexto, foi relevante investigar as políticas públicas, programas sociais e projetos sociais vigentes, pois o Estado é o principal responsável por garantir os direitos de todas as pessoas dentro de uma sociedade. Dentre esses direitos, necessários à dignidade humana das travestis, estão os direitos civis, políticos e sociais. Referentes ao mercado de trabalho estão principalmente os direitos sociais, tais como: o direito ao trabalho e os direitos trabalhistas, bem como, o direito à moradia, à educação e à saúde.

Nessa investigação, identificou-se que, nos últimos anos, houveram grandes avanços políticos, sociais e legais conquistados pela população LGBT. Exemplo disso foi a criação do Brasil Sem Homofobia – BSH, lançado em 2004 e considerado pela literatura da área como o grande marco de políticas específicas para o público LGBT. É importante ressaltar que, apesar dos principais avanços terem ocorrido após esse período, devido a descentralização de ações políticas LGBT no país, quase não foram identificadas políticas públicas que possuem uma eficácia na inserção das travestis no mercado de trabalho.

Sendo assim, constatou-se que faltam políticas públicas significativas para uma inserção efetiva das travestis no mercado de trabalho formal, pois foi identificado que as ações políticas efetivadas são basicamente programas sociais e projetos sociais provisórios. Estas, ainda, são ações políticas da gestão de governos específicos, sem um caráter permanente como propriamente devem ser as políticas públicas. Constatou-se que durante os últimos anos foram lançados diversos programas, projetos e não políticas públicas contínuas que abrangem essa problemática.

À vista disto, foi possível sistematizar contribuições teórico-políticas de enfrentamento ao preconceito e à discriminação neste contexto desfavorável. Foram apontadas vertentes da Psicologia Social e áreas afins, que visam construir estratégias de pesquisa e ação que trabalhem o empoderamento subjetivo e social das travestis para o enfrentamento e possível mudança psicossocial.

Após a realização desta pesquisa, é possível dizer que existem possibilidades para uma inserção efetiva das travestis no mercado de trabalho formal. No entanto, para que essa inserção aconteça, são necessárias a criação de políticas públicas efetivas, ações que trabalhem contra o preconceito e a discriminação na sociedade, nas empresas, nas famílias, nas escolas, dentre os diferentes âmbitos sociais.



## REFERÊNCIAS

AMARAL, Marília dos Santos et al. “Do travestismo às travestilidades”: uma revisão do discurso acadêmico no Brasil entre 2001-2010. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 2, p.301-311, 2014.

ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil. **Relatório final XIX ENTLAIDS: da transfobia à cidadania**. Brasília, 2012.

ARAGUSUKU, Henrique A.; LOPES, Moisés A. de S. **Políticas Públicas e direitos LGBT no Brasil: dez anos após o Brasil sem homofobia**. Universidade federal de Mato Grosso-MT, 2014.

ALMG – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **Políticas Públicas**. Disponível em: < <https://goo.gl/nxDY8b> > Acesso em: 24 abr. 2017.

BENEDETTI, Marcos. **Toda Feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BRAZ, Ednaldo da Costa. **As travestis e suas experiências no mercado de trabalho formal e informal em Campinas Grande-PB (2000-2010)**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História). Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2012.

CUNHA, Edite da Penha; CUNHA, Eleonora Schettini M. Políticas Públicas e Sociais. Em: CARVALHO, A. M. (Org.). **Políticas públicas**. Belo Horizonte: UFMG, Pró-reitora de Extensão, 2002, pp.11-25.

HIRATA, Guilherme I; MACHADO, Ana Flávia. **Conceito de informalidade/ formalidade e uma proposta de Tipologia**. IPEA, Mercado de trabalho, Novembro, 2007.  
JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. 2ed. **Revista e Ampliada**, Brasília, 2012.

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 733-743, dez 2009. Disponível: <<https://goo.gl/HzdTtx>> Acesso em: 26 jun. 2017.



KULICK, Don. **Travesti: prostituição, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz: 2008.

LIMA, Maria Elizabeth Antunes. Os sentidos trans-histórico e histórico do trabalho e sua importância para o psicólogo. In: LIMA, Maria Elizabeth Antunes; BARROS, Vanessa Andrade de (Orgs.). **Introdução à Psicologia do Trabalho**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2006. Parte I, p.2-27.

LIMA, Rita de Lourdes de. Diversidade, identidade de gênero e religião: algumas reflexões. **Em Pauta** n. 28, 2011, pp. 165-182. ISSN 1414-8609.

LIMA, Andréa Moreira. **Política sexual: os direitos humanos LGBT entre o universal e o particular**. Belo Horizonte, MG: Relicário Edições, 2017.

MINAS GERAIS. **Lei Estadual nº 13.088, de 11 de janeiro de 1999**. Proíbe a exigência e a divulgação de requisitos discriminatórios para participação em concurso ou processo de seleção de pessoal. Diário Oficial de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 11 jan. 1999.

MINAS GERAIS. **Lei Estadual nº. 14.170, de 15 de janeiro de 2002**. Determina a imposição de sanções a pessoa jurídica por ato discriminatório praticado contra pessoa em virtude de sua orientação sexual. Diário Oficial de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 16 jan. 2002.

MINAS GERAIS. **Decreto Estadual 47.148, de 27 de janeiro de 2017**. Dispõe sobre a adoção e utilização do nome social por parte de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública estadual”. Diário Oficial de Minas Gerais [Diário do Executivo], Belo Horizonte, MG, 28 jan. 2017.

MOURA, Renan Gomes de; LOPES, Paloma de Lavor. **O Preconceito e a Discriminação de Transgêneros no Processo de Recrutamento e Seleção de Pessoal: uma Revisão Bibliográfica**. X Simpósio Nacional de Excelência em Gestão e Tecnologia. LATEC/UFF, 2014.

OLIVEIRA, A. L. Identidade travesti, cidadania e mercado de trabalho. In: ESTEVES, Juliana Teixeira; BARBOSA, José Luciano Albino; FALCÃO, Pablo Ricardo de Lima. (Org.). **Direitos, Gênero e Movimentos Sociais**. Florianópolis: Conpedi, 2014, v.1, pp.24-40.



ONU – Organização das Nações Unidas. **Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais, Culturais**. ONU, 1996. Disponível em: <[http://www.unfpa.org.br/Arquivos/pacto\\_internacional.pdf](http://www.unfpa.org.br/Arquivos/pacto_internacional.pdf)> . Acesso em 01 set. 2017.

PILLAY, Navi. Nascidos livres e iguais: orientação sexual e identidade de gênero no regime internacional de direitos humanos. Brasília: UNAIDS, 2013.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. Preconceitos contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez, 2008.

RONDAS, Lincoln de Oliveira; MACHADO, Lucília Regina de Souza. **Inserção profissional de travestis no mundo do trabalho: das estratégias pessoais às políticas de inclusão**. São João del-Rei, janeiro/junho 2015.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta paul. enferm.**, 2007, vol.20, n.2, pp.v-vi. Disponível em: <<https://goo.gl/JrmPzP>>.

SILVA, Mariana da. **A vida profissional de travesti: da marginalização à inserção no mercado de trabalho formal**. Universidade Católica de Brasília. Brasília-DF 2012.

VASCONCELLOS, Luciana Teixeira de. **Travestis e Transexuais no Mercado de Trabalho. X CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO. X Simpósio Nacional de Excelência em Gestão e Tecnologia**. LATEC/UFF, 2014.



# ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DA CONSTRUÇÃO DA(S) MASCULINIDADE(S) DE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Angélica Rodrigues Braga<sup>22</sup>

Andréa Moreira Lima<sup>23</sup>

## RESUMO

O presente artigo busca analisar os aspectos psicossociais envolvidos na construção das masculinidades de homens autores de violência de gênero, por meio de uma revisão narrativa da literatura, utilizando o referencial teórico da Psicologia Social e das teorias feministas. O material pesquisado e as observações realizadas mostraram que, a despeito das vantagens obtidas através da ordem desigual de gênero, há consequências também negativas para os homens que ficam presos às duras expectativas do modelo hegemônico de masculinidade. Não obstante, o estudo aponta que, sendo todos esses comportamentos psicossociais e aprendidos em seu curso de socialização—isto é, dado ser a masculinidade uma construção social—, podemos admitir a possibilidade de mudança desses padrões de comportamento. A revisão aponta, ainda, para a importância do trabalho interventivo com homens autores de violência de gênero contra a mulher, como uma estratégia para o rompimento do ciclo deste tipo de violência.

## PALAVRAS-CHAVE:

Masculinidade. Violência. Violência contra a mulher. Gênero.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho se insere no campo de discussões sobre violência de gênero e pretende examinar quais são os aspectos psicossociais envolvidos na construção da(s) masculinidade(s) de homens autores de violência de gênero contra a mulher. Cabe aqui uma consideração sobre o título deste artigo, que indica, na forma de sua grafia, duas dimensões distintas. A primeira, do termo “masculinidade”, escrito no singular, o qual nos remete a um modelo de masculinidade hegemônica; e a segunda forma, no plural, que indica as várias possibilidades de representações sociais de masculinidade. Uma dimensão não exclui a outra, pelo contrário, se complementam; por isso, utilizaremos a grafia “masculinidades” neste artigo para fazer referência às duas dimensões.

22 Psicóloga e Especialista em Intervenção Psicossocial no Contexto das Políticas Públicas (Centro Universitário UNA.)

23 Psicóloga. Doutora em Psicologia Social (UFMG). Professora do Centro Universitário UNA.



As situações de violência contra a mulher são fruto, principalmente, da diferença de papéis instituídos socialmente para homens e mulheres, de uma relação de poder pautada em uma ideologia dominante que difunde e reafirma a supremacia masculina, em detrimento da feminina. Admitindo, então, a existência de uma relação sócio-histórica desigual de poder entre o sexo feminino e o masculino, ao longo do trabalho, buscaremos, com base em uma revisão narrativa da literatura, analisar quais são os aspectos psicossociais envolvidos na construção dessa ideologia machista e heteronormativa<sup>24</sup>, que busca afirmar a superioridade masculina e reforçar a inferioridade da mulher por meio da violência, exclusivamente, pelo fato de serem mulheres.

O Relatório Nacional Brasileiro (FONSECA; LUCAS, 2006), que retrata o perfil da mulher brasileira, afirma que a cada 15 segundos uma mulher é agredida no país, totalizando, em 24 horas, um número de 5.760 mulheres violentadas. Outros dados, apresentados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2002, no Relatório Mundial Sobre Violência e Saúde, indicam que, no Brasil, 29% das mulheres relatam ter sofrido violência física ou sexual pelo menos uma vez na vida. Destas, 22% não conseguiram contar a ninguém sobre o ocorrido e 60% não saíram de casa, nem sequer por uma noite.

Salienta-se o quão imprescindível é considerar o fato de que o homem também não está isento do sofrimento causado pelo machismo, mesmo que em proporções diferentes do sofrimento vivenciado pela mulher, na medida em que é privado de se expressar plenamente devido à rigidez de papéis sociais impostos por esta ideologia. Assim, o presente artigo busca analisar os aspectos psicossociais envolvidos na construção das masculinidades de homens autores de violência de gênero, por meio de uma revisão narrativa da literatura.

## MÉTODO

O presente artigo consiste em uma revisão narrativa da literatura. A revisão narrativa (tradicional) da literatura é um método de análise de publicações abrangentes, apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento de um determinado assunto, sob um ponto de vista teórico ou contextual. No caso em questão, a discussão será realizada sob o referencial teórico da Psicologia Social das teorias feministas. As fontes desta revisão compõem-se pela literatura relacionada às palavras-chave: “masculinidade”, “violência”, “violência contra a mulher”, e “gênero”, sendo identificadas em artigos, livros impressos e eletrônicos nas seguintes bases de dados como

24 Que estabelece como norma a heterossexualidade e a instituição de categorias distintas, rígidas e complementares de masculino e feminino.



LILACS (Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), SciELO (Scientific Electronic Library Online) e em bibliotecas virtuais de dissertações, teses e periódicos científicos. Destaca-se que a revisão narrativa nem sempre adota critérios sistemáticos para a seleção do conteúdo a ser analisado, tendo o(a) autor(a) maior autonomia para interpretar os dados existentes de acordo com a sua análise crítica pessoal (ROTHER, 2007).

Para a produção deste artigo, além dos trabalhos analisados, foram consideradas as observações feitas por uma das autoras em dois grupos reflexivos de homens autores de violência de gênero contra a mulher do programa “Andros: Homens gestando alternativas para o fim da violência”, do Instituto ALBAM<sup>25</sup>, realizado semanalmente, durante seis meses do ano de 2016. Os participantes do programa Andros são encaminhados pelo aparato judicial<sup>26</sup> e o programa tem como objetivo principal promover um espaço no qual os participantes possam ter a experiência de refletir criticamente sobre as práticas violentas em suas relações.

## GÊNERO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Para discorrer sobre gênero, é necessário conceituá-lo considerando seu caráter histórico. O conceito surgiu no final da década de 1960, quando os movimentos feministas voltaram-se para a discussão sobre os aspectos teóricos que sustentariam seu debate. No trabalho “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”, originalmente publicado em 1989, Joan Scott alertava para a estratégia característica dos estudos feministas dos anos 1980 de substituição da categoria “mulheres” por “gênero”, propondo as duas palavras como sinônimas. Esta estratégia visava dar legitimidade acadêmica e científica para os estudos sobre mulheres, sem o risco de filiação ao discurso do feminismo, pois, até esse momento histórico, falar de mulheres/gênero era falar de um assunto secundário (SCOTT, 1995).

O conceito de “gênero” proposto pela teoria feminista refere-se a um sistema de relações de poder baseadas num conjunto de qualidades, papéis, identidades e comportamentos atribuídos a mulheres e homens (ABREU, 2010). Scott (1995), por exemplo, afirma que “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (1995, p.16). Em direção semelhante, Natividade (2012) entende que o gênero diz respeito às construções sociais e culturais que se desenvolvem a

25 O Instituto Mineiro de Saúde Mental e Social – ALBAM, é uma ONG, com sede em Belo Horizonte, e gestora do programa “Andros: Homens Gestando Alternativas para o fim da violência.

26 O aparato judicial em questão inclui as Varas Criminais de Violência Doméstica, Juizado Especial Criminal, Promotoria de Justiça Especializada de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra as Mulheres, Tribunal de Justiça e Secretaria Estadual de Defesa Social.



partir de elementos biológicos definindo e diferenciando o que é ser homem e o que é ser mulher. Como percebemos, as autoras se assemelham no entendimento de que o conceito de gênero se refere a uma construção social e histórica dos sexos. Contudo, as definições propostas para o conceito não apresentam como questão o porquê ou como essas relações se constituem, funcionam e podem ser modificadas.

Butler (2003), a partir da subversão deste conceito, argumenta que a construção binária de gênero é insuficiente para explicar a complexidade humana e afirma que gênero não se limita ao que somos ou ao que temos, mas se estende ao efeito produzido pelo que fazemos – ou seja, ele é uma *performance*. A adoção dos atributos do gênero como performativos e não como expressivos remete à discussão sobre a própria identidade de gênero e sua fluidez.

Segundo essa perspectiva, o gênero é uma construção em movimento que não pode ser fixada ao aspecto nomeador, definidor e produtor de verdades sobre os corpos e os sujeitos. Com isso, o gênero se torna uma forma de questionar o biológico como único destino e uma forma de compreender as relações sociais a partir das representações e práticas desenvolvidas, dando destaque ao entendimento sobre como se estruturam as relações entre as pessoas, sejam elas do mesmo sexo ou de sexos diferentes, de idade, classe social, cor e raças iguais ou distintas (ABREU, 2010). Este será o viés adotado por esta pesquisa, visto o interesse em analisar os aspectos psicossociais da(s) masculinidade(s), como ela se constitui, funciona e pode ser modificada.

A violência se insere nesse contexto de gênero como um fenômeno sócio histórico muito complexo. No Brasil, em julho de 2004, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres promoveu, em Brasília, a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Nesta conferência, foi elaborado o “Plano Nacional de Políticas para as Mulheres”, criado para orientar as políticas desenvolvidas pelo Governo Federal e nortear as realizações das conferências municipais e estaduais referentes às políticas públicas para as mulheres. A descrição dos tipos de violência de gênero apresentada neste documento é a seguinte:

Homens e mulheres, em razão da especificidade de gênero, são atingidos pela violência de forma diferenciada (...). A violência contra a mulher acontece no mundo inteiro e atinge mulheres de todas as idades, classes sociais, raças, etnias e orientação sexual. Qualquer que seja o tipo, física, sexual, psicológica, ou patrimonial, a violência está vinculada ao poder e à desigualdade das relações de gênero, onde impera o domínio dos homens, e está ligada também à ideologia dominante que lhe dá sustentação. São muitas as formas de violência contra a mulher: desigualdades salariais; assédio sexual; uso do corpo como objeto; agressões sexuais; assédio moral, tráfico nacional e internacional de mulheres e meninas (SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2004, p.73).



Percebe-se nesta descrição que a violência contra a mulher é abordada sob uma perspectiva sociocultural e pode ser entendida como um fenômeno sustentado por questões culturais e ideológicas que ocorrem através da socialização, educação e acesso a direitos de forma diferenciada entre homens e mulheres. Além disso, é reconhecido que os homens também são alvos de violência em decorrência das desigualdades das relações de gênero, como veremos adiante. Tal perspectiva complementa a concepção de performance de gênero defendida nesta pesquisa.

Segundo dados compilados no dossiê “Violência contra a mulher”, da Agência Patrícia Galvão<sup>27</sup>, no Brasil, os índices de violência contra a mulher contabilizam cinco espancamentos a cada dois minutos, um estupro a cada onze minutos, um feminicídio a cada noventa minutos, 169 agressões por dia e 43 mil mulheres assassinadas em dez anos, sendo que 41% dos homicídios ocorrem na casa das vítimas (AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO, 2015).

Em 2013, o Instituto Avon divulgou uma pesquisa sobre as “Percepções dos Homens sobre a Violência Doméstica contra a Mulher”, realizada na cidade de São Paulo. Segundo a pesquisa, 56% dos homens admitem já terem cometido alguma forma de agressão (xingamentos, empurrões, agressões-verbais ou físicas, proibições de sair de casa, sexo não consensual) contra a mulher. A maioria dos 995 homens entrevistados consideram inaceitáveis certas condutas por parte da mulher: 85% condenam que mulheres fiquem bêbadas; 69% não aceitam que as mulheres saiam com amigos/as e sem o marido e 46% proíbem o uso de roupas que consideram “inadequadas”. Além disso, 89% dos homens consideram inaceitável que a mulher não mantenha a casa em ordem e 53% das mulheres (das 505) entrevistadas atribuem à mulher a responsabilidade pelo sucesso do casamento. Por fim, 37% dos homens acham que, por causa da Lei Maria da Penha, as mulheres os desrespeitam.

A partir dos dados apresentados, é possível constatar que o feminino é visto como um sexo frágil, destinado à execução do trabalho doméstico e cuidado com as crianças e família. Estas atribuições e funções fazem parte de um conjunto de expectativas sociais que são transmitidas ao longo do processo de socialização dos indivíduos, na família, na escola, na mídia (FLEURY, 2015). Os papéis masculinos, em contraponto, foram historicamente construídos a partir de significados associados a um conjunto de ideias e práticas que identificam a identidade masculina à virilidade, à força e ao poder (NATIVIDADE, 2013). Socialmente, ser homem é sinônimo de não ter medo,

---

27 A Agência Patrícia Galvão é uma iniciativa do Instituto Patrícia Galvão – Mídia e Direitos e foi criada em 2009 para atuar na produção de notícias e conteúdos sobre os direitos das mulheres brasileiras. Seu objetivo principal é dar maior amplitude à cobertura jornalística, influenciando no comportamento editorial sobre problemas, propostas e prioridades que atingem 51% da população do país: as mulheres (Agência Patrícia Galvão, 2015).



não chorar, não demonstrar sentimentos, arriscar-se diante do perigo, demonstrar coragem, ser ativo; por isso, determinados símbolos como armas, carros, esportes radicais, dentre outros, são impostos e aceitos como fazendo parte do universo masculino. O corpo masculino aparece, então, como aquele que busca ou se expõe a riscos, usando da violência e do enfrentamento como forma de obtenção de respeito, e é neste contexto que, normalmente, acontecem os atos de violência contra as mulheres.

A construção social tradicional da masculinidade, pautada na ordem patriarcal, ainda rege os padrões de comportamento da nossa sociedade atual e aprisiona, sob ela, mulheres e homens. No tópico seguinte, serão expostas nuances do que é “ser homem”, entendendo a representação da(s) masculinidade(s) como um conjunto de significados socialmente naturalizados que influenciam e organizam ações, bem como a concepção que o sujeito tem de si mesmo.

### **ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DA(S) MASCULINIDADE(S)**

As definições de masculinidade partem, em geral, de quatro perspectivas: a essencialista, a positivista, a normativa e a semiótica (CONNELL, 2005 *apud* NATIVIDADE, 2012, p.33). Neste trabalho, optamos por usar a abordagem semiótica acerca da masculinidade por entendê-la como uma abordagem que escapa da arbitrariedade do essencialismo, bem como dos paradoxos das definições positivista e normativa.

A abordagem semiótica define a masculinidade “através de um sistema de diferença simbólica, no qual os lugares femininos e masculinos são contrastados” (CONNELL, 2005 *apud* NATIVIDADE, 2012, p.34). Desta forma, a noção de masculinidade só pode ser tematizada quando incorporada a um sistema de relações de gênero, sendo necessário entender o processo de relacionamento através do qual homens e mulheres conduzem suas vidas baseadas no gênero e nos efeitos destas práticas na identidade e na cultura. Não basta reconhecer que existem vários tipos de masculinidade, o mais importante é procurar compreender o significado das relações entre essas masculinidades e, também, o significado das relações destas com a feminilidade. Desta forma, propõem-se quatro pontos a serem considerados na cultura ocidental, para se pensar as relações e práticas envolvidas na construção social da(s) masculinidade(s): a hegemonia, a subordinação, a cumplicidade e a marginalização.

O conceito de “masculinidade hegemônica” tornou-se uma importante referência teórica nos estudos sobre gênero. As características fundamentais deste conceito são a combinação da pluralidade das masculinidades e a hierarquia entre elas. Esse



modelo não aceita a existência de masculinidades, mas sim, de apenas uma masculinidade, devidamente viril, dominante, provedora e, de preferência, branca. Assim, interpreta a masculinidade hegemônica como um conjunto de representações e práticas que constituem a referência socialmente legitimada para a vivência do masculino. Essa masculinidade, legitimada pelo patriarcado, pressupõe a posição dominante dos homens sobre as mulheres e, em alguns momentos, de acordo com a dinâmica social, de alguns grupos de homens sobre outros homens (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013). Considerando o grupo de homens, a masculinidade homossexual, por exemplo, representaria o status mais baixo dentro de uma hierarquia de gênero, mas não a única. Para a ideologia patriarcal, a homossexualidade é o repositório de tudo o que é simbolicamente excluído da masculinidade hegemônica e é, facilmente, associada à feminilidade. Assim, a masculinidade hegemônica se distingue de outras masculinidades, especialmente as subordinadas. Apenas uma minoria dos homens a adota, mas ela é normativa, de forma que existem outras formas de masculinidade(s) que mantêm relações de subordinação, cumplicidade ou de marginalização em relação a ela. Dessa forma, a masculinidade hegemônica incorpora a forma mais legítima de ser homem na sociedade e exige que todos os outros homens se posicionem em relação à ela. Segundo Connelle Messeschmidt (2013), a hegemonia não significa violência, apesar de poder ser sustentada pela força; significa ascendência alcançada através da cultura, das instituições e da persuasão.

A hegemonia só pode ser estabelecida se houver correspondência entre o ideal cultural e o poder institucional individual e/ou coletivo. Segundo Natividade (2012), quando as condições para a defesa do patriarcado mudam, as bases para a manutenção da dominação de uma masculinidade são também gradualmente modificadas, por isso, a hegemonia é vista como historicamente mutável. A cumplicidade, nessa direção, seria uma força organizadora dos homens que, assim, conserva o projeto hegemônico, pois, apesar de poucos homens compartilharem desses padrões ideais, há uma parcela que se vale de formas de atuação machistas de modo a cumprir a masculinidade hegemônica, estabelecendo uma relação de cumplicidade com este ideal. Vale dizer que essas diversas configurações de masculinidades não são cristalizadas. Trata-se de um jogo relacional entre a hegemonia, a subordinação e a cumplicidade, no qual dilemas, tensões e (re)significações são produzidos todo o tempo. É nesse jogo de relações que se estabelece o que Kimmel denomina como “Patrulhamento de gênero” (KIMMEL, 1997 apud NASCIMENTO, 2014, p.80), ou seja, uma vigilância contínua entre a performance dos homens em seus discursos e práticas cotidianas em relação ao modelo instituído pela masculinidade hegemônica.



Vale observar que a inter-relação entre gênero e outras estruturas, como classe social e raça-etnia, cria relacionamentos adicionais entre as masculinidades. As relações de raça-etnia podem se tornar parte integral da dinâmica entre as masculinidades. Em um contexto de supremacia branca, por exemplo, o homem negro desempenha um papel simbólico na construção da identidade masculina branca. O que antes poderia ser chamado de acaso, ou seja, as maiores ocorrências de desemprego e violência entre os homens negros pode, agora, ser lido como um problema de gênero na interseccionalidade com classe e raça-etnia. Nesse caso, a marginalização se refere à autorização que não se tem para o desenvolvimento do projeto hegemônico de um grupo dominante (NATIVIDADE, 2012, p. 36). Com isso, a marginalização é caracterizada pela relação entre masculinidades nas classes subordinadas ou grupos étnicos, atentando para o caráter sempre relativo da marginalização. O modo de viver masculino que desfruta da maior concentração de privilégios, num dado sistema de relações de gênero, será considerado a forma de masculinidade hegemônica.

As masculinidades subalternas não são um estágio anterior à masculinidade hegemônica, não são estágios que todos passam para alcançar tal masculinidade hegemônica. O hegemônico e o subalterno surgiram em uma interação mútua, mas desigual, em que o desenvolvimento da primeira implica diretamente na inferiorização de todas as outras. Desta forma, as condições de incorporação da violência pelo homem não envolvem apenas ações contra mulheres, mas também contra outros homens e até contra si próprios.

## **HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA A MULHER**

Compreender a dinâmica entre as masculinidades é uma premissa importante para se entender adequadamente os processos que criam as disposições masculinas para a violência. Segundo Kaufman (1987), citado por Silva (2017), a violência de gênero apresenta uma estrutura de três faces que se articulam: I) A violência contra as mulheres decorre diretamente das relações de poder assimétricas entre os gêneros. Este é o mecanismo através do qual o homem reafirma a sua masculinidade em oposição à feminilidade; II) A violência dos homens contra outros homens decorre da relação entre masculinidade hegemônica e masculinidades subalternas. Esta é uma forma de exercício do poder, de marcar um lugar com relação a outros homens; III) A violência contra si mesmo decorre das restrições emocionais e expressivas às quais se submetem cotidianamente os homens que exercem a masculinidade hegemônica. Aqui, há uma negação de tudo o que é considerado passivo (medo, dor, tristeza), bem como de tudo aquilo que pode gerar frustrações emocionais; passividade que se transforma em ira e violência contra as mulheres e/ou outros homens, ainda, em comportamentos autodestrutivos.



A articulação dessas três estruturas opera em um contexto social segundo as divisões de classe, raça e orientação sexual, e formam, assim, as disposições masculinas para a violência. Tais disposições se apresentam como um recurso para a manutenção dos privilégios de determinado grupo e, aqui, não se trata apenas de ter condições de recorrer à violência, mas de se ter certeza do direito de utilizá-la frente à negação de seus privilégios.

Houve, ao longo da história, uma permissibilidade com relação ao uso da violência pelos homens na resolução de conflitos e disputas. No direito romano, por exemplo, em caso de adultério, o homem podia fazer justiça com as próprias mãos, matando a esposa adúltera<sup>28</sup>(BORELLI, 2002). Atualmente, devido às transformações sociais e às lutas pelos direitos das mulheres, a lei brasileira não permite comportamentos semelhantes, inclusive os pune. No entanto, na prática, os números de violência contra a mulher em nosso país mostram que os homens ainda se sentem no direito de violentar mulheres.

Além disso, existem justificativas naturalizadas socialmente para a violência de gênero: a vingança, a honra, a coragem e o heterossexismo. A vingança relaciona-se com o machismo na medida em que ao homem impõe-se a necessidade de não permitir, sem resposta imediata e na forma de uma lição que imponha sua autoridade, qualquer ação que lhe afronte. A honra segue a perspectiva da masculinidade hegemônica. O homem honrado deve zelar pela garantia de sua dignidade e da sua imagem pública. Aquele que age violentamente para mantê-la é respeitado publicamente.

A coragem, por sua vez, pode ser encarada como um agente de grandes transformações sociais, na medida em que desafia limites e amplia as dimensões das possibilidades do ser humano. Mas, sob a existência do machismo, ela se transforma em imprudência. Na busca incessante por metas superiores, os homens expõem-se deliberadamente a perigos e conflitos. O heterossexismo—isto é, a norma sexual que gera a homofobia—impõe o exercício do poder social como algo condicionado à orientação e ostentação sexual. O heterossexismo pode se manifestar de várias maneiras: desde ter a seu dispor, como reflexo de seu poder, várias mulheres, até as manifestações de violência contra os pares que exteriorizam interesses sexuais por outros homens, entendendo-se a todos aqueles que apresentam traços de feminilidade<sup>29</sup> (SILVA, 2014).

28 Esta lei era voltada à infidelidade feminina; a infidelidade masculina, por sua vez, não era considerada adultério.

29 Uma reportagem divulgada pelo jornal “El País” apresenta um estudo publicado pelo site “Gays Time” em que foram entrevistados 280 gays do Reino Unido e Califórnia, o qual revela que mais da metade dos gays “não afeminados” (57%) acham que seus colegas afeminados dão uma reputação ruim ao coletivo homossexual masculino. Além disso, os que não se consideram afeminados sofreram 33% menos episódios de homofobia da escola do que seus companheiros gays afeminados, e 35% concordaram com a frase: “Eu me identifico mais com a comunidade heterossexual do que com a gav” (EL PAÍS, 2017).



Essas justificativas, ao serem naturalizadas, proporcionam uma compreensão imediata das manifestações violentas. Porém, não propiciam o questionamento do sistema de opressão, hierarquização e subalternidade gerado por tais normas de gênero. Por isso, compreender essas dinâmicas é relevante para a construção de estratégias de transformações subjetivas e sociais

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito das vantagens obtidas através da ordem desigual de gênero, há um alto preço pago também pelos homens. As expectativas concebidas pela ordem patriarcal exigem que o homem hegemônico se mostre sempre corajoso, ou melhor, imprudente; que zele por sua honra a qualquer custo e nunca “leve desaforo para casa”; que esteja sempre apto fisicamente, inclusive sexualmente disposto; que não admita desvios da ordem heterossexual, em si ou mesmo nos outros; que afronte a monogamia e exiba suas conquistas sexuais como troféus. Enfim, preso às duras expectativas do modelo hegemônico de sucesso, o homem persiste numa contínua insegurança, incapaz de reconhecer suas fraquezas, incluindo as físicas, e de procurar ajuda quando necessário. Mas, sendo todos esses comportamentos psicossociais e aprendidos em seu curso de socialização, e dado ser a masculinidade uma construção social, podemos admitir a possibilidade de mudança desses padrões de comportamento.

Vislumbra-se sempre um horizonte utópico de formas mais igualitárias e plenas de existência para todas as pessoas. O caminho para este horizonte pressupõe a desconstrução de toda a ordem hierárquica que dá suporte às opressões de gênero, classe e raça. A luta começou há muitos anos, travada por mulheres, e já teve resultados surpreendentes. Contudo, ainda resta um longo caminho a ser percorrido e é preciso que os homens também se despertem para as injustiças cometidas e possam se retratar, unindo forças para o fim do patriarcado. Nesse sentido, ressalta-se a importância do trabalho interventivo com homens autores de violência de gênero contra a mulher. Os centros de reabilitação são previstos por lei<sup>30</sup> e são uma forma eficiente de encarar a situação de violência como um problema complexo, no qual entram em cena vários fatores psicossociais que se interligam e se influenciam mutuamente. Estudar e entender esta complexidade de fatores é uma premissa de relevância significativa para intervir nesse contexto e, com isso, romper o ciclo da violência de gênero.

---

30 A lei Maria da Penha (Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006), em seu artigo 35, inciso V, prevê que a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências, centros de educação e de reabilitação para os agressores.



## REFERÊNCIAS

ABREU, J. J. V.de; ANDRADE, T. R. A compreensão do conceito e categoria gênero e sua contribuição para as relações de gênero na escola. **VI Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI**, Piauí, 2010. Disponível em: <[http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.10/GT\\_10\\_01\\_2010.pdf](http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.10/GT_10_01_2010.pdf)>. Acesso em: 11 mai. 2017.

BORELLI, A. Adultério e a mulher: Considerações sobre a condição feminina no direito de família. **Revista Justiça & História**, Rio Grande do Sul, v. 2, n. 4, 2009. Disponível em: <[https://www.tjrs.jus.br/export/poder\\_judiciario/historia/memorial\\_do\\_poder\\_judiciario/memorial\\_judiciario\\_gaucho/revista\\_justica\\_e\\_historia/issn\\_1676-5834/v2n4/doc/05-Andrea\\_Borelli.pdf](https://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucho/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v2n4/doc/05-Andrea_Borelli.pdf)>. Acesso em: 28 ago. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114p.

BUTLER, J. P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 236p.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 1, jan./abr. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2013000100014&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000100014&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 15 out. 2015.

EL PAÍS. **‘Afeminofobia’: o desafio de ser autêntico em um mundo que cultua o macho**. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/28/estilo/1498676098\\_711307.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/28/estilo/1498676098_711307.html)>. Acesso em: 28 jun. 2017.

FLEURY-TEIXEIRA, E.; MENEGHEL, N. S. **Dicionário feminino da infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência**. Rio de Janeiro, editora FIOCRUZ, 2015, 422 p.

FONSECA, P. M.; LUCAS, T. N. S. **Violência Doméstica Contra a Mulher e suas Consequências Psicológicas**. 2006. 21 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Psicologia, Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, Bahia, 2006



IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Violência Contra Mulher**. Brasil, nov. 2012. Disponível em: <<http://teen.ibge.gov.br/es/noticias-teen/2822-violenciacontra-mulher?wvdpforce=1>>. Acesso em: 01 mai. 2017.

NASCIMENTO, M. Relações de Amizade entre Homens Homo e Heterossexuais: dinâmicas de gênero no contexto das masculinidades. In: STREY, M. N.; MUHLEN, B. K.; HOHN, K.C. **Caminhos de homens: gênero e movimentos**. Porto Alegre: Edipucrs, 2014. cap.5.

NATIVIDADE, C. **Semióticas da(s) masculinidade(s) em um grupo de homens que exercem violência contra as mulheres**. 2012. 179 f. Tese (Doutorado em Linguística do Texto e do Discurso). Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Relatório Mundial Sobre Violência e Saúde**. Out. 2002. Disponível em: <<https://www.opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude.pdf>>. Acesso em: 04 mai. 2017.

ROTHER, E.T. **Revisão sistemática X revisão narrativa**. Acta Paulista de Enfermagem. São Paulo, v. 20, n. 2, p. V-VI, abr./jun. 2007. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-21002007000200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002007000200001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 02 mai. 2017.

SCOTT, J.W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. **Revista Educação e Realidade**, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

SILVA, J. R. T. Masculinidade e violência: formação da identidade masculina e compreensão da violência praticada pelo homem. **Perspectivas Feministas de Gênero: Desafios nos campos da militância e das práticas**, Pernambuco, Recife, p.2802-2817, 2017. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/686/808>>. Acesso em: 28 jun. 2017.



# O CRESCIMENTO DAS MULHERES ENCARCERADAS: UM ESTUDO A PARTIR DA PERSPECTIVA FEMINISTA

Poliana de Oliveira Pinto<sup>31</sup>

Thaís Cristina de Melo Cruz<sup>32</sup>

Andréa Moreira Lima<sup>33</sup>

## RESUMO

O presente trabalho analisa o crescente encarceramento de mulheres, relacionando-o ao fenômeno da desigualdade de gênero existente na sociedade e, também, no sistema prisional. Para este artigo, realizou-se uma revisão narrativa da literatura utilizando o referencial teórico da Psicologia Social e das teorias feministas, mais especificamente, a partir do feminismo negro. O material pesquisado mostra que o tráfico de drogas é atualmente a maior causa do encarceramento feminino. O perfil da maioria das mulheres que se encontram privadas de liberdade é o seguinte: são negras, com baixo grau de escolaridade, responsáveis pelo sustento do lar familiar e provenientes das camadas sociais menos favorecidas economicamente. Este trabalho também compreende e questiona até que ponto a prisão está sendo mais um instrumento para corroborar o discurso social excludente e preconceituoso, por meio de medidas exclusivamente punitivas para determinadas mulheres. Com isso, pretendemos contribuir para reflexão e construção de novos saberes sobre a condição da mulher negra encarcerada e o exercício de seus direitos e deveres em contextos desfavoráveis.

## PALAVRAS-CHAVE:

Criminalidade. Feminismo. Gênero. Mulheres encarceradas.

## INTRODUÇÃO

Para as mulheres, o universo do encarceramento, da “utilidade e docilidade dos corpos”, expressão utilizada por Foucault em “Vigiar e Punir”<sup>34</sup>, revela-se como um espaço de construção da masculinização, fundamental para sobrevivência num espaço construído e pensado por e para os homens (RAMOS, 2012). Nesse espaço, assim como na vida coletiva em geral, as características sexuais são fatores condicionantes para a identificação de papéis impostos pela sociedade aos homens e mulheres,

31 Psicóloga pelo Centro Universitário UNA.

32 Psicóloga pelo Centro Universitário UNA e graduada em Gestão de Recursos Humanos pela Faculdade Estácio de Sá.

33 Psicóloga, Doutora em Psicologia Social (UFMG) e Professora do Centro Universitário UNA.

34 Em “Vigiar e Punir”, Foucault discursará sobre a “economia política” do corpo nos sistemas punitivos: ainda que não recorram a castigos violentos ou sangrentos, mesmo quando utilizam métodos “suaves” de trancar ou corrigir, é sempre do corpo que se trata — do corpo e de suas forças, da utilidade e da docilidade delas, de sua repartição e de sua submissão (FOUCAULT, 2014).



muitos dos quais, embora possam ser exercidas por ambos os gêneros, são destinadas apenas ao gênero masculino, configurando desigualdades sociais que implicam, até hoje, na exclusão feminina.

Nesse âmbito, o feminismo se desenvolve como uma forma de pensamento que reivindica que pessoas diferentes sejam tratadas não como iguais, mas como equivalentes. Houve várias gerações do feminismo, conhecidas como “ondas”, que ocorreram em épocas distintas, construídas historicamente conforme o contexto e as necessidades de cada tempo (NARVAZ; KOLLER, 2006). As fases do movimento feminista são fundamentais para analisarmos o crescente encarceramento feminino, a partir de uma compreensão das facetas e opressões que historicamente recaem sobre as mulheres, e a forma de punição e controle do sistema penal (CARVALHO; MAYORGA, 2017).

Assim, este artigo discute o crescimento do encarceramento feminino, examinando e problematizando os aspectos do crescimento do encarceramento em massa de um determinado público feminino, as mulheres negras, a partir de uma discussão feminista, a fim de compreender esse fenômeno considerando diversos aspectos inter-relacionais: questões sociais, econômicas, e a forma com que essas mulheres são tratadas pela sociedade e pelo sistema carcerário.

## **MÉTODO**

O trabalho propõe uma revisão narrativa de literatura. As fontes desta revisão compõem-se pela literatura relacionada às palavras-chaves: “criminalidade”; “feminismo”; “gênero”; “mulher”. Destaca-se que a revisão narrativa nem sempre adota critérios sistemáticos para a seleção do conteúdo a ser analisado. A partir desse método, o(a) autor(a) tem maior autonomia para interpretar os dados existentes de acordo com a sua análise crítico-pessoal (ROTHER, 2016). Para uma maior compreensão sobre a complexidade do fenômeno estudado, as autoras desse artigo também realizaram visitas-técnicas em políticas públicas da área.

## **O CRESCIMENTO ACELERADO DAS MULHERES ENCARCERADAS**

O crescimento do encarceramento feminino tem sido algo cada vez mais contundente. Dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) apontam que o Brasil conta com uma população de 579.781 pessoas custodiadas no Sistema Penitenciário, sendo que 37.380 são mulheres e 542.401 são homens. Contudo, enquanto a taxa total de aprisionamento aumentou 119% entre 2000 e 2014, a taxa de aprisionamento de mulheres no Brasil aumentou 460% no mesmo período, saltando de 6,5 mulheres presas para cada 100 mil mulheres, em 2000, para 36,4



mulheres para cada 100 mil mulheres, em 2014 (DEPEN, 2014). Importante ressaltar, ainda, que alguns grupos de mulheres não foram citados na pesquisa da situação prisional, por exemplo, as mulheres presas nas carceragens das delegacias de polícias e as mulheres transexuais (CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA, 2016).

Compreender quem são essas mulheres e o porquê de um crescimento acelerado do encarceramento feminino é fundamental para o avanço dos estudos e intervenções nesta área. Dados do DEPEN (2014) e da cartilha da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (2007) apontam o perfil das mulheres encarceradas: jovens, com filhos, baixa escolaridade, posições sociais e econômicas desfavorecidas (DEPEN, 2014). Martins (2016) resalta também o perfil das mulheres custodiadas como sendo: mulheres negras, na maioria das vezes responsáveis pelo sustento do lar familiar, grande parte desempregadas, provenientes das camadas sociais menos favorecidas economicamente, que trabalham em atividades informais e em atividades como empregadas domésticas, no comércio e na prestação de serviços. Além disso, em 2014, 50% das mulheres custodiadas no Brasil tinha entre 18 e 29 anos. Muitas vezes, os contextos e as situações de vulnerabilidade podem ser fatores determinantes para a entrada dessas adolescentes e jovens no mundo do crime (MARTINS, 2016).

Em relação à raça, cor ou etnia, a porcentagem de mulheres negras presas atinge 68%. Portanto, a cada três presas, duas são negras. Analisando os contextos sociais e as condições das mulheres negras e pardas no Brasil, verifica-se que elas enfrentam as piores condições de empregos, e compreendemos que, concomitante ao cenário exposto, há um processo de marginalização das mulheres negras e pardas, sustentado historicamente pelo regime escravocrata no período colonial. Além disso, a maior parte das famílias brasileiras monoparentais<sup>35</sup> são chefiadas por mulheres, em maioria negras, e que entram para o mercado de trabalho de maneira informal. Essa realidade socioeconômica desfavorável gera, muitas vezes, situações de vulnerabilidade que aumentam a probabilidade dessas mulheres ingressarem em práticas ilícitas – por exemplo, no tráfico de drogas (MARTINS, 2016).

O tráfico de drogas é a maior causa do encarceramento feminino no Brasil. Atualmente, o público masculino responde por 25% dos crimes relacionados ao tráfico de drogas, enquanto que, no público feminino, essa proporção chega a 68% (DEPEN, 2014). A Lei 11.343/2006 (BRASIL, 2006), que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, tem como estrutura basilar o combate às drogas, o sistema

---

35 O conceito de família monoparental refere-se a uma mãe ou um pai que vive sem cônjuge e com filhos dependentes. A família monoparental foi reconhecida como um tipo de família, pelo Direito Brasileiro com a promulgação da Constituição Federal em 1988. As famílias monoparentais de mães sozinhas com filhos são mais vulneráveis no plano econômico, no provimento de viveres e dos cuidados prestados aos filhos (SCARPELLINI; CARLOS, 2011).



repressor, o tratamento e a prevenção ao consumo de drogas, por meio de medidas protetivas (DUTRA, 2012).

Os artigos 28 e 33 da Lei 11.343/2006 (BRASIL, 2006) precisam ser analisados com cautela. O artigo 28 trata o consumo de drogas para o uso pessoal, e sua definição é subjetiva. A despadronização da norma a torna, muitas vezes, incompreensível, sendo necessária a verificação de cada situação, das mais peculiares que acontecem. A droga pode ser considerada tanto para consumo pessoal, quanto para o tráfico, e cabe ao juiz fazer o julgamento, uma vez que não existe na lei dados como a quantidade específica de drogas necessária para se fazer a distinção. O contexto é compreendido a partir da natureza da droga, da quantidade de substância apreendida, o local, as circunstâncias sociais, pessoais, as condições em que o flagrante desencadeou, e as medidas da aplicação das penas passam pela subjetividade das autoridades, como policiais e juízes envolvidos na análise (DUTRA, 2012). Contudo, dado o aumento no cárcere de mulheres relacionado ao tráfico de drogas, resultado direto das políticas públicas repressivas atuais, é preciso estabelecer soluções alternadas para o seu combate de drogas, visto que o cárcere não pode ser a única alternativa de intervenção e/ou a mais utilizada. É preciso que as políticas criminais tenham um viés de transformação subjetiva, social e institucional, de caráter não repressivo para o enfrentamento dos estereótipos distorcidos da mulher, bem como para a corresponsabilização frente ao seu ato em condições dignas para uma mudança psicossocial.

## **O FENÔMENO DO ENCARCERAMENTO FEMININO A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA PSICOSSOCIAL**

Analisar a situação das mulheres encarceradas a partir da perspectiva destas mulheres, nos possibilita questionar os estereótipos reproduzidos historicamente e a forma de punição a que elas estão sendo submetidas, dando, assim, alguma visibilidade a questão da mulher, permitindo sua valorização tanto no espaço privado, quanto no espaço público.

O sistema prisional brasileiro reduz diversos problemas sociais ao crime, por meio da política de internamento, sendo atingidos de forma desigual os mais pobres e vulneráveis (RODRIGUES et al., 2012). Nessa direção, Foucault (1972) aponta que o internamento seria o modo com o qual a sociedade reage frente aos diferentes problemas sociais, como o desemprego, a miséria, a loucura, entre outros. As práticas punitivas vinculam o crime a um castigo e, com isso, o ciclo da violência não se rompe. Os estudos de Souza (2000) resgatam algumas contribuições de Hanna Arendt, afirmando que violência e poder se diferenciam pela dimensão política. Assim, em



direção oposta às práticas tradicionais, ele defende que a violência deve ser contida mediante o reconhecimento, a aplicação e o exercício dos direitos humanos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, promoveu uma série de ações e reflexões a respeito de aspectos sociais como cultura, raça, valores e crenças, se atentando para a violação de direitos, a exclusão e discriminação social, dentre outros, a fim de buscar a garantia dos direitos humanos, civis e políticos de cada sujeito. Sob a ótica dessa Declaração, o cenário das condições para os(as) apenados(as) aponta para uma violação dos direitos humanos, quando as garantias fundamentais destes(as), na realidade, se diferem do que consta nas leis que regulamentam e garantem direitos no interior do Sistema Penitenciário brasileiro, tais como as condições das prisões no que tange à saúde, violência e abusos sofridos.

Na obra “Punir os pobres”, Wacquant (2003) aponta a importância das transformações no campo da política nos Estados Unidos da América (EUA), uma discussão que, resguardadas as especificidades de cada contexto, serve para compreensão deste fenômeno em outras localidades, como no Brasil. Quando as políticas sociais são associadas às políticas penais, com o objetivo de se administrar a pobreza, o cenário predominante é a criminalização da marginalidade. O autor analisa a penalização como um fenômeno que atua invisibilizando os problemas sociais que o Estado não consegue solucionar. Dessa forma, questionamos se o aumento acelerado do encarceramento feminino estaria diretamente ligado ao avanço do Estado penal em relação a uma tentativa de conter a crescente pobreza e violência.

Segundo Baratta (2002), a qualidade de desviante é entendida e construída historicamente a partir dos valores da sociedade, de definições de classes de comportamentos, quando se diz o que é o certo e errado. Dessa forma, esse etiquetamento de atitudes, uma vez que passam a ser respaldados por processos institucionais e formais, gera contextos de reação social, os quais influenciam a identidade social do indivíduo. Segundo o autor, existe uma dependência recíproca complexa entre o sistema punitivo e a estrutura social. Assim, em um contexto no qual a mulher negra, pobre e sem escolaridade se encontra em situação de exclusão e vulnerabilidade frente ao mercado de trabalho sexista, que oferece poucas oportunidades laborais, a atividade ilícita relacionada às drogas aparece como um caminho alternativo, uma forma de subsistência e complemento de renda. Com isso, julgamentos e formas de tratamento discriminatórias, muitas vezes construídas a partir de uma perspectiva ideológica patriarcal e machista, tem reproduzido discursos e práticas de naturalização das desigualdades de gênero, predominantemente presentes na sociedade brasileira.



## CONTRIBUIÇÕES DO FEMINISMO NEGRO NO ENFRENTAMENTO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NO SISTEMA PRISIONAL

O gênero se constitui na relação homem/mulher, pois o indivíduo não é um ser isolado, mesmo retirando as representações sociais e as regras da sociedade, e é historicamente determinado não só pelas diferenças de sexo. É uma categoria utilizada para problematizar as relações sociais que envolvem homens e mulheres, as quais são aplicadas nos diferentes discursos sociais sobre a diferença sexual. O feminismo, por meio dos movimentos sociais, surge em busca da equiparação dos gêneros, lutando pelo exercício dos direitos cívicos e políticos, bem como contra o sexismo (NOGUEIRA, 2001).

Uma análise feminista sobre as instituições prisionais que abrigam mulheres em privação de liberdade pode contribuir para um olhar menos parcial das prisões na atualidade, ampliando assim debates sobre a reclusão, exclusão e o controle social. Pensar na história das prisões e tomando as mulheres custodiadas como referência de estudo, contribui para a problematização sobre o porquê de o sistema penal ser restrito e específico a um determinado público feminino (CARVALHO; MAYORGA, 2017).

O sistema penal é um lugar incisivo para correção de condutas, onde o sujeito não foi devidamente regulado pela família, escola e outros dispositivos informais que são reproduzidos na sociedade. O sistema penal reforça as diferenças de gênero, as bases sociais discriminatórias que ditam o “lugar da mulher” frente a sociedade por meio de condutas opressoras. É preciso complexificar o gênero, tendo em vista que não é pelo fato de serem mulheres que todas compartilham das mesmas histórias de luta e subordinação. A diversidade de contexto em que cada mulher está inserida vai dizer sobre as especificidades de sua forma de relacionar e de ser vista na sociedade. Quando se debate a categoria gênero, deixando de lado questões como a raça, classe e nacionalidade, o gênero torna algo global e central, perdendo sua força na categoria analítica (CARVALHO; MAYORGA, 2017).

As demandas relacionadas as mulheres brancas não são as mesmas demandas das mulheres negras. Por isso, faz-se necessário analisarmos de forma crítica as relações intragênero, para problematização do fato de que, dentre as mulheres encarceradas, a maioria são negras.

A mulher negra se insere na sociedade com o peso do sofrimento da dupla discriminação: gênero e raça. Dessa forma, é necessária uma compreensão de que a mulher negra tem experiências sociais desvantajosas e, como resultado, uma posição social inferior à da mulher branca. Com isso, têm-se discutido a necessidade de enfrenta-



mento ao racismo e da inserção de debates sobre raça/etnia na luta feminista pela igualdade de gênero (COELHO; GOMES, 2015).

Em 1970, nasceu nos Estados Unidos da América do Norte o feminismo negro, tendo como crítica uma visão eurocêntrica e racista do feminismo daquele momento, o qual deixava de lado as vivências e experiências das mulheres não brancas (MARTINS, 2016).

O feminismo negro norte-americano surgiu, nessa perspectiva de resistência e organização, quando teóricas e militantes afrodescendentes como Patricia Hill Collins, Bell Hooks, Kimberle Crenshaw e Audre Lorde pontuaram que o feminismo tradicional não conseguia responder aos anseios das mulheres negras porque reduzia a categoria mulher a uma identidade única e fixa. Na direção contrária, as mulheres negras apontavam a interseccionalidade como uma estratégia analítica necessária para uma melhor compreensão do entrelaçamento entre as múltiplas identidades – de gênero, racial, de classe, de orientação sexual etc. – passíveis de serem assumidas por um indivíduo ou grupo (MALTA; OLIVEIRA, 2016 p.58).

O feminismo negro retrata as desigualdades de gênero e intragênero, com o intuito de afirmar e dar visibilidade às perspectivas das feministas negras, para discutir a mulher negra, que em sua maioria é também uma mulher pobre. Assim, esse movimento tem grande importância na luta anti-racista e contra a pobreza (CARNEIRO, 2003).

Um importante momento do feminismo negro no Brasil acontece em 1985, quando Sueli Carneiro e Thereza Santos divulgaram um diagnóstico sobre a situação da mulher brasileira, contendo seus vários contextos sociais, com a intenção de avaliar e publicar os objetivos alcançados pelo governo brasileiro na década da Mulher, isto é, 1975-1985. A publicação revelou fatores socioeconômicos sobre a realidade da população negra e, em especial, da Mulher Negra (COELHO; GOMES, 2015).

Lélia Gonzalez, uma referência do feminismo negro no Brasil, foi pioneira nas discussões sobre a questão do racismo, classismo e sexismo. A autora palestrava e publicava assuntos que abordavam a situação da mulher negra, fazendo críticas ao feminismo hegemônico e, também, à ausência de discussões do feminismo frente ao racismo. Em sua visão, somente positivar direitos não seria o bastante para assegurar resultados (MARTINS, 2016).

Os direitos humanos, na verdade, quando pensados de forma generalizada, não conseguem abarcar as particularidades dos grupos sociais e do sujeito, permitindo, assim, a perpetuação das violações dos direitos e da lógica de opressão que perpassa a pessoa que não está identificada com o modelo imposto pela elite dominante (LIMA,



2017). Por isso, o estudo da interseccionalidade de gênero<sup>36</sup> tem como objetivo analisar as interações entre os marcadores de gênero, sexualidade, classe, raça e etnia na vida das minorias, bem como as formas de dominação ou discriminação. Historicamente, há a continuidade na exclusão da população pobre e negra população – sobretudo da mulher situada nestes marcadores – quando o Estado, muitas vezes, não garante direitos, sendo omissa nas condições básicas de sobrevivência dessa população (CARVALHO, 2017). Quando o Estado e a sociedade falha com a mulher, ela também falha, havendo uma corresponsabilidade da mulher autora de violência, do Estado e da sociedade. Diante dessa constatação, surgem alguns questionamentos: será que é possível uma prisão que seja humana? É possível uma prisão que não promova e acentue a forma de opressão contra mulheres, negras e pobres?

Lima (2017) exprime a importância de uma perspectiva de direitos humanos que compreenda e permita ao indivíduo ser um ator social, um sujeito com autonomia para participar, transformar e construir o próprio contexto social no qual encontra-se inserido. A partir dessa perspectiva, torna-se importante a efetivação de políticas públicas que ampliem a autonomia do indivíduo, permitindo, por exemplo, o ingresso da mulher (pobre e negra) no mercado de trabalho, tanto preventivamente, como após o cumprimento da pena (CERNEKA, 2016; COELHO; GOMES, 2015). É indispensável, portanto, traçar caminhos que fortaleçam uma sociedade com igualdade de oportunidades, onde sejam respeitadas as diferenças e semelhanças no contexto social que cada sujeito está inserido.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maioria das mulheres que se encontra em privação de liberdade responde pelo crime de tráfico de drogas, sendo que estas não têm papel de “destaque” no tráfico pois, em geral, não são “traficantes”, e sim cumprem a função de guardar os entorpecentes, atuando como “aviãozinho”, “mulas”; além disso, são, muitas vezes, usuárias de drogas, o que significa que elas se encontram às margens da organização do tráfico, no local mais vulnerável e, por isso, são mais suscetíveis de serem presas. Porém, será que o tráfico pode ser efetivamente reduzido com a prisão dessas mulheres? Ou, o que está em questão é muito mais a produção de um regime punitivo que atua contra a mulher desviante das normas sociais de gênero?

36 O termo foi desenvolvido nos países anglo-saxônicos a partir das contribuições interdisciplinares do movimento *Black Feminism*, nos anos 1990. A proponente do conceito é a norte-americana Kimberlé Crenshaw. A interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça, etnia, classe etc. é uma proposta que leva em consideração as múltiplas fontes da identidade e suas infinitas possibilidades de articulações. Para maiores informações sobre o tema, consultar a obra: “HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v. 26, n. 1. p. 61-73, 2014”, na qual se discute o contexto histórico e político de surgimento do conceito.



Compreendemos a necessidade de analisar todo o contexto social no qual a mulher privada de liberdade está inserida, bem como analisar tal contexto à luz de perspectivas teóricas feministas, principalmente do feminismo negro, as quais auxiliam na construção de análises críticas baseadas na efetivação dos direitos humanos, ditos universais, para as minorias sociais que se encontram excluídas de seus direitos devido à opressão de gênero, sexualidade, raça-etnia e classe. Com isso, argumentamos em prol da construção de Políticas Públicas que possam garantir a promoção dos direitos e a inclusão social efetiva das mulheres, atualmente, submetidas a todo tempo a papéis sociais preestabelecidos e impostos de forma opressora sobre o gênero feminino.

As discussões feministas acerca da temática evidenciam o cenário e potencializam o processo de inclusão e ressocialização da mulher (negra) que comete um delito. Assim, pedimos licença poética para o fechamento dessa pesquisa dando voz à uma feminista negra, a cantora Yzalú, intérprete da música “Mulheres Negas” (FACCÃO CENTRAL, 2014):

Enquanto mulheres convencionais lutam contra o machismo, as negras duem pra vencer o machismo, o preconceito, o racismo. Lutam pra reverter o processo de aniquilação que encarcera afros descendentes em cubículos na prisão. Não existe Lei Maria da Penha que nos proteja da violência de nos submeter aos cargos de limpeza; de ler nos banheiros das faculdades hitleristas, “Fora macacos cotistas!”. Pelo processo branqueador não sou a beleza padrão, mas na Lei dos justos sou a personificação da determinação.



## REFERÊNCIAS

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do Direito Penal**: introdução à sociologia do direito penal. 3ed. Rio de Janeiro, 2002.

BRASIL. Lei Federal n.º 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 ago. 2006.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Estudos avançados. vol.17 no.49 São Paulo Sept./Dec. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000300008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000300008&script=sci_arttext)>. Acesso em 05 jun. 2017.

CARVALHO, Daniela Tiffany Prado de; MAYORGA, Claudia. Contribuições feministas para os estudos acerca do aprisionamento de mulheres. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 25(1): 99-116, 2017.

CARVALHO, Elen. Mulheres: vozes encarceradas. **Brasil de fato**, Recife, 08 Mar 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/03/08/em-pernambuco-81-das-mulheres-encarceradas-sao-negras/>>. Acesso em 06 jun. 2017.

CERNEKA, Heidi Ann. Homens que menstruam: considerações acerca do sistema prisional às especificidades da mulher. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 6 n. 11 p. 61-78, 2009. Disponível em: <[http://www.domhelder.edu.br/veredas\\_direito/pdf/60\\_77.pdf](http://www.domhelder.edu.br/veredas_direito/pdf/60_77.pdf)>. Acesso em 22 nov. 2016.

COELHO, Andreza Maria Sá; GOMES, Sansarah da Silva. **O Movimento Feminista Negro e suas Particularidades na Sociedade Brasileira**. Jornada Internacional de Políticas Públicas, v.7 Universidade Federal do Maranhão, 2015. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo6/o-movimento-feminista-negro-e-suas-particularidades-na-sociedade-brasileira.pdf>>. Acesso em 12 Ago 2017.

CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA. Quais são os números da justiça criminal no Brasil? **Informativo Rede de Justiça Criminal**, n.8, 2016. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/02/b948337bc7690673a39cb5c-db10994f8.pdf>>. Acesso em 29 mar. 2017.



DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento nacional de informações penitenciárias INFOPEN mulheres**. Ministério da Justiça, 2014. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/relatorio-infopen-mulheres.pdf>>. Acesso em 28 set. 2016.

DUTRA, Thaíse Concolato. **A criminalidade feminina com relação ao tráfico de drogas, frente à lei 11.343./06**. 2012. Disponível em: <[http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2012\\_2/thaise\\_dutra.pdf](http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2012_2/thaise_dutra.pdf)>. Acesso 01 abr. 2017.

FACÇÃO CENTRAL, Eduardo. **Mulheres Negras Johann**. Intérprete: Yzalú, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

LIMA, Andréa Moreira. **Política sexual: os direitos humanos LGBT entre o universal e o particular**. Belo Horizonte: Relicário edições, 2017.

MALTA, Renata Barreto; OLIVEIRA, Laila Thaíse Batista. **Enegrecendo as Redes: o ativismo de mulheres negras no espaço virtual**. Universidade Federal do Sergipe, 2016.

MARTINS, Isabel Rocha. **A criminalização feminina: O lugar da mulher no crime**. Monografia de Graduação, Faculdade de Direito - Universidade de Brasília. DF, 2016.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, 2006.

NOGUEIRA, Conceição. **Feminismo e discurso do gênero na psicologia social**. Associação Brasileira de Psicologia Social, Universidade do Minho, 2001. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4117/1/feminismo%20e%20discurso%20do%20g%C3%A9nero%20na%20psicologia%20social.pdf>>. Acesso em 05 jun. 2017.

OLIVEIRA, Elisa Rezende. **Violência doméstica e familiar contra a mulher: um cenário de subjugação do gênero feminino**. Revista do Laboratório de Estudos da



Violência da UNESP / Marília, ed. 9. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://revistas.marilia.unesp.br/revistas/index.php/levs/article/view/2283>>. Acesso em 28 set. 2016.

RAMOS, Luciana de Souza. **Pelo amor ou pela dor?** Um olhar feminista sobre o encarceramento de mulheres por tráfico de drogas. 2012. 126f. Dissertação (Mestrado em Direito Estado e Constituição). Brasília, Faculdade de Direito.

RODRIGUES, Isabela Viviane *et al.* Gênero e privação de liberdade: as condições de vida das mulheres na prisão. **Revista de Iniciação Científica da ULBRA**, nº 10, 2012.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática versus revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v.20, n.2, 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307026613004>>. Acesso em 02 abr. 2017.

SCARPELLINI, Marister; CARLOS, Viviani Yoshinaga. **Monoparentalidade Feminina e Vulnerabilidade Social:** a realidade de mulheres chefes de família no município de Apucarana. Universidade Estadual de Londrina, 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/Marister.pdf>>. Acesso em 03 abr. 2017.

SOUZA, L. A. F. de. Tendências atuais nas áreas de segurança pública e de polícia: revisitar Foucault ou uma nova sociedade de controle? Texto: Violência, poder e direitos humanos. **Cadernos da Faculdade de Filosofia e Ciências**, v.9, n.1, p.59-80, 2000.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres:** a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. 2.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.



# INFLUÊNCIA PATRIARCAL E HETERONORMATIVA NA CONSTRUÇÃO E EXPRESSÃO DA IDENTIDADE HOMOSSEXUAL

Paulo César Alves de Siqueira<sup>37</sup>

Luana Rodrigues Bernardes<sup>38</sup>

Guilherme Couto Ramos<sup>39</sup>

## RESUMO

A vivência social da homossexualidade tem sido um grande desafio para homossexuais durante a história. O experienciar de um papel social estigmatizado, alicerçado em um construto hierárquico de gênero, seus determinantes socioculturais e heterogêneos, produz impactos sobre o psíquico dos indivíduos, afetando sua identidade e sua forma de se ver no mundo. O objetivo deste estudo é compreender o processo de construção da identidade homossexual em meio as influências de uma sociedade patriarcal e heteronormativa, seus determinantes históricos e o processo de reivindicação da hegemonia da heterossexualidade ao se expressar publicamente como homossexual. A revisão de literatura realizada permitiu compreender que a expressão pública da homossexualidade tem origem em uma identidade social construída a partir de uma identificação pessoal positiva às formas de expressão homoafetivas, associado a fatores socioeconômicos e de sociabilidade. Observou-se que, o estudo dos processos identitários pelos quais indivíduos estigmatizados são sujeitos, pode contribuir para a implementação de políticas públicas de redução ao combate a homofobia.

## PALAVRAS-CHAVE:

Homossexualidade. Identidade homossexual. Papéis sociais. Processos identitários.

## INTRODUÇÃO

Apesar das transformações sociais ligadas ao mercado de trabalho e a independência financeira de jovens adultos, que vivenciam sua individualidade distante da influência familiar, bem como os espaços de sociabilidade homossexual, terem colaborado para as mais diversas formas de expressão da sexualidade, identidades ainda permanecem veladas diante da influência heteronormativa, causando impactos psicológicos e subjetividades normatizadas (MISKOLCI, 2014). A sexualidade, que por muito tempo foi designada como a nossa “animalidade”, ao mesmo tempo que define a manifestação de nossos desejos e necessidades sexuais, também nos controla

37 Graduando de Psicologia, aluno de iniciação científica, Universidade Salgado de Oliveira

38 Graduando de Psicologia, aluno de iniciação científica, Universidade Salgado de Oliveira

39 Graduando de Psicologia, aluno de iniciação científica, Universidade Salgado de Oliveira



e nos sujeita a imposições de regras sociais resultando em identificações sociais previamente definidos (GPP, 2010).

A concepção de que o homem deve-se juntar à mulher e a mulher juntar-se ao homem, e somente à esse modelo dirigirem seu desejo, resultou na constituição de um único modelo de família, sofrendo influência direta da norma em que afirma que os seres humanos se dividem em duas categorias distintas e complementares: macho e fêmea. Tal norma produz conceitos valorativos de certo e errado, inferiorizando e patologizando qualquer expressão diferente desse padrão. Esse modo de repressão provém de um sistema atualmente conhecido como heteronormativo ou heterossexista (SANTOS & SILVA, 2013; GPP, 2010).

A vivência social da homossexualidade tem sido um grande desafio para homossexuais durante a história. O medo e a vergonha diante da exposição ao ridículo e a discriminação, produzem formas de comportamentos ocultas, invisíveis, que resultam em subjetividades normatizadas por determinantes socioculturais e heterogêneos. Esses determinantes demarcam identidades fixas, rígidas e definem os papéis sociais a serem encenados, resultando no controle e na regulação dos desejos, dos corpos e das práticas de vivências da sexualidade (NASCIMENTO, 2010).

A noção de homossexualidade, ainda hoje, é impregnada pelos preceitos médicos, patriarcais e heteronormativos. Portanto, é preciso considerar a relevância dos impactos psicológicos que tal influência exerce sobre sujeitos que vivem a homossexualidade em espaços de ocultamento, como por exemplo, o casamento heteronormativo. Gontijo (2007) demonstra em seu estudo que 65% das pessoas entrevistadas já tinham desejos homossexuais durante o relacionamento heterossexual e optaram por vivenciar seus desejos em espaços de ocultamento, conformando ao padrão heteronormativo imposto socialmente.

Diante do exposto, objetiva-se compreender o processo de construção da identidade homossexual em meio às influências de uma sociedade patriarcal e heteronormativa, seus determinantes históricos e o processo de questionamento da hegemonia da heterossexualidade ao se expressar publicamente como homossexual.

## **MÉTODO**

Objetivando compreender o processo de construção da identidade homossexual em meio às influências de uma sociedade patriarcal e heteronormativa, especialmente seus determinantes históricos, recorreu-se como método de coletas de dados, a bi-



bliografia disponível a respeito do tema. Artigos científicos obtidos através dos bancos de dados Scielo e Pepsic, foram as principais fontes de dados. Além disso, dados complementares foram obtidos em livros citados nos artigos selecionados.

Utilizou-se como descritores: identidade homossexual-heteronormatividade, homossexualidade-patriarcado, homossexualidade-armário.

## RESULTADOS

### *Identidade Homossexual*

Ao primeiro momento, parece incompreensível o fato de que práticas sexuais podem produzir formas de identificação. A identidade homossexual caracteriza-se pela forma como os indivíduos se veem socialmente perante a forma tão estigmatizada de comportamento sexual. É um processo de autoclassificação ou de aceitação de um rótulo que muitas vezes leva ao confronto com a negatividade (PEREIRA, 2005). O lugar social estigmatizado ocupado pelo homossexual, afeta de maneira significativa a construção da identidade pessoal, da inserção social e da vivência psíquica desses sujeitos, resultando na produção de significados positivos ou negativos com relação ao grupo social (SILVA, 2007).

A construção da identidade homossexual, devido ao seu histórico de preconceitos e não aceitação, somado à falta de marcadores sociais, compreende um processo complexo para os sujeitos que a expressam publicamente (FÁVARO, 2010). Sua construção depende de identificações pessoais positivas aos grupos que compartilham práticas e expressões semelhantes. É em um modelo exterior à ele, que o sujeito se identifica e constrói seu sentimento de pertença a um sistema social. Porém, em uma sociedade com discursos hegemônicos enraizados historicamente, que dita normas rígidas de comportamento especialmente ao que se refere a sexualidade, exige dos sujeitos que fogem da norma, uma maneira peculiar de identificação. Os sujeitos podem vivenciar processos de contra-identificação, negando aquilo que não é ou ainda processos de des-identificação, se apropriando do modelo vigente (PINHO, 2004). Ou seja, o sujeito identificado homossexualmente, pode vivenciar identificações positivas ao modelo de expressão homossexual e reivindicar o padrão hegemônico heterossexual ou negar a expressão homossexual, através de uma percepção negativa, alicerçada pelas influências de uma perspectiva estigmatizada.

Pereira (2005), apresenta trajetórias identitárias possíveis vivenciadas pelos sujeitos na construção da identidade homossexual, consoante à influência dos determinantes culturais: “(in)compatibilidade na compreensão dos papéis sexuais sociais vigentes, reco-



nhecimento da diferença, confusão identitária, tolerância identitária, aceitação privada da identidade, aceitação privada e integrada da identidade e abertura total”. O sujeito vivencia um processo de aceitação individual em que se define como homossexual. Este processo encontra-se amplamente integrado aos contextos sociais, em que tais expressões são aceitas e resulta no termo que Silva (2007) chama de identidade de apresentação. O sujeito se apresenta socialmente como homossexual, e se identifica com sua identidade, revelando-a a outras pessoas de maneira confortável.

Por fim, é válido ressaltar que a construção de uma identidade homossexual positiva passa por um processo, muitas vezes, impactante para os sujeitos homossexuais. Sua construção encontra-se diretamente influenciada por construções normativas históricas e culturais, influenciadas por estratégias de manutenção do poder vigente. “A expressão homossexual assume um papel transformador da cultura heteronormativa.” (SANTOS & SILVA, 2013).

### ***O armário***

O controle heteronormativo baseado no modelo patriarcal de organização e poder, produz formas específicas de vivência da sexualidade. Homossexuais masculinos, especificamente, que optam pela não exposição pública da sua sexualidade, recorrem a meios, como a internet e as relações extraconjugais, quando casados, para conciliarem seu desejo homoerótico e sua aceitação social. O termo “armário” pode ser considerado como um conjunto de normas que atende aos desígnios da norma heteronormativa, relegando ao oculto e ao privado, as relações que diferem daquelas “autorizadas” à vivência pública (MISKOLCI, 2013).

O regime de visibilidade busca sintetizar a forma como uma sociedade confere reconhecimento e torna visível certos arranjos amorosos, enquanto controla por meio da vigilância moral, da coibição da expressão pública, em suma, pela manutenção dessas outras formas amorosas e sexuais em relativa descrição ou invisibilidade [...] Uma relação de poder sofisticada, pois não se baseia em proibições diretas, antes em formas indiretas, mas altamente eficientes, de gestão do que é visível e aceitável na vida cotidiana (MISKOLCI, 2016).

O armário permite, ilusoriamente, a possibilidade da experiência de práticas homossexuais veladas, caracterizando um alívio temporário dos desejos “proibidos” e, ao mesmo tempo, mantendo as normas prescritas ao comportamento masculino. A homossexualidade atinge os homens de maneira significativa, tendo em vista a “obrigação” destes, em manter a ordem que elege o masculino como superior e detentor do poder; e que inferioriza o feminino e toda forma de comportamento que se assemelhe. “O homossexual é ainda percebido como um homem fracassado, que falhou nos testes de virilidade. Importaria, portanto, para ser um homem, não parecer ou agir de modo a pensar que se poderia ser homossexual” (TAMAGNE, 2013).



O homem que se relaciona com outro homem, fere o lugar que é seu por direito. Baseado em um paradigma naturalista que divide hierarquicamente homens e mulheres e produz homofobia, como forma de manutenção dos esquemas viris e machistas. Assim como a mulher, o homem está submetido às hierarquias sociais de gênero (WELZER-LANG, 2001). “É a dominação do homem pelo homem” (SILVA, 2007). Em seu livro, *microfísica do poder*, Foucault (2001), já atribuía a homossexualidade como uma nova via de controle da sexualidade e, conseqüentemente, da manutenção da superioridade masculina.

O armário constituído, em alguns casos, pela submissão ao casamento heteronormativo, “se passando” como hétero, é uma forma de negociação da invisibilidade em busca de segurança e sobrevivência em um contexto hostil e opressor (MISKOLCI, 2016). Junior (2008) descreve que o processo de sair do armário remete ao questionamento da norma heterossexual vigente. É um processo político de reconhecimento enquanto “distinto” e passível de experiência social. Tal processo só é possível a partir de uma identidade social integrada que possibilite ao sujeito empoderamento para questionar e resistir aos sistemas de opressão, nem sempre visíveis.

A heteronormatividade compreendida como a norma que destina ao controle do comportamento sexual, bem como sua finalidade, tem sua origem baseada em um processo histórico peculiar que engloba, inclusive, o modo de organização familiar. A família patriarcal é, segundo Parker (1991), “um sistema de representações que continua a influenciar as maneiras pelos quais os indivíduos contemporâneos compreendem a ordem própria das coisas, estruturam e interpretam o sentido das suas relações sociais”. Os modos de organização social contemporâneos se baseiam, historicamente, no padrão familiar patriarcal que determina, inclusive, os papéis sexuais que sustentam sua estrutura.

A família patriarcal se estrutura a partir de um poder exclusivo concedido ao patriarca, chefe de família. Os demais papéis familiares se estruturam em torno deste, com hierarquias estabelecidas e regras rigidamente delimitadas. Esse modo de organização, disseminado e alimentado pelo discurso cultural, torna-se essencial para os processos de integração social, resultando em um complexo sistema simbólico que determina os comportamentos sexuais estabelecidos (PARKER, 1991).

A partir dos corpos (pênis e vagina) e da determinação biológica, os discursos hegemônicos se estabeleceram e passaram a produzir subjetividades. Tais discursos se baseiam, essencialmente, na dominação masculina, expressa pelo machismo, no heterocentrismo que determina a heterossexualidade como centro de organização



social e, por fim, na norma heteronormativa, que presume que todas as pessoas são heterossexuais e que seu desejo deve ser direcionado ao sexo oposto. Qualquer manifestação que foge dessa determinação, é considerada anormal (NASCIMENTO, 2010). Junior (2008), afirma que, a partir do século XIX, as práticas discursivas baseadas em antigas formas de controle social, legitimadas pela religião, encontraram na medicina apoio para sua permanência. A postura higienista do saber médico fez com que práticas homoafetivas fossem determinadas como doença e, assim, mantivesse a prevalência da ordem familiar patriarcal. A família, enquanto reprodutora desse discurso higiênico, ainda atua como dispositivo de repressão, disseminando obrigações de papéis sócio-sexuais aos seus membros (GURGEL, 2010).

É válido ressaltar que a influência do discurso cultural, que determina as figuras e os papéis sexuais, se baseiam em contrastes e oposições que são necessárias para manter o padrão estabelecido. Segundo Revenin (2013), o modo de organização machista de baseia em “papeis sexuais claramente definidos e repartidos de acordo com o esquema tradicional”. A figura do homem, machão e provedor, se baseia na sua oposição à inferioridade da mulher e, conseqüentemente, à todos aqueles que renunciam ao ideal masculino. A imagem do viado, considerado como macho biológico que falhou ao corresponder esse ideal masculino, assume inevitavelmente o papel oprimido e inferior ao feminino, resultando em um papel socialmente inadequado como homem e um fracasso biológico enquanto mulher (PARKER, 1991). “A dominação masculina se constrói sobre a negação do feminino e a rejeição da homossexualidade” (SANTOS & SILVA, 2013). Segundo Tamagne (2013), as formas discriminatórias e opressivas expressas nos termos como veado, bicha, entre outros, funcionam como chamamentos à ordem de uma obrigação de virilidade e heterossexualidade que deve ser cumprida pelo homem.

Portanto, o pavor direcionado às identidades homoafetivas deve-se mais aos danos causados às leis naturais e sociais que pelo envolvimento sexual com um indivíduo do mesmo sexo. A renúncia à ordem estabelecida, expressa pelos homossexuais ao assumirem uma identidade social, transgride todo um sistema histórico e cultural de organização, desafiando a natureza biológica e as leis divinas, recusando o sexo como forma de reprodução, superando a reprovação familiar e anulando a medicalização da homossexualidade, resultando no estabelecimento de uma nova forma de ser homem fora da norma. Tal fato corrobora o limite entre esfera pública e privada, estabelecendo um novo mundo onde é possível a ocorrência de novas identificações (REVENIN, 2013).



## DISCUSSÃO

Segundo Santos e Silva (2013), a homossexualidade se coloca para a sociedade como desvio de uma norma biológica e natural, uma vez que impossibilita a reprodução de modelos patriarcais, tais como: a constituição da família heterossexual, monogâmica, hierarquizada pelo gênero. O estigma sofrido pela vivência homossexual se origina da não reprodução dos valores construídos histórico e culturalmente, no que se refere ao controle da sexualidade ligada diretamente à reprodução e à manutenção do ideal de família patriarcal. Assim, os sujeitos, membros dessa cultura que controla e determina, não possuem o poder de recusá-la a partir de uma decisão individual, cabe, na maioria dos casos, a aceitação desse padrão manifestado, submetendo ao casamento heteronormativo e à criação de meios velados em que permitam a vivência dos desejos homoeróticos, vivência atualmente conhecido como “armário”. O armário e o casamento proporcionam, nestes indivíduos, a possibilidade de conciliação do seu anseio de aceitação social. O silenciamento, a recusa da manifestação dos desejos homoeróticos por pessoas do gênero masculino se justifica “como uma forma de manter a homeostase do grupo familiar e preservar o ideal familiar que consiste na busca de membros do sexo oposto para se realizar afetivo ou sexualmente” (GURGEL, 2010).

Segundo Miskolci (2013), no Brasil, desde 1990, homens passaram a desenvolver relações com outros homens sem se expor no espaço público, objetivando manter a hegemonia heterossexual e diminuir o efeito da exclusão social.

O mesmo autor fornece o conceito de armário como sendo:

O armário é um regime de controle da sexualidade culturalmente criado e subjetivamente incorporado por meio do aprendizado social de quais relações são reconhecidas e visíveis no espaço público e quais são punidas ou toleradas apenas quando restritas à invisibilidade e ao privado (MISKOLCI, 2013).

O processo de “sair do armário” pode ser caracterizado, como afirma Junior (2008), um processo político de reivindicação da hegemonia da heterossexualidade. Expressar-se publicamente remete à expressão de um modo de ser, remete-se à contornos do que pode ser chamado de identidade.

A afirmação da homossexualidade perante a sociedade consiste na vivência de um papel social estigmatizado, produzindo impactos sobre a vivência psíquica dos indivíduos e afetando sua identidade e forma de se ver no mundo. A identidade so-



cial refere-se ao pertencimento do indivíduo às categorias sociais (SILVA, 2007). É a parcela do autoconceito proveniente da pertença a um determinado grupo (Tajfel *apud* Rabelo & Nascimento, 2013). Santos e Silva (2013) ressaltam a necessidade da distinção entre o comportamento e identidade homossexual: O comportamento ou conduta homossexual diz-se da prática de relações sexuais entre indivíduos do mesmo sexo ou gênero, sem necessariamente haver uma expressão social, o que não caracteriza a vivência de uma identidade homossexual. A identidade homossexual requer, segundo os autores, espaços sociais de identificação em que gays e/ou lésbicas possam se expressar e construir uma identidade coletiva.

Essas vivências se realizam sob o plano de fundo histórico-cultural, que resultam em processos identitários, caracterizando uma maneira de se relacionar sexualmente com seus parceiros acompanhados de performances e signos específicos (PINHO, 2004). A identidade social, organizada em torno da sexualidade, origina-se de uma identidade pessoal positiva construída a partir do estabelecimento de uma rede social que gere significações e identificações, com um modo coletivo de diferenciação sexual (FÁVERO, 2010).

## CONCLUSÃO

Diante do estudo realizado, pode-se concluir que a expressão pública da homossexualidade tem origem em uma identidade social construída a partir de uma identificação pessoal positiva às formas de expressão homoafetivas, associado a fatores socioeconômicos e de sociabilidade. A família, como instituição, tem profunda influência no ocultamento da identidade homossexual, uma vez que a não reprodução dos padrões familiares, como o sexo voltado para a reprodução ou o casamento, é um fator significativo para a opressão de formas de expressão sexualmente diferenciadas. Além disso, observou-se que, o estudo dos processos identitários pelos quais indivíduos estigmatizados são sujeitos, pode contribuir para a implementação de políticas públicas de redução ao combate à homofobia. Por fim, verifica-se a necessidade de produção científica que contemple a homossexualidade enquanto processo identitário, tendo em vista que a maioria dos estudos na área estão voltadas para os estudos dos comportamentos homossexuais, da masculinidade ou da feminilidade devido ao grande impacto do movimento feminista.



## REFERÊNCIAS

ALVES, Zélia Mana Mendes Biasoli; SILVA, Maria Helena G. F. Dias da. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, n.2, p.61-69, Julho 1992. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-863X1992000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1992000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 4 de Junho de 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 16.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001 [versão online]

GPP, **Gestão de políticas públicas em gênero e raça**: módulo II. Orgs. Maria Luiza Heilborn, Leila Araújo, Andreia Barreto. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de políticas para as mulheres, 2010. 266 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GURGEL, J. J. R; Maluschke, J. S. N. F. O homoerotismo masculino e o seu grupo familiar. **Revista Mal-estar e Subjetividade**. Fortaleza. 2010. vol. x. n. 2. p. 633-651

FÁVERO, Maria Helena. Gênero, corpo e sexualidade *In*: Fávero, Maria Helena. **Psicologia do Gênero**: psicobiografia, sociocultural e transformações. Curitiba: Ed. UFPR. 2010. 435p.

JÚNIOR, A. V. Do altar para as ruas: luta, resistência e construção identitária de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros. **Revista Bogoas**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2008. N. 2. p. 171-190.

MISKOLCI, R. Machos e Brothers: uma etnografia sobre o armário em relações homoeróticas masculinas. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 2013. 21(1): 301-324

MISKOLCI, R. Negociando visibilidades: segredo e desejo em relações homoeróticas masculinas criadas por mídias digitais. **Bogoas – Estudos gays: gênero e sexualidades**. V. 8, n. 11. 2014. P. 51-78.



NASCIMENTO, Márcio A. N. Homofobia e homofobia interiorizada: produções subjetivas de controle heteronormativo? **Athenea Digital**. 2010. núm. 17: 227-239. Disponível em://atheneadigital.net/article/view/n17-nascimento/652-pdf-pt

PARKER, Richard G. **Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no brasil contemporâneo**. São Paulo: Best Seller. 1991.

PINHO, Osmundo. Guerra dos Mundos Homossexuais: resistência e contra-hegemonias de raça e gênero. In: **Revista Homossexualidade, produção cultural cidadania e saúde**.

PEREIRA, H. Leal, I. P. A identidade (homo)sexual e os seus determinantes: Implicações para a saúde. **Análise Psicológica** (2005), 3 (XXIII): 315-322.

RABELO, Aline Aparecida; NASCIMENTO, Adriano Afonso do. Vivência do preconceito e construção da identidade para homens homoafetivos. **Psicologia e Saber Social**, 2(1), 131-141, 2013 131.

REVENIN, Reges. Homossexualismo e virilidade. In Corbin, Alain et al. **História da virilidade**. Vol. 2. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SANTOS, Andressa R. B; SILVA, Henrique K. C. Identidade LGBT e capitalismo: a construção histórica da homofobia e as estratégias jurídicas para seu combate. **XV Jornada de Iniciação Científica de Direito da UFPR**. 2010. Disponível em: <http://www.direito.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/11/Jornada-5%C2%BA-lugar.-Andressa-e-Henrique1.pdf>

SILVA, Adriana Nunan do Nascimento. Homossexualidade e discriminação: o preconceito sexual internalizado. Tese de doutorado. **PUC-RJ**. 2007. Disponível em: <[https://www.maxwell.vrac.puc-rio/Busca\\_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=9652@1](https://www.maxwell.vrac.puc-rio/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=9652@1)

TAMAGNE, Florence. Mutações Homossexuais In Corbin, Alain, et. al. **História da virilidade: A virilidade em crise?** Petrópolis: Rio de Janeiro. 2013.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Ver. Estudos Femininos**. 2001, v. 9, n.2, pp. 460-026.



# POLIAMOR: RELAÇÕES DE GÊNERO E AS DINÂMICAS DA SEXUALIDADE EM UMA SOCIEDADE PREDOMINANTEMENTE MONOGÂMICA E HETEROSSEXUAL<sup>40</sup>

Amanda Prates<sup>41</sup>

Marina Melo<sup>42</sup>

## RESUMO

O grupo formado pelo estágio de investigação ofertado pela PUC Minas do São Gabriel, tem se dedicado a investigar as relações de gênero e as dinâmicas de sexualidade em relações poliamoristas, através de uma busca teórica articulada com os conhecimentos adquiridos no campo. Diante disso, esta pesquisa teve como objetivo relatar as diversas concepções de amor ao longo do tempo, priorizando a relação poliamor, como também, identificar a existência do poder nas relações poliamoristas. Através das entrevistas semiestruturadas, foi investigado o conceito de amor e as declarações sobre gênero e sexualidade das pessoas, que já tiveram ou têm relações poliamorosas, de modo a compreender os fatores relacionados às questões de gênero, sexualidade e poder. É preciso advertir que o conceito de poder usado durante o texto vem da obra de Foucault e enfocamos na questão da sexualidade em uma sociedade que constrói padrões de conformidades.

## PALAVRAS-CHAVE:

Poliamor. Gênero. Sexualidade. Poder.

Até que ponto a anatomia define o gênero?

É anjo? Ou mulher? Ou homem? Sobre a pergunta sem nexos, o novo arco-íris desdobra todos os raios do sexo” - Drummond.

Ao ler a palavra sexo, o que é evocado em você? Infelizmente lhes digo que perante a medicina, que é voltada para biologia, sexo é nada mais que nossas genitálias. Mas esperamos que você tenha pensado para além disso, pois quem faz a distinção entre ‘ser homem’ e ‘ser mulher’ somos nós, e não a natureza.

40 Trabalho orientado pela Professora Isabela Saraiva de Queiroz, atualmente docente da Universidade Federal de São João del Rei.

41 Cursando o 8º período de Psicologia. Atualmente está na área social. amandacp\_1@hotmail.com

42 Graduada em direito e Graduada em Psicologia pela PUC Minas, unidade São Gabriel. Atualmente está na área de saúde mental e tem um enorme interesse nas áreas que envolvem a minoria. .marinabarrademelo@vahoo.com.br.



Ao encontro deste pensamento, Butler (2016) diz que “o “corpo” é em si mesmo uma construção” e, por isso, vou falar com vocês sobre corpos não sendo instrumentos passivos, mas sim como identidade que engloba uma questão complexa de gênero, apesar da marca cultural binária: “macho” e “fêmea”, parecer “qualificar” os corpos humanos ao nascerem, deixando as outras imagens fora do mundo humano.

O conceito de gênero é complexo e, Butler (2016), classifica-o como performático, que repete normas culturalmente inteligíveis e inseparáveis das interseções políticas e culturais. Com isso, o gênero recebe interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e de identidades discursivas, não se constituindo de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos e, de acordo com Jaqueline (2012), o importante para saber o que é ser um homem ou uma mulher é a autopercepção e a forma como a pessoa se expressa, se identifica. Para nortear a complexidade, no Brasil, dos conceitos e termos usados em relação à sexualidade e gênero, é importante diferenciar gênero de orientação, já que este se refere à atração afetiva sexual, aquele pode ser enquadrado em cisgênero (pessoa que se identifica com o gênero que lhe foi atribuída ao nascer) e transgênero (pessoa que não se identifica com o gênero que nasceu). São diferentes de expressão de gênero (como a pessoa se apresenta aparentemente e no comportamento), papel de gênero (modo de agir em determinadas situações), crossdresser (pessoas que usam maquiagem, vestes e acessórios, contrariando o que é socialmente estabelecido para seu gênero), entre outros conceitos.

E para explorar um pouco, dessa diversidade de gênero e sexualidade, foi feita uma pesquisa entre 2014/2015 com pessoas que vivem o Poliamor, para averiguar se haveriam subversões performativas.

Percebemos uma ampliação da sexualidade, ocorrida por conta das pessoas buscarem uma vida mais livre e desvinculada das regras socialmente impostas; contudo, não livre de uma hierarquia, ou melhor, de um poder circular. É importante ressaltar que, para nós, praticante é toda pessoa que, além de aderir à filosofia, vive ou já viveu um relacionamento poliamor. E tais relações, que são flexíveis e se formam pelas redes sociais, ao contrário do que Bauman (2003) imaginava, não carregam a falta de empatia e a fragilidade dos vínculos. Porém, carregam um sentimento conflituoso em que Bauman chama de relações ambíguas, que oscilam entre liberdade e compromisso ou de relações de bolso.

Como apareceu a concepção de família nas falas dos entrevistados, fez-se necessário conceituá-la, sendo que o conceito família, como gênero/sexo, teve múltiplas transformações por influência de fatores econômicos, políticos, sociais e culturais.



A família como primeiro núcleo, faz com que o ser humano aprenda valores, sendo uma unidade social complexa, que exerce forte influência no comportamento, como também na sexualidade e nas relações de gênero.

Consideramos que o poliamor pode desconstruir as normas de gênero, definidas a partir de uma construção sociocultural baseada nas diferenças biológicas entre homens e mulheres, uma vez que permite com maior liberdade as relações poliamorosas para ambos os sexos. No entanto, é percebido que essa desconstrução pode não ocorrer completamente, pois, por vezes, mesmo os adeptos ao poliamor não deixam de seguir todos os padrões impostos a homens e mulheres pela sociedade.

O termo poliamor é um neologismo recente, servindo de ideologia para quem se enquadra, como prática e identidade, no contexto de não-monogamia responsável. Cardoso (2010) propõe que a grande circulação da palavra poliamor foi no segundo surgimento desta com um viés mais “cosmopolita”, ou seja, pretendia ajudar a solucionar problemas práticos dos relacionamentos amorosos. Salientamos que os conceitos de poliamor variam em estilo e conteúdo.

Além das relações livres, poligâmicas e Swing, iniciou-se, de acordo com Cardoso (2010), a relação ‘poliamorista’, em 1990. Porém, é importante ressaltar que a monogamia no poliamor não é abolida, mas sim repensada: existe uma diferença na monogamia como norma e ideal e na monogamia como prática pois, em algum sentido, são “cópias” das interações heterossexuais.

Para o blog<sup>43</sup>, poliamor é “um relacionamento que afirma ser possível não somente relacionar-se, mas também amar mais de uma pessoa ao mesmo tempo de maneira fixa, responsável e consensual entre todos os membros”. A partir deste conceito, já é percebida a diferença com as relações livres e poligâmicas, pois estas não aderem à prática de fidelidade. Já no Swing, apesar de haver lealdade, as pessoas que se envolvem com os casais não são necessariamente fixas. Os dados coletados não são quantificáveis; em sua maioria, tratam-se de discursos, diálogos e respostas que carregam em si a história de um sujeito que nos levou a refletir não apenas acerca do objetivo que fomos buscar, mas sobre a história das relações pautadas no poliamor, os atravessamentos culturais, políticos, sociais e religiosos nos discursos e nas relações dos poliamoristas, dificultando, talvez, a implementação da base ideológica.

Há, também, a presença do poder sob a perspectiva de Foucault (2007), em que esclarece, a partir do poder, como ocorre a subjetivação dos indivíduos em suas redes.

43 <http://poliamores.blogspot.com.br>



Ao ler as análises, é necessário afastar do pensamento que o poder é algo soberano (proibição ou imposição) ou que está relacionado a algo dotado de significado negativo e repressivo, ou que é algo que se possui e se manipula. Segundo Foucault, há um surgimento de uma nova forma de dominação constituída com o capitalismo que não se reduz à violência e à repressão, como é afirmado por marxistas, mas é um poder transformador, educativo e se exerce em toda sociedade através de uma rede de micropoderes.

Na análise de pesquisa, utilizamos o método de ‘análise de conteúdo’, por meio do qual fizemos leituras do conteúdo das falas dos entrevistados a partir de categorias de análise. Essas categorias foram estabelecidas a partir de nossas hipóteses e objetivos específicos articulados aos referenciais teóricos que sustentam este estudo. Além disso, no momento de análise, outras categorias emergiram da apreciação dos dados obtidos em campo.

As três categorias analisadas foram: família, sociedade e casamento; amor, liberdade e ciúmes; poder, sexualidade e gênero. Salientamos que os entrevistados eram os únicos que podiam informar, com maior riqueza de detalhes, a respeito de sua realidade e suas práticas, além de fornecer informações sobre seu ponto de vista e características de seu meio social, bem como sobre as várias formas de pertencimento neste. Sendo dever do grupo de pesquisadores fazer com que os entrevistados se sentissem à vontade com a situação de entrevista, para que eles pudessem colaborar com o máximo de dados possíveis.

Prosseguiremos com a análise de dados obtidos no campo, os quais foram divididos em três partes: Amor, Liberdade e Ciúmes; Família, Sociedade e Casamento; Poder, Sexualidade e Gênero.

## **FAMÍLIA, SOCIEDADE E CASAMENTO**

A partir da leitura do artigo escrito por Thiago Luís Silva (2007) vimos a diferenciação entre as configurações familiares no Brasil ao longo do tempo até chegar aos dias atuais, em que casamento e família já não são sinônimos. As configurações familiares se tornaram mais diversificadas, tendo o próprio poliamor como exemplo, sendo que as uniões informais estão presentes na sociedade brasileira desde o período colonial. Observamos na fala da Luiza o valor social e afetivo que o casamento religioso possui em seu relacionamento poliamorista com Tião. Apesar de fugirem da monogamia, ainda há valores trazidos da cultura monogâmica:



Não, a gente se conhecia por causa do grupo de amigos em comum, então tipo (pausa) eu não estava estressando não, até que ela (ex namorada do Tião) começou tipo (pausa), a invadir o meu espaço. No dia do meu casamento, eu casei, a gente alugou um sítio, pra gente casar no sítio, e tal... (Luiza).

O discurso de Luiza vem da crença de que a verdade do ser humano está no binário, monogamia ou poligamia, caracterizado nessa perspectiva e desconsiderando qualquer outra forma de relação. Butler (2016) menciona que existem algumas restrições linguísticas comuns ao pensamento que podem formar ou limitar os termos e, desse modo, o discurso produz o corpo marcado por diversos significados performáticos moldados pela norma que o define.

Interessante mencionar que Butler (2006) relata que as repetições e reiterações discursivas materializam nos corpos, fabricando sujeitos, identidades em meio à relação de poder. Ao dialogarmos com Vaitsman (1994) que traz questões semelhantes à de Silva (2007) sobre a sociedade pós-modernidade e na modernidade: as mulheres conquistaram a autonomia de seu corpo e do trabalho, contudo ainda não possuíam grande valor perante a sociedade. Percebemos na fala de Humberto que, ainda hoje, mesmo com a conquista de autonomia das mulheres, as mesmas não têm seu reconhecimento da igualdade de valor. Humberto relata que, em um relacionamento com contrato de pegar outras pessoas, ele ficava incomodado com a liberdade dela e a via como uma nota de dois reais passando na mão de todo mundo.

Tendo em vista que nossa cultura só reconhece como aceitável quem está dentro do padrão binário, a situação da entrevistada Carla, que se assemelha muito à situação dos entrevistados Luiza e Tião, permanecia escondida das respectivas famílias e sofria repressão social muito grande por conta da família de Carlos não ter conhecimento do trisal<sup>44</sup>. Abaixo, ela relata um momento possível de viver essa liberdade por não estar no ambiente cotidiano dela:

É, assim, o Carlos era muito livre assim (pausa pequena) ele não estava nem aí para nada. Mas eu e a Mônica, a gente já ficava mais reservada, né? Mas assim, teve momento, por exemplo, a gente viajou para Pirenópolis, lá é lindo. A gente andava de mão dada os três o tempo inteiro, fazia tudo, sabe? Bem assim, mas a gente estava fora do nosso mundo, do nosso convívio, do nosso meio. (Carla).

Além disso, podemos perceber na fala de Carla que aqueles que subvertem a ordem compulsória de sexo/gênero/desejo acabam estando fora do mundo humano e ratificam o que Butler (2016) diz ao afirmar que uma identidade só é possível à medida em que a identidade se torna culturalmente inteligível. Fica assim enraizada na fala dela a

44 Termo usado pelos participantes, e que significa relacionamento afetivo envolvendo três pessoas.



heteronormatividade, em que a “família monogâmica” está no topo da pirâmide, uma vez que, ao ser questionada se ela acreditava que o modelo de união poliamorista poderia também ser visto como uma família e, mais especificamente, se ela acreditava ser capaz de criar a sua filha dentro de uma união poliamorista, ela respondeu que até mesmo com os amigos ela não tem liberdade de abrir a porta da casa, pois acha que sua filha achará estranho. Carla expõe, em outros momentos da entrevista, exemplos que também nos levam a perceber como a identidade social leva ao medo de se expor. Conseqüentemente, o tabu afetou a sua última relação no poliamor, em que a mesma mencionou que a cobrança social fez com que ela fosse apresentada como amiga para a família por seu parceiro do trisal, enquanto a outra era a namorada. Já o entrevistado Humberto foi direto ao pontuar, deixando claro que não fala sobre suas relações e que quando um colega de trabalho mencionou sobre, Humberto o chamou em particular e pediu para ele não comentar sobre.

É interessante ressaltar a entrevista de Violeta que, apesar da criação diferenciada sobre a questão religiosa, já que sua mãe pertencia a Igreja Mórmon, em que a poligamia é comum, encontrou empecilhos para assumir tanto sua sexualidade como as suas relações poliamoristas. Assim, relata que encontrou maior dificuldade de assumir sua bissexualidade (posteriormente descobriu-se pansexual), do que de evidenciar suas relações poliamoristas, pois para a crença mórmon, apesar de que só os homens podem ter várias mulheres, já há um caráter discursivo de relações não-monogâmicas atravessadas por relações de gênero. E relata:

da minha família eu já ouvi muito isso: “ah se você fosse um trisal, você mais dois homens, eu não me importaria, mas com outra mulher...” (Violeta).

Podemos analisar família em termos foucaultianos para observar como as relações, investidas de discursos, fabricam sujeitos que produzem sexualidades para mascarar as relações de poder, sendo a família um micropoder. Beauvoir, citada por Butler (2016), reforça que o corpo é uma situação e é difícil recorrer a um corpo sem seus significados e interpretações culturais, tornando difícil a aceitação da família de um corpo que fugiu de suas interpretações.

Apoiando em Vaitsman (1994) o grupo ratifica que, em nossa sociedade predominantemente monogâmica e heterossexual, há ainda alguns pontos do patriarcalismo enraizados, mesmo após sua decaída decorrente de uma maior atuação da mulher no mundo público.

Gilberto Freyre, citado por Silva (2007), afirma que a relação entre os homens e as mulheres se baseava na exploração deles sobre elas, o que seria questionável, pois



a assimetria do gênero e a construção de liberdade do corpo, segundo Butler (2016), não deve ser pensada de forma binária, por deixar o corpo passivo. É válido pensar num corpo em construção afetado pela cultura, em cuja época era dado ao homem o livre gozo do amor e à mulher a rigidez e a obrigação perante o homem e a família, mantendo seu caráter histórico e institucional.

Vimos na fala de todos os entrevistados um ideal regulatório, uma ânsia pelo fim da repressão e discriminação social sofrida por eles, poliamoristas, que, na maioria das vezes, devem se manter escondidos aos olhos da sociedade e viver relações quase criminalizadas, completamente comprimidas à informalidade.

## AMOR, LIBERDADE E CIÚMES

A análise do amor como forma de liberdade se faz necessária devido ao aparecimento dessa relação amor/liberdade nas falas dos entrevistados e vimos, então, relação com a teoria de Giddens (1993). Este autor relata as várias transformações do amor durante sua obra, sendo que essas transformações podem ser divididas em amor apaixonado<sup>45</sup>, amor romântico<sup>46</sup> e amor confluyente<sup>47</sup>.

O amor apaixonado aparece nos relacionamentos poliamoristas com pouca frequência, pois constitui-se como um encantamento fora da relação fixa sem o consentimento do cônjuge, o que acaba prejudicando o cotidiano de quem o vive. Pode-se inferir na fala do Humberto a presença do amor *passion*, pois a traição, frequentemente, aparecia em relações que se baseiam nesse tipo de amor. Apesar do amor *passion* aparecer, é importante dizer que isso não é comum nas relações poliamoristas, pois os poliamoristas priorizam a transparência nas relações. Podemos ver essa transparência na fala da entrevistada Violeta, além disso, têm uma liberdade de falar que gostam de outras pessoas fora da relação constituída.

Deixa eu pensar, porque é uma pergunta bem, bem difícil. Ai meu Deus, o amor... é...hã... é... Eu tenho uma frase que eu gosto muito, muito que é a que eu levo para minha vida, “O amor deve ser multiplicado e não dividido”. Isso para mim é o amor, ser livre “tipo” o amor, não tratar o, não ter o amor como algemas. (Violeta).

45 É o mesmo que *amor passioné*, em que Giddens (1993) diz que há uma maior liberdade, para o homem; liberdade que está na quebra da rotina e do dever, ou seja, é o amor com outro que para ser mantido deve haver a traição; sendo que esta não é mencionada para o parceiro

46 O amor romântico é cultural, ou seja, histórico, e com isso está ligado ao poder e ao vínculo mais duradouro entre os casais, sendo sustentado por meio de um compromisso mútuo firmado entre o marido e a esposa com seus respectivos deveres. Segundo Giddens (1993), a origem do amor romântico está associada ao lugar social ocupado pela mulher.

47 No amor confluyente, Giddens (1993) diz ser a busca por um relacionamento especial, e não mais por uma pessoa especial e idealizada. A união dos indivíduos, a partir de um desenvolvimento da intimidade, pressupõe uma igualdade entre homens e mulheres nas trocas afetivas e no recebimento emocional entre os parceiros.



Segundo Del Priore (2005), com a flexibilização da moral sexual, casais não casados já podiam circular socialmente, pois eram mais aceitos. Aos olhos da igreja a sexualidade, que ainda era vista como pecado, passou a ser vista de uma outra forma, em que o amor e o prazer poderiam estar juntos. Podemos ver na fala de Violeta, que a religião a qual ela segue faz essa mistura entre amor e prazer, porém, liberada apenas para os homens.

Ao ler Del Priore (2005), pelas notícias atuais e pela introdução do poliamor em novelas e séries, percebemos que as formas de amor e sexualidade estão conseguindo ampliar cada vez mais seu espaço e sua aceitação. Será essa ampliação uma busca da base ideológica das relações poliamoristas - liberdade e igualdade, ou é uma fuga da perda? Estaria Foucault certo ao dizer que é no discurso das relações de poder que o corpo ganha significado?

## **PODER, SEXUALIDADE E GÊNERO**

A sexualidade não é algo novo no corpo humano e, no decorrer das obras de Foucault sobre a História da Sexualidade, é notória a preocupação com o poder, sendo esta uma questão central na pesquisa, pois, na maioria dos discursos, há presença do poder, como também é importante ressaltar Butler (2016), que traz “que o poder da linguagem de atuar sobre os corpos é tanto causa da opressão sexual como caminho para ir além dela.” (pag. 202). Ilustramos pela fala de Tião o poder do discurso:

A gente começou realmente... a gente, foi convite dela. A gente foi numa casa de Swing. Ai por ta na casa de Swing começou...só que a gente queria alguma coisa mais... não só física, realmente ter algum tipo de envolvimento. E aí tinha amigo nosso que... é... que já praticava o poliamor e apresentou pra gente. (Tião).

A fala acima ratifica o argumento de Foucault (2007) ao propor que a sexualidade, como construção histórica, é um sistema aberto e complexo de discurso e poder, pois no momento em que Tião relata estar na casa de Swing e por isso começou a praticar formas não-monogâmicas, cai por terra o sexo como unívoco e causal.

Quando a equipe sugere uma relação de poder na fala de Tião, ratifica o pensamento de Foucault (2007) ao relatar que o poder não se concentra apenas nas formas estatais, pois tais formas soberanas não seriam suficientes para controlar os indivíduos. E, por não ser suficiente, ocorre uma fragmentação do poder em que o controle será de forma ampla em toda relação social. Tal fragmentação vem com a ideia de micropoder, cujo controle ocorre por meio de poderes disciplinares não-hierárquicos em relações complexas, fazendo com que os indivíduos sejam, de forma sutil e persuasiva, controlados pelo discurso.

Torna-se pertinente ressaltar que Foucault (2007) diz que o poder, como prática social, opera entre os pares em ações cada vez mais regionalizadas, ficando difícil de identificar quem é o vilão e quem é o bom da relação, sendo um instrumento disciplinador e gerador de saberes, os quais criam novos poderes. Segundo Butler (2006), a linguagem, além de nomear os corpos e sexos, constrói e produz os mesmos.

Talvez essa ideia de micropoder não esteja visível aos olhos da população pois, na sociedade atual, a hierarquia sempre foi entendida em formato de pirâmide, dificultando, talvez, que Tião e Luiza percebessem a hierarquia dentro do trisal que eles viveram.

Assim, Luiza, com o poder, deixa claro ao dizer “sou muito possessiva” e que fica incomodada quando há alguém entrando na sua relação – esse alguém era uma mulher – por sentir-se em competição e, por isso, Tião desata com a moça para ficar com Luiza. É importante deixarmos claro que isso não quer dizer que sempre será ela que irá exercer o poder, pois, como já mencionado, o poder é mutável dentro dos micropoderes. As interferências ocorridas pelo mecanismo de dominação que se fazem valer, principalmente, pela disciplina, não vêm apenas das instituições; podem vir de amigos e das relações como foi observado.

Torna-se importante, também, o que Gayle Rubin (1992) discute sobre a sexualidade, considerando-a uma forma política organizada por meio de sistemas de poder, desigualdade e modos de opressão, contudo o grupo concorda em partes, visto que o poder para nós não é opressão; contudo as ideias de Rubin (1992) contrárias às de Foucault (2007), dado que a primeira acredita em hierarquia na forma de pirâmides e, para Foucault, como já mencionado, tal hierarquia não ocorre por pirâmides, mas sim o poder circular.

Pelo traço dessa análise política do poder, feita por Foucault (2007), a forma hierárquica de se pensar reduz o sexo ao regime binário: permitido e proibido, lícito e ilícito, sendo formas terminais da forma do poder. Salientamos que o poder para Foucault é entendido pela:

Multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inventa (FOUCAULT, 2007, p. 102).

Afastado o caráter repressivo também do sexo, Foucault (2007) resalta as técnicas polimorfas de poder (relações sem padrões de comportamento) que através de discursos – para o autor o silêncio, a censura e a negação são formas de discursos – re-



gulam a sexualidade do indivíduo, intensificando-a. Alguns exemplos de canais que geram essas polimorfias do poder seriam a medicina, a psiquiatria e as leis penais que criam regras e estudos sobre perversões, patologização de algumas práticas, como também a racionalização.

Ao tornar o sexo aproveitável, mediante a racionalização é criada uma política sexual com necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos, caindo por terra a repressão que era usada com o rigor de uma proibição para regular a natalidade, doenças, sexo entre crianças, entre outros. Rubin (1992) complementa mencionando que as sociedades ocidentais modernas vivem um discurso da heteronormatização em que os atos sexuais são analisados de acordo com um sistema hierárquico de valores sexuais: heterossexuais maritais (maridos) e reprodutivos estão no topo da pirâmide erótica e são recompensados com respeitabilidade, suporte institucional, benefícios materiais entre outros. A seguir, encontram-se heterossexuais monogâmicos, não-casados, em relação conjugal, seguidos pela maioria dos heterossexuais.

Um dos problemas da modernidade ocidental é manter discursos que regulam e ordenam a sexualidade e, para mantê-los, acaba se criando uma série de nomes para o que, na verdade, já existe e foge à regra. Rubin (1992) diz que, conforme a pirâmide acima citada vai descendo, os indivíduos que estão mais abaixo são vistos como ligados às práticas sujeitas à má reputação e relacionadas com a criminalidade. No trecho abaixo, podemos ver a menção ao que foge à regra e à ampliação da sexualidade:

O cara a gente tentou introduzir ele foi aos pouquinhos. Não... Não chegou totalmente a concluir. Então assim, ele é... até que ele quis. É que não tivemos notícia dele ficando com homem, inclusive a primeira vez que transei com um homem, foi... não foi bem exigência dela, foi tipo um fetiche dela “não, quero ver você com outro cara”. (Humberto).

O controle da sexualidade, afirma o autor da “História da sexualidade”, funciona por um mecanismo de dupla função: poder e prazer, em que o indivíduo, por um lado controlado, usa da confissão para então libertar-se dos poderes ‘repressivos’ que tentam calar sua prática não normatizada e por outro tem o prazer de realizá-las. Foi verificado que isto ocorre com Tião, que afirma no começo da entrevista que é heterossexual curioso e, no final, trava o seguinte diálogo com sua esposa:

Mas eu não tô falando do seu problema com relações homoafetivas em geral, eu tô falando do seu problema com a minha homoafetividade. (Tião).  
A sua homoafetividade é um pouco mais problemática, já começou... (Luiza).



A moralidade sexual, para Foucault (2007), no sentido amplo, abrange o aspecto dos códigos de comportamento e o das formas de subjetivação, sendo aqueles um sistema de regras e valores que vigoram numa determinada sociedade ou num grupo – como o poliamor – e as formas de subjetivação é quando o indivíduo é chamado a construir seu próprio julgamento e a partir disso, segundo Butler (2016), constrói novas concepções de sexo, sexualidade e gênero. Com isso, Foucault (2007) afirma que o indivíduo é chamado a se conhecer como sujeito moral da conduta sexual para não sair da norma e não ser castigado.

Nessa pesquisa uma das indagações que não se exauriram com a mesma é se a relação de poder-saber-prazer existe na maioria das relações poliamoristas. E indagamos: qual racionalidade conduz o ser humano de hoje a praticar a sexualidade com vista somente ao prazer? Isso é liberdade sexual? Será que a libertação não seria sair da influência do consumo, em que quem consome mais é mais bem-sucedido? É importante deixar claro que o autor analisa os seres como sujeitos sexuais produtores de história, sendo essas mutáveis, e entende o mundo pautado em relações calcadas no prazer em que o ‘uso dos prazeres’ tem relação, não apenas, com o discurso da verdade. Daí a expressão prazer-poder-saber em que a sexualidade permeia a ligação desejo-verdade. Logo, é pelo desejo que o sujeito descobre a verdade de si mesmo, pois com ele se remete a atenção a si próprio.

Por fim, uma das hipóteses levantadas pelo grupo foi que as práticas poliamoristas constroem um novo olhar em relação às questões de gênero e sexualidade, ratificando o pensamento de Jaqueline (2012) e Butler (2016). Quanto à sexualidade, observamos que existe uma ampliação desta, trazendo, assim, um olhar mais livre e fluido no que tange aos papéis sociais. No entanto, quanto à orientação sexual, foi constatado a sua complexidade e não foi possível observar outras formas de gênero. Durante o trabalho de revisão bibliográfica, tivemos dificuldades em achar literaturas direcionadas exclusivamente para o poliamor e percebemos em campo que os entrevistados pareciam confusos ao definir amor, poliamor e suas relações, ficando marcados por definições mais subjetivas.

A realização da pesquisa nos proporcionou um conhecimento mais abrangente sobre a ideologia do poliamor, as distinções das diversas práticas não-monogâmicas, a dificuldade dos viventes de se inserirem na sociedade e o desejo de ampliarem a vivência da sexualidade. A partir disso, conseguimos entender que o amor e seus modos de relação são uma construção histórica, que muda de acordo com a sociedade. Assim, observamos as influências históricas nas relações poliamoristas e certa ampliação de pensamentos que ocorre por meio de redes de poder.



No campo, suspeitamos de uma relação de poder, a qual regula o sexo pelo discurso do outro; no entanto, esta discussão ficou em aberto, exigindo novos desenvolvimentos. Assim, não houve um aprofundamento dessa questão nas entrevistas, até porque este conceito só emergiu após a realização do trabalho de campo, ficando seu aprofundamento para uma próxima pesquisa. Ainda no campo, percebemos a importância para os viventes de formar uma família no formato poliamor. Todavia, para alguns deles, essa prática é ainda incabível por não ser aceita pela sociedade e, por isso, também achamos interessante para uma próxima pesquisa aprofundar essa questão em um viés mais jurídico e social, pois com as leis vêm os direitos e estes afetam as práticas sociais.

Salientamos a necessidade de desenvolver mais pesquisas sobre o poliamor, para que haja um maior embasamento teórico e empírico sobre o assunto, o que poderá contribuir para o seu reconhecimento.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Thiago de; LOURENÇO, Maria Luiza. **Ciúme Romântico: Um breve histórico, perspectivas, concepções correlatas e seus desdobramentos para os relacionamentos amorosos.** Revista de Psicologia, v. 2, n.2, p. 18-32. Fortaleza, jul./dez. 2011. Disponível em: <[http://www.academia.edu/1434901/CI%C3%9AME\\_ROM%C3%82NTICO\\_UM\\_BREVE\\_HIST%C3%93RICO\\_PERSPECTIVAS\\_CONCEP%C3%87%C3%95ES\\_CORRELATAS\\_E\\_SEUS\\_DESDOBRAMENTOS\\_PARA\\_OS\\_RELACIONAMENTOS\\_AMOROSOS](http://www.academia.edu/1434901/CI%C3%9AME_ROM%C3%82NTICO_UM_BREVE_HIST%C3%93RICO_PERSPECTIVAS_CONCEP%C3%87%C3%95ES_CORRELATAS_E_SEUS_DESDOBRAMENTOS_PARA_OS_RELACIONAMENTOS_AMOROSOS)>

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BRODERSEN, Gladys; DELAZERE, Joice Cristina; RODRIGUES, Ivya Fátima. **As interfaces do olhar sobre família.** Fam. Saúde Desenv. V.7, jan./abr. 2005. p.69-74. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/refased/article/view/8055/5677>>

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016.

CARDOSO, Daniel. Amando vári@s - **Individualização, redes, ética e poliamor.** Dissertação (mestrado em ciências da comunicação), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa, 2010. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/refased/article/view/8055/5677>>

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber.** 17. ed. São Paulo: 17<sup>a</sup>, 2007 FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: o uso do prazer.** 11. ed. São Paulo. 2007

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993

GOLDENBERG, Mirian. PILÃO, Antonio C. **Poliamor e monogamia: construindo diferenças e hierarquias.** Revista Ártemis, V. 13, jan./jul. 2012, pp. 62-71. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/viewFile/14231/8159>>

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: Conceitos e termos.** 2. ed. Brasília: Editora Revista e Ampliada, 2012.



KESSLER, Cláudia S. **Novas formas de relacionamento: fim do amor romântico ou um novo amor-consumo?** Soc. e Cult., . v. 16, n. 2, p. 363-374, Goiânia, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/viewFile/32195/17169>>

LOURO, Guacira Lopez. **Gênero e Sexualidade: pedagogias contemporâneas.** Pro-Posições. vol.19, n.2, pp. 17-23. Maio/ago 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>>

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/ABRASCO, 1992.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis:Vozes, 2001.

POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: Enfoque epistemológicos e metodológicos.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008.

PRIORE, Mary Del. **História do Amor no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, Thiago Luís Magalhães. **Família, cotidiano e vida privada.** Belo Horizonte: FAFICH, 2007.

RUBIN, Gayle. **Pensando o sexo: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade.** San Francisco, jul 1992. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1582/gaylerubin.pdf?sequence=1>

VAITSMAN, Jeni. **Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994.





# EIXO II EDUCAÇÃO



# EFEITOS DE SENTIDO NA MÍDIA DE INFORMAÇÃO: HOMOFOBIA E MACHISMO NO FUTEBOL PROFISSIONAL BRASILEIRO

Lucas Cassimiro Braga<sup>48</sup>

## RESUMO

Este trabalho busca discutir, a partir do olhar da Análise do Discurso, a problemática da negação da diversidade nos contextos das mídiatizações de eventos vinculados ao universo do futebol. Entendemos ser de significativa importância para a Psicologia a compreensão dos movimentos linguísticos que auxiliam no processo de validação e manutenção de certos modelos sociais vigentes e que, de alguma maneira, interpelam os sujeitos sociais a pensarem e a se posicionarem. Para tanto, nos recorreremos de duas reportagens sobre um mesmo evento para compreender o jogo comunicacional (CHARAUDEAU, 2005) empregado pelos sujeitos comunicadores, assim como a construção de pontos de vista (RABATEL, 2013) por eles assumidos no processo de enunciação.

## PALAVRAS-CHAVE:

Análise do Discurso. Semiologia. Mídia.

## INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a mídia têm papel cada vez mais preponderante dentro da compreensão da dinâmica e da circulação de discursos, assim como na manutenção e desconstrução de determinados ideais e lugares, em essência, políticos. O advento da internet tem fomentado um outro espaço de vivência e interlocução, tanto real quanto simulacro. O avanço das garantias de direito e do empoderamento dos movimentos sociais tem tensionado a mídia a, cada vez mais, reconfigurar suas estratégias enunciativas, que possibilitem a impressão de seu posicionamento ideológico sem, contudo, inflamar discussões e repressões desses grupos por meio de ferramentas de debate e de lugar de fala mais democráticos, como Twitter, Instagram e Facebook.

Deste modo, veículos comunicacionais assumem para si, excetuando-se os espaços de opinião e de colonistas, um lugar de imparcialidade, de assepsia e de distanciamento ao mídiatizar o evento que os “protege”, até certa instância, da crítica acerca do modo pelo qual o discurso se materializa, pela forma e pelo conteúdo assumidos

48 Graduação em Psicologia pela PUC Minas. Mestre em Linguística – ênfase em Análise do Discurso – pela UFAL e Doutorando em Linguística – Análise do Discurso – pela UFMG.



no modo como se escolhe discursivizar um fato, em detrimento de tantos outros modos possíveis. Apontamos um jogo comunicacional, então, no qual o comunicador enuncia um evento de modo direcionado a um certo público, esperando desse público reciprocidade e validação do “jogo comunicacional” (CHARAUDEAU, 2001, 2005), tanto modelando, quanto sendo molde de um determinado grupo alvo, tendo “consciência” do seu papel de enunciador e das estratégias discursivas para aliciar seu interlocutor.

Assim, como apresenta Rabatel (2013), o enunciador é partícipe direto da construção de pontos de vista por parte do leitor, sendo seu papel, também, co-construído na interação de poderes presentes no jogo comunicacional, cada um com seu papel; o sujeito comunicador com seu poder de dizer e o sujeito interpretante com o seu poder de não validar, de barrar o dito. Dessa maneira, recortamos dentro de um dos setores mais machistas da mídia informativa, o das geradoras de conteúdo sobre o futebol, dois enunciados sobre um mesmo fato a ser interpretado. Seleccionamos, dentro do universo noticiário, três diferentes materialidades, a primeira relacionada ao futebol feminino, veiculada pelo portal Globo Esporte, na aba do futebol feminino, trazendo o enunciado “**preconceito e lágrimas: a caminhada do futebol feminino contada por elas**”, no Dia Internacional da Mulher. As demais notícias veiculadas na mesma data, e em horários próximos, uma pelo portal do Jornal Zero Hora, veículo voltado principalmente para um público regional, com o enunciado: “**Jogadores do Gaúcho envolvidos em vídeo polêmico deixam o clube**”; e outra do portal da Rede Bandeirantes, canal de aporte nacional, com o enunciado: “**Vídeo de masturbação coletiva causa dispensa de jogadores**”.

Propomos para este trabalho a discussão sobre os processos de construção dos enunciados e dos jogos comunicacionais, com o intuito de apresentarmos os percursos de significação, entendendo que todo ato de fala é, em alguma instância, um ato de poder.

## FAZENDO DO (F)ATO UM EVENTO SOCIAL

Um dos primeiros pontos a serem tratados por nós está ancorado na passagem de um (f)ato social para um evento de linguagem, uma vez que o sujeito comunicador apreende, cognitivamente, apenas uma parcela do fato, referente à sua capacidade cognitiva, e o complementa (ou silencia) de sentidos de acordo com o seu arcabouço cognitivo-teórico, tanto para si, quanto para alcançar seus objetivos comunicacionais. Esse processo não apenas propicia substância à linguagem enquanto ferramenta histórica e social, mas constrói realidades para as pessoas que se utilizam da



linguagem e as significas de acordo com o papel ocupado pelo observador e, em consequência, na dinâmica deste com seus interlocutores em uma determinada realidade social. Ou seja, essa passagem tanto reorganiza o modo como as organizações e instituições registram e marcam seus lugares, apreendendo ideais e posicionamentos, na construção de materiais e documentos históricos e à caracterização de uma época (movimento anacrônico), quanto para o convite e enlace de movimentos atuais, constituintes dos momentos atuais (movimento sincrônico).

Não à toa, dizeres e modos de comunicar de determinadas sociedades e em determinados períodos históricos nos parecem desproporcionais, ou impossíveis de serem pensados. São reflexo da conjuntura na qual eles foram inseridos e, por essa peculiaridade, são fundamentais para se entender eventos passados. Quando o sujeito comunicador se propõe a enunciar determinado evento, o faz por uma cadeia de significação, que vai desde a intervenção cognitiva frente ao fato até a nomeação do mesmo (quando se nomeia de uma maneira, em detrimento a todas as outras possibilidades de se nomear), pensando tanto na ocorrência dos fatos, quanto no interlocutor da fala, sempre atravessado pelas condições de produção dos discursos (DAHLET, 2016). Assim como o ato de nomear, temos o ato de silenciar enquanto um importante modo de (não) trazer à tona fatos (Maingueneau, 1997). Mesmo pensando na veiculação de um fato por parte da mídia enquanto substancialização, podemos, com clareza, perceber efeitos de “não substancialização” de partículas importantes do (f)ato para o campo da linguagem, negando a possibilidade de outras significações e interditando a pluralidade significativa.

Com o advento da globalização da informação e da facilidade de se consumir notícias por intermédio da internet, os veículos de comunicação passam a assumir um papel cada vez mais destacado na atribuição de cadeias de sentido, uma vez que o fluxo e a pluralidade interditam o sujeito interlocutor a estar sempre minucioso e atento às teias de sentido em que é atado. Junto à facilidade, apontamos a potencialização da superficialidade de leitura e interação do interlocutor com os enunciados presentes na internet, uma vez que a quantidade e a velocidade do fluxo de informações demanda, do leitor, outras capacidades e configurações cognitivas de interação com o texto e com o processo dialógico na construção de um ponto de vista por parte do leitor em interseção com a materialidade textual apresentada, dentro desse arcabouço plural e dinâmico.

A mídia de informação, neste aspecto, aproveita-se de um estatuto de imparcialidade, no qual parte da prerrogativa de que não ocupa lugar no tensionamento da constituição da opinião do leitor (o que é impossível), sendo apenas um narrador



dos fatos ocorridos, sem interferir neste. Assim, ao designar e denominar os eventos numa cadeia de palavras e frases sociodiscursivamente imbuídas de efeitos de sentido, os comunicadores acabam por “criar” um ambiente “possibilitador” de posturas e atos sociais machistas validados, ainda que de maneiras mais ou menos veladas, dentro do universo futebolístico.

Um mesmo (f)ato social, por exemplo, pode gerar diversos sentidos e cadeias de sentido, de acordo com as designações e das denominações. A diferença entre designar um acontecimento enquanto “impeachment” ou “golpe”, deflagra e convoca diversas outras cadeias de sentido dentro do próprio (con)texto. Por mais que, agora, devido à nossa história recente, essas duas designações carreguem consigo uma carga significativa muito forte, não é incomum absorvermos com certa tranquilidade a designação de golpes de Estado em países distantes sem problematizarmos devidamente o quadro criado. Dizendo de outra maneira, é pela linguagem, e sua ação social em discurso, que os fatos se transformam em eventos e, via de regra, torná-los em eventos, principalmente quando o sujeito comunicador é um veículo de mídia, é atribuir a eles efeitos que o próprio lugar sociodiscursivo ocupado pelo comunicador demanda, criando efeitos de sentido que podem tanto desestabilizar, quanto estabilizar determinados cenários.

## OS ATOS DE LINGUAGEM E O CONTRATO COMUNICACIONAL

Abrimos mão, então, do conceito da ingenuidade do dizer, em que o discurso é descontextualizado e sem finalidade clara. Assumimos o aspecto de dizer enquanto atuação no mundo, transformador e materializador de relações de poder, de fazer/dizer, de organização social e de reflexo das realidades e dilemas sócio-históricos vivenciados no contexto do processo de enunciação.

Assumimos, neste trabalho, o *ato de linguagem* enquanto:

Um fenômeno que combina o dizer e o fazer. O fazer é o lugar da instância situacional que se auto-define pelo espaço que ocupam os responsáveis deste ato (...). O dizer é o lugar da instância discursiva, que se auto-define como uma encenação da qual participam seres da palavra (...). Esta dupla realidade do dizer e do fazer nos leva a considerar que o ato de linguagem é uma totalidade que se compõe de um círculo externo (fazer) e de um círculo interno (dizer), indissociáveis um do outro (CHARAUDEAU, 2005, p. 15).

O discurso tem um contexto que tensiona a produção do texto, do dizer sobre algo, por algum motivo, objetivando alguma reação. Nos valemos dos estudos de Charau-  
deau (2001, 2005) para compreender os processos os quais se vale o comunicador



para ter seu discurso validado pelo interlocutor e engendrará-lo em uma teia de sentidos. Para tal, algumas perspectivas devem ser apresentadas, como os dos *processos de transformação e transação*. O autor esquematiza o processo, dividindo-o em duas fases distintas. A primeira é responsável por trazer o fato do que ele chama de “mundo a significar” (equivalente ao fato) para o “mundo significado”, por meio do sujeito falante. A segunda é responsável pela ação comunicacional entre o sujeito falante e o sujeito destinatário, tendo como matéria ao derredor o mundo significado pela linguagem. Assim, para existir a interação, o contrato comunicacional entre sujeito comunicador e sujeito destinatário, existe a necessidade de significar o mundo de maneira conjunta, de fazer circular e fazer significar de modo possível, em que o comunicador tenha para si aspectos de credibilidade e que, por meio da *alteridade*, da capacidade de compreender o lugar do outro com o qual se comunica, o sujeito enunciador tentará abarcar o fato de modo pertinente, que “o afete” e que possibilite a “condução” do pensamento e do posicionamento do sujeito interlocutor. Essas regras compõem o que compreendemos por *processo de semiotização* e organizam a dinâmica entre a significação do mundo e a sua transação para o sujeito destinatário, exercendo poder e organizando saberes e dizeres (CHARAUDEAU, 2001, p. 15).

Este efeito de poder deve ser, portanto, materializado no texto, na organização do texto em “criar” a cena enunciada, em materializar o diálogo entre o sujeito comunicador e o interlocutor vislumbrado, de enlaçar significações no cozer de palavras e dos sentidos que elas podem (ou não) abarcar em conjunto. A partir dos estudos de Dahlet (2016), podemos afirmar que o ato de transformar a realidade, por via da linguagem e da nomeação dos fatos, o que ele denomina como *evenemencialização*, é crucial para compreendermos o papel dos movimentos comunicacionais. Desta feita, o primeiro passo para a construção de um cenário machista no campo do futebol depende, de um ato de linguagem que o signifique. Nos valem da teoria semiolinguística proposta por Charaudeau (2001, 2005), que entende o ato de linguagem como uma co-construção socialmente localizada, em interação com normas e costumes sociais. Mesmo sendo relativamente fácil perceber a possibilidade do fenômeno de “construção” de sentido e as manutenções de controle por parte da imprensa de informação em determinados, os mecanismos pelos quais tal processo se dá devem ser trabalhados, uma vez que é pela organização

## **O ENUNCIADOR ENQUANTO CONSTRUTOR DE UM PONTO DE VISTA**

Com o intuito de organizar a relação entre locutor e enunciador no processo da significação, Rabatel (2013, p. 19) aponta a possibilidade de designação de diversos enunciadores por parte do locutor. Dessa maneira, este locutor poderia valer-se de diver-



tos atos de enunciação para constituir uma cena enunciativa, com diferentes *pontos de vista* (PDV), que podem dialogar entre si, validando posicionamentos ideológicos e imbuídos de significação, tando naturalizando-os, quanto desmerecendo os PDV contrários. Atribui ao processo enunciativo o cenário pelo qual o locutor pode influenciar o seu auditório, validando seus PDV. As marcas do processo de enunciação encontram-se nos fatos linguísticos e discursivos presentes no texto. Dessa maneira,

A disjunção locutor/enunciador repousa sobre a ideia que se todo locutor (enquanto origem locutória de um enunciado em situação) é bem o enunciador (ou seja, ele assume o conteúdo proposicional do enunciado), ao contrário, todo enunciador não é, necessariamente, locutor. (RABATEL, 2013, p. 40)

O locutor ocupa um lugar na cena da enunciação, mas também anterior e posterior a esta. Ele convoca um enunciador, um processo de significação, mas está além deste. O locutor seria, portanto, o principal, que ramifica-se em diversos enunciadores que não são completamente dependentes, mas interligados ao lugar do locutor, uma vez que parte do esforço deste. Para o autor:

A ideia de identificar um principal é muito útil, pois ela fornece um ponto de apoio à necessária hierarquização dos enunciadores que estão em cena. Para nós, o principal não é determinado essencialmente pelo conteúdo (discurso da Lei, da Ciência, da Autoridade), nem mesmo pelos mecanismos linguísticos do apagamento enunciativo. Ele se define pelo fato de que é ele que corresponde ao PDV do locutor enquanto tal e do locutor ser do mundo, e além dele, ao sujeito falante. Em outros termos, é em relação a esse principal que o locutor engaja o seu PDV, e é em relação a esse PDV que poderíamos exigir explicações. Nesse sentido, o principal corresponde à simbiose do locutor e do enunciador. (RABATEL, 2013, p. 42)

Compreender esta dinâmica na enunciação e para além da enunciação faz-se, portanto, fundamental para se entender as movimentações de sentidos que se apresentam nos processos enunciativos da mídia esportiva brasileira. Ao delimitarmos o machismo e o preconceito frente aos grupos LGBT, não os refreamos neste lugar (o discurso futebolístico), mas compreendemos, a partir deste, um cenário que se mantém na circulação de noticiários de veículos produtores de conteúdo do Brasil. O desequilíbrio de enunciações atrelados a estes eventos determinam espaços em que se pode dizer de homossexualidade e diversidade afetiva e sexual, criando um certo tipo de redoma, de diferenciação excludente.

Ainda nos referenciando a Rabatel (*idem*), podemos afirmar que estes *pontos de vista*, mesmo quando fabricados, não são descolados de um cenário possível nos contextos do sujeito na sociedade, o fato do ponto de vista dizer da posição do locutor para além do espaço noticiário e representar o lugar do sujeito do mundo aponta a necessidade de ampliar e popularizar os espaços de discussão sobre o debate das



diversidades nos veículos de mídia tradicionais. Refletimos, então, sobre as problemáticas do evento de “agenciamento” de PDV por parte de diferentes enunciados, fenômeno cada vez mais comum em agências de notícias vinculadas à internet. A urgência da informação e a necessidade em estar sempre atualizada frente aos acontecimentos do mundo e atribuir a isso a sua importância frente a outros veículos<sup>49</sup>, tensiona produções textuais cada vez mais baseadas em outras publicações, como percebemos no nosso recorte, uma vez que a publicação do canal da Bandeirantes remete diretamente à produção do canal Zero Hora.

Neste cenário, os PDV são, em maior ou menor grau, replicados por diferentes enunciados, de diferentes canais de informação, fortalecendo ainda mais uma leitura específica sobre acontecimentos plurais. Em se tratando de posicionamentos de poderes e saberes, tal movimento pode fragilizar a busca por desconstruir posturas hegemônicas e excludentes.

## ANÁLISE DE NOTÍCIAS DE MÍDIA

Trazemos, então, duas notícias produzidas em um mesmo período de tempo, a partir de um conteúdo em comum, retirado de rádios esportivas gaúchas, sendo a principal rádio gaúcha uma integrante do mesmo grupo que o Jornal Zero Hora, partilhando, inclusive das mesmas citações de fala do presidente do clube envolvido. Como apontado anteriormente, tal replicação envolve diversos perigos para a construção da opinião social e demanda cuidado por parte dos pesquisadores que se debruçam em objetos que envolvam a circulação midiática. Assim, com um conteúdo similar apresentado por dois diferentes locutores, podemos comparar diferenças e aproximações de *pontos de vista* e efeitos de sentido acerca de um mesmo fato, mesmo que os desdobramentos não sejam díspares, um do outro.

O Band Esporte apresenta que (C1): **“Vídeo de masturbação coletiva causa dispensa de jogadores”**. Já o jornal Zero Hora traz o enunciado (C2): **“Jogadores do Gaúcho envolvidos em vídeo polêmico deixam o clube”**.

No C1, o sujeito da ação de dispensa é a diretoria do clube, tendo como causa o vídeo polêmico, estando os jogadores enquanto sujeito da passiva. Apresenta, também, o conteúdo da polêmica, masturbação coletiva, deixando clara a cena da sexualidade enquanto contexto para a ação de dispensa. Em comparação, podemos afirmar que

---

<sup>49</sup> Podemos perceber nos slogans das redes radiofônicas de notícia de maior concorrência em âmbito nacional: “a cada vinte minutos, tudo pode mudar”, da Rede Bandnews; e “a rádio que toca notícia”, da Rede CBN. Ambas assumem para si, o ideal de possibilitador de um ouvinte abastecido de todas as notícias, o tempo todo, assim como a comodidade para o ouvinte, que não precisaria mais buscar outras fontes para manter-se sempre informado.



C2 apresenta os jogadores do Gaúcho enquanto atores, provocadores da dispensa. Eles são o sujeito da ação no enunciado da notícia, o que nos direciona a entender que, independente do conteúdo polêmico, eles tomaram a postura de pedir dispensa do time, estando o clube enquanto sujeito da passiva.

Sendo o enunciado a síntese da descrição dos eventos por parte da notícia, podemos apontar que o jornal Zero Hora (C2) já parte de um apagamento, um não interesse em trazer à tona os contextos do evento relatado, como se a notícia já fosse concebida pela sua conclusão. Responsabilizam os jogadores de, por intermédio de suas ações, terem deixado o clube, inclusive podendo tê-lo prejudicado.

Nos alinhamos com os estudos de Rabatel (2013) e entendemos que o título da notícia, quando esta dialoga com outros enunciadores, é o principal ponto para perceber-se o PDV do enunciador principal. Tal premissa nos permite propor que, apesar de manter e validar o olhar dominante, o enunciador de C1 “modifica” o jogo de comunicação de acordo com o seu interlocutor, como a dinâmica de jogo comunicacional de Charaudeau nos apresenta.

Em seu primeiro parágrafo, o Band Esporte relata que (C3): **“Quatro jogadores do clube Gaúcho, de Passo Fundo (RS), foram dispensados nesta terça-feira após o vazamento de um vídeo em que aparecem se masturbando em um vestiário do clube”** (grifo nosso). Em consonância com o que foi apresentado no enunciado, o clube assume a posição de ação no processo de dispensa por ocorrência do vazamento. Os jogadores são dispensados devido ao vazamento do referido vídeo.

Já o Zero Hora, em seu primeiro parágrafo, aponta que (C4): **“Os quatro jogadores do Gaúcho envolvidos em um vídeo em que aparecem se masturbando no vestiário não fazem mais parte do clube. Eles acertaram sua saída em um acordo com o presidente Gilmar Rosso”** (grifo nosso). Novamente os jogadores são colocados enquanto sujeito da ação do desligamento, como se não fazer mais parte do clube fosse um interesse primeiro dos jogadores, ficando o clube enquanto facilitador desse desejo.

Ainda em continuação à reportagem do Zero Hora, o comunicador utiliza-se de um recurso que imprime a subjetividade de sua enunciação (CHARAUDEAU, 2005. RABTEL, 2013.). Ao grafar a palavra brincadeira entre aspas (C4): **“as imagens que correram os smartphones recentemente mostram três jogadores no vestiário em uma ‘brincadeira’ em que um deles masturba dois colegas, enquanto outro filma”** (grifo nosso).



Assim, ele tanto pode estar referenciando a brincadeira a alguma fala dos jogadores (o que não aparece no texto), quanto um ato de ironia, de contraposição ao realizado. Vale ressaltar que existe, inclusive, a possibilidade de os dois fenômenos tomarem corpo quando o enunciador utiliza-se deste recurso para ressaltar um ponto chave da apresentação dos fatos, uma vez que deriva de marca pessoal, logo, de PDV. Essa marca dialoga com os interlocutores, tanto ao descreditar a possibilidade da brincadeira, quanto ao afirmar o lugar de Locutor (RABATEL, 2013) junto ao evento discursivizado.

O Band Esportes, que teve como fonte o artigo do Zero Hora, prefere silenciar este trecho, tirando-o de nota, o que ressalta a subjetividade do sujeito locutor frente aos movimentos de sentido propostos por este trecho. Assume mais distanciado e ainda colocando a diretoria enquanto sujeito da ação da dispensa (C5): **“de acordo com o presidente do clube da terceira divisão do Estado, Gilmar Rosso, eles chegaram a um acordo para o desligamento do Gaúcho. Ao Zero Hora, o mandatário explicou a dispensa”** (grifos nossos). Em uma cena enunciativa composta de clube e jogadores, apenas àquele é dada a possibilidade da fala. E ao mandatário do clube é dada autoridade de dizer pelo clube e pelos jogadores. Estes, além de mantidos em situação passiva na enunciação do evento, são interditados de fala na interlocução com os atores do fato por parte da mídia. O Band Esportes, no segundo grifo, delega a um hiperenunciador (Zero Hora) a representação dos atores do evento. Assim, os dois jornais reproduzem a fala do presidente do clube (C6):

Comentei com eles que daria um conselho de pai para dois jovens que sou: se afastar por um tempo e esperar a poeira baixar. Eles poderiam acabar estragando a carreira se seguissem jogando agora. E isso é ruim para nós. Já temos um grupo limitado, mas não poderia colocar o clube acima da questão humana – disse o presidente (grifos nossos)

O presidente assume para seu jogo comunicacional, pelo olhar do enunciador do Zero Hora, que o faz falar desta maneira (RABATEL, 2013) um tipo de discurso patriarcal, religioso, convidando os interlocutores a co-construir a ideia de preservação de jovens, que poderiam ser seus filhos, e que devem ter preservadas a carreira e a família. Como aponta Rabatel, o enunciador constrói pontos positivos de seu PDV, colocando o presidente do clube no lugar de representante da opinião que ele quer propagar, na qual os jovens foram acolhidos, sem qualquer tipo de julgamento, mesmo ao custo de sacrificar a instituição, em prol do ser humano. Assim, pela fala do presidente, o enunciador presentifica as características que qualificam o seu ponto de vista.



O recorte da fala do presidente dialoga melhor com a construção comunicacional do jornal Zero Hora<sup>50</sup>, pois apresenta a gestão do clube enquanto um grande benfeitor, abnegando-se em prol do bem-estar de seus jogadores “desgarrados”.

Logo, aponta que o ato dos mesmos é passível de destruição de carreiras, e aqui temos um ponto importante para analisar o discurso atrelado ao presidente. *Qual ato é grande o suficiente para destruir a carreira desses jovens jogadores, a ponto do presidente do clube abrir mão da máxima competitividade no principal campeonato da temporada e prejudicar a equipe com o intuito de salvaguardá-los?* Os textos nos apresentam enquanto possíveis causas; a ação homossexual e/ou a ação institucional.

Tendo em vista os diversos outros descumprimentos de atletas de futebol no que diz respeito à sexualidade no contexto institucional, envolvendo entrada de mulheres em concentração, presença em festas nas noites anteriores a grandes jogos, todas passíveis, também, de escândalos midiáticos, mas raramente ocasionando sérias sanções dos clubes, menos ainda o desligamento da instituição.

Percebemos, a partir da materialidade e dos dados que os dois textos analisados nos apresentam, que os jogadores podem estar sendo salvaguardados da possibilidade de reação hostil da opinião midiática, da agressividade dos torcedores, da hostilidade dos adversários. Mas, principalmente, existe um posicionamento sintomático de estar se resguardando dos efeitos negativos do universo do futebol (manter os jogadores após a exposição), assim como de possíveis reações de diferentes grupos sociais (pela suposta homofobia).

O que o gestor, por meio do Zero Hora, acaba apresentando, é a dificuldade dos atores integrantes do meio do futebol em lidar com a diversidade sexual e o estigma proveniente das possibilidades de outros arranjos que não os correspondentes ao centrado no mito da virilidade do homem heterossexual e dominante, historicamente atrelada ao futebol.

O jornal Zero Hora continua a narração ao expor que (C7): **“Quando retornaram a Passo Fundo, jogadores e direção chegaram a um acordo e decidiram romper contrato. Para Rosso, a decisão não tem nada de homofóbico”** (grifos nossos).

Neste trecho o Jornal coloca os dois atores em um raro momento de consenso, no qual ambos acordam o desligamento do contrato. Contudo, é possível compreender

---

50 Apontamos, anteriormente, que a notícia do Band Esporte foi construída a partir da, e provavelmente sobre, estrutura da notícia do Zero Hora. Tal evento, mesmo que em baixa escala, demonstra um dos problemas em se assumir a dinâmica de fornecer a quantidade máxima de notícias, mesmo com a possibilidade comprometer certos aspectos textuais.



também um acordo de “má ação”, de não pertencimento ao “universo do futebol”, ao desligamento da possibilidade de outros arranjos sociais que não aqueles já estabelecidos. Nos chama a atenção, também, a utilização do “não” e do “nada” para a desqualificação de um possível ato de homofobia<sup>51</sup>.

Ambos os veículos encerram suas notícias com a reprodução da fala do presidente, após o desligamento dos jogadores (C8):

O Gaúcho teve uma das primeiras torcidas homossexuais do Interior. Tivemos a nossa Coligay em 1980, quase 40 anos. Não temos qualquer preconceito, não somos guardiões de moral e não temos poder de polícia para monitorar o que jogadores fazem nas folgas. O que houve foi um ato de indisciplina. Desde o início da temporada, todos sabiam que não poderiam envolver o Gaúcho em imagens e vídeos sem autorização da direção. Se o vídeo tivesse caráter heterossexual, a mesma providência seria tomada.

Mesmo assumindo a decisão enquanto disciplinar e não moral, o dirigente, através da fala do Zero Hora, finda por apontar a possibilidade até agora não expressa no texto. A possibilidade de homofobia no universo do futebol aparece como um não-lugar. Ao negar a possibilidade de homofobia no contexto do time Gaúcho, ele apaga as discussões sobre o tema, tão necessárias, e reorganiza a realidade do futebol brasileiro, “naturalizando”, falaciosamente, o espaço do futebol como igualitário a todos e todas.

Compreender como os processos de PDV e de jogo comunicacional que se dão nos movimentos dialógicos presentes no gênero notícia online, nos permite refletir sobre o fenômeno percebido no recorte do enunciado sobre o posicionamento dos leitores frente às notícias geradas com o conteúdo do futebol feminino nos maiores portais de notícia online do Brasil. É pela constituição do *imaginário social* acerca do espaço da mulher atleta profissional de futebol (assim como da diversidade sexual) que abordamos o modo como uma notícia relacionada ao desporto feminino é atravessada pelas construções do esporte enquanto espaço masculino hegemônico por parte dos leitores que interagem nos comentários.

A notícia foi veiculada em comemoração ao Dia Internacional da Mulher (data que marca a luta por garantia de direitos), escrita por uma jornalista, expondo a luta, os avanços e as conquistas das mulheres em um espaço essencialmente masculinizado. Traz a história de três jogadoras e o percurso de suas formações profissionais e identitárias, convoca e dá espaço para os dizeres das atletas, suas experiências e suas vivências dentro de um cenário predominantemente machista.

51 Afirmar **não** haver **nada** de homofóbico na decisão nos remete a pensar que pode existir **algo**, ou **tudo** de homofóbico na decisão.



O ponto que chama a atenção nessa veiculação não está na construção das estratégias discursivas lançadas pelo sujeito comunicador para alcançar o público-alvo da notícia, mesmo porque elas são coerentes e servem ao seu propósito, o de apresentar o cenário do futebol feminino profissional, pelo olhar de quatro atletas; mas a interação dos leitores do portal Globo Esporte, que reforçam e mantêm o ideário apresentado nas análises anteriores.

Dentro do espaço dos comentários, a possibilidade de opinião e argumentação inaugura um novo modelo de interação e tensiona as teorias a refletir sobre novos métodos de compreender o fenômeno comunicacional ali presente. Partindo do pressuposto de que os enunciadores dos espaços de opinião assumem determinado PDV, atrelados ao portal de notícia no qual interage. O primeiro ponto a ser realçado é que, se a grande maioria dos comentários são depreciativos quanto à publicação, evidencia que o sujeito interpretante não consegue compreender que este espaço, o da mídia esportiva, seja o espaço das discussões sobre os preconceitos e as superações vivenciadas pelo futebol feminino, ou seja, o espaço de discussão evidencia os entraves sofridos pelas protagonistas mulheres, em toda a sua pluralidade, nos espaços tradicionalmente marcados enquanto masculinizados. Com o intuito de problematizar melhor tal premissa, organizamos os principais aspectos percebidos, em suas recorrências, que sustentam tal olhar:

- O futebol feminino enquanto simulacro piorado da versão masculina – O futebol feminino é recorrentemente comparado ao masculino, sempre em situação de demérito, de falácia, tanto esportiva, (16) “o futebol feminino é muito cansativo de se assistir, de dar sono mesmo, o nível de competitividade é muito baixo. Acredito que por estar equiparado demais com o masculino em suas regras e condições de jogo”, quanto artística, (15) “o futebol feminino é ridículo”, (14) “o futebol feminino é realmente sem graça”, (18) “futebol feminino e cerveja quente, ninguém merece”.
- O futebol feminino enquanto motivação política - (17) “Eu duvido que quem clica no vermelho (não gostei) assista pelo menos 10 minutos com a atenção que se dá ao futebol masculino (...). São pessoas que fazem isso (negativar) por pena, por se identificar com a causa feminina e relacionar isso ao futebol”, utilizando-se, portanto, do futebol (um esporte essencialmente masculino) para promulgar práticas “feministas”, (17) “feminismo é o oposto de lutar pelos direitos das mulheres, é entrar na mesma burrice do machismo”.
- O lugar da mulher – além de não perceber o futebol enquanto espaço para o feminino, ainda se organiza qual seria seu lugar devido, (12) “no fogão, preconceito não existe”, (16) “não acho que lugar de mulher seja na cozinha, tão pou-



co no futebol”. A mulher é reconhecida, então, a partir de um olhar machista hegemônico, contraditório e docilizante das diversidades. (I3) “*feliz dia das mulheres, reconheço a força e a dignidade da mulher, creio e apoio a luta delas por direitos iguais, mas sou obrigado a admitir: no Brasil, talvez não vá para frente (o futebol feminino) porque é muito chato de se assistir*”, (I1) “*feliz dia das mulheres, servem só para fazer comida e sugar nosso \$\$\$\$*”.

- A mulher atleta enquanto objeto sexual – Se o lugar da mulher não é no futebol, sua presença nesse espaço acaba se justificando por aspectos pejorativos, que remetem à mulher o lugar de objeto sexual, (I5) “*só é bom quando a Suécia ou a Noruega estão jogando... só g o s t o s a*”. Então, quando a defesa da prática esportiva da mulher é feita por um interlocutor homem, nesse espaço, ela acaba sendo feita não pelos atributos atléticos, mas objetais, (I10) “*talvez porque você não sabe apreciar mulher (...). A mulher por si só já é um atrativo mais que suficiente. Para quem gosta de mulher e de futebol então, é perfeito*”.

Contudo, mesmo sendo um dispositivo em consonância com o posicionamento do sujeito comunicante (neste caso o Globo Esporte), o espaço dos comentários é, também, lugar de resistência, ainda que interlocutores que não se afiliam a estas construções sociodiscursivas de gênero não se ocupem desses espaços e, por isso, sejam constrangidos pelos demais interlocutores em interação. Não à toa, o único comentário em dissonância aos outros foi o mais constrangido nas réplicas. O apontamento de que “*lugar de mulher é onde ela quiser SIM! E nos campos, é de aplaudir de pé. Muito orgulho de ser mulher, de jogar futebol e enfrentar todo esse preconceito de frente. Não calarão nossa voz!*” causa desconforto e reafirma o enunciado da matéria, que aponta a caminhada do futebol feminino perpassada por preconceitos e restrições sociais, extrapolando seus efeitos para os espaços de construção de notícias sobre futebol.

## APONTAMENTOS FINAIS

Podemos apontar, como vislumbre de encerramento deste trabalho, que os sujeitos comunicadores têm um grande poder na significação de fatos sociais, tornando-os em eventos sociais significados e tomados de posições ideológicas, construtoras de imaginários e movimentadoras de posicionamentos por parte dos interlocutores, os torcedores de futebol.

Desta maneira, se os canais midiáticos de futebol, mesmo que não gerem, de modo explícito, conteúdos nocivos à construção de um espaço que abarque os diferentes gêneros e as diferentes orientações sexuais, acabam por validar posturas retrógradas, tanto em posturas implícitas, quanto ao não combater ou menosprezar as injú-



rias construídas por seus interlocutores, e que mantém o futebol enquanto “esporte para macho”.

Ressaltamos, aqui, a importância da compreensão acerca do funcionamento dos jogos comunicacionais nas construções de saberes e dizeres do público dentro da esfera digital e, por consequência, para além dela. O comunicador, representando a mídia, ao contrário do que frequentemente pensamos, não é independente ao sujeito interpretante (público-alvo) e o contexto sociocultural em que está inserido e pelo qual circula.

Um dos pontos nevrálgicos da teoria semiolinguística se escora na alteridade do sujeito comunicador. Ou seja, o processo comunicacional é co-construído entre os atores dessa cena comunicacional. Se existem posicionamentos preconceituosos na mídia, há de se pensar, para além da configuração de opinião na mídia, o contexto social que permite que tais opiniões sejam válidas e, principalmente, referenciais.

Assim, para além das construções de sentido e dos jogos comunicacionais propostos pelos dois veículos, cada um em interação com o contexto em que se insere e “representando” o público a quem se dirige, a cena que se apresenta é a de manutenção e naturalização de um ambiente machista, rígido e resistente a dialogar com outras possibilidades de arranjos na questão de gênero e orientação sexual.

Não por acaso, todas as vezes que um interlocutor foi convocado pelo enunciador, ele exerceu o papel de reforçar a postura de apagamento do preconceito, depreciando os argumentos contrários e reforçando ideais que os enunciadores entendem representantes da atual concepção do mundo do futebol atual, como os ideias de família, de respeito, de alteridade, cuidado, paternalismo, organização e moral. Assim, o enunciador, por meio dos seus atos de linguagem, que são instâncias do campo linguístico que dialogam, reverberam e se constitui na interação com os campos sociais, personifica e reforça seu ponto de vista, que, até este ponto histórico, é predominantemente machista, homofóbico e excludente.



## BIBLIOGRAFIA

CHARAUDEAU, P. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H. MACHADO, I. MELLO, R. (orgs). **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Núcleo de Análise do Discurso - UFMG. Belo Horizonte, p. 23-37, 2001

CHARAUDEAU, P. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. GAVAZZI, S. (orgs). **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Editora Lucerna. Rio de Janeiro, p. 11-27, 2005

DAHLET, P. Quand la favela deviant comunidade: nomination et contrôle social. *Revue Argumentation et analyse du discours*, vol. 17. Paris, 2016.

ESPORTE BAND. **Vídeo de masturbação coletiva causa dispensa de jogadores**. Disponível em: <http://esporte.band.uol.com.br/futebol/estaduais/100000865610/video-de-masturbacao-coletiva-causa-dispensa-de-jogadores.html>. Acesso em: 15/08/2017

JORNAL ZERO HORA. **Jogadores do Gaúcho envolvidos em vídeo polêmico deixam o clube**. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/esportes/noticia/2017/07/jogadores-do-gaucha-envolvidos-em-video-polemico-deixam-o-clube-9832959.html>. Acesso em: 15/08/2017

GLOBO ESPORTE. Preconceito e lágrimas: a caminhada do futebol feminino contada por elas. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/futebol-feminino/noticia/2017/03/preconceito-e-lagrimas-caminhada-do-futebol-feminino-contada-por-elas.html>. Acesso em 15/08/2017

MAINGUENEAU, D. **Cenas da enunciação**. Editora Parábola. São Paulo, 2008.

RABATEL, A. O papel do enunciador na construção interacional dos pontos de vista. In: EMEDIATO, W. (org). **A construção da opinião na mídia**. FALE/UFMG. Núcleo de Análise do Discurso. p. 19-61. Belo Horizonte. 2013



# EDUCAÇÃO DO CORPO FEMININO NA IMPRENSA PERIÓDICA MINEIRA

Igor Maciel da Silva<sup>52</sup>

## RESUMO:

A proposta deste artigo é a de discutir experiências de educação do corpo feminino veiculadas pela imprensa periódica mineira, tendo como fonte jornais das cidades de Barbacena, Uberaba e Uberlândia. Como considerações, apresentamos que nas distintas cidades, a imprensa desempenhou um papel importante na divulgação, circulação, incentivo e cerceamento de comportamentos, tarefas e práticas às mulheres, o que aqui entendemos como formas de educar, regular os corpos das mesmas.

## PALAVRAS-CHAVE:

História das mulheres. Gênero. História da educação do corpo. Imprensa. Minas Gerais.

## INTRODUÇÃO

Notícias, crônicas, reportagens e colunas presentes na imprensa periódica trazem consigo a veiculação de ideias e ideais que ora incentivam e ora censuram comportamentos e práticas. Nos anos iniciais do século XX, é sabido da predominância da escrita de homens nas linhas dos impressos, visto que até os primeiros decênios desse século a atuação no mercado de trabalho formal, como o trabalho na imprensa, era algo ainda não permitido e/ou incentivado às mulheres. Em contrapartida, percebemos que, muitas vezes, os textos eram assinados por nomes ou pseudônimos femininos. Talvez, isso acontecesse pelo interesse de que tal público fosse instruído diretamente por uma pessoa de ‘seu mesmo sexo’.

Os anos finais do século XIX e início do século XX são marcados pela influência social das ideologias eugenista e higienista, que desejavam além de confinar as mulheres no espaço privado para dedicarem-se aos cuidados com os maridos, filhos e lar, diziam de uma série de prescrições referentes ao modo de ser ideal qual deveriam se adequar (MALUF; MOTT, 1998; ANDRADE, 2003). No entanto, por vários acontecimentos sediados no Brasil, censuras às mulheres foram repensadas – repensar as censuras, entendido aqui como as preocupações de como elas vivenciariam os momentos fora de casa (divertimentos, festas, trabalho, etc.), e as demais experiências do espaço público, por exemplo. Esse último que era considerado um espaço destinado aos homens, a priori (MALUF; MOTT, 1998).

52 Mestrando em Estudos Interdisciplinares do Lazer, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Licenciado em Educação Física, pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Contato eletrônico: deigorparalaboratorios@gmail.com



Os jornais, fontes deste artigo, na expectativa de uniformização dos comportamentos das mulheres, por vezes anunciaram recomendações de como essas deveriam se portar no espaço privado e no espaço público, de forma direta ou indireta. Diretamente com a divulgação de práticas adequadas ao sexo, visto que neste recorte temporal era recomendável que se envolvessem em práticas que não comprometessem a feminilidade (GOELLNER, 1999); horários que poderiam comparecer em certos espaços públicos; uma vasta opção de receitas culinárias e de como cuidar da casa, atividades essas que preencheriam o tempo das mesmas no espaço doméstico; modos de se portar enquanto solteiras ou esposas, etc. Indiretamente, percebemos que nas narrativas dos jornais que se referem à presença das mulheres no espaço público, em grande parte, as mulheres não eram citadas como mulheres, mas sim a partir de adjetivos como *bello sexo*, *bonitas*, *lindas*, *senhorinhas*, *gentis*, *graciosas*, *encantadoras*, o que, em nossa interpretação, sugere não apenas características desejáveis ao sexo, mas expressões que as situavam em um lugar na sociedade muito romantizado, frágil e por vezes, inferior às expectativas em torno dos homens, que deveriam ser fortes, robustos, víris.

Muitas dessas características desejáveis aos corpos podem, em muito, ter sido incentivadas pelos novos padrões de saúde que se formatavam no país. O surgimento das práticas esportivas no Brasil no início do século XX, por exemplo, fez com que corpos masculinos, que até então eram influenciados pelo romantismo europeu, corpos magros e de atitudes poéticas, aderissem a moda da exposição física através de corpos atléticos e com vestimentas mais leves do que as usadas até então (LUCENA, 2001). Concomitantemente, possibilitando-se as mulheres diminuírem a quantidade de panos de suas indumentárias, o abandono de certos atavios, etc., como também participarem de práticas que colocam os seus corpos em exposição pública, em movimento. Seja para caminhar na rua fazendo o *footing*, uma prática de encontro que se dava em uma lógica de caminhada (SILVA, 2015), até a prática de esportes (GOELLNER, 1999). No entanto, a mulher (ideal, a estar presente no espaço público) continuava a ser noticiada pela imprensa como sinônimo de maternidade e beleza, e por isso parecia ser censurada. Segue a transcrição de uma notícia divulgada na imprensa barbacenense que pode indicar tal censura aos novos modos que se formatavam, e mesmo que se tratando de uma notícia italiana, o fato de ser publicada em um jornal mineiro pode dizer dos desejos locais.

#### Pela moralização das modas

Acaba de ser fundada na Italia uma organização destinada a promover a reforma no modo de vestir e que tem como lemma - <<Vestir-vos com decência, e tereis saude>>. A fundação dessa nova sociedade visa a eliminação dos colos e braços nus, o combate ás saias excessivamente curtas e a quêda das meias côr de carne, coisas que segundo a Associação Moralizadora do Vestir – esse é o seu nome – são anti-hvgienicas e immoraes. Por ocasião da sessão inaugural



da Associação, foram enviados telegramas anunciando os seus fins ao papa, ao rei, á rainha, ao primeiro ministro Mussolini e aos ministros da Educação e da Economia Nacional, Srs. Fedele e Belluzzo. A campanha planejada compreende a realização de conferencias por oradores conhecidos sobre os perigos das blusas decotadas e sem mangas e da <<abreviação>> das saias, assim como do uso de meias transparentes e de modas masculinizadas, como, por exemplo, o uso dos cabelos cortados como os dos homens. Serão afixados cartazes pregando a conveniência de uma maneira mais decente de vestir, cabendo aos prelados referendar a acção da Associação, bem como aos parlamentares, artistas, magistrados, professores e jornalistas. A nova associação tem dois fortes aliados no papa e num grupo de senhoras da aristocracia italiana, que estão de há muito empenhadas em livrar o paiz do domínio dos creadores de modas de Paris (CIDADE DE BARBACENA, 1927, p.2).

Assim, apresentaremos neste artigo uma pequena discussão sobre algumas experiências de educação do corpo feminino na imprensa periódica mineira, a partir da análise de dados presentes em jornais de Barbacena, Uberaba e Uberlândia, todas, cidades mineiras, em anos que compreendem a primeira metade do século XX. A narrativa que tentaremos construir será embasada em dados sobre prescrições do que as mulheres deveriam fazer nos espaços privado e público, citando-se tarefas domésticas, cuidados com o marido e prática de exercícios físicos.

Vale destacar que entendemos educação do corpo como prescrições, narrativas, que querem interferir nas ações naturais dos sujeitos, homem e mulher. Por isso, possuem caráter pedagógico perante os corpos. Pedagogias que querem educar e moldar comportamentos, em torno da representação de um ideário vigente (SOARES, 2015).

Antes de apresentarmos a análise de dados, é importante ressaltar que as fontes referentes a Uberaba e Uberlândia integraram a iniciação científica desenvolvida na Universidade Federal de Minas Gerais, entre os anos de 2014 e 2016, intitulada *História do Esporte no Triângulo Mineiro*. Já as fontes de Barbacena fazem parte da pesquisa de mestrado que desenvolvo na mesma instituição.

## **BARBACENA**

Em Barbacena, a imprensa recomendava que, desde a infância, as meninas deveriam desempenhar as funções tipicamente femininas, segundo o modelo materno vigente. Na citação a seguir, notamos claramente tal desejo:

Dever-se-ia acostumar por algum tempo a menina, não somente a achar-se sempre melhor na propria casa que em qualquer outro lugar, mas ainda respeitá-la, a conservá-la em ordem e a embellezá-la, afim de que ella se torne o recanto saudavel, confortável, alegre, onde se passam os seus dias (...) Um celebre escritor francez mandou gravar sobre a porta do seu escriptorio as seguintes palavras de um antigo asceta: <<A cella de continuo habitada torna-se doce>>. Estas palavras toda a mulher deveria imprimil-as na alma. (...) A mulher deve sempre deixar de mau grado a sua casa e deve sempre



voltar a ella com allivio e alegria. O seu mundo verdadeiro está no lar e não fora dele, é ahi que ella ama, sofre, espera e pensa. E' no olhar que ella desenvolve toda a sua verdadeira atividade. Ahi ella é a alma e luz benéfica da vida (CIDADE DE BARBACENA, 1929, p.3).

Outras reportagens do jornal analisado reforçaram o entendimento de que a imprensa desempenhou a função de educar as mulheres para desempenharem, principalmente, as funções domésticas. Em *Mandamentos da Hygiene*, dentre os dez mandamentos, destacamos o sétimo: “7º - Uma casa limpa e alegre chama a felicidade” (CIDADE DE BARBACENA, 1915, p.1). Tal mandamento demonstra a importância do cuidado com a limpeza da casa, e somada a uma reportagem posterior, em que o jornal destaca o feito de milhares de norte-americanas que editaram e distribuíram “profusamente o decálogo sobre os deveres do marido”, elencando como primeiro e segundo mandamento que “o marido deve ser generoso ao dar dinheiro para os gastos domésticos; Não deve se imiscuir no governo da casa (...) (CIDADE DE BARBACENA, 1930, p.3), caminhamos à interpretação de que muitos foram os incentivos anunciados pela imprensa periódica local, até mesmo em forma de mandamentos, para que as mulheres tivessem o domínio exclusivo do cuidado com o lar.

Entre os conselhos dados às mulheres, apresentou-se, por exemplo, que para purificar o ar dos quartos, a instrução era lançar sobre “cal em pó um pouco de vinagre forte, deixa-se repousar e decanta-se o líquido”. Após recolher o resíduo que sobriaria, deveria “junta-se-lhe acido sul-phurico. O vapor branco que sae do frasco, (condensado no estado liquido, dá o vinagre aromatico do commercio), espalha-se e penetra promptamente por toda a parte” (CIDADE DE BARBACENA, 1914, p.1).

O fragmento supra, revelou também alguns afazeres de cozinha, como por exemplo:

#### BISCOUTOS DE POLVILHO

Misturem dois pratos de polvilho com um de fubá mimoso, um de queijo do reino, ralado, 12 ovos, meia xícara de gordura, uma colher de manteiga, e leite em quantidade necessaria para ligar a massa. Batam até que a massa comece a fazer bolhas. Córtem, então com fôrma ou machina os biscoutos e levem-no a forno regular, em taboleiro e untados.

#### BONS BOCADOS

Misturem 900 grammas de assucar, quatro claras de ovos, batidos, 120 grammas de queijo duro, ralado, 550 grammas de amendoas, pisadas, 50 grammas de farinha de trigo, peneirada, 200 grammas de manteiga e nos moscada. Trabalha-se bem a massa, distribue-se pelas fôrmas untadas e leva-se ao forno (CIDADE DE BARBACENA, 1914, p.1).

Na preocupação de orientar as mulheres solteiras a serem futuramente boas esposas, a imprensa apresenta uma carta da Rainha da Bulgária, em que podemos perceber



prescrições sobre os modos de agir e de se portar quando fossem casadas. O que denuncia explicitamente o desejo de educação do corpo da mulher, através de instruções de como agir perante uma discussão, como agradar ao marido e não o alheio, como cuidar da beleza estética, como se vestir perante o marido presando por modos de formosura, bom tom e distinção. Segue a transcrição integral de tal carta:

Carta às moças solteiras

(Por Isabel, Rainha da Bulgária)

O casamento, senhorinhas, é a única felicidade possível para uma mulher honesta, digam o que disserem os termômetros do amor. Calor do lar, tranquilidade de espírito, decóro social, doce carinho, somno calmo, alegria de viver... Tudo isso dá um casamento <<bom>>, como se diz agora. Para desfructal-o ha apenas um segredo: conservar o marido. De muitas desavenças conjugaes, temos nós a culpa: cegam nos um pouco de amor próprio e o espírito de contradicção. Alguem já disse que as mulheres pensam como o homem quando é noivo e contra o homem quando é marido. Isso não significa que a mulher deva ter para o marido submissão de escrava mansidão de ovelhas. Não, nunca. A docilidade ezagerada, seria aborrecedora. Na confeitaria domestica, não há cousa mais insupportável que o melaço conjulgal. Ha que administral-o bem (com conta-gottas, como os venenos). Uma discussão de vez em quando, duas lagrimas oportunas, um pratinho quebrado a tempo trazem depois uma felicidade que parece nova: a felicidade de fazer as pazes. Esta é a graça do matrimonio, o claro-escuro, a linha ondulante o que mantém o fogo sagrado. A primeira habilidade de uma mulher casada é conseguir que o lar próprio seja mais agradável ao marido que o alheio. E isto desde o primeiro dia. Não abandoneis, jamais, as coqueterias do toucador! Neste sentido, imitae o pavão real que vive preocupado com suas penas; não vivem pintando o rosto. Isto seria falsear vossa natural beleza; seria pratear o ouro. Alem de que, os coloridos postiços despertam a inquietude do marido, que serà levado a perguntar-se: - Para que se pinta uma mulher? Os homens suspeitam, devem suspeitar, que as mulheres se compõem por parecer bem ao marido e não por parecer mal aos outros. Convenhamos em que não lhes falta a razão. Em qualquer caso, que nunca nos veja o nosso marido com as grenhas soltas, largas de cintura, nem em chinela! Não há amor, por intenso, por forte que seja, que não sinta desillusão ou desmaio ante o plebeo arrastar de uns sapatos caseiros! No casamento, não vos esqueçaes nunca disto, há que defender a formosura, o bom tom e a distincção, até a ultima trincheira. E' claro que si tropeçar com um homem incompatível com a esthetica, que não note nada disso, com um typo vulgar, caso perdido! A um homem dessa condição, podeis dar impunemente de almoçar, quatro dias seguidos, badejo com molho. Não ha perigo, que não se divorcia. O typo corrente é outro, o romântico do lar, que se inteira, o que se fixa em tudo, o que protestaria furiosamente do abuso do badejo. Desse marido, typo m[u]dio, typo moral, deveis falar sempre bem embora tenha muitas faltas, contando suas virtudes, uma por uma e perdoando seus pecados, dez por dez, segundo o sábio conselho de Omaral Khayryam. Dizer-lhe sempre: - <<Como tu quiseres, e será vossa vontade a que ordenarà e mandarà. Quando ele levantar a voz, baixai a vossa... mesmo que isto seja pedir-vos um impossível. Levantai-vos cedo, sede prudentes com o gasto da casa e discretas com os adornos: não vos fieis nunca nas <<amiguinhas>> e, para não envelhecer prematuramente, amai, ride e choraes sempre as meias. Conselho final: não espereis a chegada desse príncipe russo, montado num cavalo branco, com quem sonhamos todas... ao principio. Já não ha príncipes russos. Aproveitae a primeira ocasião – si o noivo é um homem decente – porque os maridos andam pelas nuvens como os zepe-lins [. Só] não vos caseis, velhas, que o amor... é o officio de aprendizes. E uma aprendiz com rugas, não póde ser>> (CIDADE DE BARBACENA, 1927, p.2).



## UBERABA

Nesse tópico privilegiaremos a coluna do professor Alceu de Souza Novais, presente no jornal *Lavoura e Commercio* no ano de 1933<sup>53</sup>. Nessa coluna, foram recomendadas principalmente as práticas de exercícios físicos aos corpos femininos, visto que, como citado anteriormente, os novos padrões de saúde do início do século XX, indicaram o movimento como necessário para homens e mulheres. As prescrições de Alceu dialogam diretamente com os ideais eugênicos vigentes, quais acreditavam na purificação da raça a partir de cuidados físicos que aprimorariam a genética das pessoas praticantes, as de pele branca. Assim, segundo o autor, é pelas mulheres “que devemos começar a educação do homem”, pois só assim proles saudáveis estariam garantidas (NOVAIS, 1933, p.2).

Ainda, pelos novos padrões de saúde vigentes no início do século XX, a prática de exercícios físicos foi indicada para ambos os sexos, porém, às mulheres, o colunista não recomenda a prática do *foot-ball* (NOVAIS, 1933, p.2). Aconselha-as a *gymnastica*. Contudo, faz uma série de queixas a essa prática, acusando-na de não ser atrativa, mas sim, árida. Diz que seus repetidos movimentos uniformes são danosos, e não possuem muita utilidade para que as mulheres se atraíssem pela prática: “esses exercícios, que ainda se praticam por ai, si bem que possam prestar bons serviços, quando adotados como complementares, conservam dos jogos apenas o esforço físico, perdendo todo o seu encanto” (NOVAIS, 1933, p.2).

Alceu nos parece ser um crítico ao modelo de higienização social vigente. A fonte supracitada contrapõe-se à ambiência deste recorte temporal, em que se sabe que a prática da ginástica foi considerada como fator elementar para a educação física das crianças, por exemplo, e “racionalização do social”. Sendo aderida desde 1906, por meio da *Reforma do Ensino* desse ano (VAGO, 2000) e nas sugestões e mudanças via *Reforma Francisco Campos de 1931*, que também teve parágrafos exclusivos para tais práticas<sup>54</sup>.

Vago (2000), conta que as duas primeiras décadas do século XX foram permeadas por discursos que fizeram da educação escolar uma forma principal de educação das crianças, principalmente as pobres. A escola corroboraria com os discursos racistas e higienistas que circulavam no país, que “pressupunha um movimento que combinava a destruição dos hábitos e das maneiras culturalmente aprendidos pelas crianças e a imposição de condutas e práticas corporais autorizados pelas represen-

53 Uma primeira análise sobre a coluna de Alceu foi realizada por Silva e Avelar (2016).

54 Disponível em [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/5\\_Gov\\_Vargas/decreto%2019.890-%201931%20reforma%20francisco%20campos.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto%2019.890-%201931%20reforma%20francisco%20campos.htm) Acessado em 10 ago. 2017.



tações estéticas vigentes” (p.5). Isto posto, ao falar do ensino em Belo Horizonte, conta que a inserção da ginástica nas escolas, direcionou o método sueco às meninas, e aos meninos coube, principalmente, o ensino de marchas e evoluções militares, apoiado no método francês.

Retomando as prescrições de Alceu acerca de tal prática, esse diz que a ginástica rítmica deveria ser mais cultivada do que a da ginástica alemã. Segundo ele, o método alemão, “age sobre um grupo especial de músculos, produzindo uma fadiga local, em vez de fadiga generalizada, que se deve procurar” (NOVAIS, 1933, p.2). Na crítica que faz a “ginastica de quarto”, considera-a “exaustiva, junto á sensaboria dos exercicios – o ar confinado e a falta de recreio para a vista”. Conclui que esse método pode romper os vasos sanguíneos, e por isso sua prática aduz “grande perigo de vida” (NOVAIS, 1933, p.2).

No contínuo da nota, afirma que “a corrida, os saltos e os jogos” devem ser praticados em grupo, para que se façam jogos “alegres e vividos”. Diz que os jogos prendem a mocidade e que aos campos de esportes acorrerão todos. Depois de tal impulso, “cada um procurará espontaneamente os exercicios ginasticos de que tiver necessidade para fortalecer determinados musculos” (idem). Ou seja, o exercício ginástico foi apresentado por Alceu Novais como complemento e não preferência para o cuidado com o corpo, indicando a prática para ambos os sexos.

Para além, Alceu nos parece não contrapôr os ideais segregacionistas presentes na prática da ginástica como um todo, pois no texto *Ginastica e Puberdade*, comenta que “os jogos e a ginastica sem exageros, feita de ritmo, de harmonia e de graça, exercem sobre o organismo feminino a mais decidida e benéfica influencia, maximé na fase péri-pubertaria” (NOVAIS, 1933, p.2), e que:

Quando as formas da menina se vão acentuando, quando passa rapidamente da alegria ruidosa á tristeza dolorida; quando se distrai e se põe abstrata, ensimesmada, alheia ao mundo, então é a hora solene da grande transformação da menina em mulher, fato que certos povos solenizam com poeticos rituais. Nessa ocasião, idade ingrata de uns fisiologistas, é necessario “substituir-se a conumpção intelectual na literatura de cordel, pela euforia dos movimentos amplos, ageis e euritmicos” (idem).

“Os fisiologistas reconhecem no movimento um dos meios mais eficazes e uteis para o auxilio dessa transição do organismo humano”, e defendem alguns benefícios dos exercicios ao corpo das adolescentes, afirma Alceu Novais. Dentre os benefícios, elenca o “aperfeiçoamento geral da atividade do corpo, sempre sujeito a deformações na fase de crescimento”, o que era de considerável valor, pois a prática dos



exercícios físicos era destinada a um propósito principal: “perpetuação das espécies” (idem), e as meninas, futuras mães deveriam ter hábitos condizentes com essa função natural e esperada<sup>55</sup>.

Para além da ginástica para as mulheres, Alceu Novais, aconselha a “dansa”. Porém, alerta que elas “acordam os apetites e dão satisfação a impulsos que deveriam ser sublimados em atos generosos” e que o mais aconselhável é “a danza clássica, pois promove ao mesmo tempo a educação dos músculos e dos nervos, e é sem duvida, entre os exercicios praticados pela mulher, um dos mais antigos submetidos a uma regra pratica” (NOVAIS, 1933, p.2)<sup>56</sup>.

Ainda agregou a pratica da danza “a expansão dos nossos sentimentos, usada como descarga nervosa reconduzindo o organismo no equilíbrio” (NOVAIS, 1933, p.2). Contudo, desaconselha que seja uma prática de simples diversão e encontro, segundo sua narrativa. Finaliza dizendo que “praticuem ás moças a ginastica rítmica, as danças helênicas, e também o cestobol e a natação, exercicios que farão, mais tarde, a mulher de maternidades fáceis e de belos filhos. Mas não se esgotem prematuramente nos bailes” (NOVAIS, 1933, p.2).

## Uberlândia

No exemplo de Uberlândia, nos reteremos a prescrições referentes às atividades aquáticas para as cidadinas<sup>57</sup>.

Os ideais de “melhoria da raça” (A TRIBUNA, 1938, p.6) vigentes no início do século XX, mostraram-se presente na manutenção de dois espaços em Uberlândia, pensados para “recreação util ao corpo e ao espirito” (A TRIBUNA, 1935, p.1) , envolvendo o esporte aquático: O rio Uberabinha com a sua piscina, e o *Praia Club*.

A presença da Piscina Uberlândia e do *Praia Club* no mesmo espaço, mudaram definitivamente a rotina da cidade em meados de 1935. Lugares como esses, além de fomentarem as práticas aquáticas, serviram como ponto de encontro, espaço de socialização. Segundo a imprensa local, era “uma especie de footing ou ponto obrigatório da cidade. Ir-se ahi é o mesmo que estar num ponto de diversão” (A TRIBUNA, 1935, p.4).

55 Encontramos afirmações parecidas na imprensa barbacenense. Contudo, pelo fato de tal pesquisa não estar concluída, resolvemos nos refer apenas às informações presentes no tópico supra.

56 Idem.

57 Maiores detalhes sobre essa pesquisa. consultar Silva (2016).



Queremos destacar neste tópico que o *Praia Club* foi apresentado como o primeiro local destinado à efetiva prática de exercícios físicos pelas mulheres em Uberlândia. As investidas do clube, segundo a imprensa, fizeram perceber que, na prática da natação, “a mulher uberlandense, pelo que ha aqui de mais chio e evoluido, amparou e victoriou” (A TRIBUNA, 1935, p.4).

Um fato curioso, anunciado pela imprensa, foi o de que, mesmo que acontecessem banhos públicos na cidade, em que as mulheres trajavam *lindos mail ots* (A TRIBUNA, 1935, p.1), o *Praia Club* destinou “horas para o sexo feminino” praticar a natação, com a seguinte justificativa: “nem todas sabem nadar e não desejam aprender deante dos homens”, sendo a esquivia considerada “uma parte da vaidade feminina perfeitamente desculpável” (A TRIBUNA, 1935, p.1).

### **Algumas considerações**

Receitas culinárias e prescrições de como se portar como solteira e casada, somada às prescrições de Alceu Novais, que vê nos exercícios físicos uma oportunidade para o aperfeiçoamento dos corpos femininos, visto que era desejável que esses gestassem uma prole perfeita, mais os anúncios de que o *Praia Club* marcou horas para as mulheres praticarem a natação nos levaram a perceber que, nas distintas cidades mineiras, a imprensa se preocupou em anunciar formas de ser e agir para as cidadinas, envolvendo o espaço privado e público. E mesmo a praticarem um esporte, por exemplo, a imprensa continuava associando tais corpos e o movimentar desses, a vaidade e delicadeza, por isso, recheados de restrições. Por isso, os anúncios da imprensa são narrados aqui como engendrados de intenções representativas de formas desejadas de ser às mulheres; por isso a intenção de educar tais corpos.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES DOCUMENTAIS

ANDRADE, Sandra dos Santos. Saúde e beleza do corpo feminino – algumas representações no Brasil do século XX. **Movimento**, Porto Alegre, v. 9, n.1, p.119-143, jan./abr. 2003.

A TRIBUNA. Uberlândia, 10 jul. 1935, n 910, p. 4.

A TRIBUNA. Uberlândia, 14 ago. 1935, n. 920, p. 1.

A TRIBUNA. Uberlândia, 28 dez. 1935, n. 959, p. 1.

A TRIBUNA. Uberlândia, 15 de jan. 1938, n.1172, p.6.

CIDADE DE BARBACENA, Barbacena, 1914, n.1077, p.1.

CIDADE DE BARBACENA, Barbacena, 1915, n. 1171, p.1.

CIDADE DE BARBACENA, Barbacena, 1927, n. 2289, p.2.

CIDADE DE BARBACENA, Barbacena, 1927, n. 2703, p.2.

CIDADE DE BARBACENA, Barbacena, 1929, n. 2460, p.3.

CIDADE DE BARBACENA, Barbacena, 1930, n. 2602, p.3.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **Bela, maternal e feminina:** imagens da mulher na Revista Educação Physica. Tese de Doutorado. Unicamp, 1999.

LUCENA, Ricardo de Figueiredo. **O esporte na cidade:** aspectos do esforço civilizador brasileiro. Campinas – SP: Autores Associados, chancela editorial CBCE, 2001. – Coleção Educação Física e esportes.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: **História da vida privada no Brasil/** Coordenador-geral da coleção Fernando A. Novais; organização do volume Nicolau Sevcenko. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 3.



NOVAIS, Alceu de Souza. *Lavoura e Commercio*, Uberaba, 27 set. 1933, n. 6407, p.2.

NOVAIS, Alceu de Souza. *Lavoura e Commercio*, Uberaba, 30 set. 1933, n. 6409, p.2.

NOVAIS, Alceu de Souza. *Lavoura e Commercio*, Uberaba, 11 out. 1933, n. 6018, p.2.

NOVAIS, Alceu de Souza. *Lavoura e Commercio*, Uberaba, 6 nov. 1933, n. 6039, p.2.

SILVA, Aline de Figuerôa. O léxico na história do paisagismo no Nordeste do Brasil (XIX-XX). **Historia Critica**, n. 56, Bogotá, abril – junho 2015, pp. 85-111.

SILVA, Igor Maciel da; AVELAR, Ana Cláudia. A coluna de Alceu Novais e a educação do corpo feminino em Uberaba no início do século XX. In: **Anais Eletrônicos do V EPHIS Encontro de Pesquisa em História da UFMG: Brasil em perspectiva: passado e presente**, 2016. v. 1. p. 278-287.

SILVA, Igor Maciel da. **As flores do sertão em campo: a presença feminina no esporte em Uberaba e Uberlândia na primeira metade do século XX**. Trabalho de conclusão de curso, Universidade do Estado de Minas Gerais, Escola de Educação Física, 2016.

SOARES, Carmen Lúcia. **História da Educação do Corpo**, Curso de curta duração ministrado na UFMG (Organização: MORENO, Andrea), Belo Horizonte, 2015.

VAGO, Tarcísio Mauro. Cultura escolar, cultivo de corpos: a gymnastica como prática construtiva de corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920), **Educar em Revista**, n. 16, Curitiba, jan./dec. 2000 Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602000000200009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602000000200009) Acesso em 14 ago. 2017.



# SEXUALIDADE, DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E INCLUSÃO: O OLHAR DA PSICOLOGIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES.

Autora: Tatiana Cristina da Silva<sup>58</sup>

Orientadora: Maria Auxiliadora da Silva<sup>59</sup>

## Resumo

Este estudo discute acerca da dificuldade de se pensar a sexualidade em relação à deficiência intelectual, de modo a problematizar as relações de poder acerca de tais sujeitos. A pesquisa procurou lançar um novo olhar sobre as pessoas com deficiência intelectual e considerar sua condição para além da deficiência. Desse modo, o trabalho buscou um levantamento teórico, a fim de estabelecer um diálogo com os dados levantados em pesquisa de campo realizada em uma Escola de Educação Especial, na cidade de Belo Horizonte/MG. Utilizamos entrevistas semiestruturadas em alunos, profissionais e responsáveis, além de observações que resultaram em um diário de campo. Os resultados da pesquisa mostram aspectos relacionados à construção da identidade, ao conhecimento acerca do corpo e à vivência de relações afetivas/sexuais. Mostram, ainda, a dificuldade de familiares e profissionais em lidar com a sexualidade dos alunos pesquisados. Nesse sentido, o estudo discute como a pessoa com deficiência intelectual tem se posicionado em relação ao próprio desejo, exercendo sua autonomia e considerando um dos aspectos que envolvem sua constituição como sujeito, a sexualidade.

## PALAVRAS-CHAVE:

Sexualidade. Deficiência intelectual. Inclusão.

## INTRODUÇÃO

A sexualidade humana, que já é complexa por si, assume um caráter ainda mais desafiador quando atrelada às concepções estigmatizadas como, por exemplo, a deficiência intelectual. Dentre as diversas representações que permeiam a questão da deficiência intelectual, a que mais se sobressai é a de uma pessoa incapaz de lidar com suas próprias questões. Desse modo, quando tentamos refletir sobre a sexualidade das pessoas com deficiência intelectual buscamos verificar as maneiras desses sujeitos se posicionarem em relação ao seu próprio desejo.

<sup>58</sup> Psicóloga graduada pela PUC Minas Unidade São Gabriel com atuação na área clínica e social.  
E-mail: taticris\_cs@yahoo.com.br

<sup>59</sup> Doutora em Psicologia pela PUC/SP. Professora de Psicologia Social e orientadora na PUC Minas.  
E-mail: aux\_silva@yahoo.com.br



O desafio de entender o desenvolvimento sexual das pessoas com deficiência intelectual vai além de um trabalho informativo acerca do funcionamento corporal, pois implica em processos de subjetivação, identificação e socialização. Pensando por esse lado, entendemos que, ao trabalharmos a questão da sexualidade e deficiência intelectual, trabalhamos, também, processos de inclusão. Nesse sentido, iremos pensar inclusão em uma dimensão maior que o âmbito escolar e, assim, se torna importante pensar na inclusão de uma nova concepção em relação à pessoa com deficiência intelectual.

## **PERCURSO METODOLÓGICO**

Ao analisarmos o tema proposto, verificamos a necessidade de se conhecer aspectos relacionados à posição subjetiva da pessoa com deficiência intelectual, em meio ao contexto social. Assim, pensamos que para tal investigação, a pesquisa qualitativa foi favorável para propiciar o conhecimento proposto no objetivo do trabalho. A pesquisa qualitativa, de acordo com Minayo (1994), trata de um tipo de investigação que se aprofunda no significado das ações e nas relações humanas.

Como o objetivo do trabalho é conhecer o posicionamento familiar, dos profissionais e dos sujeitos com deficiência intelectual sobre a percepção da sexualidade em meio à questão da deficiência, a pesquisa adquiriu um caráter exploratório. Segundo Demo (1995), a pesquisa exploratória é aquela que procura investigar com a finalidade de agregar conhecimento em relação a determinado assunto, de modo a não esgotar as possibilidades de investigação acerca do assunto.

A pesquisa contou com observações em campo (observação simples) e entrevistas semiestruturadas, as quais demandaram um mês de observações e mais dois meses nos quais as entrevistas foram realizadas. O contato com o campo foi bastante produtivo e propiciou à pesquisadora certa flexibilidade na coleta de dados e uma maior proximidade com os sujeitos, conforme sugere Gil (1999). Nessa pesquisa, a observação serviu como aparato que auxiliou na seleção dos sujeitos de pesquisa, bem como para construir uma visão acerca do contexto escolar e a interação dos alunos com o mesmo.

Foram selecionadas duas pessoas do âmbito familiar (pais ou responsáveis), dois profissionais e quatro alunos, sendo dois do sexo feminino e dois do sexo masculino na faixa etária entre 12 e 30 anos. No caso do último grupo de sujeitos selecionados, a definição dessa faixa etária refere-se ao fato de abranger, aproximadamente, o período da adolescência e de meados da fase adulta, período que, normalmente, é



mais passível de se observar questões inerentes à sexualidade. Apesar do desenvolvimento de uma pessoa com deficiência intelectual não obedecer, necessariamente, à uma idade cronológica como normalmente se supõem, pensamos nessa faixa etária, até mesmo para verificar se ela se aplica ou não ao desenvolvimento da sexualidade das pessoas com deficiência intelectual.

Para a verificação dos dados levantados, foi utilizada a análise de conteúdo. Para Minayo (1994) esse método possibilita a confirmação ou não das hipóteses formuladas, como também possibilita a análise dos conteúdos não manifestos.

Todos os sujeitos convidados a participar da pesquisa o fizeram mediante a concordância e assinatura de um Termo de Consentimento e Livre Aceite em duas vias, que abordou o objetivo da pesquisa e o compromisso de sigilo sobre as informações obtidas. No caso dos alunos, além da própria autorização, as entrevistas foram realizadas mediante autorização dos responsáveis.

## **ASPECTOS FAMILIARES E SOCIAIS QUE ENVOLVEM A SEXUALIDADE E A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

Observando a relação entre sexualidade e deficiência intelectual, a partir de uma ótica sócio-histórica, vemos que o indivíduo vive em constante integração com o meio e com o outro. Sendo assim, o contexto histórico-cultural ao qual estamos inseridos contribui, fortemente, na formação da nossa personalidade e na forma na qual nos relacionamos e criamos nossa vivência. Desse modo, ao analisarmos as construções de imposição social sobre a vida de um indivíduo, obviamente pensamos na família como primeiro contato social de um sujeito.

A responsabilidade de zelar pela integridade de pessoas com deficiência é clara e necessária, principalmente em termos de construção da autonomia e é nesse sentido que a instituição familiar, vista como protetora, tem exercido seu “poder social” de velar os aspectos relacionados à sexualidade das pessoas com deficiência intelectual.

É fato que a entidade familiar vem sofrendo mudanças em sua configuração e isso possibilita o surgimento de várias outras mudanças em nosso contexto sócio-histórico. Todavia, ao se tratar de deficiência intelectual, a família, seja ela de qualquer configuração, ainda tende a lidar com receio em relação à sexualidade e à autonomia das pessoas com deficiência. Dessa forma, é importante salientar as considerações de Glat (1992) que nos mostra como a família, e a sociedade, ainda possuem dificuldades na compreensão da sexualidade das pessoas com deficiência intelectual:

Esse estereótipo do deficiente mental sexualmente agressivo ou então assexuado é uma extensão da visão popular do deficiente como um ser demoníaco. Estas atitudes se tornam então, justificativas para a negação de sua sexualidade. Diversos estudos, porém, têm demonstrado não haver qualquer evidência científica para esses estereótipos (...). (GLAT, 1992, p.65)

Compreendemos, assim, a importância do questionamento e da análise em torno da sexualidade das pessoas com deficiência intelectual e pensarmos sua subjetividade como indivíduos de direitos. Conforme exposto acima, a visão estereotipada deturpa a percepção da manifestação sexual como inerente ao desenvolvimento do sujeito.

Bastos e Deslandes (2005), ao fazerem um levantamento bibliográfico sobre sexualidade e adolescentes com deficiência intelectual, nos mostram que, ainda, não há um reconhecimento no âmbito social da manifestação da sexualidade das pessoas com deficiência, privando-as do direito de explorar suas próprias emoções. Essas emoções, que nem sempre estão ligadas ao afeto por outra pessoa, são identificadas como inadequadas, como, por exemplo, expressões de raiva, medo etc. Assim, se a pessoa com deficiência intelectual expressa afeto, é vista como “aflorado sexualmente”. Se ela demonstra angústia, esta é compreendida como perigosa, e é demasiadamente reprimida por aqueles com quem convive (familiares vizinhos etc.).

Araújo e Batista (2003) ilustram, ao utilizarem das considerações freudianas, como a nossa sociedade produz o preconceito e a segregação.

Nesse caso, o duplo entra em cena como “uma repetição do idêntico e provoca em si a inquietante estranheza que é, ao mesmo tempo, uma familiaridade”. (...) Nesse aspecto, somos também tentados a situar os casos de deficiência mental, que coloca a pessoa como alguém distituído de razão, por ser identificado com o infantil. (ARAÚJO e BATISTA, 2003, p.61)

Seguindo esse pensamento, percebemos que a deficiência intelectual, e toda forma de expressão das diferenças, nos remete a uma condição que difere das nossas idealizações, o que faz surgir conflitos em relação à condição humana. Desse modo, uma das maneiras de aliviar a angústia de nos depararmos com o diferente é tentando tutelá-lo, na qual toda autonomia que esse sujeito possa ter é velada e reduzida à posição de dependência do outro. Essa posição, derivada da estranheza que o diferente nos provoca, coloca o preconceito como “proteção” ou “cuidado” e, sem perceber (ou talvez não querendo perceber), a família se posiciona como guardião do desejo da pessoa com deficiência. Para tanto, atribui-se à pessoa com deficiência intelectual estigmas tais como, a falta de coerência e de capacidade de se haver com seus próprios sentimentos e desejos. Em *O Mal-estar na Civilização*, Freud (1930) nos mostra como a sociedade tende a excluir e a censurar o que lhe é desconhecido ou estranho, ou seja, o que lhe causa incômodo.



Um outro processo opera de modo mais energético e completo. Considera a realidade como a única inimiga e a fonte de todo sofrimento, com a qual é impossível viver, de maneira que, se quisermos ser de algum modo felizes, temos de romper todas as relações com ela. (FREUD, 1930, p.30).

A realidade à que Freud (1930) se refere, é tudo aquilo que não damos conta de lidar e nos aproxima de nossas limitações, da nossa condição humana. A sexualidade ocupou, e ainda ocupa em certas circunstâncias, a representação daquilo que nos afasta da racionalidade, da convivência social, necessitando, assim, de controle. Assim, podemos compreender como a sexualidade é percebida de maneira tão equivocada pelos padrões da “normalidade social”. Dessa forma, tanto a sexualidade quanto a deficiência intelectual e, conseqüentemente, a relação entre esses dois aspectos, por constituírem uma realidade que causa incômodo social, passam a ser invisibilizadas e/ ou estigmatizadas.

Logicamente não podemos esquecer as peculiaridades que permeiam a deficiência intelectual, mas é preciso ampliarmos a visão acerca dessa questão, para que possamos entender a diferença como singularidade, e não como uma anomalia que anula a subjetividade do indivíduo e sua condição como sujeito.

Ao pensar sobre responsabilidade, é necessário pontuar que a deficiência intelectual possui algumas singularidades e que, realmente, é preciso certo cuidado para se trabalhar questões que afetam suas especificidades. No entanto, é possível pensarmos em responsabilidade como sinônimo de auxílio no desenvolvimento da autonomia, como forma de desenvolver mais confiança e sentimento de pertencimento social. Utilizando-nos das contribuições de Enriquez (2001), acerca do desconhecimento social e do equívoco que gera preconceito, é possível observarmos os mecanismos que, mesmo inconscientes (ou não), a sociedade e a família utilizam para manter a “proteção” de seus membros mais “frágeis”:

O controle do ser humano como, ser social, é a preocupação constante dos homens de poder. Dizer controlar é dizer: como impedi-los de perceber o que lhe acontece, como submetê-los tornando-os satisfeitos em sua submissão, ou pelo menos, pontos a aceitá-la. Aqueles que detêm poder compreendem muito rapidamente que não poderiam fazê-lo (...) senão, oferecendo aos homens um conhecimento deturpado e, sobretudo, jogando com os mecanismos íntimos do psiquismo. (ENRIQUEZ, 2001. p.68)

Enriquez (2001) também propõe uma nova maneira de lidar com o desconhecimento. O desconhecido se revela como algo incômodo que nos leva a uma cegueira para escapar da dor, do sofrimento, se articulando, assim, com as considerações freudianas mencionadas anteriormente. Por outro lado, esse “fator estranho” também



instiga, faz com que se busque algo, incomodando de maneira a mobilizar, impulsivando a sanar a cegueira, embora a mesma seja uma constante, pois sempre haverá questões incômodas, que ferem e intrigam.

## **UM BREVE OLHAR SOBRE A SEXUALIDADE DE JOVENS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

Geralmente, a sociedade enxerga a pessoa com deficiência atrelada apenas a essa característica, de modo que a deficiência passe a ser a referência pela qual a pessoa se identifica. É fato que a deficiência é uma característica que deve ser levada em consideração, assim como outras características são consideradas quando imaginamos uma pessoa dentro de determinado contexto, sua faixa etária, suas condições sociais, etc. Assim, considerar a deficiência não implica em torná-la determinante para se estabelecer modelos fechados de tratamento e de comportamentos referentes às pessoas com deficiência intelectual. Batista (2004), ao falar sobre a identificação e a segregação, aponta que o processo de identificação é a base na constituição do homem como sujeito social, como sujeito capaz de viver em grupo e de verificar as suas particularidades em meio às múltiplas possibilidades de convivência.

A identificação, para a psicanálise, é o mecanismo pelo qual o indivíduo se constitui, é a primeira forma de laço emocional com outra pessoa, a mais primitiva e original. A identificação é sempre parcial e limitada, tomando emprestado apenas um traço isolado da pessoa que é objeto dela. É o processo que permite um laço social, além do laço amoroso com objetivo sexual, possibilitando assim a formação de grupos e da convivência em grupos. (BATISTA, 2004, p.32 e 33)

O que Batista (2004) nos esclarece é que a identificação pautada, em uma única característica, condição ou objeto, é o que conduz o sujeito a uma condição primitiva, a condição de sujeito precário, pouco apto a se desenvolver. Assim a pessoa com deficiência intelectual constitui laços identificatórios de diversas maneiras, sendo capaz de se socializar e construir uma concepção acerca da própria identidade, inclusive, do seu próprio corpo.

Sobre o aspecto corporal, Dolto (1984) nos define que a imagem do corpo é uma síntese das nossas experiências afetivas, ou seja, uma forma de simbolização inconsciente e que permite, a posteriori, a simbolização via palavra. Ao considerarmos as dificuldades de expressão verbal que envolve, muitas das vezes, as pessoas com deficiência intelectual, é possível pensar no corpo como forma de expressão e elaboração das vivências emocionais de um sujeito. Esse processo, que envolve a subjetivação, conduz a uma construção identitária, e meios de posicionamento para além da deficiência.



Através do corpo, as expressões do desejo da pessoa com deficiência intelectual são mais facilmente perceptíveis, o que não significa que a expressão via palavra não ocorra. A expressão mais direta que a pessoa com deficiência intelectual possui em relação ao outro é o corpo, e isso é facilmente identificado pela forma como estabelece contato. O abraço, o beijo, que são constantes nos alunos e identificados como coisa de “criança inocente” na fala de alguns profissionais e familiares, são formas de expressão de si, do que sentem e do que desejam. Até mesmo a agressividade, também pontuada como “característica da deficiência”, não é considerada como uma expressão daquilo que se é impedido de desejar, ou seja, da dificuldade de se expressar o desejo.

Em relação ao corpo, percebemos, ainda, que os alunos entrevistados possuem pouco conhecimento acerca do funcionamento do mesmo, embora afirmam terem aprendido na Escola informações de cuidado com o corpo, uso de preservativos e consequências do ato sexual, como por exemplo, a gravidez. Essas informações, no entanto, não permitem que a pessoa com deficiência intelectual tenha um conhecimento mais amplo do próprio corpo, no sentido de significá-lo. Um dos fatos mais surpreendentes na fala dos alunos entrevistados é que todos eles relataram experiências sexuais que tiveram, e as meninas demonstram ainda que tiveram sua primeira relação sexual, sem saber ao certo o que o ato representava. Uma das alunas, inclusive, era mãe e afirmou que engravidou de um colega da escola.

Desde a nossa condição primária, passamos por um processo de significação do corpo, na qual aprendemos pelo processo de alienação e separação, a atribuir significado ao que nos remete sensações de prazer. Freud (1914) nos mostra que, para nos tornarmos autônomos, é necessário que primeiro sejamos submetidos à alienação nos nossos primeiros momentos de vida. Posteriormente, após o assecuramento da relação primária, é necessário que ocorra uma separação gradativa que permite o sujeito se colocar na posição de desejante. Esse processo, porém, independe da informação consciente acerca do corpo e, nesse sentido, pode dirigir a ações que remetem ao prazer mesmo que nunca se tenha ouvido falar delas.

Vemos, ainda, que o campo do desejo é uma dimensão muito peculiar. Que mesmo frente ao medo (como o de engravidar, por exemplo) e a alguns incômodos relatados na relação sexual (como dor em determinadas ocasiões), a fantasia e o desejo permanecem como forma de dar sentido à vida. As relações relatadas podiam gerar formas diversas de reações, inclusive de forma a significar o corpo pela dor e pelo medo produzindo diversos sintomas. Em casos de pessoas que tiveram poucas condições de experienciar o corpo durante o desenvolvimento, a possibilidade da *obje-*



talização<sup>60</sup> do mesmo pode, ainda, favorecer atos de abuso. Ao pensarmos em um sujeito desejante, pensamos nas relações que estabelecem como forma de construção, como forma de direcionar seu desejo. O contrário disso, podemos entender o que chamamos acima de objetualização, na qual a relação baseia-se na submissão ao desejo do outro. Compreendemos, assim, que, quando há pouco espaço nas relações que possibilitam trocas, o processo de construção da identidade sofre uma falha, e dificulta que o sujeito se posicione como desejante. Assim, se o próprio desejo não aparece, o desejo do outro é o que lhe direciona.

A importância de se trabalhar corpo e sexualidade de maneira mais ampla se faz necessário no sentido de ampliar as condições das pessoas com deficiência intelectual de experienciar o prazer e gerar autonomia nesse processo.

Afinal, a energia que nos mantém vivos é de origem sexual, e, com elaboração, ou não, ela desponta, seja direcionada a um objeto, ou liberada de significação (pulsão de morte). De acordo com a teoria das pulsões freudianas, a pulsão de morte é a pulsão por excelência, livre, sem ligação a nenhum significante. É assim denominada por não estabelecer no sujeito um movimento de simbolização. Mas a mesma pulsão de morte pode tornar-se de vida ao ligar-se a um significante para se instaurar a falta. De certo, pensando na não ligação da energia libidinal a um objeto, seja ele um parceiro amoroso ou não, verificamos em outros alunos da escola, atos de agressividade (inclusive autoagressividade) e de introspecção elevadas. Normalmente, estes alunos tiveram maior dificuldade para falar de si, do que gostam e também tiveram certa dificuldade no contato corporal. A dificuldade em falar pontuada aqui, não se refere a uma dificuldade proveniente da deficiência e, sim, de uma falta de habilidade de expressar o que sentem. São alunos com maior dificuldade de interação e que a promove por meio da agressividade. Nesses casos, foi possível considerarmos que quando há falta de credibilidade e espaço para que a pessoa com deficiência desenvolva o conhecimento do próprio desejo, ela apresenta ações agressivas que diz da dificuldade que possui de falar daquilo que a incomoda, constrange, e até mesmo a agrada. Vimos ainda que, além da agressividade, os sintomas psicossomáticos também podem estar relacionados com a dificuldade de expressão do desejo.

MacDougall (1997), ao falar das manifestações somáticas derivadas das atribuições psíquicas, nos conduz a pensar na agressividade e nos sintomas somáticos como próximas às condições arcaicas e pouco desenvolvidas da sexualidade humana.

---

60 Termo utilizado pela pesquisadora para tentar definir uma dificuldade de se posicionar o próprio desejo.



Na aurora da vida psíquica, os impulsos libidinais e agressivos são praticamente impossíveis de ser distinguidos. Aquilo que mais tarde é verbalmente identificado como as emoções de “amor” e “ódio” está inicialmente confuso. Esta confusão pode persistir até a maturidade, fazendo com que os adultos se sintam profundamente perturbados em seus relacionamentos. (MACDOUGALL, 1997, p.127)

Seguindo essa concepção em torno das perturbações somáticas que tomam muitos de nós na confusão do nosso próprio desejo, por que, então, não se compreende essa condição em relação às pessoas com deficiência intelectual? Por que nesses sujeitos as manifestações somáticas e agressividades não são percebidas sem juntamente postular o rótulo da deficiência?

Sendo a identidade um viés que está relacionado à sexualidade, podemos pensar que, ao dispor de meios para a construção da identidade, a pessoa com deficiência intelectual consegue criar formas de se colocar como um sujeito desejante frente às potencialidades que lhe são ressaltadas. Verificamos isso no comportamento de vários alunos, principalmente em alunos que se colocam na ajuda para com outros colegas, como é o caso de uma aluna bastante comunicativa que auxilia a professora no contato com um aluno autista. Curiosamente, essa aluna é uma das poucas pessoas com quem o aluno autista tem um contato físico, como dar abraços e beijos.

A sutileza nas relações estabelecidas entre as pessoas com deficiência nos mostrou que, ao invés das ideias de comportamento inadequado que se atribuem à pessoa com deficiência intelectual, temos relações pautadas em afinidades, desejos, sentimentos de acolhimento, como ocorre no processo relacional de qualquer pessoa. Vemos que as interações quebram barreiras e desmontam determinações diagnósticas. Entendemos que as possibilidades de desenvolvimento são reais e que, o que não se quer ver, vez ou outra, se mostra para explicitar o que não pode ficar definitivamente escondido.

Ainda, analisando fatores inerentes à identidade, vimos, também, a identificação voltada para a escolha objetal, pautada no aspecto da sexualidade que caracteriza o sujeito como desejante de algo. Podemos verificar, claramente, nos relacionamentos de namoro que existem dentro da Escola, as formas de agir dos alunos na tentativa de tornarem-se atrativos aos olhos dos colegas. Observamos, também, os comportamentos que começam a surgir provenientes disso. As relações de namoro acabam por promover, indiretamente, aspirações, mudanças de comportamento e conduta que dizem das características de um amadurecimento (autocuidado, interesse nos estudos etc).

Observamos, ainda, direcionamentos objetais de alunos voltados para pessoas do mesmo sexo, como é o caso de uma aluna que fantasia se casar com uma das pro-



fessoras quando crescer. Essa aluna tem 12 anos, se veste como uma “mocinha” e exprime uma feminilidade nos acessórios que utiliza (típico da adolescência). No entanto, brinca de bonecas e se interessa muito por brinquedos (típico da infância). Ela exprime algo que, aos olhos de alguns profissionais, parece uma contradição e é entendido como uma anomalia. Em vários momentos é repreendida quando fala de seu desejo pela professora, mas, ainda assim, não o deixa de manifestá-lo.

McDougall (1997) diz que os direcionamentos libidinais das pessoas são diversos e que a libido homossexual pode partir de uma estabilização da autoimagem narcísica, o que é comum em crianças. No entanto, esse direcionamento pode ser uma característica da escolha objetal que levará por toda a vida adulta e isso se refere as diversas maneiras pelas quais são passíveis de conduzir nosso desejo. Tais manifestações causam muita dificuldade de compreensão, até mesmo em pessoas que não possuem deficiência, considerando as imposições sociais heteronormativas e paternalistas. Assim, vemos que vários são os fatores que promovem a exclusão, principalmente em termos de sexualidade.

Em relação à deficiência intelectual, o estigma da inadequação se faz mais forte, mas o que realmente nos chama a atenção é que a menina “apaixonada” pela professora não deixa de exprimir seu desejo. Assim como os vários casais de namorados que se formam na Escola, que falam abertamente sobre a sua relação e da forma como direcionam seu desejo ao outro não o deixam de fazê-lo em função das normas da Instituição (Na Escola é proibido namorar). Freud (1930) nos traz essa implicação ao falar da dificuldade da sociedade em lidar com o desejo que não lhe parece dentro da “normalidade” estabelecida.

A exigência, demonstrada nessas proibições, de que haja um tipo único de vida sexual para todos não leva em consideração as dessemelhanças, inatas ou adquiridas, na constituição sexual dos seres humanos; cerceia, em um bom número deles, o gozo sexual, tornando-se assim, fonte de grave injustiça. (FREUD, 1930, p. 60)

É possível pensarmos, então, que a pessoa com deficiência intelectual é capaz de dispor de autonomia diante daquilo que deseja, mesmo quando o seu desejo é contrário ao que as normas sociais deliberam. Assim, ao exprimir tão claramente algo que fala da própria sexualidade, não identificamos diferenças entre essas manifestações e de qualquer pessoa, a não ser a dificuldade de se expressar e de se conhecer que, muitas das vezes, não é imposta pela deficiência.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discutirmos a temática, nos deparamos com as dificuldades de lidar com a nossa própria sexualidade e, assim, postos diante da nossa falha, tentamos, de maneira sutil, negar na pessoa com deficiência aquilo que nos incomoda.

O que podemos afirmar diante do que percebemos nessa pesquisa é que, mesmo com diferenças, as pessoas com deficiência intelectual sentem, vivem, reagem e se desenvolvem afetivamente de maneira particular, como é próprio de qualquer pessoa.

Resgatar a condição humana da pessoa com deficiência intelectual é tirá-la do plano da infantilidade ou da anormalidade e aproximá-la da condição de sujeito através da questão que mais aflige a todos: a sexualidade. Lidar com a sexualidade é um desafio, mas é necessário para compreendermos em nós mesmos aquilo que estranhemos no outro.

É fundamental se despregar do estigma da deficiência para se enxergar o sujeito, e mais uma vez, de forma incisiva, colocamos como é necessário se ter espaços que possibilitem uma construção identitária por meio das interações sociais, da convivência familiar, pautadas na valorização das diferenças.

Apesar de toda dificuldade em lidar com a sexualidade, percebemos um ponto positivo em iniciativas na Escola como o grupo de mães, o reconhecimento de alguns profissionais das dificuldades que possuem a percepção das regras institucionais que se contrapõem ao trabalho, e até mesmo, em algumas intervenções pontuais, cotidianas, que resgatam a posição do desejo dos alunos. Esses pontos remetem a uma abertura, à mudanças, à compreensão de que é possível fazer um trabalho, mesmo quando este esbarra em nossas dificuldades e limitações em relação ao diferente.



## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, José Newton Garcia; BATISTA, Cristina Abranches Mota. Segregação e inclusão das pessoas portadoras de deficiência. In.: **Pulsional Revista de Psicanálise**. São Paulo, ano XVI, n 170, p.58-65, junho/2003.

BASTOS, Olga Maria e DESLANDES, Suely Ferreira. Sexualidade e o adolescente com deficiência mental: uma revisão bibliográfica. In.: **Ciência e Saúde Coletiva [online]**. 2005, vol.10, n.2, pp. 389-397. ISSN 1413-8123. Disponível em: <http://www.scielo.org/pdf/csc/v10n2/a17v10n2.pdf> Acessado em: 03/08/2009.

BATISTA, Cristina Abranches Mota. **Inclusão: construção na diversidade**. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 2004.

DEMO, Pedro. **Introdução à Metodologia Científica**. São Paulo. Atlas, 1995.

DOLTO, Françoise. **A imagem inconsciente do corpo**. Editora Perspectiva. São Paulo, 1984.

ENRIQUEZ, Eugène. **Instituições, poder e “desconhecimento”**. In: GARCIA, José Newton. CARRETEIRO, Teresa Cristina. **Cenários sociais e abordagem clínica**. São Paulo: Escuta, 2001.

FREUD, Sigmund. Sobre o narcisismo: uma introdução (1914). In: FREUD, Sigmund. **Obras Psicológicas Completas**. Rio de Janeiro: Imago, vol. XIV, 1987.

FREUD, Sigmund. **O mal estar na civilização (1930)**. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo. Atlas, 1999.

GLAT, Rosana. A sexualidade da pessoa com deficiência intelectual. In: Revista Brasileira de Educação Especial. 1 (1), Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: [http://www.abpee.net/homepageabpee04\\_06/artigos\\_em\\_pdf/revista1numero1pdf/r1\\_art06.pdf](http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista1numero1pdf/r1_art06.pdf). Acessado em: 15/07/2009.

MACDOUGALL, Joyce. **As múltiplas faces de Eros: Uma exploração psicanalítica da sexualidade humana**. Martins Fontes, São Paulo, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.



# ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E A (IM) POSSIBILIDADE DE INSERÇÃO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL

Johnathan Barros Mendes<sup>61</sup>  
Lucas Henrique de Carvalho<sup>62</sup>  
Priscila Fidelis de Souza Lima<sup>63</sup>

## RESUMO

Este artigo visa relatar uma experiência de atividade prática, que teve como objetivo promover oficinas em dinâmica de grupo com o tema orientação profissional, numa perspectiva sócio-histórica, com travestis e transexuais alunas de um pré-vestibular. Este projeto mostra-se relevante na medida em que ofereceu um espaço para esse grupo social, que tem seus direitos violados constantemente, além de restrições para a inserção no mercado de trabalho formal e espaços públicos. Foram realizados seis encontros, nos quais foram trabalhadas questões dentro de três eixos temáticos: 1. Autoconhecimento e informação profissional; 2. Mundo do trabalho; 3. Relação do sujeito com o mundo do trabalho. Foi possível perceber que o as oficinas serviram como um espaço acolhedor para reflexões e diálogos da pessoas trans e travesti no que se refere ao projeto de vida e escolha profissional.

## PALAVRAS-CHAVE:

Orientação Profissional. Diversidade de Gênero. Oficinas em Dinâmica de Grupo

## ABSTRACT:

This article aims to report on an experience of practical activity, which aimed to promote workshops in group dynamics with the theme of professional orientation, in a socio-historical perspective, with transvestites and transsexual students from a pre-college entrance examination. This project proves to be relevant in that it offered a space for this social group that has its rights constantly violated, as well as restrictions for the insertion in the formal job market and public spaces. Six meetings were held, in which issues were addressed within three thematic axes: 1. Self-knowledge and professional information; 2. World of work; 3. Relationship of the subject with the world of work. It was possible to perceive that the workshops served as a welcoming space for reflections and dialogues of the trans and transvestites with regard to the project of life and professional choice.

## KEYWORDS:

Professional Orientation. Gender Diversity. Workshops in Group Dynamics

61 Graduando em Psicologia (Centro Universitário UNA) e membro da Comissão de Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais – Região / 4.

62 Graduando em Psicologia (Universidade Federal de Minas Gerais) e membro da Comissão de Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais - Região /4.

63 Psicóloga. Professora do Curso de Psicologia do Centro Universitário UNA



## INTRODUÇÃO

O advento do capitalismo transformou a relação entre as pessoas e o trabalho, tornando-se central na experiência humana moderna. A centralidade do trabalho reverbera na escolha de uma profissão como uma grande responsabilidade. Neste cenário, a Orientação Profissional (OP) é entendida como um importante instrumento que auxilia os sujeitos a pensarem sobre os múltiplos fatores que envolvem a escolha e construção de sua profissão. A partir da perspectiva da Psicologia sócio-histórica, os indivíduos são seres sociais e suas escolhas estão diretamente relacionadas à sociedade e a cultura em que vivem. A conscientização desta realidade juntamente com a reflexão dos próprios desejos e habilidades contribui para o indivíduo definir qual caminho profissional se interessa. Apesar do poder de escolha, determinantes sociais podem impedir alguns desses caminhos.

“É possível constatar que a sociedade não oferece reais condições de igualdade, que não há liberdade de escolhas e que a individualidade compreendida por talentos, aptidões e habilidades também é questionável. Logo, as opções e escolhas inadequadas feitas são de responsabilidade individual, questões como “liberdade de escolha”, “por que e para que decidir” não são questionadas.” (FERRETI apud ARAÚJO, BECKER, 2016, p. 5)

No caso de travestis e transexuais, observamos um forte preconceito social diante dessas pessoas que subvertem as normas de gênero impostas pela sociedade. No que se refere às pessoas trans, elas foram identificadas como homens ou mulheres ao nascer devido ao sexo biológico, mas sua identidade de gênero é contrária à que lhe foi imposta, o que acarreta num reconhecimento dessas pessoas enquanto mulheres ou homens trans, independente do sexo biológico e das características corporais secundárias (JESUS, 2012; SANTOS, 2016). Por outro lado, podemos entender as travestis como pessoas que, quando nasceram foram reconhecidas como meninos, mas ao longo da vida se identificaram mais com o feminino mesmo não se definindo como mulheres, mas também podem agregar aspectos considerados socialmente como masculinos, formando a travestilidade como uma identidade específica (JESUS, 2012; PEDRA, 2016;). Neste sentido, essa separação identitária com a questão biológica faz com que pessoas trans e travestis rompam com a norma compartilhada socialmente que liga corpo ao gênero. Isso gera violências diversas e impossibilita oportunidades e uma integração efetiva dessas pessoas na sociedade.

A sociedade considera as travestis como transgressoras, elas se deparam com barreiras apresentadas de várias formas e em vários ambientes. Vale lembrar que o tratamento preconceituoso dado às travestis no ambiente escolar e nas unidades do serviço público de saúde, muitas vezes, desestimula a adesão delas à escolarização e aos cuidados médicos. (RONDAS; MACHADO, 2015, p. 196).



A violência e marginalização deste grupo social são evidentes e refletem também no campo profissional, limitando áreas de atuação, muitas vezes sem dar possibilidades diferentes da prostituição (VASCONCELLOS, 2014). Este artigo objetiva problematizar sobre o mercado profissional para pessoas trans e travestis e relatar a experiência de um Projeto desenvolvido na prática de estágio em Psicologia no âmbito da Orientação Profissional, que promoveu encontros com esse público.

## **ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL: PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA**

A psicologia sócio-histórica vem realizando diversas contribuições e reflexões sobre os pressupostos teóricos e metodológicos que direcionam a prática da orientação profissional, visando principalmente o processo da escolha. De acordo com Müller (1988, p. 141), “chegar a uma escolha vocacional supõe um processo de tomada de consciência de si mesmo e a possibilidade de fazer um projeto que significa imaginar-se antecipadamente cumprindo um papel social e ocupacional”. Assim, a visão antropológica daqui recorre à ideia do ser humano como ser social, ou seja, que é constituído historicamente a partir das suas relações sociais. Além de produto da evolução biológica das espécies, o ser humano é enxergado como produto histórico, mutável, pertencente a uma determinada sociedade e etapa da evolução histórica (AGUIAR, 2006). Portanto, entendemos o sujeito como aquele que é ao mesmo tempo único e singular, mas também social e histórico como aquele que transforma o social em psicológico. Além de produto cultural, é fundamental constatar que consideramos, também, o ser humano como um ser de escolhas.

No que se refere à escolha profissional, percebemos que este momento pode gerar angústias, dúvidas e sofrimento a quem se encontra nesta situação. Tal fato demonstra que a ajuda de um profissional preparado para auxiliar nestas questões pode ser de extrema ajuda para as pessoas que estão passando por este processo.

“Os melhores profissionais de aconselhamento são aqueles que transitam o foco de trabalho com o cliente, atendendo as necessidades deste; ou seja, o orientador é capaz de ajudá-lo a lidar com quaisquer combinações de problemas evolutivos presentes e de ajustamento que apresente” (MAGALHÃES, 1999, p. 174).

Cabe aos orientadores, tencionar tal processo e injetar realidade na sua dinâmica, ao mesmo tempo questioná-la, apontando a ordem social dada e atentando à utopia, ou seja, aquilo que até o momento parece irrealizável (AGUIAR, 2006). Para Silva; Lassance; Soares (2004 apud GUICHARD, 2001) o objetivo da orientação é capacitar indivíduos a lidar com um problema que é específico à eles. Isso basicamente im-



plica em ajudá-los a formular suas aspirações, a descobrir caminhos para soluções e estimulá-los a procurar aqueles que lhes parecem mais apropriados. A interação dialógica é o processo central para viabilizar o aconselhamento.

## OFICINAS EM DINÂMICA DE GRUPO

Um dispositivo importante que pode ser utilizado nos trabalhos de orientação profissional são as oficinas em dinâmicas de grupo. Estas são ferramentas que auxiliam e possibilitam a construção de conhecimento de forma não pedagógica.

“Oficina é um trabalho estruturado com grupos, independentemente do número de encontros, sendo focalizado em torno de uma questão central que o grupo se propõe a elaborar, em um contexto social. A elaboração que se busca na Oficina não se restringe a uma reflexão racional, mas envolvem os sujeitos de maneira integral, formas de pensar, sentir e agir.” (AFONSO, 2002, p. 11)

É importante ressaltar que as oficinas tem por objetivo uma intervenção psicossocial, esse modelo de intervenção possui uma visão de sujeito que pode ser entendida pela perspectiva trabalhada por HALL (2002), que considera o

Sujeito descentrado, diferente do modelo cartesiano, um sujeito ativo, integrado, atravessado pela história, política e cultura e que, por isso, necessitava de um novo modelo de ciência que não o visse como um ser dicotomizado, com mente e corpo desconexos. É nesse novo estilo de ciência que a Psicologia Social Crítica encontra seu porto, uma vez que acredita em um ser humano construtor e transformador de sua história, de seus modos de vida e que pode mudar o contexto sócio histórico em que vive, afetando e sendo afetado.” (CRUZ, ABADE, 2008, p. 3).

Outra característica importante da oficina é que, embora ela seja terapêutica, ela não é uma psicoterapia; Cruz e Abade (2008), pontuam que na oficina o sujeito tem espaço para fala e escuta, podendo assim expressar, angústias, falar de experiências passadas, presentes e de projetos futuros. Proporciona, também, possibilidades do sujeito se identificar com pessoas em situações similares à sua, compartilhar experiências e elaborar suas questões.

## CONSTRUÇÃO DO CAMPO

Estudantes vinculados ao Estágio de Orientação Profissional, orientados por uma professora supervisora, construíram um Projeto de Oficinas sobre Orientação Profissional com pessoas trans e travestis. As oficinas duraram 3 meses, totalizando 6 encontros, sendo o primeiro focado para apresentação do grupo, os intermediários com trabalhos de oficinas e o último destinado ao compartilhamento de resultados.



No total foram 4 pessoas trans e travestis participando de todos os encontros do projeto e três delas estavam no processo de preparação para o vestibular e uma cursando o ensino médio.

O Projeto de oficinas foi desenvolvido em três etapas, cada uma com um eixo temático: etapa I – autoconhecimento e informação profissional; etapa II – mundo do trabalho; etapa III – relação do sujeito com o mundo do trabalho. A intervenção contou com seis encontros, cada encontro teve a duração média de 1 hora.

## **RELATO DOS ENCONTROS**

### **A formação do grupo**

A proposta da aplicação de oficinas de OP foi divulgada aos alunos e alunas em uma reunião. Quinze alunas(os) se interessaram pela proposta, assinando uma lista. Entretanto, o grupo iniciou-se com oito membros, tendo contado com cinco no segundo encontro, dos quais permaneceram quatro até o final do projeto.

No primeiro encontro, o objetivo era apresentar ao grupo o “contrato” do nosso trabalho e acordarmos as condições necessárias para participação das atividades. Desenvolver um trabalho de Orientação Profissional em uma instituição envolve também o manejo com a rotina e organização do lugar. Para o primeiro encontro, o planejamento deu-se da seguinte forma: apresentação dos facilitadores e da proposta de oficinas (contrato) e apresentação dos membros através da dinâmica História do Nome. No entanto, foi preciso assumir uma flexibilidade, pois não foi possível cumprir o planejamento prévio, então aproveitamos o tempo que nos foi concedido para tirar dúvidas das integrantes do grupo sobre o projeto. Uma das questões que foi levantada por elas, foi o porquê de estarmos ali e quais benefícios a OP poderia trazê-las. Tal questionamento se mostra relevante na medida em que, para a realização do trabalho, seria necessário uma formação grupal. O processo de “espiral dialética” pode auxiliar muito nesta formação, considerando que

“A “espiral dialética” abrange o todo do processo grupal, como um movimento constante entre processos internos ao grupo, quais sejam: afiliação/pertença, comunicação, cooperação, tele, aprendizagem e pertinência. A afiliação e pertença, dizem respeito ao grau de identificação dos membros do grupo entre si com a tarefa. Enquanto a afiliação indica apenas uma aquiescência em pertencer ao grupo, a pertença envolve um sentimento de identificação, um “nós” com o grupo.” (RIVIERE apud AFONSO, 2002, p. 24)

Dessa forma, o processo grupal demanda uma identificação entre as participantes que precisavam estar cientes do objetivo daqueles encontros. Somente assim o gru-



po consegue se consolidar através de um objetivo em comum que possibilita uma dinâmica própria de compartilhamento e identificações entre as integrantes.

## **NOMES CONTAM HISTÓRIAS**

No segundo encontro, apresentamos o contrato e, como atividade inicial, utilizamos a “técnica do crachá” e a “história do nome”. Disponibilizamos materiais e propusemos que cada participante fizesse um crachá, com o nome que gostam de ser chamadas, por fim cada uma contava a história do seu nome. Durante os relatos individuais surgiram elementos que demonstraram histórias, memórias e especificidades de cada uma, em geral, falaram sobre respeito às diferenças e desejo de viver em paz. Foi um momento importante de compartilhamento de vivências que pode ter gerado tanto identificações com as histórias, assim como sensibilidade com as narrativas alheias. Tal dinâmica foi fundamental para fortalecimento dos laços entre as participantes do grupo.

## **AS IMPOSSIBILIDADES SE APRESENTAM**

No terceiro encontro, foi distribuída uma folha com várias profissões, das quais as participantes deveriam, primeiramente, assinalar aquelas que acreditavam que se sentiriam bem desempenhando a função. Posteriormente, elas deveriam escolher três profissões que se identificavam mais, a ponto de desejar investir neste percurso profissional. Feito isso, cada aluna expôs as profissões que escolheu e justificou porque gostaria de trabalhar com alguma delas.

Num segundo momento, entregamos três cartões às participantes, onde poderiam colocar o título de um livro, novela, seriado, peça teatral filme, etc. que elas achassem que se parecia com elas e o porquê. Essa dinâmica tinha por objetivo trabalhar questões relacionadas ao autoconhecimento, recurso que foi aproveitado pelas participantes, pois conseguiram localizar histórias parecidas com as delas e assim falar um pouco mais de si. Orientamos, também, que relatassem um pouco do passado, presente e perspectivas de futuro. O objetivo era de pensar e repensar as possibilidades e impossibilidades que cada uma já havia experienciado no que tange as vivências sociais e profissionais. Foi um momento importante de compartilhamento de experiências que envolvem várias situações de preconceito e violência em vários espaços públicos e momentos diversificados, situação comum entre as travestis e transexuais brasileiras.

A sociedade considera as travestis como transgressoras, elas se deparam com barreiras apresentadas de várias formas e em vários ambientes. Vale



lembrar que o tratamento preconceituoso dado às travestis no ambiente escolar e nas unidades do serviço público de saúde, muitas vezes, desestimula a adesão delas à escolarização e aos cuidados médicos. Quando a hostilidade e a rejeição provêm também da família, a travesti é empurrada para a rua, às formas tidas como não convencionais de ganhar a vida, ao tráfico e ao uso de drogas, a situações que lhes acarretam doenças e morte social e física. A rejeição às travestis também vem do mundo do trabalho, sob a justificativa da aparência física inadequada (IRIGARAY, 2007).

Dessa forma, percebemos impossibilidades generalizadas presentes nas vidas dessas pessoas até antes mesmo de discutirmos sobre o contexto profissional. A falta de apoio familiar, a evasão escolar, as opressões nos espaços públicos, o não respeito ao nome social em serviços diversos (BOMFIM, 2009), entre outros fatores, são determinantes da não efetivação do exercício de cidadania de travestis e transexuais. Fatores como estes são tão agravantes no cotidiano destas pessoas que levou até mesmo o Ministério da Saúde a considerar a identidade de gênero, assim como a orientação sexual, determinantes sociais da saúde, que desembocou numa Política Nacional de Saúde Integral de LGBT (BRASIL, 2013).

## **FAZENDO AS MALAS**

Iniciamos apresentando um resumo sobre quatro profissões que as alunas haviam escolhido no encontro anterior, discutimos o mercado de trabalho e o percurso de formação necessário para exercer a profissão. Em seguida, desenvolvemos a técnica da “bolsa de viagem”, que tem por objetivo uma reflexão sobre quais elementos temos disponíveis para realização de um sonho e quais caminhos podemos percorrer para alcançar nossos objetivos.

Este encontro foi importante na medida em que acolheu várias perspectivas e experiências das alunas, as quais relataram situações de preconceito e situações desagradáveis que vivenciam diariamente. O momento propiciou também discussões sobre o ingresso no ensino superior em seus diversos aspectos: bolsas universitárias, provas do vestibular e possíveis dificuldades que enfrentarão no contexto acadêmico na relação com outras(os) alunas(os), professoras(es) e funcionárias(os) da faculdade. Ao mesmo tempo, elas pontuaram como a experiência da OP tem sido acolhedora e fomentado um espaço de reflexão, discussão de forma respeitosa para com elas. Concluimos o encontro refletindo juntos sobre as dificuldades inevitáveis provocadas pelo contexto social e pelas ocasiões rotineiras, entretanto o fato de ampliar as possibilidades e poder escolher um caminho diferente é um importante começo.



## **SOBRE AS DIFERENÇAS**

Demos início ao quinto encontro aplicando a dinâmica das diferenças, que consiste em realizar um desenho sem tirar a ponta do lápis do papel a partir das orientações do facilitador. Levando em consideração as diferenças de cada desenho, apresentamos a pergunta: “Por que mesmo recebendo as mesmas instruções os desenhos se mostraram tão diferentes?” A partir dessa pergunta, problematizamos as questões das diferenças sociais em seus diversos âmbitos e sobre a importância do respeito à diversidade. Após a dinâmica, apresentamos reportagens com exemplos de travestis e transexuais com carreira estabilizada no mercado de trabalho, com o intuito de mostrar outras possibilidades que existem, além de valorizar estas experiências positivas. As reportagens geraram uma discussão sobre as mudanças corporais: na visão das alunas, quem passou pela transição após se consolidar profissionalmente tem mais chance de ser bem sucedida. Diferente delas que já estão transitando e tendem a encontrar mais empecilhos na inserção no mercado profissional formal. Entretanto, o encontro acabou com uma reflexão sobre a necessidade de novas atitudes a fim de alcançar os objetivos que almejam.

## **NOVAS POSSIBILIDADES**

Iniciamos o encontro com a dinâmica, Caixa das Profissões, dentro de uma caixa foram colocados nomes de várias profissões, e foi pedido as alunas que falassem o que sabiam sobre aquelas profissões. Foi falado sobre a dificuldade de inserção das travestis no mercado de trabalho formal. Quando em empregos formais, a maioria das travestis tem contato com pessoas que costumam tratá-las de modo derrisório, desrespeitoso e humilhante (Kulick, 2008).

Rondas e Machado, destacam que segundo Teixeira:

Em geral, as travestis possuem baixa escolaridade em razão da evasão escolar precoce a que são levadas por não tolerarem o bullying, as zombarias ou agressões vividas na escola. A falta de formação profissional reforça as barreiras existentes no mercado de trabalho e aumenta as dificuldades para encontrar emprego fora das esferas tradicionais de atividade profissional em que são aceitas (RONDAS & MACHADO apud TEIXEIRA, 2000).

Tendo em vista essas dificuldades, falamos então de startups e dos youtubers, que são lugares novos no mercado de trabalho. Houve relato de interesse na criação de um canal no youtube e, a partir disso, conversamos sobre quais os passos seriam necessários para empreender na internet.



## **ENCERRAMENTO**

No encontro de encerramento solicitamos a elas que escrevessem um livro de no máximo três páginas, contando em breves palavras como foi a experiência das oficinas de OP. Logo depois, retomamos a discussão sobre empreendedorismo e, pra finalizar, demos a elas o livro “Geração de Valor”, do empreendedor e empresário brasileiro Flávio Augusto que, dentre outros assuntos, também aborda essa temática.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir do trabalho desenvolvido, podemos observar que a Orientação Profissional, quando construída como um processo de reflexão, de caráter mediador e cooperativo, assume um potencial de transformação e amplia o campo de possibilidades daquelas que se envolvem. Podemos validar que diferentemente da história inicial, quando a orientação profissional tinha o intuito de elencar o trabalhador certo para a vaga certa, os processos e trabalhos de Orientação Profissionais atuais, especialmente quando referenciados pela perspectiva sócio-histórica, buscam entender o ser humano em sua totalidade. O trabalho aqui concluído não intencionou ditar o caminho certo a se escolher, mas se propôs a um espaço de reflexão e diálogo, visando facilitar o processo de escolha e construção dos projetos de vida das orientandas



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABADE, Flavia Lemos. **Orientação profissional no Brasil: uma revisão histórica da produção científica** Rev. bras. Orientacprof, São Paulo v.6 n.1, p. 1-13, jun. 2005. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-33902005000100003](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902005000100003) pepsic.bvsalud.org>. Acesso em 26 abr. 2017.

AFONSO, Lucia. **Oficinas em dinâmica de grupo: Um método de intervenção psicossocial**. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2002.

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de. **A escolha na orientação profissional: contribuições da psicologia sócio-histórica**. Psicol. educ., São Paulo, n. 23, p. 11-25, dez. 2006. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-69752006000200002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752006000200002&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 02 set. 2017.

ARAUJO, T. P. BECKER, J. L. F. **Possibilidades da psicologia no ensino médio: uma proposta de orientação profissional**. Revista Itinerarius Reflectionis, vol. 12, n. 2., 2016

BOCK, S. D. **Orientação Profissional: A abordagem sócio histórica**. São Paulo: Cortez, 2006.

BOMFIM, P. T. S. **Discriminação e preconceito: identidade, cotidiano e religiosidade de travestis e transexuais**. Dissertação (mestrado), Universidade Católica de Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília : 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013.

CARVALHO, M. M. M. J. **Orientação Profissional em grupo: Teoria e técnica**. Campinas: Editorial Psy, 1995.

CRUZ, Jaíza Pollyanna Dias da; ABADE Flávia Lemos. **INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL COM OFICINAS EM DINÂMICA DE GRUPO: reflexões sobre o fazer com grupos de crianças e de adolescentes**. p.3. 2008. In: XV ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO, 2009. Maceió.



HALL, Stuart. **Descentrando o sujeito**. In: A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002. P. 34-46.

IRIGARAY, H, FREITAS, M. E. **Estratégias de sobrevivência dos gays no ambiente de trabalho**. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - ENANPAD, XXXI, 2007, Rio de Janeiro.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero : conceitos e termos / Jaqueline Gomes de Jesus**. Brasília: Autor, 2012.

KULICK, D. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. (Trad. Cesar Gordon), Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

MELO-SILVA, Lucy Leal; LASSANCE, Maria Célia Pacheco; SOARES, Dulce Helena Penna. **A orientação profissional no contexto da educação e trabalho**. Rev. bras. orientac. prof, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 31-52, dez. 2004. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-33902004000200005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902004000200005&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 02 set. 2017

PEDRA, Caio Benevides. **O que é travestilidade?** In: RAMOS, M. M. NICOLI, P. A. G. BRENER, P. R. G. Gênero, sexualidade e direito: uma introdução. 1ª ed. Belo Horizonte: Initia Via, 2016.

SANTOS, L. M. T. **O que é transexualidade?** RAMOS, M. M. NICOLI, P. A. G. BRENER, P. R. G. Gênero, sexualidade e direito: uma introdução. 1ª ed. Belo Horizonte: Initia Via, 2016.

SPARTA, M. **O desenvolvimento da orientação profissional no Brasil**. Rev. bras. orientac. prof, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 1-11, dez. 2003. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-33902003000100002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902003000100002&lng=pt&nrm=iso)>. acesso em 11 mai. 2017.

VASCONCELLOS, L. T. **Travestis e transexuais no mercado de trabalho**. Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 2014.



# OS USOS DO CONCEITO DE GÊNERO NAS DISPUTAS POLÍTICAS: O CASO DOS PLANOS DE EDUCAÇÃO

Ana Elisa de O.P. Xavier<sup>64</sup>

Claudia Natividade<sup>65</sup>

Théa Abrahão O. Murta<sup>66</sup>

## RESUMO

O conceito analítico de gênero provê uma leitura crítica das relações humanas em termos de relações de poder. As análises de gênero são sócio-histórico-culturais posicionadas e mapeiam os efeitos de poder nas diversas e plurais posições de sujeito. Assim, pensar no conceito de gênero pede que compreendamos a construção das relações humanas como um processo dinâmico e continuado, através das mais variadas práticas sociais e os diferentes contextos culturais em que estamos inseridos. Todavia, no cenário brasileiro recente, o termo gênero sofreu um bombardeio político e social, culminando na sua retirada dos planos de educação. Este trabalho analisou diversas reportagens veiculadas na mídia tentando identificar os usos que o termo gênero tomou nos debates e nas disputas políticas. Os resultados indicam que o entendimento do que seja gênero não é consensual, ora se voltando para a ideia de diferença inegável entre os sexos, ora se referindo ao não reconhecimento de identidades fora da matriz heterossexual, aspecto que deveria ser controlado pelo estado. Nenhuma das disputas políticas, no entanto, pode explorar o conceito de gênero como importante construto analítico para ler as relações de poder, dado o cenário de manipulação ideológica que procurou deturpar e mistificar o termo.

## PALAVRAS-CHAVE:

Educação. Gênero. Relações de poder

## 1. INTRODUÇÃO

O cenário da educação no Brasil tem vivido grandes mudanças nos últimos anos, especialmente no que concerne à formulação dos Planos de Educação Básica e do Ensino Médio. Neles tem se discutido a inclusão de diversos temas marginalizados e, por muitas vezes, entendidos como de pouca relevância, tais como, relações étnicas raciais, valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, orientação sexual, culturas e potencialidades, gênero, geração, dentre outros.

<sup>64</sup> Psicóloga, formada pela Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais, Formação de Psicologia Humanista pelo Centro de Psicologia Humanista -CPH .

<sup>65</sup> Psicóloga, mestre e doutora em Análise do Discurso. Professora da Faculdade Ciências Médicas e Fead.

<sup>66</sup> Psicóloga, formada pela Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais, Especialista em Análise do Comportamento pela Universidade UNA.



Todavia, o que tem repercutido com maior veemência tem sido a inclusão das discussões quanto à orientação sexual e identidades de gênero, que tem sido nomeada como uma ideologia de gênero por opositores conservadores no Congresso Nacional e por grupos religiosos, no qual o conceito de ideologia e de gênero são colocados de forma equivocada e confronta a real proposta dentro das escolas, que seria possibilitar a inclusão e melhor compreensão e manejo aos alunos e professores na temática.

Este artigo parte de uma pesquisa bibliográfica e análise de dados proveniente de reportagens, notícias e manifestações institucionais coletados na internet no período de 2014 a 2017. Com esta pesquisa procuramos demonstrar como conceitos teóricos e científicos são manejados produzindo discursos variados e ideologicamente posicionados e relacionados a grupos específicos na sociedade brasileira. Par descortinar tais discursos, em um primeiro momento, retomaremos os conceitos de gênero, poder e ideologia e, posteriormente, como estes têm sido utilizados nas disputas políticas no campo da educação. Os resultados indicam que tais conceitos tomam outros significados, pois são permeados por estratégias ideológicas que procuram mistificá-los e, com isto, reposicioná-los distantes de debates científicos.

## 2. GÊNERO, IDEOLOGIA E PODER

Nas últimas décadas, uma das discussões mais complexas e emblemáticas tem sido aquela relacionada às relações interpessoais e, por isto, conceitos como ideologia, relações de gênero e relações de poder se tornaram centrais nesta discussão. No entanto, historicamente, tais conceitos foram distorcidos e/ou entendidos de formas equivocadas o que contribuiu para o não entendimento destes e, até mesmo o deslocamento deles de perspectivas e discursos científicos. Saffioti (2004), identifica que o conceito de gênero possuiu várias roupagens com o passar do tempo, destacando ser ele alvo de grande investimento intelectual e que já ter sido entendido como aparelho semiótico, como símbolos evocadores de representações, como conceito normativo, como grade de interpretação de significados, como atribuições assimétricas de características e potencialidades não apenas às relações homem-mulher, mas também homem-homem e mulher-mulher. Dentre todo esse conjunto de significação pelo qual o conceito de gênero já perpassou, a que atualmente tem sido mais utilizada e aceita na maioria das discussões é a de que gênero é um conceito que aborda a construção social do feminino e do masculino.

Segundo Louro (1995) para termos uma compreensão mais ampla do conceito de gênero, é preciso que pensemos não somente nos sujeitos enquanto homens e mulheres, mas tomemos como base o processo dinâmico e continuado que se constitui



por meio de práticas sociais masculinizantes e feminilizantes em consonância com as variadas concepções de cada sociedade. A autora enfatiza ainda que gênero é mais do que uma identidade apreendida, pois é uma categoria imersa nas instituições sociais onde há a intervenção por intermédio da ideia de formação, de socialização e de educação do sujeito.

A partir das perspectivas críticas, o conceito de gênero só pode ser entendido como organizado a partir das relações de poder, outro conceito que permeia todas as relações humanas. Para Foucault (1989, p. 183-184), “o indivíduo é o efeito do poder e, simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão”. Para este autor, “o poder passa através do indivíduo que ele constituiu”. Dessa maneira, Foucault entende que é fundamental não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras, mas ter bem presente que o poder – desde que não seja considerado de muito longe – não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos.

Para Foucault (1989), o poder deve ser entendido como algo que circula, não estando localizado em um lugar específico, engessado, não sendo entendido como um bem, de forma que ele (o poder) funciona em rede, onde os sujeitos se movimentam, podendo assim exercer e sofrer sua ação. O poder não se aplica aos sujeitos, passa por eles.

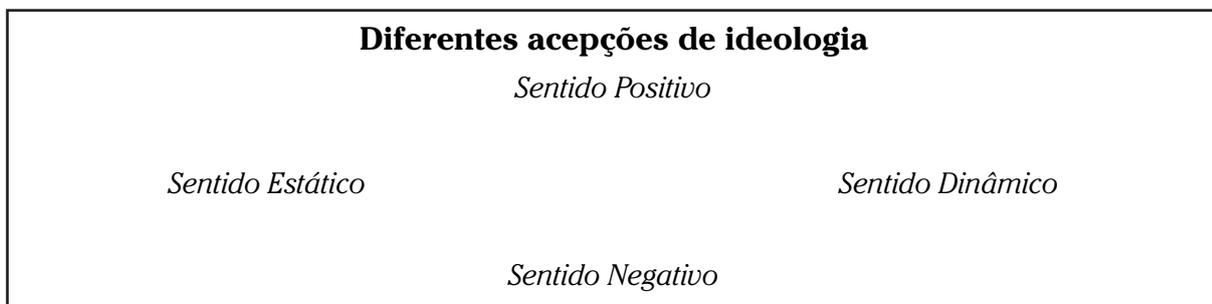
“[...] são essas correlações de força, em sua desigualdade, que, continuamente, induzem estados de poder sempre localizados e instáveis. A onipotência do poder se impõe, “porque se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro”. Assim, “o poder está em toda parte; não porque englobe tudo, e sim, porque provém de todos os lugares”. O poder não é, pois, uma instituição nem uma estrutura e, também, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados, mas “o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (FOUCAULT, 1989, p. 103).

O conceito de ideologia é um dos conceitos emblemáticos e discutidos nos últimos tempos, junto com os já citados no texto, gênero e poder, passando pelos mesmos dilemas e discordâncias de qual seria a melhor definição para tal. Dessa maneira, pensando na problemática e desafiante conceituação do termo, Guareschi (2009 p.74), diz que “ideologia é entendida como uma realidade recorrente, que perpassa e penetra toda realidade social. Ela é, também, uma variável que necessita ser domada, com cuidado e método”. O autor afirma também que o conceito ideologia na Psicologia e, principalmente, na Psicologia Social, deve ser pensado e trabalhado com cautela e extremo cuidado, visto as diversas conotações e sentidos empregados por diferentes autores que agregam ao conceito alguma singularidade.



Guareschi (2009) afirma que, como o conceito de ideologia é entendido e empregado de formas distintas, é necessário primeiramente localizá-lo e situá-lo dentro desses diversos cenários. Pensando assim, ele identifica dois grandes eixos polarizados, que se dividem em quatro campos de significados do conceito de ideologia como demonstrado na figura abaixo. Assim, para Guareschi (2009, p. 75), “o primeiro eixo entende a ideologia como algo positivo ou negativo, portanto é vista por uns como algo bom a se seguir e ser aceito, ou então algo que é errado, que deve ser evitado e reprovado”. No segundo eixo, a ideologia é entendida como algo fixo, finalizado e instaurado ou como algo dinâmico, em processo, como algo estratégico.

Ao cruzarmos tais eixos, surgem quatro campos onde a ideologia é compreendida: no primeiro quadrante, como algo positivo e estático; no segundo, como algo negativo e estático; no terceiro, como algo positivo e dinâmico; e no quarto, como algo negativo e dinâmico.



Guareschi, Pedrinho. 2009, P. 75.

A ideologia demonstrada no campo 1 - positivo e estático - é compreendida como sinônimo de ideais, valores, crenças, conjunto de ideias, um conjunto filosófico e político de determinado partido ou entidade. Assim, ideologia é entendida como algo positivo e correto devendo ser aceita e seguida por membros de uma organização. Já no campo 2 - negativo e estático - é compreendida como um conjunto de ideais, valores, crenças só que são declaradas como errôneas, equivocadas, difamadoras que propiciam a instauração de relações dominadoras, desiguais e abusivas.

O campo 3 - positivo e dinâmico - entende a ideologia como prática, de modo estratégico de forma positivas ou ao menos imparcial. São relações que se definem a fim de manter os grupos e as sociedades caminhando. Guareschi (2009, p. 76) diz que “dentro desse ponto de vista conceituam a ideologia como a produção, reprodução e transformação da subjetividade das pessoas.”

E por fim, o campo 4 - negativo e dinâmico - a ideologia é uma prática, organizada de forma estratégica e que cria e reproduz relações dominadoras, desiguais e abusivas.



Guareschi (2009) chama atenção para as diversas perspectivas sobre o conceito de ideologia afirmando, que cada um pode entendê-lo como quiser. No entanto, realça a importância de classificá-lo como um conceito útil para ler as relações de dominação e subordinação, à equivalência de como é utilizado no quadrante 4. Apesar das críticas relacionadas a esta escolha teórica, o autor cita que, a partir desta ótica, podemos mapear como as relações são permeadas por processos de mistificação, legitimação, naturalização e reificação, dentre outras, estratégias ideológicas.

Para concluir, podemos afirmar que os conceitos de gênero, poder e ideologia se entrelaçam, pois são utilizados conjuntamente ao fazermos uma leitura complexa das relações intersubjetivas e de como elas são constituídas, mantidas e/ou modificadas na dinâmica social.

### **3- AS DISPUTAS DE GÊNERO NO CENÁRIO POLÍTICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

O Ministério da Educação (MEC) tem como uma de suas diversas atribuições, elaborar o Plano Nacional de Educação (PNE), que é responsável por determinar as metas e articular estratégias para a política educacional a cada dez anos e, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento responsável por definir as competências e os objetivos de aprendizagem dos estudantes a cada etapa da vida escolar no ensino infantil e fundamental.

O último Plano Nacional de Educação (PNE) foi aprovado pelo Congresso Nacional e começou a vigorar no ano de 2014 tendo como metas estruturais e diretrizes a garantia da educação básica com qualidade, a universalização do ensino obrigatório e a ampliação das oportunidades de educação. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que prevê um currículo único para a educação, apesar de ser prevista na constituição de 1988 nunca se concretizou e somente a partir de 2013 começou a ser construída por diversos atores como os órgãos do governo, associações científicas e membros da sociedade acadêmicas e especialistas diversos por meio de fóruns, seminários, audiências e consultas públicas. Este movimento produziu três versões para Base Nacional Comum Curricular, sendo a última disponibilizada no ano de 2017 e encaminhada ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Uma das muitas propostas colocadas na Base Nacional Comum Curricular foi a inclusão da discussão sobre orientação sexual e identidades de gênero nas escolas, o que gerou muitas disputas e polêmicas. Tal proposta foi vista por setores conservadores, bancadas partidárias do Congresso Nacional e grupos religiosos como contrárias à moral e veiculadas por grupos minoritários que alegam, levemente, não estarem incluídos e representados.



Com manifestações dos opositores contra a discussão sobre a orientação sexual e identidades de gênero nas escolas, o MEC opta pela retirada destes termos na terceira versão da BNCC. Assim, alguns textos que orientavam os estudantes quanto ao respeito à orientação sexual foram suprimidos da proposta amplamente discutida e construída coletivamente.

Essa mudança do documento, fez com que emergissem mobilizações de vários setores da sociedade, que problematizavam quanto a inclusão apenas da palavra gênero de forma descontextualizada, ou seja, sem se referir à orientação sexual ou à identidade de gênero. Em meio a discussão causada pela retirada do trecho específico sobre gênero da Base Nacional Comum Curricular, o MEC explica que, na proposta, das dez competências para prática são contemplados os pressupostos do respeito, da abertura à pluralidade, da valorização da diversidade de indivíduos e grupos sociais, identidades, contra preconceitos de qualquer natureza e a promoção dos direitos humanos que deverão ser desenvolvidos ao longo de toda a educação básica, e também no ensino médio. Como o texto abaixo indica, o MEC entende que com o exercício da empatia e do diálogo, seriam possíveis contemplar todas as propostas, inclusive as de orientação sexual e identidades de gênero, a fim de promover o acolhimento, o respeito e valorização da diversidade.

“exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outra natureza, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual deve se comprometer ( Base Nacional Comum Curricular, 2017 p. 19) “

Especialistas argumentam que a escola tem como missão a garantia do entendimento e respeito para com as diferentes formas de identidade que o sujeito se percebe de forma compreensiva e reconhecendo as diversidades neste campo. Dessa maneira, a retirada das discussões quanto à orientação sexual e a identidade de gênero poderia mascarar a situação real de violação de direitos que existe na escola hoje e perpetuar práticas de expulsão de estudantes que não se identificam com a matriz heteronormativa. É sabido que uma das principais causas do abandono dos estudos e, conseqüentemente, o empobrecimento intelectual de minorias se deve ao cenário repressor, permeado de julgamentos morais, religiosos e discriminatórios que se apresentam nas escolas.

Em contra partida, os que são a favor da retirada da discussão sobre orientação sexual e identidade de gênero na BNCC, como as bancadas políticas conservadoras e grupos religiosos, sustentam que tal discussão promoveria a ideologia de gênero, sintagma cunhado por tais grupos e que será discutido abaixo, sendo este o cerne da discussão deste artigo.



#### 4. METODOLOGIA

Para elaboração do trabalho, foi usado como metodologia a pesquisa bibliográfica qualitativa, na perspectiva transversal. Dessa maneira, foram pesquisados textos, artigos e reportagens/notícias em bases de dados virtuais do período janeiro de 2014 a agosto de 2017 com os descritores, gênero, educação e ideologia de gênero na educação. A pesquisa foi feita entre os dias 10/08/2017 e 01/09/2017

Os dados que serão analisados são provenientes de sites institucionais como o Ministério da Educação (MEC), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); portais de informações brasileiros como UOL e G1; jornais e agências de notícias em formatos digitais, sendo eles, Gazeta do Povo e Agência Brasil; revistas em formatos digitais sendo estas, Carta Capital e Geledés Instituto da Mulher Negra; e sites informativos como Carta da Educação e Citizengo. O intuito foi identificar e abordar as discussões sobre a orientação sexual, identidade de gênero, formulação e implementação da Base Curricular Comum Nacional (BNCC) e as manifestações e mobilizações institucionais, políticas e religiosas quanto aos temas.

Da pesquisa feita em mídias digitais, foram encontrados 14 textos, artigos e reportagens/notícias que discorriam sobre a discussão de gênero na educação. Destes, 8 foram escolhidos para análise dos dados, onde expõem posicionamentos à favor ou contra a discussão sobre orientação sexual e identidade de gênero na educação.

Recorreu-se também, como referencial teórico, artigos e textos diversos que discutem gênero, poder e ideologia, (FOUCAULT 1989 e 1995; GUARESCHI 2009, LOURO 1995; SAFFIOTI 2004).

#### 5. DISCUSSÃO

A partir das leituras das reportagens e notícias encontradas sobre a ideologia de gênero na educação, foi possível perceber que, em grande medida, o significado de tal sintagma toma vários significados. Discutiremos inicialmente como o termo gênero é abordado em tais textos para, posteriormente, elucidar como ele se liga a discursos bologizantes, religiosos e tradicionais na concepção de família.

Segundo reportagem do site Carta Educação, parlamentares e ativistas de igrejas católicas estão contestando as referências de gênero dos Planos Municipais e Planos Estaduais de educação, a partir do argumento de que esses estariam acabando



com o papel da família em educar seus filhos. Por isto, não caberia à escola discutir as concepções de identidade de gênero e orientação sexual, bem como o conceito de família, pois eles trariam confusão para crianças e adolescentes. Aqui, a colagem entre as discussões sobre identidade de gênero e orientação sexual com as concepções de família é estrategicamente veiculada e fortalece o argumento de que a discussão de tais temas ameaçaria os modelos tradicionais de sexualidade e família.

As disputas neste campo também tocam questões religiosas. Segundo a posição da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), no mundo contemporâneo é preciso ensinar que a dignidade maior, de serem filho e filha de Deus, deve ser igual aos homens e mulheres e deve ser ensinada em todos os lugares, seja na escola, no ambiente familiar ou nas comunidades de fé. Esta compreensão gera respeito e um mundo justo e solidário para impulsionar a sociedade na superação de discriminação e preconceitos. Assim, a educação para igualdade social é primordial, mas, segundo a CNBB, isso é bem diferente do que pretende a ideologia de gênero:

“...uma negação de valores cristãos básicos e fundamentais, gerando prejuízos.... Obviamente, trata-se de desrespeito e afronta à dignidade do matrimônio, ao direito à vida e à identidade da família.” (site CNBB)

Aqui, ideologia de gênero aparece como um conjunto de ideias negativas, estáticas e errôneas que levariam os sujeitos a se distanciarem de valores cristãos. No mesmo site institucional, a CNBB afirma que a ideologia de gênero considera que não se nasce mulher ou homem e o gênero seria uma construção social ao longo da vida, deixando o lado biológico em segundo plano. Percebe-se que, em alguma medida, existe certo entendimento do que significa gênero a partir de paradigmas científicos, porém eles são contrários a esse significado por acreditarem exclusivamente no aspecto biológico e na importância da família tradicional.

Ainda em um contexto conservador, foram encontrados alguns sites contrários à ideologia de gênero, como o Citizengo, que criou petições para população assinar utilizando várias justificativas, neste caso mistificadora.

“Como já foi explicado em outra ocasião, a ideologia de Gênero é uma técnica idealizada para destruir a família como instituição social. Ela é apresentada sob a maquiagem da ‘luta contra o preconceito’, mas na verdade o que se pretende é subverter completamente a sexualidade humana, desde a mais tenra infância, com o objetivo de abolir a família. Além disso, a palavra ‘gênero’ segundo os criadores da Ideologia de Gênero, deve substituir o uso corrente de palavra ‘sexo’ e referir-se a um papel socialmente construído, não a uma reali-



dade que tenha seu fundamento na biologia. Desta maneira, por serem papéis socialmente construídos, poderão ser criados gêneros em número ilimitado, e poderá haver inclusive gêneros associados à pedofilia ou ao incesto”

Nesse ponto, ao conectar gênero à pedofilia e ao incesto, fica claro o uso distorcido do termo, além de utilizarem de casos isolados e sem o contexto real em que foi dito para reforçar essa distorção ao citar a fala de Shulamith Firestone no qual eles caracterizam como “feminista radical” :

“O tabu do incesto hoje é necessário somente para preservar a família; então, se nós nos desfizemos da família, iremos de fato desfazer-nos das repressões que moldam a sexualidade em formas específicas”.

Eles criticam essa frase dizendo que, uma vez que a sexualidade é determinada pelo “gênero” e não pela biologia, não haverá mais sentido em sustentar que a família é resultado da união estável entre homem e mulher.

Em resumo, podemos identificar que as estratégias mistificadoras e deturpadoras de significados científicos - amplamente difundidos na sociedade brasileira - somadas à criação do termo ideologia de gênero como negativo e errôneo, se ligam à discursos de apagamento da família tradicional e incitação a pedofilia e incesto. Ao dizerem isso, eles colocam como certo e aceitável apenas o modelo de família tradicional e excluem todas as outras formações de família existentes em nossa realidade, como famílias homoafetivas, famílias em que a mãe assume sozinha a criação dos filhos, família em que os avós assumem a criação das crianças, entre outros.

Já em uma perspectiva que reconhece a importância da discussão de gênero nas escolas, temos algumas reportagens e notícias que trazem explicações e falas de especialistas na área sobre a importância dessas discussões no cenário atual. Exemplo disto é a reportagem do site Gazeta do Povo, que explica de forma detalhada o real significado da identidade de gênero e da visão deturpada das visões conservadoras.

“Teóricos da ‘ideologia de gênero’ afirmam que ninguém nasce homem ou mulher, mas que cada indivíduo deve construir sua própria identidade, isto é, seu gênero, ao longo da vida. ‘Homem’ e ‘mulher’, portanto, seriam apenas papéis sociais flexíveis, que cada um representaria como e quando quisesse, independentemente do que a biologia determine como tendências masculinas e femininas.”

Outro veículo de informação que traz argumentos sobre o mau uso do conceito de gênero é o site Geledés, que em sua reportagem traz falas de especialistas que afirmam:

“A educação para a diversidade não é uma doutrinação capaz de converter as pessoas à homossexualidade, como se isso fosse possível. O objetivo é criarmos condições dentro das escolas para que professores e alunos possam aprender e ensinar o convívio com as diferenças que naturalmente existem entre todos.”



Para eles, os estudos de gênero e sexualidade contribuem para levantar questões e pensar em ações na escola no sentido da educação para a diversidade, que combata a discriminação, preconceitos e violências, seja de gênero, contra a mulher e LGBT-fóbica, onde a escola seja um espaço aberto para reflexão e acolhimento aos alunos em suas subjetividades e liberdade.

## 6. Considerações:

O termo ideologia de gênero não se aplica aos estudos de gênero sendo, portanto, um sintagma construído e manejado por grupos religiosos que pretendem barrar as discussões sobre as questões de gênero, especialmente na escola. Para estes grupos religiosos, sejam os que se articulam à igreja católica, sejam aqueles representantes de igrejas pentecostais, o sintagma está sendo utilizado com um sentido mistificado, pois aponta para o confronto a grupos LGBTs.

O que assistimos é uma deturpação do real significado dos estudos de gênero e a utilização de termos deste campo de estudos tais como a identidade de gênero, gênero e ideologia, de formas distintas ao cientificamente construído. Os textos analisados apontam, ora para ideias assertivas e usos adequados de tais conceitos, ora a usos estratégicos que geram significados distanciados e distorcidos destes.

É preciso frisar que educar crianças e jovens sobre o respeito às diferentes formas de ser dos sujeitos no mundo, não determina a orientação sexual, muito menos a identidade de gênero. A educação de gênero, aquela voltada para o reconhecimento da pluralidade e diversidade provê um ambiente de respeito e não violência.

Considerando o fato de sermos um estado laico que supõe o reconhecimento das várias expressões e legitimidade de práticas religiosas, para além de serem elas de livre escolha e articulação dos sujeitos, o que assistimos nestas disputas se localiza no contrário a estes pressupostos. Tendo em vista os aspectos observados nos dados deste artigo, as disputas se dão de forma acirrada por políticos da bancada evangélica no Congresso Nacional e pela própria CNBB. Uma vez que essas instituições usam de valores ligados às suas religiões e crenças para a justificar o não uso das temáticas de gênero nas escolas configura-se aí uma interferência de valores e moralidades religiosos no estado, ações contrárias ao sistema de laicidade.

[1] Sintagma é um conceito que se usa no âmbito da gramática para evocar um grupo ou um conjunto de palavras que constitui um tipo de constituinte sintático. Este constituinte sintático permite formar outros sub-constituintes. Conhece-se como núcleo sintático a palavra que apresenta as características básicas do sintagma e que corresponde ao constituinte mais importante deste.

## REFERÊNCIAS

AZEVEZO, Dom Walmor. **Educação e ideologia de gênero**. Disponível em < <http://cnbb.net.br/educacao-e-ideologia-de-genero/> > acesso dia 13/08/2017.

BOEHM, Camila. **Não é ‘ideologia de gênero’, é educação e deve ser discutido nas escolas**. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/nao-e-ideologia-de-genero-e-educacao-e-deve-ser-discutido-nas-escolas-diz-pesquisadora/>> acesso dia 10/08/2017.

BUENO, Michele Escoura; LEWIN, Ana Paula Meirelles; MACHADO, Bernardo Fonseca; VIEIRA, Vanessa Alves. **Gênero e diversidade sexual nas escolas: uma questão de direitos humanos**. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/genero-e-diversidade-sexual-nas-escolas-uma-questao-de-direitos-humanos-6727.html>> acesso dia 10/08/2017.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e políticas públicas**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12 (1): 47-71, jan -abril/2004.

FERREIRA, Guilherme. **Ideologia de Gênero da educação? Não! Obrigado!** Disponível em < <http://www.citizengo.org/pt-pt/5312-ideologia-genero-na-educacao-nao-obrigado> > acesso dia 22/08/2017.

FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder**. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. Michel Foucault – uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989, p. 179/191.

GOMBATA, Marsílea. **Por que é tão difícil falar de gênero nas escolas?** Disponível em <<http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/por-que-e-tao-dificil-falar-de-genero-nas-escolas/>> acesso dia 10/08/2017.

GUARESCHI, Pedrinho. **Psicologia Social crítica: como prática e libertação**. 4.ed. rev.ampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

LIMA, Jonathan Dias. **O que é “ideologia de gênero”?** Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/ideias/o-que-e-ideologia-de-genero-0zo80gzpwbxg0qrmwp03wppl1>> acesso dia 10/08/2017.



LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, história e educação: construção e desconstrução. Educação e realidade** p.101-132. Jul a Dez 1995. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em < [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_publicacao.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf)> acesso dia 01/09/2017.

Ministério da Educação; Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE). **Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação.** Disponível em < [http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf)> acesso dia 01/09/2017.

MUNDIN, Izabelle. **O que é a ideologia de gênero que foi banida dos planos de educação afinal?** Disponível em < <https://educacao.uol.com.br/noticias/2015/08/11/o-que-e-a-ideologia-de-genero-que-foi-banida-dos-planos-de-educacao-afinal.htm#fotoNav=6>> Acesso dia 10/08/2017.

PETINELLI, Viviane. **Com ideologia de gênero, não haverá base curricular do MEC.** Disponível em < <http://www.citizengo.org/pt-pt/42179-com-ideologia-genero-nao-havera-base-curricular> > acesso dia 22/08/2017.

ROCHA, Alex. **Cartilha contra ideologia de gênero em escolas gera críticas a vereador.** Disponível em <<http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2016/06/cartilha-contra-ideologia-de-genero-em-escolas-gera-criticas-vereador.html>> acesso dia 10/08/2017.

SAFFIOTI, Heleieth L.B.. **Gênero, Patriarcado, Violência.** Ed. Expressão Popular. São Paulo, 2004.

TOKARNIA, Mariana. **MEC retira termo “orientação sexual” da versão final da Base Curricular.** Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-04/mec-retira-termo-orientacao-sexual-da-versao-final-da-base-curricular>> Acesso dia 24/08/2017.



# HISTÓRIA DA SEXUALIDADE – STOP MOTION<sup>67</sup>

Pedro DRUBSCKY<sup>68</sup>

## RESUMO

A sexualidade humana é uma temática múltipla que abrange diferentes áreas do conhecimento e está conectada intimamente à formação do ser. Assim, seu estudo precisa ter uma dimensão multifocal, reunindo diversos campos para uma melhor compreensão deste amplo universo. Atualmente, no Brasil, a educação sexual e para a sexualidade tem enfrentado diversas barreiras e, ao mesmo tempo, tem se mostrado de suma importância, tendo em vista dados alarmantes como situações opressivas, abusivas e violentas envolvendo mulheres, homossexuais e pessoas trans, aumento do índice de DSTs, elevados casos de gravidez na adolescência e altos índices de crime de ódio relacionados ao gênero. Devido à carência de recursos didáticos ligados a esse tema e, principalmente, a inexistência de materiais pedagógicos multidisciplinares que abordem gênero e sexualidade, foi desenvolvida uma aula, utilizando como recurso didático uma animação em stop motion, sobre a história da sexualidade, que ilustra o modelamento social ao longo da história, utilizando de perspectivas evolutivas, ético religiosas e culturais, para entendermos o contexto contemporâneo da sexualidade no Brasil.

## PALAVRAS-CHAVE:

História. Sexualidade. Educação Sexual. Material didático

## INTRODUÇÃO

A sexualidade humana é algo inerente à vida, constituindo uma dimensão da personalidade relacionada a estruturação do ser (FOUCAULT, 2017). Refere-se à busca pelo prazer, como a pessoa é identificada e reconhecida, tanto por ela mesma quanto pela sociedade, às relações interpessoais, indo muito além do que apenas a vivência sexual (REICH, 1977). A sexualidade é um objeto multifacetado, que se dispõe em diferentes espectros: Biológico, psicológico, social, cultural, ético, moral e religioso.

Atualmente, no Brasil, educação e sexualidade são assuntos bastante polêmicos e que têm gerado opiniões controversas e bem divergentes. Temos dois lados: uma parcela da população mais conservadora e que se coloca contra as ideias progressistas em relação à sexualidade e gênero, principalmente em âmbito escolar e, em contrapartida, uma outra parte acredita que a educação sexual é um conteúdo fundamental e que deve ser discutida nas escolas. Acontece que, no Brasil, nos depara-

67 Trabalho apresentado no I Congresso Mineiro de Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual, realizado pelo CRP/MG nos dias 14, 15 e 16 de setembro/2017.

68 Biólogo comportamental (PUC/MG), pós-graduando em Educação Sexual (UNISAL/SP), membro da Comissão de Psicologia. Gênero e Diversidade Sexual do CRP/MG. militante LGBT. professor e palestrante.



mos com um cenário bem conturbado em relação à sexualidade e ao gênero: situações opressivas, abusivas e violentas envolvendo mulheres, homossexuais e pessoas trans, aumento do índice de DSTs, numerosos casos de gravidez na adolescência e altos índices de crime de ódio relacionados ao gênero. De acordo com dados da ONG Transgender Europe (TGEU)<sup>1</sup> o Brasil foi o país que mais matou transexuais e travestis no mundo, entre 2008 a 2014, registrando 604 assassinatos. Segundo a ONU (2016)<sup>2</sup>, o Brasil é o quinto país do mundo em feminicídios, 4,8 para cada 100 mil mulheres. Em 2015, foram registrados no Brasil<sup>3</sup> 45.460 mil estupros, porém, estima-se que o número real gire em torno de 129,9 mil e 454,6 mil casos.

A escassez de projetos pedagógicos didáticos que abordem a temática sexualidade em diferentes aspectos, é grande. Isso dificulta a abordagem do tema dentro das salas de aulas, tanto para o professor, que muitas vezes não são treinados para lidar com o tema, quanto para os alunos que cada vez menos têm se interessado pelo modelo de ensino atual (NOVAK, 2013). A partir deste cenário e através de extensa pesquisa, percebi que por meio da história era possível fazer um caminho claro e objetivo sobre a sexualidade humana, em escala mundial e que englobava várias áreas, como evolução, psicologia, moral e ética, religião e cultura.

Foi então desenvolvida uma aula didática, utilizando uma animação em formato stop motion<sup>69</sup>, que ajuda a contar um pouco sobre o modelamento da sexualidade ao longo da história. A construção histórica da moral no Brasil vem de origem Europeia (BARBOSA, 2008), por isso foram escolhidos os seguintes recortes históricos: Período Paleolítico, Grécia antiga, Roma antiga, Idade Média, Idade Moderna, Revolução Industrial e Brasil anos 50 (Vide anexos). A animação não tem um público alvo definido, pois o tema é relevante a todas as idades.

## OBJETIVO

O projeto “História da Sexualidade – Stop motion” tem como objetivo fazer um recorte histórico dos acontecimentos mais relevantes que marcaram e moldaram o comportamento sexual humano ao longo de seu desenvolvimento, para um melhor entendimento da cultura, sociedade e moral entorno das questões de sexo e sexualidade da atualidade.

---

69 Stop motion é uma técnica que utiliza a disposição sequencial de fotografias diferentes de um mesmo objeto inanimado para simular o seu movimento (CIRIACO, 2009)



## **METODOLOGIA**

O projeto foi desenvolvido em 3 diferentes etapas:

Primeira parte: extensa pesquisa e levantamento bibliográfico a respeito da história do desenvolvimento do pensamento contemporâneo em torno do sexo e da sexualidade humana. Abrangeu os períodos históricos: Período Paleolítico, Grécia antiga, Roma antiga, Idade Média, Idade Moderna, Revolução Industrial e Brasil anos 50. Segunda parte: Montagem de um roteiro de uma animação em stop-motion coerente, que ligasse todos esses períodos históricos através do contexto da sexualidade. Terceira parte: Foi feita a produção do material para animação, através das referências históricas culturais.

## **HISTÓRIA DA SEXUALIDADE**

Sexualidade e ética sempre foram dois temas que andaram juntos. Desde as primeiras civilizações, o ser humano lidou com as questões sexuais, de prazer e afeto, de variadas formas e em diferentes âmbitos. A estrutura social e o modelo de família sofreram diversas modificações ao longo do tempo, influenciando diretamente no comportamento humano e todas as suas relações. Questões como papéis de gênero, masculinidade e feminilidade, modelo familiar e comportamento sexual sempre foram discutidos e, através da história, conseguimos observar com mais precisão todo o desenvolvimento e modelamento da sexualidade humana.

### **Período Paleolítico (20 mil anos a.C)**

Através de estudos antropológicos, acredita-se que os povos que viveram na era paleolítica não possuíam habilidades de plantio e cultivo de alimentos e nem a domesticação animal. Por isso eram uma sociedade caçadora-coletora, nômade, que se deslocava através do território em busca de alimentos. Viviam em grupos, geralmente familiares e seu comércio era a base da troca. A sociedade era dividida em dois polos: os homens eram encarregados da caça e as mulheres ficavam encarregadas da coleta de alimentos (plantas, raízes, frutas, sementes, ovos, pequenos animais, etc).

Cultuava-se o feminino. Acredita-se que a imagem da mulher representava fertilidade. Era símbolo de vida e prosperidade. Eram uma sociedade matriarcal, porém sem uma hierarquização bem definida.

### **Grécia (800 anos a.C)**

A Grécia antiga foi uma das primeiras grandes civilizações humanas que deixaram



registros extensos de sua cultura. A sociedade, naquela época, já havia desenvolvido técnicas de plantio e domesticação animal. Desenvolveram grandes centros urbanos e possuem um notável desenvolvimento científico: Matemática, Filosofia, Astronomia e Astrologia são exemplos de ciências amplamente estudadas naquela época. Era uma sociedade patriarcal, democrática (houveram diferentes cenários políticos) e culta. Eram politeístas antropomórficos, e seus Deuses representavam tantos aspectos naturais quanto aspectos da personalidade humana.

O casamento existia e era uma união civil, que não envolvia o governo nem religião. A bissexualidade e a homossexualidade eram aceitas naquela época. Prostitutas e escravos também faziam parte do contexto histórico da Grécia antiga.

### **Roma (Século I)**

No século I, Roma era uma sociedade de destaque na Europa. Se organizavam em grandes áreas urbanas, com diversas metrópoles e era governada por um imperador soberano. Sociedade patriarcal, onde homens eram uma representação do império: forte e provedor. Portanto, a família fazia parte das 'posses' do homem. O casamento era uma união civil, que também não envolvia o governo e religião, e sua principal função era a continuidade do império romano. O sexo entre o casal era apenas para finalidade reprodutiva, assim, a relação sexual para obtenção de prazer era realizada com escravos sexuais (tanto homens e mulheres, hétero e homossexuais).

### **Idade Média (Século X)**

A Era Medieval foi marcada pela centralização do poder na Igreja Católica. O cristianismo se expandiu e os ensinamentos bíblicos foram difundidos por todo território europeu. O Papa passou a ser a grande figura de autoridade da época. A sociedade era patriarcal, machista e monoteísta. Houve um grande regresso aos campos agrícolas.

A Igreja Católica começou a regular a sexualidade. As famílias adotaram uma moral cristã e conservadora. Homossexualidade, prostituição, poligamia e o sexo por prazer foram proibidos e o casamento passou a ter uma dimensão religiosa, fazendo com que a única finalidade do sexo fosse para fins reprodutivos. Além de uma grande contenção da sexualidade, houve uma grande perseguição e repressão científica. Tudo que ia contra a ideia da Igreja era condenado.

### **Idade Moderna (Século XVI)**

Impulsionada pelo Renascimento, movimento cultural, artístico, sociopolítico e filosófico, que teve início no século XIV, a Europa sofreu grandes mudanças: houve



um grande regresso às cidades, um significativo desenvolvimento tecnológico em diversas áreas, ocorreu a expansão marítima e busca por metais e pedras preciosas. A Igreja Católica perdeu força e a Europa passou a ter monarquias como forma de governo. A sociedade continuava sendo patriarcal e machista e a moral era cristã. Houve uma mudança na estruturação social, dinheiro foi associado ao poder e começa a surgir as primeiras noções de um sistema capitalista.

Surge a concepção do amor cortês e as prostitutas e escravos faziam parte do contexto social, muitas vezes acobertados pela monarquia.

### **Revolução Industrial (Séc. XVIII/XIX)**

A sociedade daquela época passou por uma grande transformação social e tecnológica. O desenvolvimento industrial impulsionou a abertura de fábricas e uma grande modernização das máquinas e meios de produção, afetando profundamente a estruturação social. O homem se tornou uma engrenagem do sistema. O capitalismo colocou o dinheiro como forma de poder, possibilitando assim que pessoas comuns se tornassem poderosas. Assim, as famílias se fecharam e a propriedade privada tomou força. A Igreja Católica enfraqueceu, mas a moral ainda era cristã. Surge o Iluminismo e o Socialismo, discutindo e questionando as pautas sociais. Havia prostituição, escravidão, mão de obra infantil e péssimas condições de trabalho.

### **Brasil: anos 50**

Há pouco mais de 5 décadas atrás, a sociedade brasileira era moldada por valores conservadores e cristãos. O modelo era patriarcal e machista, colocando o homem como provedor e protetor da família. A religião católica é a dominante e o estado se baseia na democracia.

O casamento envolvia a sociedade civil, o governo e a religião (cristã). A sexualidade é reprimida, tanto masculina quanto feminina. Não eram aceitas manifestações homossexuais, poligâmicas ou práticas libertinas, porém a prostituição feminina era aceita e fazia parte da cultura social.

## **DISCUSSÃO E CONCLUSÃO**

Atualmente, temos nos deparado com um cenário bastante desolador em relação à educação sexual dentro das instituições de ensino brasileiras. Uma forte onda conservadora, que ocupa diversos níveis e cargos sociais, tem tentando impedir o diálogo aberto entre professores e alunos em relação a este tema. Movimentos como o “Escola sem partido”, que levanta bandeiras contra a “Ideologia de gênero”, têm



crescido e dificultado o processo de ensino básico: respeito e compreensão para com os outros. Em contraponto, esbarramos diariamente em diversas situações de opressão, desrespeito e violência de gênero, um aumento nas taxas de DSTs na população e um elevado número de gravidez na adolescência.

Materiais didáticos como esse ajudam a ilustrar o quão amplo e desconhecido é este universo que, muitas vezes, são conduzidos de forma ignorante e subjetiva, utilizando-se de argumentos pouco fundamentadas.

É evidente a necessidade da educação sexual, para que se compreenda o corpo, aprenda e exercite pensamentos críticos a partir de seus próprios valores, com consciência, dignidade e respeito social, preparando todos a ter uma visão positiva sobre não apenas a sua sexualidade, mas a do outro também, agindo com responsabilidade sobre a vida sexual e as relações interpessoais. Entender, valorizar, empoderar e respeitar a pluralidade de corpos, pensamentos, expressões e sexualidades são princípios éticos fundamentais para uma cidadania livre e de respeito.



## REFERÊNCIAS

### ARTIGO

1 CAZARRÉ, M. Com 600 mortes em seis anos, Brasil é o que mais mata travestis e transexuais. Repórter da Agência Brasil. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-11/com-600-mortes-emseis-anos-brasil-e-o-que-mais-mata-travestis-e>>. (Acesso em: 03/08/2017)

2 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Diretrizes para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres. Abril de 2016. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/2016/livro-diretrizes-nacionais-femenicidios-versao-web.pdf>> (Acesso em: 01/08/2017)

3 FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. Anuário brasileiro de segurança pública. Edição X. São Paulo, 2016.

BARBOSA, Muryatan Santana. **Eurocentrismo e História: problemas e alternativas**. Caderno de resumos & Anais do 2º. Seminário Nacional de História da Historiografia. A dinâmica do historicismo: tradições historiográficas modernas. Ouro Preto: EdUFOP, 2008.

CIRIACO, Douglas. **O que é Stop Motion?** 2009. Disponível em: < <https://www.tecmundo.com.br/player-de-video/2247-o-que-e-stop-motion-.htm>> (Acesso em: 05/08/2017)

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II – o uso dos prazeres**. 4ª edição. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro/São Paulo, 2017.

NOVAK, Elaine. **Dificuldades enfrentadas pelos professores ao trabalhar educação sexual nas escolas**. Monografia apresentada ao curso de Especialização em Ensino de Ciências, da Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. 2013.

REICH, Wilhelm. **A revolução sexual**. 4ª ed. Editora Zahar. Rio de Janeiro, 1977.

### ANIMAÇÃO: HISTÓRIA DA SEXUALIDADE

CASTRO, Gisele Fontenelle de Oliveira. **Saharasia: a passagem da cultura matriarcal desencouraçada para a cultura patriarcal encouraçada**. In: Encontro Paranaense, Congresso Brasileiro de Psicoterapias Corporais, XVII, XII, 2012. Anais. Curitiba: Centro Reichiano, 2012.



FACHINI, Michele. **Sexualidade e Educação: fundamentos políticos e possibilidades pedagógicas**. Filosofia e Educação (Online) – Revista Digital do Paideia. v. 3, n° 2, p. 230-243. Out/2011 – mar/2012.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I – a vontade do saber**. 4ª ed. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro/São Paulo, 2017.

LIMA, Délcio Monteiro. **Comportamento sexual do brasileiro**. Editora Francisco Alves. Rio de Janeiro, 1976.

LIMA, Maria Germana Barroso; MAIA, Benigna Teixeira. **POLIAMOR: Nova entidade familiar**. Faculdade Promove de Brasília. 2014.

LINS, Regina Navarro. **O livro do amor – vol. 1 Da Pré-História à Renascença**. 4ª ed. Editora Best Seller. Rio de Janeiro, 2013.

NETO, José Alves de Freitas; TASINAFO, Célio Ricardo. **História Geral e do Brasil**. 2ª ed. Editora Harbra. 2011.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **A sexualidade também tem história: comportamentos e atitudes sexuais através dos tempos**. In.: BORTOLOZZI, Ana Cláudia; MAIA, Ari Fernando (Org). **Sexualidade e infância**. Bauru: FC/CECEMCA; Brasília: MEC/SEF, 2005, p.17-32.

RIBEIRO, Teresa Tomé. **Os jovens e a ética da sexualidade: contributos para um programa**. Tese de doutorado. Universidade Católica Portuguesa. 2013.



## ANEXOS



“Período Paleolítico” – Cena da animação: História da sexualidade – Stop Motion



“Grécia Antiga” – Cena da animação: História da sexualidade – Stop Motion





“Era Paleolítica” – Cena da animação: História da sexualidade – Stop Motion



“Idade Média” – Cena da animação: História da sexualidade – Stop Motion





“Idade Moderna” – Cena da animação: História da sexualidade – Stop Motion



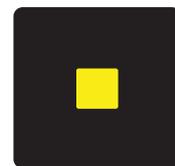
“Revolução Industrial” – Cena da animação: História da sexualidade – Stop Motion





“Brasil: anos 50” – Cena da animação: História da sexualidade – Stop Motion





# EIXO III SAÚDE



# PROBLEMATIZAÇÕES ACERCA DA RELAÇÃO DA PSICOLOGIA CLÍNICA E O PROCESSO TRANSEXUALIZADOR NO BRASIL: A DESPATOLOGIZAÇÃO DO GÊNERO

Lucas Germano<sup>70</sup>

## Resumo

O presente trabalho tem como objetivo dissertar sobre a relação entre os problemas de gênero e a clínica em Psicologia. Procura-se demonstrar como as opressões e os preconceitos de gênero atingem certas parcelas da população, em especial pessoas trans, e os consequentes efeitos em saúde mental; além disso, reflete-se sobre o papel do psicólogo diante das questões de gênero na atualidade em contraponto aos posicionamentos da Psicologia no decorrer da história. Para isso, foi utilizado o método de revisão bibliográfica. Conclui-se que cabe aos psicólogos e estudantes de Psicologia repensar suas atitudes e posicionamentos de forma a não trabalharem para sustentar uma norma social discursiva e estrutural sobre as questões de gênero, mas sim para a libertação dos sujeitos.

## PALAVRAS-CHAVE:

Saúde mental. Gênero. Sexualidade. Psicologia.

## INTRODUÇÃO

A Psicologia, como ciência, é relativamente nova quando comparada a algumas outras ciências: sua história tem pouco mais de um século de existência. Apesar disso, as críticas realizadas à psicologia não são poucas. Entre algumas críticas, há um ponto comum em algumas delas: a relação problemática da psicologia com as questões de gênero e sexualidade. Foucault escreve, em 1976, que nossa civilização desenvolveu uma *scientia sexualis*, uma ciência que procurava produzir um discurso sobre a sexualidade. Foucault também escreve uma crítica à ciência da psicologia, além da psiquiatria e da psicanálise: a psicologia estava patologizando o sexo. Para ele, quando a psicologia tratava do sexual, caracterizava-se como uma “ciência feita de esquivas, já que [...] referia-se sobretudo às suas aberrações, perversões, extravagâncias excepcionais, anulações patológicas, exasperações mórbidas” (Foucault, 1976, p. 59).

<sup>70</sup> Graduando em Psicologia pela Faculdade Divinópolis/FACED, membro-convidado do Grupo de Trabalho Gênero e Diversidade Sexual/CRP-MG (Regional Centro-Oeste), Representante Estudantil no Núcleo da ABRAPSO em Divinópolis e integrante do Núcleo de Estudos Psicanalíticos/FACED. Email: lucasg.ermano@yahoo.com.br



Desse modo, a psicologia se orientava a partir de uma noção moral da sexualidade mesmo que se propusesse a ser neutra. Esse argumento é corroborado quando nos lembramos que foi apenas em 1975 que a *American Psychological Association* desclassifica a homossexualidade como doença e em 1990 a Organização Mundial da Saúde retira a homossexualidade do seu catálogo de doenças. As transexualidades e transgeneridades, por outro lado, continuam a serem tratadas como doenças mentais pela OMS sob o nome de “transexualismo” (CID-10 F64.0) ou de “transtornos da identidade sexual” (CID-10 F64). Na perspectiva de que muitos psicólogos baseiam suas atuações profissionais na clínica a partir do CID (Catálogo Internacional de Doenças) e do DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), é comum ainda encontrar psicólogos que tratam como patologia não apenas as transexualidades, mas também as homossexualidades e bissexualidades.

Além disso, a sociedade e suas culturas como um todo também possuem um histórico de atribuir doenças e degenerações aos gêneros e sexualidades não-normativos (não-cisgêneros e não-heterossexuais) de modo que seria justificável o uso dos mais diversos tipos de violências e agressões contra essas pessoas. Podemos, ainda, pensar que o discurso patologizante adotado pelas ciências psi foi um simples reflexo da sociedade, embora atualmente tais ciências estejam caminhando para uma despatologização das questões que tangenciam o gênero e a sexualidade.

Essas violências que a hegemonia cultural justifica contra aqueles que estão fora de suas normas, têm consequências diretas na saúde mental daqueles afetados pelas opressões de gênero e de sexualidade. Por exemplo, de acordo com o Relatório Rare (Nodin *et al.*, 2015), 33,9% das pessoas lésbicas, gays e bissexuais (LGBs) relataram ter tentado suicídio ao menos uma vez na vida em junção aos 69,9% que já pensaram em suicídio pelo menos uma vez (p. 47); ademais, 57,1% (p. 48) de pessoas LGBs e 85,2% (p. 50) de pessoas trans já realizaram automutilação. A taxa de suicídio entre pessoas trans varia de 41% a 76% dependendo do contexto sócioeconômico e traumas anteriores, enquanto no restante da população em geral a taxa de suicídios é de 1,6% (Grant *et al.*, 2011). E, numa pesquisa realizada por Mustanski *et al.* (2010), 15% das pessoas LGBT se enquadravam no diagnóstico de depressão. Assim sendo, de acordo com Almeida *et al.* (2009), pessoas LGBT são duas vezes mais propensas a cometerem suicídio em comparação a pessoas heterossexuais; e pessoas trans, quando comparadas a pessoas LGB, tem uma maior porcentagem de ideações e tentativas suicidas.

Então, o que caberia à Psicologia diante das questões sobre violência, opressão e preconceito oriundos de uma hierarquia de gênero e sexualidade? Propomo-nos,



nesse artigo, a dissertar sobre essa pergunta no âmbito clínico. Abordaremos, a partir de um posicionamento crítico, o que a psicologia tem realizado atualmente e o que deveria ou pode fazer. Para isso, utilizamos o método de revisão bibliográfica.

## **A RELAÇÃO DA PSICOLOGIA CLÍNICA E O PROCESSO TRANSEXUALIZADOR NO BRASIL**

Se por um lado temos as críticas realizadas à Psicologia no âmbito acadêmico por parte de autores, temos também as críticas realizadas pelas pessoas que procuraram os serviços de Psicologia. Atualmente, há uma em especial que gostaríamos de corroborar: a incessante luta pela patologização ou o reforço dela, mesmo que não intencional, da transexualidade e transgeneridade por parte de psicólogos brasileiros. Em outras palavras, mesmo que a Psicologia brasileira e suas instituições estejam advogando por uma despatologização das identidades trans, seus psicólogos e as ações dessas instituições requerem que o profissional da psicologia participe do processo de patologização. Numa dessas ações, por exemplo, o Conselho Federal de Psicologia publicou notas técnicas sobre o atendimento à pessoas trans e travestis. Nessa nota, o CFP reforça que as pessoas trans não são doentes por serem pessoas trans: “A transexualidade e a travestilidade não constituem condição psicopatológica, ainda que não reproduzam a concepção normativa de que deve haver uma coerência entre sexo biológico/gênero/desejo sexual” (CFP, 2013). Todavia, na mesma nota, o CFP cita uma portaria do Ministério da Saúde onde se lê:

Na Portaria MS nº 1.707/2008, a psicoterapia é requerida, consistindo no acompanhamento do usuário no processo de elaboração de sua condição de sofrimento pessoal e social, antes e após a tomada de decisão da cirurgia de transgenitalização e demais alterações somáticas. O processo psicoterapêutico não se restringe, portanto, à tomada de decisão sobre cirurgias de transgenitalização e demais maneiras de modificação corporal. (CFP, 2013).

O Conselho Federal de Psicologia, então, requer e é corroborado pelo Ministério da Saúde que um psicólogo esteja presente durante todos os processos transexualizadores, isto é, mesmo que uma pessoa trans possua uma saúde mental em bom estado e capaz de tomar decisões e escolher por si só, um psicólogo faz-se necessário. E, para o CFP, por que seria necessária a presença do psicólogo nesse processo? A mesma nota nos responde:

A assistência psicológica não deve se orientar por um modelo patologizado ou corretivo da transexualidade e de outras vivências trans, mas atuar como ferramenta de apoio ao sujeito, de modo a ajudá-lo a certificar-se da autenticidade de sua demanda, englobando todo o seu contexto social. (CFP, 2013, grifo nosso).



Para o CFP, o papel do psicólogo seria, então, corroborar a “autenticidade” da existência da pessoa trans. Contraditoriamente, a referida nota diz que as pessoas trans têm capacidade de autonomia e tomada de decisões, mas a mesma portaria que o CFP usa como base requer, invariavelmente, que as pessoas trans se submetam à psicoterapia durante dois anos para que, então, o psicólogo ateste a veracidade da transexualidade de uma pessoa e dê-se continuidade na cirurgia de redesignação sexual. Logo, ao passo que o CFP afirma e reforça que as identidades trans não caracterizam patologia, ele se mantém como (e possibilita aos profissionais da psicologia) um dispositivo de manutenção do poder. Assim, coloca-se nas mãos do psicólogo a oportunidade de não aprovar o processo transexualizador de uma pessoa trans. Com que base o psicólogo poderá atestar a existência do Outro? O que é essa tal “autenticidade” que o CFP se propõe a revelar? Foucault (1976) argumenta que essas tentativas de descobrimento de algo que se diz verdadeiro parecem “ter desempenhado, essencialmente, um papel de proibição” (p. 59). Quanto mais se procurava a verdade de um sujeito, os proibiam de existir à sua maneira, já que a verdade requereria uma categorização. Ainda, a nota do CFP diz a todo momento sobre autonomia dos sujeito ao mesmo tempo em que os restringe, um paradoxo que Butler (1990) chama de *fundacionismo*: “ele presume, fixa e restringe os próprios ‘sujeitos’ que espera representar e libertar” (p. 256). A possibilidade da existência trans e das suas modificações corpóreas estaria, então, passível da certificação da autenticidade advinda de alguém que se coloca, ou foi colocado, na posição de fiscalizar o gênero – autoridades de poder que, embora se posicionem contra a hegemonia cultural do gênero, atuam como figuras que regulam o possível e o impossível da transexualidade.

Além disso, é possível encontrar relatos de pessoas trans que se sentiram discriminadas em atendimentos psicoterápicos. Restringiremo-nos à revisão bibliográfica, porém supomos que uma pesquisa brasileira com base em entrevistas demonstraria um possível descaso para com as pessoas trans partindo de dentro das clínicas de psicologia, assim como traria à tona novas críticas quanto ao papel normatizador que a psicologia tem exercido. Para fins de comparação, numa pesquisa estadunidense (Grant *et al*, 2011) realizada pelo *National Transgender Discrimination Survey*, entrevistou-se 6,456 pessoas trans e 11% disseram que um tratamento de igualdade lhes fora negado numa clínica de saúde mental.

A partir dos expostos nos parágrafos acima, fica evidente que a Psicologia brasileira advoga contra a patologização das transexualidades, travestilidades e transgeneridades – o que é bom na perspectiva de garantia dos direitos e reivindicações dessa população minoritária. Mas também fica em evidência que a psicologia está se comportando como ferramenta de manutenção do poder em prol da hegemonia, de forma que se



colocam (ou foram colocados ali) como agentes reguladores das possíveis e impossíveis existências trans, ao ponto de precisar colocar-se como “fundamental” na certificação do que é verossímil ou não da transexualidade. Em outras palavras, embora a psicologia no Brasil reconheça que as experiências trans não são patologias, ela está funcionando como instituição reguladora do gênero porque a “patologização da transexualidade não se dá por um simples diagnóstico enunciador. Ao contrário, estamos falando de um processo longo e ritualístico, que envolve uma série de arbitrariedades” (Oliveira, 2014, p. 106) como o proposto pelo Ministério da Saúde no Brasil, que o Conselho Federal de Psicologia se dispôs a seguir e corroborar. Esse posicionamento do CFP, de certa forma, acaba por inclusive reforçar ou manter o sofrimento psíquico das pessoas trans; o processo transexualizador é demorado e não oferece à pessoa trans uma oportunidade de escolha quanto ao atendimento psicoterápico:

A patologização é uma relação desigual de poder, perfeitamente visualizada na fórmula: uns mandam - a equipe multidisciplinar - e outros obedecem - as pessoas (trans). Se qualquer comportamento, atitude, vestimenta ou fala de uma pessoa em avaliação for dissonante do gênero que almeja na averiguação do/a profissional, imediatamente esta pessoa é desacreditada [...], ou seja, mais que diagnosticar quem é [e] quem não é transexual, os saberes médico e psicológico produzem [e] tentam diagnosticar o próprio gênero (Oliveira, 2014, p. 107-114).

Há os que defenderão o posicionamento do Conselho Federal de Psicologia como sendo correto pois assim eliminar-se-ia a possibilidade de que uma pessoa trans se arrependesse da transição. Entretanto, também ao analisarmos as bibliografias disponíveis, essa defesa pode mostrar-se infundada. De acordo com um estudo produzido por Close (2012), onde são entrevistadas 448 pessoas trans, 94% dessas pessoas afirmaram ter experimentado uma melhora de vida após a transição e 4% disseram não terem notado diferença; o que coloca a média de insatisfação com a transição em 2%. Não há, portanto, uma necessidade de um tempo demasiadamente longo imposto à uma pessoa que já tomou uma decisão de mudança corporal e tem plena consciência de sua existência como pessoa trans. Então como a Psicologia, enquanto ciência, deveria se posicionar diante da questão do processo transexualizador no Brasil? Acreditamos que essa é uma pergunta da qual a resposta não poderá partir de um único trabalho, mas sim da (re)construção de uma Psicologia para todos e todas independente de caráter sexual e de gênero. Que discutamos em nossos meios os nossos posicionamentos. Enquanto isso, acreditamos que devemos agir com as ferramentas que estão ao nosso alcance. Por exemplo, o posicionamento do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul diz que

Laudos ou Relatórios Psicológicos não devem ser entendidos como o modelo de documento mais adequado a ser elaborado para responder a demandas do sistema de Justiça e outros órgãos, relativas à retificação de nome e/ou



gênero no registro civil, ou de outros profissionais da saúde, relativas à possibilidade de realização de procedimentos cirúrgicos, hormonais ou afins associados à transição corporal, tendo em vista o posicionamento já pautado a respeito do compromisso da profissão com a despatologização das identidades trans. Assim, o Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul orienta que, quando necessário produzir documentos nestas situações, a/o psicóloga/o deverá elaborar um PARECER, dentro da perspectiva de despatologização exposta nesta nota prezando pela autonomia dos sujeitos considerando as experiências do mesmo legítimas e válidas, possibilitando traçar uma trajetória singular dessas experiências. O documento deve estar de acordo com a estrutura prevista na Resolução do CFP nº 07/2003 ou a outra que venha a substituí-la. (CRP-RS, 2016, grifo nosso).

## REFLEXÕES FINAIS

Acreditamos que é desejável que a Psicologia, enquanto ciência, se desfaça dos discursos sociais que não apenas patologizam a transexualidade como também patologizam os gêneros e as sexualidades, ao criar regras para a possibilidade da existência de um sujeito e que, quando um sujeito não segue tais regras, é excluído e marginalizado sob forma de violências e opressões. Nos lembremos aqui de um dos Princípios Fundamentais do nosso Código de Ética Profissional:

O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos. [...] O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Conselho Federal de Psicologia, 2005, p. 7, grifo nosso).

Cabe-nos, enquanto psicólogos e estudantes de psicologia, repensar nossas práticas do compromisso social. Bock (2008) aproxima-se dessa visão ao afirmar que

Se continuarmos mantendo e reconstruindo cotidianamente uma sociedade desigual como a nossa, vamos ser cúmplices de um projeto de humano onde as subjetividades “desiguais” (notem que não estou dizendo diferentes, estou dizendo desiguais) se instalarão e teremos um mundo [onde] uns são dominantes e outros dominados, uns humilhados e subalternos; outros arrogantes e proprietários. Estas formas sociais produzem correspondentes subjetivos que produzem sofrimento e distanciamento social. Estamos empobrecendo a humanidade quando concordamos com isto. Não podemos admitir que a humanidade criada por todos não esteja disponível para todos. Queremos construir uma Psicologia que seja capaz de contribuir para que esta realidade desigual se evidencie e possamos também com nosso conhecimento contribuir para sua superação. (Bock, 2008, p. 4).

Em adição, Peres *et al* (2014) argumenta que para nos aproximarmos das demandas contemporâneas, principalmente das múltiplas formas de gêneros e sexualidades,



será necessário que reavaliemos, desconstruamos e talvez esqueçamos alguns conceitos que a Psicologia já lançou mão.

Será preciso que a Psicologia acredite que sua existência, sua credibilidade social, dependa da revisão teórica e prática de suas ações e de miradas mais afeitas às construções das interações e agenciamentos humanos. As visões essencialistas, biologicistas, bioquímicas, ou até mesmo “sócio-históricas” das sexualidades e gêneros não serão suficientes. Sua atitude não poderá ser a de “analisar” ou “interpretar” uma situação, mas antes a de conhecer as histórias que construíram o campo problemático do advento das subjetivações postas em análise; conhecer os valores, os regimes de verdades e forças que produzem os discursos sobre estas construções. (Peres et al, 2014, p. 134).

Cabe-nos refletir se nossas ações e posicionamentos estão servindo de forma a corroborar uma opressão, um discurso social e moral que agride e exclui. Devemos nos perguntar: estamos realmente a serviço do Outro ou estamos a serviço de uma norma social que hierarquiza sujeitos? Estar a serviço do Outro é o que se espera da Psicologia (Freire, 2003). Advogemos, então, por uma Psicologia que não se submeta às normas jurídicas e sociais que justificam agressões e opressões aos seres humanos. Que sejamos politicamente motivados para alcançarmos, conforme Butler (2004), um momento no qual um sujeito (re)afirme e reivindique seu direito inalienável de uma vida vivível sem que haja a necessidade de uma autorização prévia originada de uma hierarquia social.



## REFERÊNCIAS

Almeida, J. *et al.* Emotional Distress Among LGBT Youth: The Influence of Perceived Discrimination Based on Sexual Orientation. **Journal of Youth and Adolescence**, v. 38, n. 7, p. 1001-1014, ago. 2009.

Bock, A. M. B. O compromisso social da Psicologia: contribuições da perspectiva Sócio-Histórica. **Revista Psicologia em Foco**, v. 1, n. 1, p. 1-5, jul.-dez. 2008.

Butler, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. (1990). 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

\_\_\_\_\_. **Undoing Gender**. New York City: Routledge, 2004.

Close, C. **Affirming Gender, Affirming Lives: A report of the 2011 Transition Survey**. Santa Rosa: GATE, 2012.

Conselho Federal de Psicologia. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2005.

\_\_\_\_\_. **Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans**. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Nota-técnica-processo-Trans.pdf>>. Acesso em 29 de jun. 2017.

Conselho Regional de Psicologia do RS. **Nota Técnica do CRPRS acerca da produção de documentos psicológicos ... de pessoas transexuais e travestis**. Porto Alegre: CRP-RS, 2016.

Foucault, M. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. (1976). 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

Freire, J. C. A Psicologia a Serviço do Outro: Ética e Cidadania na Prática Psicológica. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 23, n. 4, p. 12-15, 2003.

Grant, J. M. *et al.* **Injustice at Every Turn: A report of the National Transgender Discrimination Survey**. Washington: National Center for Transgender Equality, 2011.

Mustanski, B. S. *et al.* Mental Health Disorders, Psychological Distress, and Suicidality in a Diverse Sample of Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender Youths. **American**



**Journal of Public Health**, v. 100, n. 12, p. 2426-2432, dez. 2010.

Nodin, N. *et al.* **The RaRe Research Report: LGB&T Mental Health - Risk and Resilience Explored**. London: PACE Health, 2015.

Oliveira, A. L. G. Os homens transexuais brasileiros e o discurso pela (des)patologização das identidades (trans). In: Jesus, J. G. de. *et al.* **Transfeminismo: teorias e práticas**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015. p. 101-119.

Peres, W. S. *et al.* Transconversações queer: sussurros e gemidos lusófonos, Quatro cadelas mirando a(s) Psicologia(s). **Revista Periódicus**, v.1 , n.1, p. 106-153, maio-out. 2014.



# IDENTIDADE DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

Carina Maurício<sup>71</sup>

Eviane de Souza Satiro<sup>72</sup>;

Franciely Darí da Costa<sup>73</sup>;

Maria Aparecida Gonçalves da Silva<sup>74</sup>

Karina Beatriz Fraga<sup>75</sup>

## **PALAVRAS-CHAVE:**

Identidade. Gênero. Diversidade. Sexualidade.

O presente trabalho consiste em uma revisão de literatura que utilizou artigos científicos e documentos divulgados pelo governo.

A orientação sexual e a identidade de gênero foram reconhecidas pelo Ministério da Saúde como determinantes e condicionantes de situações de vulnerabilidade, na medida em que a intolerância, o estigma e a exclusão social relacionados à diversidade sexual e de gênero são geradores de sofrimento e limitadores do acesso da população LGBT aos cuidados de saúde.

Como forma de tentar reverter essa realidade, foi criada a Política Nacional de Saúde Integral das Lésbicas, Gays, Bissexual, Transexuais e Travesti (LGBTT), que é responsável por garantir a cidadania e dignidade do indivíduo, promovendo o bem-estar a todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor ou quaisquer outras formas de discriminação (Maksoud, Passos & Pegoraro, 2014).

A informação é vista como um meio eficaz para a diminuição do preconceito e da discriminação de tais grupos minoritários, logo, objetiva-se com o presente trabalho elucidar conceitos relevantes sobre o tema, disseminar conhecimento acerca do assunto e suscitar a reflexão acerca das questões práticas ligadas a tal público.

71 Discente do Curso de Psicologia da FUPAC-Ubá

72 Discente do Curso de Psicologia e Monitora de Laboratório na disciplina Análise Experimental do Comportamento II na FUPAC-Ubá

73 Psicóloga, Licenciada em Psicologia e Especialista em Desenvolvimento Humano.

74 Docente nas graduações de Psicologia e Direito na FUPAC-Ubá.

75 Professora-Tutora na Fundação Getúlio Vargas.



## 1. INTRODUÇÃO

O tema diversidade de gênero e orientação sexual, ainda hoje, é alvo de muito preconceito e, conseqüentemente, de disseminação de informações errôneas.

Dentre vários âmbitos onde há luta da classe LGBT para mudar a realidade vivida, destacaremos no presente trabalho a área da saúde.

É percebido um grande empenho por parte da rede de saúde para atender pessoas LGBTs, porém carregamos uma visão cultural heteronormativa que, muitas vezes, influencia a conduta dos profissionais no atendimento às pessoas desta categoria. Esta discriminação que a população LGBT tem sofrido contribui para o seu afastamento das redes de saúde.

Visto isto, traremos, ao longo do trabalho, uma visão geral acerca dos principais conceitos utilizados, como também algumas particularidades que baseiam tais conceitos, buscando assim uma maior compressão do uso e desuso de nomenclaturas.

Trataremos, também, um pouco da visão e posição da Psicologia como ciência e meio de auxílio de toda a população LGBT, em especial de transgêneros em seu processo de redesignação de sexo, e como base para toda essa discussão, falaremos da relação das políticas públicas na rede de saúde e suas contribuições na mudança do cenário atual.

Visamos uma maior compreensão destes e outros assuntos pertencentes à temática em questão e a necessidade de propagar informações que colaborem para um maior entendimento do tema e posterior diminuição do preconceito e atitudes de gênero homofóbicas que vão contra a saúde e integridade da população LGBT em geral.

## 2. CONCEITUALIZAÇÕES

Gênero, sexo e orientação sexual são conceitos que vêm sendo estudados por diferentes áreas das ciências humanas e sociais. Conceitos são importantes para guiar e normatizar estudos, mas não têm muita utilidade na ciência sexológica quando não dão conta da diversidade de comportamentos sexuais humanos. Eles são construções artificiais ou constructos mentais criados pelo ser humano para expressar uma ideia ou um conjunto de ideias inter-relacionadas. São sempre criados a partir da percepção humana, por isso, podemos ter diferentes conceitos para fenômenos similares ou um mesmo conceito para fenômenos diferentes. (Cardoso, 2008).

O conceito de gênero foi formulado para distinguir as dimensões biológicas e sociais, baseado no fato de que há machos e fêmeas na espécie humana, mas a maneira de ser homem e de ser mulher é, na verdade, percebida pela cultura. A expressão de gênero diz respeito aos maneirismos, forma de vestir, forma de apresentação, aspecto físico, gostos e atitudes de uma pessoa. Já papel de gênero se conceitua como sendo o modo de agir em determinadas situações conforme o gênero atribuído, ensinado às pessoas desde o nascimento; construção de diferenças entre homens e mulheres. É de cunho social, e não biológico. Assim, gênero difere de sexo por ser produto da realidade social, não da simples anatomia dos corpos. Gênero é uma questão de autopercepção e não se prende a fatores externos.

De forma parecida se dá a conceituação de sexo descrita como puro sexo biológico, também baseado em uma classificação biológica das pessoas como machos ou fêmeas, em características orgânicas como conjunto de informações cromossômicas, órgãos genitais, capacidades reprodutivas e características fisiológicas secundárias que diferenciam o ser humano entre si. Sexo é biológico, gênero é social, construído pelas diferentes culturas este vai além do sexo.

A transexualidade, por sua vez, é uma questão de identidade, não é uma doença mental, não é uma perversão sexual, nem é uma doença debilitante ou contagiosa. Não tem nada a ver com orientação sexual, como geralmente se pensa; não é uma escolha nem um capricho. Pessoas transexuais geralmente sentem que seu corpo não está adequado à forma como pensam e sentem, e querem “corrigir” isso adequando seu corpo à imagem de gênero que têm de si. Isso pode se dar de várias formas, desde o uso de roupas, passando por tratamentos hormonais e até procedimentos cirúrgicos. Vê-se com tais transformações que a saúde, tanto física quanto psicológica, é algo que merece atenção nessa população.

O conceito de orientação sexual pode variar muito de área para área e de autor para autor. Na maioria das vezes, esse conceito está relacionado ao objeto do desejo sexual: se são pessoas do sexo oposto, do mesmo sexo ou para ambos. Assim, pode-se dizer que orientação sexual é a capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, sendo classificados pelos termos homossexualidade, heterossexualidade e bissexualidade, respectivamente. (Jesus, 2012).

Apesar de o conceito “orientação sexual” ter uma grande variedade de definições na literatura, geralmente inclui um ou ambos dos seguintes componentes: o *psicológico* e o *comportamental* (Randall, 1997).



Com base nisso, tem-se as definições de identidade de gênero que se caracteriza como sendo a experiência emocional, psíquica e social de uma pessoa enquanto feminina, masculina ou andrógina, definida pela cultura de origem, que pode, ou não, corresponder ao sexo atribuído no nascimento. Identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes e que não se confundem (Cardoso, 2008).

### **3. IDENTIDADE DE GÊNERO E PSICOLOGIA**

Aqueles que não se enquadram nas imposições sociais de homem e mulher são muitas vezes discriminados e sofrem por isso. O sofrimento do indivíduo que foge desta heteronormatividade, o leva a construção de um “eu” negativo, um ser que não se enquadra às normativas sociais.

Historicamente, a Psicologia é constituída como um campo de práticas e saberes que perpetuam o caráter patológico das sexualidades ditas como desviantes, portanto o trabalho do psicólogo é fundamental tanto no acompanhamento do indivíduo que sofre homofobia, quanto na contribuição para discussão com vieses homofóbicos em suas práticas terapêuticas, uma vez que sua escuta pode se mostrar atenta aos efeitos do preconceito na constituição dos sujeitos atendidos (Carpenedo, Costa, Nardi & Santos, 2011).

A Psicanálise deixa claro que, atualmente, esses sujeitos se farão operar de qualquer maneira, mas é importante saber que isso não autoriza operá-los de toda forma. A questão física é apenas um fator que envolve tal conflito. Sua transformação se dá em várias etapas, dentre elas o tratamento hormonal e a cirurgia de redesignação sexual.

O tratamento hormonal é um tratamento endocrinológico com o objetivo de impulsionar o surgimento de caracteres sexuais secundários conciliáveis com a identificação de gênero da pessoa, e deve ser realizado por toda a vida do indivíduo; por isso torna-se importante o devido acompanhamento clínico. O tratamento para mulheres transexuais se dá pela administração de antigênicos e estrogênio, através de doses corretas para um melhor resultado terapêutico e com menos efeitos. No caso dos homens transexuais, encontram-se diversos tipos de terapia de reposição androgênica disponíveis no mercado. O hormônio comumente mais utilizado é a testosterona, que impulsiona o desenvolvimento dos caracteres sexuais secundários masculinos.

A cirurgia de redesignação sexual, no caso das mulheres transexuais, utiliza como método cirúrgico de transgenitalização a retirada ou desmembramento do pênis, como também a cirurgia nas cordas vocais, cirurgia feminilizante de face e contorno



corporal e realização de depilação definitiva. Já na cirurgia de homens transexuais, são utilizados como método cirúrgico de transgenitalização a histerossalpingo - ooforectomia, entre outros. Alguns homens e mulheres transexuais desejam fazer a cirurgia pela necessidade de reconhecimento social, outros necessitam da cirurgia para a própria formação de si.

O tratamento psicológico e psiquiátrico é extremamente necessário durante os processos anteriormente citados. Ele se dá com foco nos serviços de orientação terapêutica e o diagnóstico psiquiátrico de transtorno de identidade de gênero precisa ser identificado para que haja a normatização do acesso aos serviços e a certeza sobre a decisão da realização de modificação corporal.

A resolução que aprovou a realização de cirurgia de transgenitalização nos hospitais públicos universitários do Brasil, considera que a cirurgia de transgenitalização tem como motivo essencial uma intenção de beneficência baseada em dois princípios: um fundamentalmente terapêutico que fala sobre a busca da interação entre o corpo e a identidade sexual psíquica do interessado, e o outro fala do princípio da autonomia e justiça, ou mesmo o direito de dispor do próprio corpo e a não-discriminação no pleito à cirurgia.

A confirmação do diagnóstico de transexualismo torna-se, então, condição de tratamento, sendo que a cirurgia só poderá ser realizada após acompanhamento psiquiátrico por no mínimo dois anos. A partir daí, o atendimento psiquiátrico para a confirmação do diagnóstico tem sido um dispositivo de cuidado e prudência para a realização da cirurgia. Com isso fica claro que esta condição transexual não significa nenhuma incapacidade mental, e a maioria das pessoas tem condição de exercer a autonomia de decidir sobre seu próprio corpo.

O estudo da Psicologia, no que diz respeito a esse tema, ultrapassa o entendimento de categorias transversais de gênero, uma vez que a constituição do sujeito com suas subjetividades surge do cruzamento de sua história social, orientação sexual, raça, classe social e contexto a qual ele está inserido. Uma das características da ciência psicológica é ter um olhar atento a essas especificidades, logo sua função é primordial nas questões ligadas à diversidade e identidade de gênero.

Cabe à psicologia, então, o compromisso com a sociedade e os direitos humanos, de não permitir que este campo de estudo e prática seja utilizado para sustentar a discriminação das categorias minoritárias. De modo contrário, ao se tratar de um campo relacionado ao ser humano, deve contribuir com a desconstrução das desigualdades sociais e de gênero, assim como promover discussões e debates que questionem e



desconstruam práticas que sustentam o sexismo e apoiam a ideia de controle social. (Almeida, Andrade, Fagundes & Miranda, 2009).

#### **4. QUESTÕES DE SAÚDE LIGADAS A POPULAÇÃO LGBT**

A busca pelos serviços da saúde por pessoas trans começou no início de 1980, com a epidemia da AIDS. Após alguns anos, os/as transexuais propagaram sua conquista no acesso à saúde, inclusive no Sistema Único de Saúde (SUS) que conta com o processo transexualizador (Popadiuk; Oliveira; Signorelli, 2017).

O Processo Transexualizador compreende um conjunto de estratégias de atenção à saúde implicadas no processo de transformação dos caracteres sexuais, pelos quais passam indivíduos transexuais em determinado momento de suas vidas (Lionco, 2009, p.44).

Além de tal processo, foi importante também a inserção do nome social, que deve ser utilizado no SUS visando reconhecer a legitimidade da identidade dessa categoria (Popadiuk; Oliveira; Signorelli, 2017).

A necessidade legal de tal reconhecimento se deve por um direito humano à esse público, mas também como forma de os resguardá-los do preconceito. É preciso compreender que as formas de preconceito não ocorrem de maneira isolada das outras formas de discriminação social. Ao contrário, elas caminham lado a lado e se reforçam pelos preconceitos do machismo, do racismo e da misoginia.

O Dossiê Saúde das Mulheres Lésbicas – Promoção da Equidade e da Integralidade (2006), publicado pela Rede Feminista de Saúde, apresenta dados que evidenciam as desigualdades de acesso aos serviços de saúde pelas lésbicas e mulheres bissexuais. Com relação às mulheres que procuram atendimento de saúde, cerca de 40% não revelam sua orientação sexual. Entre as mulheres que revelam, 28% referem maior rapidez do atendimento do médico e 17% afirmam que estes deixaram de solicitar exames considerados por elas como necessários.

Com relação ao exame preventivo de câncer cérvico uterino (Papanicolau), o Dossiê cita dados da pesquisa realizada em 2002, pela Coordenação DST/Aids do Ministério da Saúde, que demonstram que, entre as mulheres heterossexuais, a cobertura na realização desse exame nos últimos três anos é de 89,7%. Já entre as lésbicas e mulheres bissexuais, a cobertura cai para 66,7%, mesmo entre pessoas com maior escolaridade e renda.



Outro ponto que merece ser citado é em relação à prostituição. Ela, para as travestis, significa não apenas sua sobrevivência financeira, mas também a possibilidade de pertencimento social, que lhes é negado em outros espaços, como foi explicitado por Benedetti (2005). Segundo o autor, é na rua que as travestis exercitam o feminino, a afetividade, as relações sociais, mas é também o espaço de consumo em geral, inclusive de drogas, silicone industrial, hormônios e outros medicamentos. A rua e a prostituição acarretam também maiores riscos de contrair DST/Aids e mais violência, o que torna esse grupo ainda mais vulnerável.

A depressão, as crises de ansiedade e sensações de pânico parecem ser frequentes entre as travestis. Essa suposição é reforçada pelo estudo de Peres (2008), que aparece no Dossiê, que também evidencia a necessidade de mais estudos sobre a saúde do grupo, alertando para a saúde mental.

Outra questão importante são as frequentes notícias divulgadas pela imprensa sobre mortes de travestis, devido à aplicação do silicone industrial, utilizado para promover as mudanças para a feminização do corpo. Mesmo sem estudos específicos sobre o assunto, o dimensionamento do problema justifica a necessidade de definir e praticar protocolos clínicos para os serviços do SUS.

A restrita experiência dos serviços de saúde que lidam com a transexualidade feminina constitui evidência sobre o intenso sofrimento dessas pessoas ao não se reconhecerem no corpo biológico. Esta situação leva a diversos distúrbios de ordem psicológica acompanhados de tendências à automutilação e ao suicídio (Arán, 2009).

O Ministério da Saúde, por meio do Plano Nacional de Enfrentamento de Aids e das DSTs entre Gays, Lésbicas e Travestis (BRASIL, 2008) aponta maior vulnerabilidade ao vírus HIV para gays e bissexuais masculinos, e associa essa condição diretamente às homofobias e segregação à qual estão expostos, especialmente os mais jovens. A impossibilidade de manifestar sua orientação sexual no interior da família e nos locais públicos define para os gays o destino do exercício clandestino da sexualidade. Essa situação os leva a frequentar lugares e situações desprovidos de condições favoráveis à prevenção de doenças.

Diante da complexidade da situação de saúde do grupo LGBT e, especialmente, diante das evidências que a orientação sexual e a identidade de gênero têm na determinação social e cultural da saúde, o Ministério da Saúde construiu Política Nacional de Saúde Integral para o SUS.



A condição de LGBT incorre em hábitos corporais, ou mesmo práticas sexuais que podem guardar alguma relação com o grau de vulnerabilidade destas pessoas. No entanto, o maior e mais profundo sofrimento é aquele decorrente da discriminação e preconceito. São as repercussões e as consequências destes preconceitos que compõem o principal objeto desta Política.

Segundo dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde (2008), 14,5% dos participantes da parada gay em São Paulo já sofreram algum tipo de preconceito nos serviços da rede de saúde. Neste mesmo documento, foi demonstrado que dois, em cada três, já sofreram algum tipo de discriminação movida pela identidade sexual. Essa intensidade alcançou 85% em relação aos travestis e transexuais (Cardoso; Ferro, 2012).

Como já foi mencionado, a rede de saúde tem se empenhado para atender pessoas LGBTs, mas é necessário que os profissionais da saúde transfigurem o modo de agir e de pensar. A heteronormatividade inserida em nossa cultura tem influenciado na conduta do profissional ao atender pessoas desta categoria, além disto a discriminação sofrida pela população LGBT tem contribuído para o afastamento dessas pessoas da rede de saúde (Cardoso; Ferro, 2012).

É de suma importância que os profissionais da saúde percebam que alguns fatores interferem de forma negativa à saúde da população LGBT, e encaminha diversas pessoas para o adoecimento. A intenção é que os profissionais da saúde reflitam sobre os fatores que influenciam de forma substancial, no processo de saúde desta categoria de modo que ofereça benefício para discussões e elaborações de práticas em saúde voltadas as necessidades da população LGBT (Cardoso; Ferro, 2012).

Os desafios na reestruturação de serviços, rotinas e procedimentos na rede do SUS serão relativamente fáceis de serem superados. Mais difícil, entretanto, será a superação do preconceito e da discriminação que requer, de cada um e do coletivo, mudanças de valores baseadas no respeito às diferenças.

## **5. A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DE LÉSBICAS, GAYS, BISSSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS**

A Política Nacional de Saúde LGBT foi um marco para as políticas públicas de saúde no Brasil e primordial para o reconhecimento das demandas desta população em condição de vulnerabilidade, característica de todas as minorias sociais. É, também, um documento norteador e legitimador das suas necessidades e especificidades,



em conformidade aos postulados de equidade previstos na Constituição Federal e na Carta dos Usuários do Sistema Único de Saúde.

É sabido da responsabilidade do governo frente a esse público, porém também acredita-se na implicação da sociedade civil nas suas mais variadas modalidades de organização com os governos para a garantia do direito à saúde, para o enfrentamento das iniquidades e para o pleno exercício da democracia e do controle social.

Nesse processo, estão sendo implantadas ações para evitar a discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais nos espaços e no atendimento dos serviços públicos de saúde.

A Política LGBT tem como marca o reconhecimento dos efeitos da discriminação e da exclusão no processo de saúde-doença da população LGBT. Suas diretrizes e seus objetivos estão, portanto, voltados para mudanças na determinação social da saúde, com vistas à redução das desigualdades relacionadas à saúde destes grupos sociais.

O respeito sem preconceito e sem discriminação é valorizado nesta Política como fundamento para a humanização na promoção, proteção, atenção e no cuidado à saúde. Para que isso se efetive, a Política LGBT articula um conjunto de ações e programas, que constituem medidas concretas a serem implementadas, em todas as esferas de gestão do SUS, particularmente nas secretarias estaduais e municipais de saúde. Este processo de implementação deve ser acompanhado, cotidianamente, pelos respectivos conselhos de saúde e apoiado, de forma permanente, pela sociedade civil.

Em 2004, com a participação da sociedade civil, o governo instituiu o “Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e de Promoção da Cidadania Homossexual” (BRASIL, 2004), que foi elaborado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República. Esse programa constituiu-se de amplas recomendações aos distintos setores do governo, no intuito de assegurar políticas, programas e ações contra a discriminação e que, sobretudo, promovam equidade de acesso às ações qualificadas aos serviços públicos.

Nessa perspectiva, o Ministério da Saúde constituiu, ainda em 2004, o Comitê Técnico de Saúde da População LGBT, com vistas à construção de uma política específica para o SUS.

A conquista de representação no Conselho Nacional de Saúde (CNS), pelo segmento LGBT, em 2006, confere um novo sentido de atuação do movimento nos processos



de participação democrática no SUS, assim como permite e promove o debate de forma estratégica e permanente sobre a orientação sexual e a identidade de gênero e suas repercussões na saúde.

## CONCLUSÃO

Neste trabalho, abordamos a temática da Identidade de gênero e Diversidade sexual. Sua construção baseou-se em artigos e documentos divulgados pelo Governo Federal, pois o objetivo era conceituar e contextualizar tais aspectos no Brasil.

Conceitos relevantes foram apresentados, pois acreditamos que o desconhecimento sobre as questões que circundam tal tema pode ser gerador de preconceito e práticas inapropriadas, tanto da população civil quanto dos agentes de saúde.

O papel da Psicologia e sua relação com a Identidade de gênero também se fez presente, sendo demonstrada a importância da atuação desse profissional nos processos e conflitos que fazem parte da realidade do público LGBT.

Questões de saúde ligadas a essa população, como também dados atualizados que corroboram a diferença nas formas de tratamento com esse público minoritário na sociedade, foram utilizados como eixo principal do desenvolvimento do conteúdo.

Por fim, ficou claro que o governo tem feito sua parte, e isso transparece no Documento Política Nacional de Saúde Integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, do Ministério da Saúde, mas também foi demonstrado que ainda há muito a se fazer. É necessário que as prerrogativas que constam nessa Política sejam cumpridas em todas as esferas, para que o documento realmente cumpra sua função.

É sabido que tal assunto é complexo. O objetivo aqui foi elucidar conceitos relevantes sobre o tema, disseminar conhecimento acerca do assunto e suscitar a reflexão acerca das questões práticas ligadas a tal público.



## REFERÊNCIAS

ANDRADE, D; ALMEIDA, A. S; FAGUNDES, A. L. M. & MIRANDA, H. (2009). **Gênero e psicologia: Um debate em construção no CRP-03**. Maceió - AL.

ARÁN, Marcia; MURTA, Daniela; LIONÇO, Tatiana. **Transexualidade e Saúde pública no Brasil**. Ciência & Saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, jul./ago. 2009.

ARAN, Murta. **Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência de transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde**. *Physis revista de saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v.19, p.15-41, 2009.

ARÁN, Murta. **A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero**. *Ágora*, Rio de Janeiro, v.IX, p.49-63, 2006.

CARDOSO, Fernando Luiz. **O conceito de orientação sexual na encruzilhada entre sexo, gênero e motricidade**. *Interam. j. psychol.*, Porto Alegre , v. 42, n. 1, p. 69-79, abr. 2008.

CARDOSO, Michelle Rodrigues; FERRO, Luís Felipe. **Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão**. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília , v. 32, n. 3, p. 552-563, 2012 .

CARPENEDO, M; COSTA, A.B; NARDINI, H. C. & SANTOS, C. B. (2011). **A diversidade sexual no ensino de Psicologia. O cinema com ferramenta de intervenção e pesquisa**. N.7 (127-141). 1, p. 43-63, 2009 .

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012.

KOLLER, S. H. & NARVAZ, M. G. (2007). **A marginalização dos estudos feministas e de gênero na psicologia acadêmica contemporânea**. V.38, 3, (216-233).

LIONCO, Tatiana. **Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios**. *Physis*, Rio de Janeiro , v. 19, n.

MILLER, Patricia. H. **Theories of Developmental Psychology**. 5ª 2011.



POPADIUK, Gianna Schreiber; OLIVEIRA, Daniel Canavese; SIGNORELLI, Marcos Claudio. **A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios.** Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 22, n. 5, p. 1509-1520, May 2017 .

TEIXEIRA, CALDAS. (2006). **Mudar de sexo: uma prerrogativa transexualista.** *Psicologia em revista*, Belo Horizonte, v.12, p.66-79, 2007.

### **Política Nacional de Saúde Integral LGBT.**



# PERCEPÇÃO DOS TRANSEXUAIS A RESPEITO DO ATENDIMENTO RECEBIDO NOS SERVIÇOS DE SAÚDE EM SETE LAGOAS

ANNA CECÍLIA AMORIM<sup>76</sup>

## RESUMO

A presente pesquisa apresenta a percepção de transexuais a respeito dos atendimentos recebidos nos serviços de saúde. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica que aborda os conceitos principais e a legislação específica relacionada ao tema. Além disso, realizou-se uma pesquisa de campo através de entrevistas semiestruturadas e questionários, tratando-se de estudo qualitativo exploratório de caráter analítico. Estes instrumentos foram utilizados com o objetivo de esclarecer as experiências, negativas e positivas, vividas no atendimento de pessoas transexuais nos serviços de saúde, nas cidades de Sete Lagoas e região. De acordo com o relato dos sujeitos da pesquisa um dos maiores entraves encontrados relaciona-se ao respeito do uso do nome social como direito; outra demanda significativa diz da falta de profissionais especializados nas cidades do interior. Nota-se que, embora tenham direitos garantidos por leis e portarias, a experiência diz que estes sujeitos transexuais não possuem sua cidadania respeitada, pelo contrário, seus direitos são tolhidos. Evidencia-se a falta de preparo dos profissionais da saúde para lidar com questões relacionadas à diversidade sexual.

## Descritores:

Transexualidade, Serviços de saúde, Políticas públicas, SUS

## 1 INTRODUÇÃO

Diante das atuais questões acerca da sexualidade humana e tomando como referência as publicações que tratam da transexualidade e das discussões acerca das políticas públicas voltadas a estes usuários, nota-se a necessidade de investigar a percepção dos sujeitos trans a respeito do atendimento recebido nos serviços de saúde. Para tal, o presente trabalho propõe uma revisão da literatura sobre esta temática e uma pesquisa de campo, realizada através de entrevistas e questionário, cujo objetivo é investigar a percepção dos sujeitos trans a respeito do atendimento prestado e as dificuldades e/ou facilidades encontradas.

---

76 Graduada em Psicologia pela Faculdade Ciências da Vida. Já atuou como psicóloga no NASF/Felício dos Santos- MG e atualmente atua como Educadora em Abordagem Social no CREAS/ Sete Lagoas-MG. Feminista e militante LGBT, interessa-se por estudar as relações de poder existentes no mundo contemporâneo, em especial as relações de gênero e outras opressões sociais.



Transexualidade de acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de transtornos Mentais (DSM-V, 2014) é definida como incongruência entre sexo biológico e identidade de gênero com a qual o sujeito se identifica, demonstrando o quanto esta classificação está permeada pela ideia da naturalização do gênero e determinada por uma heteronormatividade na qual só é possível que o gênero exista em complementaridade dos sexos, referenciado à diferença sexual, que permite a produção da feminilidade e da masculinidade desde a infância (ÁRAN; MURTA, 2009). Outro ponto importante é que não existem exames clínicos, testes ou qualquer outra forma de comprovar que a transexualidade é uma disfunção biológica, o diagnóstico é realizado a partir de critérios baseados em estereótipos de gênero.

A maior parte dos atendimentos ofertados às pessoas transexuais nos serviços de saúde no Brasil é feito através do SUS (Sistema Único de Saúde), cujos princípios constitucionais defendem a equidade na assistência à saúde através da universalização do acesso, da integralidade da atenção e da participação da comunidade em sua formulação e fiscalização (BRASIL, 1990). A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis, é o documento que norteia e legitima a necessidades e especificidades da população LGBT em relação aos serviços de saúde, em especial o aprimoramento do processo transexualizador. (BRASIL, 2013)

Os sujeitos trans chegam muitas vezes aos serviços de saúde em situações de vulnerabilidade, sejam elas: social, física, psicológica e econômica. Desconhecem seus direitos e informações básicas sobre sua condição, o que indica a necessidade de elaboração de políticas públicas voltadas a estes usuários, que têm os serviços de saúde como porta de entrada para garantir sua inclusão social. Esta parcela da população encontra dificuldades de inserção no mercado de trabalho, enfrentam obstáculos no processo educacional e se deparam com alguns de seus direitos civis tolhidos devido ao fato de serem patologizados e incompreendidos (ÁRAN; MURTA, 2009).

Os Conselhos de Psicologia, tanto nas esferas estaduais quanto na federal, tem se posicionado a favor da despatologização destas identidades e promovido eventos para discussão do tema tornando necessária a mobilização dos profissionais e do meio acadêmico em defesa da diversidade sexual, inclusive no que diz respeito às identidades trans.

## **2 TRANSEXUAIS E OS SERVIÇOS DE SAÚDE**

Segundo Foucault (1988), a sexualidade sempre constituiu fator importante na construção da sociedade e de seus valores e princípios, bem como do modo de com-



portar-se e agir. Segundo este autor, a partir do século XVII, concomitante ao desenvolvimento do capitalismo, o surgimento da burguesia e o nascimento da família tradicional, iniciou-se uma época denominada por ele como “repressão do sexo”. As práticas sexuais que antes eram liberadas e circundavam o espaço público, passaram então a ser de domínio particular e de propriedade das famílias conjugais, a sexualidade humana passou a ter como objetivo principal (se não exclusivo) a reprodução e deveria acontecer encerrada entre as paredes do quarto conjugal.

Todo e qualquer comportamento ou manifestação da sexualidade que não atendes-se aos objetivos de procriação, ou que fugissem ao padrão normativo homem/mulher deveriam ser reduzidos ao silêncio, relegados a não existência ou considerados como patológicos. Neste contexto, as diversas manifestações ilegítimas da sexualidade, que obviamente não se extinguíram, foram relegadas a espaços tais como: casas da saúde, periferias e locais mais afastados, onde poderiam existir fora do alcance da sociedade, de maneira que não incomodassem as famílias tradicionais (FOUCAULT, 1988). Reflexos desta exclusão podem ser verificados ainda hoje, em uma sociedade regida pela heteronormatividade, quem foge ao padrão ainda é relegado a permanecer à margem das relações socioeconômicas e da garantia de direitos, bem como do acesso aos serviços de saúde (FOUCAULT, 1988).

Estas sanções são especialmente sentidas por transexuais que, por apresentarem uma incongruência entre sua identidade de gênero e o sexo designado no nascimento, possuem sua condição socialmente exposta, isto ocorre porque é na aparência e no comportamento que se pode notar sua “inadequação” à norma vigente (BENTO, 2012).

A transexualidade é, atualmente, considerada como patologia de acordo com os manuais diagnósticos internacionais, o CID10 (10ª Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados à Saúde) e o DSM V (5ª Revisão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais). O DSM-V apresenta critérios diagnósticos para identificação Disforia de Gênero que é definida como: sofrimento que pode acompanhara incongruência entre o sexo experimentado ou expresso e o gênero designado de uma pessoa” (DSM-V, 2014 pág. 492). Ainda que o DSM-V saliente a Disforia como uma questão clínica, o enfoque dos critérios diagnósticos gira em torno de sintomas caracterizados basicamente por interesses/preferências por comportamentos, objetos ou atividades associadas ao gênero oposto ao designado.

Embora o Sistema Único de Saúde proponha uma política de saúde normatizada que contempla o cuidado para as pessoas transexuais, sua porta de entrada para os serviços de saúde ainda continua sendo os centros especializados de DST's (Doen-



ças Sexualmente Transmissíveis) e AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), como se suas necessidades estivessem somente relacionadas às questões relativas às doenças sexualmente transmissíveis, reforçando o estereótipo de que a transexualidade está relacionada à promiscuidade e prostituição (SANTOS, 2013). Este fato, segundo este autor, ocasiona o que ele conceitua como *sidadanização*, ou seja, estas pessoas só teriam acesso à sua cidadania, no que diz respeito à saúde, a partir do diagnóstico de uma doença sexualmente transmissível.

As legislações que garantem o atendimento especializado às pessoas transexuais trazem especificações relacionadas aos serviços prestados a estes usuários, no entanto, contrariando os princípios da prática de saúde humanizada, o que se percebe é que os profissionais envolvidos nestes atendimentos não colocam em prática as diretrizes básicas estabelecidas pelo SUS, dificultando o atendimento acolhedor e respeitoso (SANTOS, 2013). O dia-a-dia dos serviços de saúde revelam que as propostas de humanização nas práticas de saúde não foram incorporadas e que as pessoas transexuais não são vistas como sujeitos de direitos, tendo suas necessidades negligenciadas ou invisibilizadas, o que contribui para a evasão destes usuários dos serviços de saúde, principalmente na esfera da saúde pública.

A Portaria N° 2.803 de 2013 do Ministério da Saúde, garante o atendimento humanizado e liberto de discriminação aos transexuais usuários do SUS, garantindo o acesso ao processo transexualizador e estabelecendo como porta de entrada a Atenção Básica em Saúde, o que não corresponde à realidade encontrada nos serviços de saúde (ALMEIDA; MURTA, 2013). Embora tenham garantidos o acesso e atendimento humanizado, as pessoas transexuais ainda enfrentam dificuldades para iniciar o processo transexualizador e realizar as modificações corporais no âmbito da saúde pública, tendo que recorrer a práticas sem orientações médicas ou a procedimentos inseguros.

### 3 METODOLOGIA

O presente estudo é de natureza descritiva visto que se dispõe a avaliar o atendimento recebido pelas pessoas trans nos serviços de saúde descrevendo as dificuldades/facilidades encontradas a partir do relato dos sujeitos envolvidos na pesquisa. O trabalho foi realizado em uma abordagem qualitativa uma vez que tem como objetivo aprofundar o conhecimento acerca do atendimento ofertado a transexuais nos serviços de saúde da cidade de Sete Lagoas, a partir da percepção destes sujeitos.

Para a construção da base teórica do estudo, a pesquisa foi realizada através da análise do conteúdo proposta por Bardin (2000) constituindo uma pesquisa do tipo

bibliográfica. A parte prática do estudo foi realizada a partir de uma pesquisa de campo cujo objetivo foi conseguir informações acerca da percepção que as pessoas transexuais tem sobre o atendimento recebido nos serviços de saúde. (MARCONI; LAKATOS, 2010). Foram realizadas entrevistas cujo objetivo é a análise das falas dos sujeitos envolvidos em relação ao tema supracitado e vivenciado por eles.

A pesquisa foi realizada utilizando-se entrevista semiestruturada como fonte de coleta de dados. Foram entrevistadas dez pessoas autodeclaradas transgêneras, (1 homem transexual e 9 mulheres transexuais), sendo que oito foram entrevistadas durante o evento “4ª Parada LGBT de Sete Lagoas” e dois responderam ao questionário elaborado através de meio eletrônico (e-mail) devido à indisponibilidade de tempo dos sujeitos para realizar a entrevista pessoalmente.

Manteve-se o sigilo quanto a sua identificação, por isso utilizou-se nos resultados os nomes fictícios: Carol Alves, Bruna Dias, Felipe Fernandes, Cris Reis, Karla Silva, Luiza Souza, Jéssica Gomes e Lara Costa.

O Instrumento de pesquisa consistiu em entrevistas realizadas a partir de um questionário com seis perguntas básicas, quais sejam:

- Você já passou por algum tipo de constrangimento em um serviço de saúde em função sua identidade de gênero? ( ) Sim ( ) Não Como foi?
- Já sofreu preconceito nestes estabelecimentos? ( ) Sim ( ) Não
- Como os profissionais tratam você?
- Quando necessita de algum atendimento na área de saúde a qual serviço você recorre?
- Como você se sente em relação ao tratamento recebido nos serviços de saúde?
- De forma geral, conte sua experiência em relação aos serviços de saúde e sua percepção sobre os atendimentos realizados a pessoas trans.

As respostas foram tabuladas e divididas em categorias ou temas direcionados à análise de conteúdo. As categorias foram elaboradas de acordo com as dificuldades relatadas pelos entrevistados sobre o atendimento realizado às pessoas transexuais nos serviços de saúde. Encontrou-se duas grandes categorias principais, seguindo os critérios de prevalência e relevância da resposta, quais sejam: a) o desrespeito à utilização do nome social nos serviços de saúde; b) a falta e a dificuldade de profissionais especializados no que se refere às questões relacionadas às modificações corporais encontrada em cidades do interior.



### 3.1 Análise dos dados coletados

Todos os sujeitos da pesquisa relataram ter passado por algum tipo de constrangimento durante o atendimento nos serviços de saúde, sendo o mais frequente (100% das respostas) o desrespeito ao uso do nome social. Embora relatem ter passado por constrangimento nos serviços de saúde, nenhum dos sujeitos relatou ter passado por uma situação identificada como preconceito.

Em relação à forma como os profissionais de saúde tratam os sujeitos percebe-se que a forma de tratamento depende da relação entre os profissionais e os sujeitos: quando os profissionais já conhecem os sujeitos tendem a tratar de forma mais respeitosa do que quando não conhecem. Geralmente as/os transexuais procuram pelos serviços onde estão acostumados a receber atendimento por se sentirem mais respeitados:

Quando preciso de atendimento procuro o ESF (Programa Equipe de Saúde da Família), porque acho mais fácil e a equipe já me conhece. (SOUZA, 24 anos)

Outra questão abordada relaciona-se ao estereótipo que vincula travestis e transexuais à prostituição, como descrito no seguinte relato:

Apesar da identificação e chamado em público pelo nome de registro, devo dizer que tive muita sorte na maioria das vezes que fui atendida pelo SUS. Não sofri discriminação, nem preconceito, talvez, por saberem da minha posição e profissão. É importante também, não generalizar as pessoas do público em questão como sendo profissionais do sexo. Algumas das vezes em que fui atendida pelo sistema, fui questionada a respeito dessa opção, que nunca foi minha. Ninguém é obrigado a saber, mas ao contrário de perguntarem se faz programa, como já fizeram, seria melhor que perguntasse, qual a minha profissão. (DIAS, 36 anos)

#### 3.1.1 Nome: Identidade e Dignidade

A identidade pode ser descrita como “aquilo que nos apresenta a nós mesmos, nos identifica para os outros ou que os outros veem, reconhecem (identificam) em nós” (ALMEIDA *apud* NETO; LIMA, 2010). Neste sentido, o nome assume um papel de grande importância para que o indivíduo seja reconhecido em sua subjetividade e integrado ao sistema social.

Este jogo de identidade-reconhecimento denota a reciprocidade no processo identitário de si e na relação com os outros. Desta forma, segundo Neto e Lima (2010) a identidade é resultante do encontro entre a representação ou ideia que o sujeito faz de si mesmo e a representação que os outros tem dele, sendo a identidade o modo

como o indivíduo se reconhece e como é reconhecido socialmente. No caso da transexualidade, o nome assume também a função de legitimação e fortalecimento do modo como o sujeito se identifica e constrói sua subjetividade, além de demonstrar a forma como se apresenta aos outros, objetivamente.

O nome é um dos principais fatores na construção da identidade do sujeito tanto no âmbito pessoal quanto no civil e social. É parte integrante da personalidade por ser o sinal externo pelo qual se designa, se individualiza e se reconhece a pessoa no seio familiar e social. Desta forma não é possível que uma pessoa exista sem esta designação pessoal, revelando a importância do nome enquanto requisito básico da existência social. O direito ao nome garante ao indivíduo a restrição do poder do estado sobre sua personalidade garantindo seu direito à liberdade e, por conseguinte, sua dignidade. Protegendo-se o direito ao uso do nome protege-se o sujeito e o reconhecimento de sua cidadania (HOGEMANN, 2014).

No caso de pessoas transgêneras, o nome agrega, além das funções de identificação e individualização, a necessidade de afirmação de sua cidadania e apresenta-se como fortalecedor de sua identidade de gênero (HOGEMANN, 2014). No entanto, o desrespeito ao uso do nome social caracteriza-se como um dos maiores problemas enfrentados por pessoas transexuais em seus espaços de sociabilidade, incluindo os serviços de saúde.

Define-se como nome social aquele que o indivíduo escolhe e assume como o nome que o identifica devido a questões artísticas ou por constrangimento causado pelo nome de registro, bem como por respeito à identidade de gênero com a qual o sujeito se apresenta (SANTOS, 2013). Mulheres transexuais, por exemplo, possuem geralmente a identidade de gênero associada ao feminino e conseqüentemente seu nome social será feminino, ao passo que o nome de registro carrega o valor do sexo biológico masculino, não definidor de sua identidade de gênero. Em muitos casos o reconhecimento do sexo biológico em público se dá através do nome de registro no documento de identidade, o que se torna uma situação constrangedora e, por vezes, humilhante.

Embora esteja previsto em lei o respeito ao uso do nome social, a realidade nos serviços de saúde é outra. Nesta pesquisa, a maioria dos sujeitos entrevistados, 80%, relatou a negligência no uso do nome social por parte dos funcionários da área de saúde como causador de incômodo e constrangimento.

Por várias vezes fui chamada pelo nome de registro, aos gritos, na frente de várias pessoas. Como é de conhecimento de todos, nosso nome de registro



não condiz com a nossa identidade de gênero e isso gera bastante constrangimento, quando gritado em público. (DIAS, 36 anos)

Neste contexto, não seria viável criar novos dispositivos ou instrumentos para resolver a negligência no uso do nome social, visto que estes já existem, seria antes garantir a efetividade da legislação em vigor. É importante que haja a incorporação das práticas já previstas em lei pelos profissionais envolvidos no atendimento em serviços de saúde. Isso irá possibilitar a prática de saúde humanizada e o atendimento respeitoso e acolhedor às pessoas trans. Junto desta problemática do nome social e para além de um conjunto discursivo legalista a respeito do direito à saúde, prevalece nos serviços de saúde o preconceito, discriminação e descaso já disseminados socialmente (SANTOS 2013). Como citado por outra entrevistada, o problema extrapola o uso do nome social:

Além de ser chamada pelo nome do meu registro, já fui impedida de acompanhar a minha mãe na ala feminina do hospital no qual ela estava internada por não ser, segundo os funcionários, uma mulher de verdade. (ALVES, 27 anos)

O cotidiano dos serviços de saúde tem demonstrado que as propostas contidas nos programas de humanização das práticas de saúde, ainda não foram incorporadas. Nestes locais, as pessoas trans não são atendidas como sujeitos de direitos que necessitam de acolhimento às suas demandas de saúde (ÁRAN *et all*, 2009). Quando isso acontece, todo o processo de vinculação, preconizado nas políticas de humanização do SUS, deixam de acontecer, contribuindo para a evasão de pessoas trans dos serviços oficiais de saúde:

Sempre me chamam pelo nome masculino, além de me olharem de forma indiscreta. Às vezes evito procurar atendimento mesmo passando mal, para evitar os olhares e o constrangimento de ter minha identidade questionada. Parece que o tempo todo estão exigindo uma verdade, como se eu não existisse da forma como me apresento ou não pudesse ser (SILVA, 25 anos).

### 3.1.2 A falta e a dificuldade de acesso a profissionais especializados no processo de modificações corporais

Os sujeitos da pesquisa apontaram como outra questão relacionada aos serviços de saúde, a falta de profissionais especializados e a dificuldade de acesso a procedimentos do processo transexualizador nas cidades do interior. Todos os participantes da pesquisa relataram dificuldades no acesso aos atendimentos realizados por profissionais especializados, como endocrinologistas, por exemplo; dificuldades de acesso à medicação ou hormônios necessários para efetivar as alterações corporais; dentre outras dificuldades, encontradas principalmente em cidades do interior. Embora existam portarias e leis que garantam aos transexuais o acesso ao processo



transexualizador através do SUS, o que se vê na prática é o não cumprimento, inclusive por parte de Estado.

As discussões a respeito do processo transexualizador teve início, no Brasil, em 1979 quando o Conselho Federal de Medicina foi questionado em relação às cirurgias de implantação de próteses mamárias em pessoas identificadas como do sexo masculino, levantando-se as questões éticas, legais e morais relacionadas ao procedimento. Neste período histórico ocorreram diversas discussões a respeito da temática transexualidade ainda nomeada de “transexualismo”. Durante o I Encontro Nacional dos Conselhos de Medicina a pauta da cirurgia de redesignação sexual foi levantada e, pela primeira vez, obteve parecer favorável à sua realização no Brasil. No entanto, a cirurgia era vista ainda como o ápice do tratamento para casos de “transexualismo”. A justificativa para o parecer favorável à cirurgia baseava-se em princípios tais citados por Áran *et all* (2009- p. 1145):

Esse procedimento foi justificado, inicialmente, através do princípio de beneficência, já que possibilita a integração entre o corpo e a identidade sexual psíquica do interessado, unido aos princípios de autonomia – direito da autodeterminação e de dispor do próprio corpo – e de justiça – o direito de a pessoa não ser discriminada no pleito à cirurgia. (ÁRAN *et all* 2009- p. 1145)

As discussões iniciadas no final da década de 70 e início da década de 80 culminaram nas resoluções e portarias que estabelecem as normas para a realização do processo transexualizador, e servem de base para legislação vigente no Brasil (ÁRAN *et all*, 2009). No entanto, ainda é necessário que o indivíduo apresente os critérios diagnósticos para que tenha acesso aos procedimentos, reforçando a ideia de patologização da transexualidade e negando os princípios citados anteriormente.

É importante ressaltar que a cirurgia não é vista como forma de tratamento principalmente no que concerne às ciências psi (Psiquiatria e Psicologia). Não são todos os sujeitos transexuais que veem a cirurgia como única forma de concretizar sua identidade de gênero, inclusive porque a cirurgia traz diversos contras em relação a questões físicas como, por exemplo, o comprometimento do prazer sexual (ALMEIDA; MURTA, 2013). Um dos entrevistados ressaltou este ponto:

Eu prefiro continuar sentindo prazer a ter que me submeter a um procedimento cirúrgico que me tiraria isso. Se houvesse um jeito de realizar a cirurgia e eu continuar tendo sensibilidade e sentindo prazer eu ia querer. (FERNANDES, 20 anos)

O acesso a tratamentos hormonais é previsto pela legislação que regulamenta o processo transexualizador. No entanto, a falta de insumos e profissionais especializados



na saúde pública e o alto custo do tratamento particular acabam por impossibilitar o acesso dos sujeitos que não dispõem de recursos financeiros. Ainda que transexuais tenham acesso ao atendimento disponibilizado na esfera pública, por diversas vezes eles se deparam com profissionais que desconhecem suas necessidades e especificidades em relação ao tratamento hormonal. Estes fatores acabam dificultando o tratamento e forçando os indivíduos a utilizarem formas não regulamentadas ou ilícitas para obter hormônios, levando-os a utilização errônea da medicação (SANTOS, 2013).

No momento eu não estou tomando os hormônios já que não estou conseguindo arcar com os custos do tratamento e por fora é muito mais caro (ALVES, 27 anos).

Se nas cidades metropolitanas o acesso aos serviços ainda é precário, nas cidades do interior a situação se agrava. Como ainda não existem centros especializados neste tipo de atendimento com vistas às modificações corporais, os sujeitos ficam à mercê de atendimentos realizados precariamente, à falta de acesso a medicamentos e hormônios específicos.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acolhimento é compreendido como atitude de abertura à recepção de necessidades de saúde que se expressam na forma de demandas para os serviços e profissionais da saúde. Acolher requer a construção de respostas satisfatórias às necessidades, independentemente da lógica de organização dos serviços, que devem ter o acolhimento como diretriz norteadora de sua forma de funcionamento. O acolhimento é uma diretriz ética, portanto inegociável e, por isto, uma direção fundamental para a construção de redes de atenção, redes de cuidado (PASCE, 2009, p. 705).

O nome é o primeiro fator de identificação e legitimação da identidade do sujeito em seus meios de convivência, diante deste fato, o reconhecimento do nome social, nas experiências transexuais, torna-se fator de reconhecimento da subjetividade destes. O respeito à utilização do nome social garante aos sujeitos transgêneros o reconhecimento de sua cidadania, sua identificação social e a materialização de sua identidade de gênero. O nome social utilizado por estes sujeitos diz respeito a uma das maneiras de inserção social e reconhecimento de sua identidade de gênero, diferente da identidade imposta desde o nascimento, associada a seu sexo biológico. Neste sentido o nome pode ser visto como o legitimador da identidade com a qual o sujeito se apresenta, daí a importância do respeito a este direito.

A ambiguidade que o corpo da pessoa transexual revela, foge da relação sexo/gênero que a sociedade determinou como “normal”. Outra barreira seria a linguagem tec-

nicista utilizada pelos profissionais de saúde, estabelecendo uma relação distante e por vezes pouco eficaz com os pacientes. Neste caso, ao invés de uma aproximação e acolhimento, há um mecanismo de distanciamento, uma vez que não são disponibilizadas aos profissionais de saúde ferramentas e formação que lhes possibilitem entender o universo transexual, é possível compreender a falta de acolhimento e as situações de discriminação nos locais de atendimento.

Qualificar os profissionais da saúde, aproximá-los desse segmento social e transformar o conceito social de “certo” e “errado”, além de desmistificar a ideia de que a transexual está inevitavelmente associada à violência e à promiscuidade, parecem medidas necessárias para que se exerça sua cidadania. Há, portanto, necessidade de um trabalho conjunto entre profissionais de saúde, Estado e sociedade buscando a extinção do estigma e da discriminação.

A partir dos relatos das transexuais de que ao saírem do atendimento médico sentem-se “desvalorizadas”, “invisíveis”, “constrangidas”, infere-se que não há acolhimento por parte dos trabalhadores da saúde. Nesse sentido, foi constatado que os locais de atendimento se tornaram mais um lugar de discriminação, o que contraria os princípios do SUS. É importante ressaltar que, se os profissionais de saúde permanecerem distantes do conhecimento dos direitos humanos e mantiverem a ideia de que esses direitos são uma questão que compete ao Estado, dificilmente os discriminados e estigmatizados, como são os sujeitos transexuais, poderão mudar sua percepção sobre os serviços de saúde e seus profissionais.

Haraway (2004) diz ser necessário que a discussão sobre gênero e sua construção transcenda os limites dos paradigmas liberais e funcionalistas, aos quais tem se vinculado, através da politização e historicidade do conceito de gênero. A emergência das identidades de gênero abjetas, como é o caso da transexualidade, evidenciam claramente a inconstância e o caráter fluido das identidades sexuais, e também colocam em xeque a rigidez de um legado de tipos de identidades e não apenas a sexual (LOURO, 2000). Nesse sentido é preciso um engajamento, uma politização e muita luta para que ocorram mudanças de paradigmas.

Ampliar o debate sobre as questões de gênero e diversidades sexuais entre profissionais da saúde pode ser uma forma de qualificar o atendimento dispensado às transexuais nos serviços de saúde. Ao findar este estudo, espera-se que, este trabalho faça parte da mudança do olhar sobre as transexuais e que possibilite o exercício no dia a dia do respeito à diversidade existente na nossa sociedade.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme; MURTA, Daniela: **Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral a saúde de transexuais no Brasil** - Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana ISSN 1984-6487 / n.14 - ago. 2013 - pp.380-407 / Dossier n.2

ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela: **Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde** - Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 19 [1]: 15-41, 2009.

BARDIN, L. (2001). **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70

BENTO, Berenice: **Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas**- Estudos Feministas, Florianópolis, 20(2): 256, maio-agosto/2012.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 dez. 1990

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília : 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.803**, de 19 de novembro de 2013

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans** - 31 de julho de 2013

DSM-5 / [American Psychiatric Association, tradução Maria Inês Corrêa Nascimento *et al.*]; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli... [et al.]. - . e . Porto Alegre: Artmed, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, v.1, 1988.

HARAWAY, Donna. **“Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra** Cadernos Pagu (22) 2004: Pp.201-246.



HOGEMANN, Edna R. **Direitos humanos e diversidade sexual: o reconhecimento da identidade de gênero através do nome social** Rev. SJRJ, Rio de Janeiro, v. 21, n.39, p. 217- 23, abr. 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade/** Guacira C622 Lopes Louro (organizadora) Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva — Belo Horizonte: Autêntica, 2000.176p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica.** 7 ed. São Paulo: Atlas S.A. 2010.

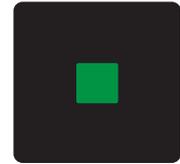
NETO, José U. G.; LIMA, Aluísio F.: **Reconhecimento Social, Identidade e Linguagem: Primeiros Fragmentos de uma Pesquisa Sobre Perspectivas Teóricas Atuais no Contexto da Psicologia Social** - Revista Psicologia e Saúde, VOL 2, NO 1, (2010), pp. 90-97

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **CID-10 Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde.** 10a rev. São Paulo: Universidade de São Paulo; 1997. vol.2.

PASCE, Dário Frederico. **Política Nacional de Humanização como aposta na produção de mudanças nos modos de gerir e cuidar.** In: Interface: comunicação, saúde e educação, vol. 13, suplemento I, 2009.

SANTOS, Ailton S.; **Problematizando o acesso e acolhimento de travestis e mulheres transexuais nos serviços de saúde** – Anais do III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, Universidade do Estado da Bahia – Salvador – BA, 2003.





# RESUMOS DE POSTERES



# ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS MULHERES VÍTIMAS DE ESTUPRO INTRAFAMILIAR

Hallan Lincoln do Carmo Santana, Ana Máisa Gomes; Gabriel Souza; Gabriela Karen; Gabriely Mendes; Gracília Gomes; Joyce Graziele; Robson Gonçalves; Sarah Freire.

Contato: [hallanlincolnpsi@gmail.com](mailto:hallanlincolnpsi@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

Embora a violência sexual contra a mulher seja um assunto que nos dias atuais vem recebendo grande atenção e sendo visto então como um problema social, as diferenças entre homem e mulher impostas pela sociedade, em questão de poder, nas relações de gênero tanto no ambiente público quanto doméstico passaram a ser vistas como um problema dentro do ambiente social quando se referindo aos direitos humanos.

## OBJETIVO

Este trabalho tem como tema a atuação do psicólogo nas políticas públicas voltada para as mulheres vítimas de estupro. Buscamos, portanto como objetivo geral especificamente compreender a atuação do psicólogo nas políticas públicas com mulheres vítimas de estupro intrafamiliar. Temos como objetivo procurar entender o que é o estupro no contexto histórico e social e identificar os danos psicológicos possíveis em mulheres vítimas de estupro e também a atuação do psicólogo as mulheres vítimas de estupro intrafamiliar.

## METODOLOGIA

Este artigo foi elaborado a partir de revisão bibliográfica da literatura referente às mulheres vítimas de estupro e à participação da Psicologia e nesse processo. Os artigos analisados foram pesquisados em bancos de dados reconhecidos cientificamente (SCIELO e BVS-PSI).



## DISCUSSÃO

Na atualidade reconhecem-se dois movimentos na sociedade, que parecem contraditórios. Por um lado há uma militância das mulheres pelos seus direitos e espaços na sociedade, em consequência ocupando espaços hoje, antes somente ocupados por homens; por outro, cada vez mais vemos em revistas, jornais e noticiários da televisão em casos de manchetes a violência do homem contra a mulher, principalmente em relação intrafamiliar.

Nas duas últimas décadas, a problemática da violência contra a mulher tem sido reconhecida por entidades ligadas aos direitos humanos e organismos internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) como problema de saúde pública. A OMS relaciona essa violência a diversos agravos à saúde física, abusos de drogas e álcool, distúrbios gastrointestinais, inflamações pélvicas crônicas, dores de cabeça, asma, ansiedade, depressão, distúrbios psíquicos, como tentativa de suicídio, além do trauma físico direto.

Trata-se de uma discussão importante o esclarecimento das questões sociais a respeito do estupro intrafamiliar. A maioria da população não possui concepção ao assunto, principalmente quando é relativo às contribuições e a inserção do psicólogo na atuação nas políticas públicas. Diversas mulheres são estupradas pelos companheiros em um contexto de intrafamiliar e nem se dão conta disso, pois acreditam serem “normais” determinadas atitudes, quando na realidade estão sendo vítimas de estupro. Seguem sua rotina cotidiana até descobrirem talvez de forma tardia que foram vítimas de um crime, por isso é de grande importância compreender quando se procede à consumação do estupro nesse contexto intrafamiliar quais são suas características e agravantes.



# GÊNERO E SEXUALIDADE: UMA PERSPECTIVA DO FEMINISMO SOB A ÓPTICA DO COLETIVO ANA MONTENEGRO.

Isadora de Paula Borges Campos, Thaís da Silva Pereira; Discentes: Déborah Resende Alves, Lara Brum Souza Lontro, Nicolly Narciso Boaventura, Vitória Oliveira Rodrigues.

Contato: [isadorapbcampos@hotmail.com](mailto:isadorapbcampos@hotmail.com)

Este trabalho surgiu a partir da proposta de articulação de teoria e campo na disciplina de Psicologia e Inclusão do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro no primeiro semestre de 2017. Pôde-se refletir que o conceito de exclusão tornou-se ambíguo. Permite discursos baseados na concepção de desigualdade como resultante de uma falha individual e discursos de injustiça e exploração social. Seus mecanismos estão inseridos nas estratégias históricas de manutenção de uma ordem social, em que exclusão e inclusão formam um par indissociável.

Busca-se compartilhar os resultados de um trabalho que aposta no protagonismo discente, que ativamente constrói sua aprendizagem com a facilitação do apoio docente. Nesta situação específica investiu-se no pensamento crítico dos processos de inclusão-exclusão com incentivo ao conhecimento e escuta da comunidade.

Em sala de aula sugeriu-se a investigação com grupos atuantes na comunidade, buscando a compreensão da exclusão-inclusão junto ao tema gênero e sexualidade. Para a realização do trabalho proposto, o grupo centrou-se na temática feminista. Deste modo foi selecionado o Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro (CFCAM), um coletivo ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), que visa e constrói a luta pelo feminismo e pela superação da sociedade de classes. Para conceber a proposta de trabalho na disciplina foi realizada uma entrevista semiestruturada com três integrantes do Coletivo, além de leituras e vídeos sobre o grupo em questão.

Na entrevista as integrantes relataram suas motivações pessoais para a entrada no coletivo. Foram citadas experiência de relacionamento abusivo, a cultura machista vivenciada no âmbito familiar e a naturalização da submissão da mulher. Experiências de exclusão foram mencionadas em relação à participação atual no coletivo em diversos contextos, como o acadêmico, os relacionamentos interpessoais e os encontros políticos.

O coletivo aponta a importância da luta feminista associada aos movimentos sociais e a compreensão da divisão quanto ao gênero, pois observa que as mulheres encontram maiores dificuldade de inclusão. Estas sofrem com os processos excludentes, em que sua força de trabalho e social é culturalmente desvalorizada, entendendo que a transfor-



mação social não ocorre por meio da ascensão individual.

Empoderamento, na perspectiva feminista, é um poder que afirma, reconhece e valoriza as mulheres; é condição para obter a igualdade entre homens e mulheres; representa um desafio às relações patriarcais, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. Assim, o primeiro passo é o despertar da consciência por parte das mulheres em relação à discriminação de gênero. O profissional de psicologia é sujeito relevante na proposta de cuidado e autonomia das mulheres, associando processos de subjetivação às políticas públicas para viabilizar a inclusão.



# O CONCEITO DE HOMOSSEXUALIDADE E A IMPORTÂNCIA DOS DIREITOS HUMANOS

Ana Carolina Bispo Pereira  
Contato: [anacbispo@hotmail.com](mailto:anacbispo@hotmail.com)

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, utilizando de metodologia de revisão bibliográfica, se faz no intuito de compreender a homossexualidade enquanto conceito que sofre modificações sociais e históricas, a partir de influências políticas e econômicas. A partir de um breve levantamento histórico, busca-se compreender essas modificações. Posteriormente, busca-se compreender os poderes empreendidos sobre a questão da sexualidade. Concluindo, a pesquisa caminha no intuito de reconhecer a importância dos movimentos sociais e dos direitos humanos, enquanto ruptura do controle que se faz presente na vivência da homossexualidade.

## BREVE HISTÓRICO

O médico húngaro Karoly Maria Benkert foi quem primeiro utilizou o termo “homossexual” em 1869, a partir desta terminologia pôde-se classificar e propor intervenções médicas. Em 1969 o bar nova-iorquino Stonewall passando por mais uma invasão policial, fez com que seus frequentadores, reagissem contra as agressões vividas criando um movimento que desejava mudança. Na definição de normal e patológico, vemos a grande influência do social, onde no DSM IV, coloca como patológico o tabagismo e retira a homossexualidade.

## PODER E SEXUALIDADE

O castigo que na Idade Média era infringido direito ao corpo em praça pública, passa a ser a ausência de liberdade, e o poder se apresenta de comum acordo, ou seja, de aceitação e perpetuação social. Este poder que possui amarras próprias, afeta a economia dos corpos e exerce controle também sobre a sexualidade, esta que se apresenta enquanto mais um modo de ser.

O discurso sobre o sexo se apresenta enquanto modo eficiente de regulação da sexualidade. O método da confissão utilizado desde a Idade Média, teria utilidade de



controle social. Tal método passa por um refinamento no campo da ciência, no intuito de descrever e classificar. Reduz-se a sexualidade ao discurso.

Apesar das dificuldades em se abarcar as peculiaridades de cada grupo, na construção de um projeto social, os Direitos Humanos se apresenta, enquanto a melhor alternativa para uma ampla compreensão da realidade, e de intervenção.

## **CONCLUSÃO**

O poder que se apresenta precisa ser analisado, para que não haja uma repetição e manutenção das estruturas de controle. A partir de tal análise, se faz possível uma intervenção clara e direcionada. A luta dos direitos humanos se apresenta enquanto forma de propor a ruptura de certos conceitos buscando a garantia de igualdade, analisando a especificidade de cada grupo, e sua luta particular.

Permeando as relações, o poder que se apresenta pelo discurso, dificulta e propõe uma luta que deve ser constante por parte do movimento LGBTTT. O corpo que ao mesmo tempo sofre o peso deste poder, se apresenta enquanto resistência. A vivência da homossexualidade desarticula o controle instituído.



# OS IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DA (NÃO) DISCUSSÃO DE GÊNERO NO ÂMBITO ESCOLAR: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Daniela Nascimento Santos, Fernando Alves de Abre,; Andréa Moreira Lima.

Contato: [daninsantos93@gmail.com](mailto:daninsantos93@gmail.com)

O presente trabalho tem como objetivo discutir os impactos psicossociais causados pela (não) discussão de gênero nas escolas, mostrando na literatura pesquisada, o quanto é evidente a necessidade de ampliação e repercussão dos debates, rodas de conversa e vivências que proporcionem aos sujeitos novas formas de lidar com as relações de gênero e sexualidades. Além disso, a pesquisa investiga a relação entre a presença da LGBTfobia no ambiente escolar e a ausência de discussão de gênero nos currículos escolares, buscando sistematizar contribuições teórico-políticas dos currículos escolares para o enfrentamento dos impactos psicossociais da LGBTfobia, na escola, e para a promoção da igualdade de gênero e do respeito à diversidade sexual. Para tanto, buscou-se compreender os conceitos de “gênero”, “identidade de gênero” e “orientação sexual” a partir de uma perspectiva teórico-política feminista e da diversidade sexual. Trata-se, portanto, de uma revisão bibliográfica narrativa da literatura referente à discussão de gênero, identidade de gênero e diversidade sexual nas escolas.

Os resultados indicam que o currículo escolar deve ser visto como alavanca para suscitar a discussão de gênero em uma perspectiva crítica e inclusiva, bem como para possibilitar a reflexão sobre os impactos psicossociais construídos pelas ideologias do nosso cotidiano. Sabendo que escola é uma instituição educacional e formadora de opinião, faz-se necessária a discussão de temas de relevância social visando o desenvolvimento da cidadania de seus indivíduos; nessa direção, como estratégia para o rompimento com a cultura LGBTfóbica e machista, é preciso demonstrar aos discentes que a diversidade sexual deve ser respeitada em suas diferentes vivências. Dessa forma, a escola estará educando para o respeito às relações de gênero e o respeito à pluralidade de vivências sexuais.



# PERCEPÇÕES DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE ACERCA DE TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

Wesley Frank da Silva Oliveira e Rafaela Vasconcelos Freitas.

Contato: [wesleyfrankoliveira@hotmail.com](mailto:wesleyfrankoliveira@hotmail.com)

## INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como objetivo conhecer as percepções dos profissionais e das profissionais que atuam nas Unidades Básicas do Programa Saúde da Família de uma cidade de Minas Gerais, acerca dos serviços oferecidos, bem como dos impactos dos mesmos na qualidade de vida das travestis e transexuais.

## OBJETIVOS

Analisar a percepção dos profissionais do Programa Saúde da Família acerca da importância do suporte social ofertado a travestis e transexuais.

Observar os efeitos do preconceito contra a transexualidade e suas implicações na construção de sua identidade.

Verificar os principais pressupostos teóricos referentes à transexualidade.

Avaliar, por meio das vivências, o papel dos programas de saúde na construção da identidade de travestis e transexuais.

## METODOLOGIA

O trabalho pautou-se numa perspectiva qualitativa, através da análise do conteúdo das entrevistas aplicadas.

SUJEITOS: a amostra foi não-probabilística, e a escolha aconteceu por conveniência sendo selecionados indivíduos que se enquadraram nos critérios de inclusão estabelecidos: Enfermeiro ou Técnico de enfermagem.



## INSTRUMENTOS:

- a) Ficha de Informações sociodemográficas para caracterizar os sujeitos quanto a: idade, sexo, estado civil, escolaridade, nível socioeconômico.
- b) Entrevista semiestruturada fundamentada na análise de conteúdo. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Em relação ao entendimento da diferenciação entre travestis e transexuais, ficou claro, mesmo apresentando definições, que entre os entrevistados há uma dificuldade de distinção, pois, as respostas apresentaram-se variadas, visto que alguns responderam compreender que travestis eram sujeitos que se vestiam de forma oposta ao seu sexo, enquanto outros não conseguiram ter uma visão ampla acerca do que definitivamente constitui uma pessoa transexual.

Sobre o atendimento a travestis e transexuais na Unidade em que os profissionais da saúde trabalhavam, a maioria respondeu que atendem poucas, ou nenhuma transexual e/ou travesti.

Em se tratando do preconceito, os entrevistados foram unânimes ao afirmarem que o mesmo existe.

Ao indagar os entrevistados se consideravam que a cidade oferecia condições para a qualidade de vida das transexuais e travestis, estes consideravam a cidade com infraestrutura privilegiada, mas que, no entanto, ainda não está preparada para a diversidade sexual.

Quanto ao atendimento de saúde específico, verificou-se que mesmo estando em consonância com as Políticas Públicas Federais, ainda não apresenta procedimentos claros para um atendimento com ações específicas direcionadas a esses usuários.

## **CONCLUSÃO**

Nota-se que na Estratégia de Saúde da Família a visão predominante é a que permeia a sociedade, na qual as pessoas trans são invisíveis, assim como parte da população que vive às margens. Verificou-se também que o município pesquisado não atende plenamente essa parcela da população e não garante acesso à saúde de travestis e transexuais. Fatores como falta de conhecimento e preparo foram levantados como constituintes do preconceito existente, mesmo nos programas de saúde.



# POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: A INVISIBILIDADE DE LGBT'S

Lucas Henrique de Carvalho, Rodolfo Leal Silva, Camila Valadares da Veiga.

Contato: [lucas.henrique.carvalho@gmail.com](mailto:lucas.henrique.carvalho@gmail.com), [rodolfolealsilva@gmail.com](mailto:rodolfolealsilva@gmail.com)

Na Constituição Federal de 1988, a igualdade perante a lei e os direitos sociais universais alavancou o processo de democratização do país e a visibilidade de populações marginalizadas. Para sustentar o compromisso do Estado com a promoção de cidadania, políticas públicas foram discutidas e criadas ao longo dos anos 90 e 200, entre elas a Política Nacional Para População em Situação de Rua (PNPR). Esta abrange ações em diversas esferas para esta parcela populacional que vive sujeitos a extrema vulnerabilidade e constantes violações de direitos. O presente trabalho tem como objetivo analisar criticamente a ausência de dispositivos legais e institucionais voltados à diversidade sexual e de gênero na PNPR. Como metodologia, foi feita revisão narrativa da literatura de textos das políticas públicas e de referencial teórico que aborda as especificidades a População em Situação de Rua (PSR) e das pautas LGBT's. A pesquisa nacional de 2008 contabilizou 50 mil pessoas vivendo na rua e, apesar de ter abordado várias especificidades da população, não contemplou questões de diversidade sexual e de gênero. Já em Belo Horizonte, 6,1% da PSR foi identificada como LGBT's em 2013 e, em São Paulo, o censo de 2015 levantou a estimativa de 5,3% a 8,9% desse mesmo segmento. No contexto paulista, o uso abusivo de álcool e outras drogas é mais recorrente em LGBT's, assim como a maior probabilidade de sofrer violências. Percebemos que há características específicas nas vivências de LGBT's sem situação de rua, quando comparados à PSR como um todo, que não são discutidas com profundidade na PNPR. As políticas voltadas para LGBT's possuem longo histórico de luta e resistência frente ao conservadorismo da política brasileira e aos empecilhos jurídicos e institucionais para efetivar o que já está posto. A ausência de reconhecimento institucional de uma estrutura coletiva de opressão acaba por gerar uma dupla invisibilidade: sujeitos ostracizados por estarem em situação de rua que terão o abandono social intensificado pela omissão das políticas sociais, quando não pela violência institucional flagrante. Além da não-criação de novos serviços que dêem amparo específico a esses sujeitos, os serviços existentes se mantêm sob uma lógica historicamente excludente dessa população. A PNPR fez a tentativa de abarcar as pessoas LGBT, principalmente na Cláusula V dos seus princípios. Entretanto, e mera prescrição normativa do respeito ao gênero e à orientação sexual nos parece uma proposta vaga e insuficiente para a superação do preconceito. Os dados apontados, tanto demográficos quanto qualitativos, sobre a população LGBT em situação de rua em São Paulo e Belo Horizonte sinalizam a urgência de políticas e ações específicas para esta parcela populacional.



# PROJETO SEREIA: OFICINAS SOBRE CORPO, GÊNERO E DIVERSIDADE - RELATO DE EXPERIÊNCIAS

Pedro Drubscky Vasconcellos Pereira

Contato: [pedro.drubs@gmail.com](mailto:pedro.drubs@gmail.com)

Quando falamos em sexualidade, precisamos entender que se trata de um espectro bem mais amplo que apenas a vivência sexual. A sexualidade é também uma dimensão da personalidade relacionada à estruturação da pessoa, como é reconhecida, identificada e valorizada no mundo e qual a relação que o mesmo faz com ela.

Atualmente, no Brasil, nos deparamos com diversas situações abusivas e opressivas em relação a sexualidade e ao gênero. De acordo com dados da ONG Transgender Europe (TGEU) o Brasil foi o país que mais matou transexuais e travestis no mundo, entre 2008 a 2014. Segundo a ONU (2016), o Brasil é o quinto país do mundo em feminicídios, 4,8 para cada 100 mil mulheres. Um levantamento feito pelo Senado brasileiro apontou que mais de 13,5 milhões de mulheres já tenham sofrido algum tipo de agressão. Em 2015, foram registrados no Brasil, 45,4 mil estupros, porém, estima-se que o número real gire em torno de 136 mil e 476 mil casos. Em relação à saúde e prevenção, em 2013, de acordo com dados do ministério da saúde, foram registrados 555.159 bebês de mães entre 10 e 19 anos e em 2014, no Brasil, haviam 734.000 [610.000 – 1.000.000] pessoas vivendo com HIV.

O Projeto Sereia surgiu, em 2016, como uma urgência para tentar reverter dados como esses, tão alarmantes, que por muitas vezes são ignorados. Visivelmente, o Brasil não está sabendo lidar com todas essas questões de gênero, sexualidade e violência, que afetam diversas pessoas diariamente. É evidente a necessidade da educação sexual, para que se compreenda o corpo, aprenda e exercite pensamentos críticos a partir de seus próprios valores, com consciência, dignidade e respeito social, preparando para ter uma visão positiva sobre não apenas a sua sexualidade, mas a do outro também, agindo com responsabilidade sobre a vida sexual e as relações interpessoais.

O Projeto é direcionado a adolescentes e funcionários das instituições de ensino e constitui-se em oficinas e palestras com temas diversos (gênero, orientação sexual, corpo e sociedade, violência, bullying, preconceito, biologia dos corpos, sexo, gravidez, DST, contracepção, adolescência, saúde). As oficinas são através de vídeos,



aulas em slides, dinâmicas interativas e discussões em grupo.

Em menos de 2 anos de existência, consegui vislumbrar o quão dificultoso é o caminho de um educador sexual. Instituições de ensino com fundamentos religiosos e de moral conservadora, invisibilidade perante o governo e desinformação da população geral, mesclam-se em uma grande barreira.

Entre instituições de ensino, particulares e públicas, a resistência ao tema é igual, apesar das justificativas serem diferentes. É perceptível um amedrontamento por parte da direção dos colégios em abordar esses temas considerados tabus sociais. Em pouco mais de um ano de atuação, o Projeto Sereia conseguiu atuar em apenas uma escola estadual e em nenhuma particular.



# PSICOLOGIA, CINEMA, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO “CINE DIVERSIDADE” NO CRP-MG

Rodrigo Broilo, Erick Teixeira Gonçalves, Lucas Henrique de Carvalho, Rodolfo Leal Silva, Samuel Henrique da Silva  
Contato: [rodrigobroilo@hotmail.com](mailto:rodrigobroilo@hotmail.com)

Muito tem se discutido sobre gênero e diversidade sexual por acadêmicos, pela sociedade civil e ativistas. A Psicologia, enquanto ciência e profissão, tem problematizado as relações de poder na sociedade e as consequências psicossociais promovidas pela opressão e preconceito. É emergente ampliar essa discussão para sensibilizar a população sobre o respeito à diversidade, os impactos da LGBTfobia e do machismo e a existência dos desejos, corpos e identidades plurais. O presente trabalho é um relato de experiência do projeto “Cine Diversidade”, ainda em andamento, que surgiu da necessidade de discutir estas temáticas com a população em geral. É organizado pela Comissão de Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais em parceria com o MIS (Museu da Imagem e do Som) Cine Santa Tereza e a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). Este trabalho pretende apresentar o processo de construção do projeto e discutir os impactos preliminares desta proposta. Em reuniões decidiram-se temáticas a serem trabalhadas, escolhas de filmes e de pessoas para conduzir uma discussão com o público após a exibição, que seria mensalmente durante todo ano de 2017. Para cada mês, o filme faz referência a alguma data comemorativa (ex: dia da visibilidade travesti e trans em janeiro). No primeiro semestre exibimos: os curtas Transverso e Ingrid; Olhe para mim de novo; O aborto dos outros; Kátia, o filme; Stephen Fry, Out There; São Paulo em Hi-fi.

A soma do público que compareceu nas 6 exibições chegou a 323. O projeto possui três potencialidades importantes de se destacar. A primeira foi a movimentação de importantes entidades para viabilização das exibições. O apoio da PBH se mostra como um ganho para a população LGBT e mulheres que, muitas vezes, têm suas demandas pouco aceitas. O espaço para as atividades, cedido pelo MIS Cine Santa Tereza, demarca também uma importante parceria por ser um lugar tradicional na cultura belo horizontina, tornando possível essa discussão em espaços públicos. E a construção do evento via Conselho Regional de Psicologia demonstra o engajamento da Psicologia frente às temáticas de gênero e diversidade sexual, expandindo sua prática para a cul-



tura, cumprindo seu papel social, ético e político. O segundo ponto se refere ao forte caráter pedagógico e sensibilizador do projeto. O impacto dos filmes na subjetividade do(a) telespectador(a) pode ajudar fortalecer sua identidade ao se reconhecer naquela história; ou provocar num sujeito leigo, a oportunidade de conhecer e se sensibilizar com aquilo que é fortemente repreendido pela sociedade. Por último, destacamos o potencial deste projeto de dar visibilidade às temáticas de gênero e diversidade sexual, assim como proporcionar uma programação cultural anual na qual pessoas marginalizadas, como travestis e transexuais, são acolhidas e possuem espaço de fala. Além disso, os debates posteriores à exibição proporciona um espaço importante de reflexão.



# RELATO DE UM GRUPO PSICOEDUCACIONAL COM ADOLESCENTES: QUEBRA DE TABUS SOBRE A SEXUALIDADE

Ana Júlia Queiroz Farinha, Carolina Leônidas, Flávia Gomes Silveira, Graziela Mezin,  
Izabella Lenza Crema, Júlia Heitor Bevilacqua, Rafael De Tilio.

Contato: [anajqfarinha@hotmail.com](mailto:anajqfarinha@hotmail.com)

O discurso cultural sobre a sexualidade constrói diariamente representações de gênero que estão em constante movimento e são passíveis de serem modificadas e é a partir desta ideia que há uma necessidade de se reconhecer os mitos e tabus como construções humanas que causam sofrimento, uma vez que, a sexualidade é parte constituinte e constituída das relações sociais. Assim, esta temática se torna fundamental na determinação de vivências cotidianas e nas expressões amorosas. Neste sentido, o contexto educacional torna-se um local onde os saberes podem ser repensados e reinventados por meio de discussões com os adolescentes, e assim, a Liga de Sexualidade - LIS - da UFTM, objetivou coordenar um grupo psicoeducacional a fim de dialogar sobre as condutas de ordem emocional e comportamental assumidas diante da sexualidade na juventude. Foram realizados 6 encontros, na Casa de Acolhimento de Adolescentes Meninas e Meninos da cidade de Uberaba-MG, com adolescentes entre 11 e 15 anos. Cada encontro foi dividido de acordo com um tema do interesse dos jovens, os quais envolviam, respectivamente, juventude; religião; família; saúde; violência e direitos e revisão do aprendizado. Após a apresentação da proposta, realizou-se rodas de conversa a respeito de questões que os adolescentes trouxeram, que abrangiam assuntos como homoafetividade, relações sexuais na terceira idade, permissão e consentimento em relação à vivência da sexualidade e respeito à orientação sexual alheia. Discutiu-se, ainda, sobre a influência da família nas decisões que envolvem a sexualidade e com isso, os participantes puderam compartilhar as suas histórias pessoais. Ademais, por meio de uma gincana, os adolescentes puderam nomear os pontos destacados em imagens da anatomia sexual e explicar a função de cada estrutura, e com isso, conhecer a camisinha masculina e feminina e o modo de funcionamento de cada uma. Para complementar, realizou-se um teatro com alguns casos de violências de gênero sobre relacionamento abusivo, violência doméstica, violência psicológica, assédio, machismo e violência entre professor-aluna, os quais, foram dramatizados pelos jovens. Cabe destacar que as meninas, em geral, estavam tímidas, mas, se tornaram mais receptivas para falar sobre sexualida-



de, enquanto, os meninos mantiveram-se resistentes e com receio de demonstrar suas dúvidas, expressando-as por meio de piadas. Porém, ao final, todos discutiram as relações culturais envolvidas na sexualidade e como isto interfere na vida diária. Pôde-se perceber a escassez de conhecimento dos adolescentes quanto aos temas e assim, foi discutido acerca da percepção corporal e conhecimento do próprio corpo, que está em constante modificação; sobre a reação do corpo diante de novas experiências; a anatomia do corpo humano e sobre alguns estereótipos criados, bem como, acerca do quanto isto pode causar sofrimento a quem se destina.



# SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: UMA REFLEXÃO DA IMPLANTAÇÃO DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS PARA A ORIENTAÇÃO SEXUAL

Alessandra Cristina de Paula, Josiele Ferreira dos Santos Eusébio

Contato: [alepsicologiauna@hotmail.com](mailto:alepsicologiauna@hotmail.com)

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica sobre a Orientação Sexual como tema transversal, na educação pública brasileira. Este estudo se mostra de extrema relevância na compreensão da sexualidade sendo um elemento imprescindível para a formação humana, principalmente no que concerne às identidades do indivíduo, sobretudo, as expressões positivas do desenvolvimento como contribuintes para o bem-estar pessoal e social.

## OBJETIVO

Compreender por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a Orientação Sexual como tema transversal, no ambiente escolar.

## METODOLOGIA

Para elaboração do presente estudo foi adotado como estratégia metodológica a revisão da literatura. O estudo foi produzido com base em materiais já elaborados, constituídos em síntese de livros e artigos científicos. Quanto a abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa.

## DISCUSSÃO

No Brasil, a inclusão da educação sexual na escola efetuou-se a partir de um deslocamento no campo discursivo sobre a sexualidade de crianças e adolescentes. Em 1997, os PCN's são propostos a todas as escolas do país, incluindo como um dos "temas transversais" a Orientação Sexual, a ser abordada pelos/pelas professores/as de 1ª a 4ª série, permeando as demais disciplinas e, a partir da 5ª série, em um espaço específico.



Dessa forma, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, o trabalho de Orientação Sexual nas escolas, tem como objetivo contribuir para que os alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade. Nesse sentido, para o PCN's, os professores/as responsáveis pelas intervenções sobre a sexualidade ensinam mais por suas atitudes, do que pelos conhecimentos que transferem. Daí se conclui que a competência científica não é a capacidade primordial para os que vão se ocupar da orientação sexual embora seja necessário que tenham os conhecimentos nos quais irão fundamentar suas intervenções. O PCN's ressalta, ainda, a importância de o professor/a ter formação específica para tratar de sexualidade com os educandos na escola, a fim de possibilitar-lhes a construção de uma postura profissional consciente no trato desta temática. Afinal, o professor/a é o pilar da educação, o profissional de vital importância no espaço escolar, pois atua diretamente com os alunos/as em sala de aula.

## **RESULTADOS**

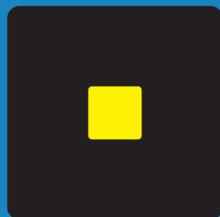
Avalia-se de fundamental importância que o trabalho docente esteja pautado em estudos sobre a sexualidade, haja vista a necessidade de problematizar, questionar, dialogar e compreender os elementos culturais, sociais e históricos que constituem esse aspecto da vida humana.

Nesse sentido, é importante chamar a atenção para o fato de que o/a professor/a tem um papel central na formação dos/as alunos/as, no que se refere ao respeito às diferenças, a convivência com a diversidade, o aprendizado “social” sobre a sexualidade e principalmente na formação de alunos/as cidadãos/ãs.





ISBN 978-85-98515-19-9



CRP-MG